14/04/2023

Número: **0808790-69.2018.4.05.8200**

Classe: **EXECUÇÃO FISCAL**

Partes	
Tipo	**Nome**
EXECUTADO	**JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA**
EXECUTADO	**SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA**
EXEQUENTE	**FAZENDA NACIONAL**
ADVOGADO	**Hallison Gondim de Oliveira Nobrega**

Documentos			
Id.	**Data/Hora**	**Documento**	**Tipo**
40500003688970 1	20/03/2023 11:14	Comunicações	Comunicações
40500003688970 3	20/03/2023 11:14	Anexos da Comunicação	Anexos da Comunicação
40582001135602 5	13/03/2023 16:10	Despacho Inspeção - 1015 - INSPEÇÃO GERAL ORDINÁRIA 2023 - 5ª VARA	Despacho Inspeção
40582001126819 7	28/02/2023 00:00	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
40582001125119 0	24/02/2023 00:19	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
40582001123793 1	17/02/2023 15:48	Intimação	Expediente
40582001123793 0	17/02/2023 15:48	Intimação	Expediente
40582001123745 4	17/02/2023 15:48	Decisão	Decisão
40582001116944 0	03/02/2023 13:57	Certidão de expediente físico	Certidão de expediente físico
40582001116944 1	03/02/2023 13:57	AUTO DE REAVALIAÇÃO - APARTAMENTO - SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA	Documento de Comprovação
40582001116944 3	03/02/2023 13:57	FOTOS APTO - SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA	Documento de Comprovação
40582001116944 6	03/02/2023 13:57	MANDADO DE REAVALIAÇÃO - SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA	Documento de Comprovação
40582001110247 6	20/01/2023 17:18	PFN - Alienação do imóvel de matrícula nº 41.249 pelo COMPREI	Petição (outras)
40582001110248 0	20/01/2023 17:18	Divida	Documento de Comprovação
40582001110247 7	20/01/2023 17:18	Matrícula atualizada nº 41.249 - Cartório Eunápio Torres	Documento de Comprovação
40582001066094 1	28/09/2022 13:59	Petição de Penhora de Imóveis	Petição (outras)
40582001066094 3	28/09/2022 13:59	Certidão Negativa do Cartório de Gurinhém - LOTES LAGOS	Documento de Comprovação
40582001066094 7	28/09/2022 13:59	Resposta a ofício - LAGOS EMPREENDIMENTOS referente a lotes SANDRA VALENTIM	Documento de Comprovação
40582001050820 5	26/08/2022 00:00	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
40582001049436 3	23/08/2022 18:03	ed	Embargos de Declaração
40582001047386 2	19/08/2022 06:28	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação

4058200.10453265	15/08/2022 15:40	Intimação	Expediente
4058200.10453264	15/08/2022 15:40	Intimação	Expediente
4058200.10451063	15/08/2022 15:40	Decisão	Decisão
4058200.10133019	14/06/2022 12:50	Certidão	Certidão
4058200.10133020	14/06/2022 12:50	ACÓRDÃO AGRAVO 0813159-63.2021.4.05.0000	Documento de Identificação
4058200.10132986	14/06/2022 12:42	Intimação	Expediente
4058200.9705521	28/03/2022 19:23	reitera penhora	Cota
4058200.9705522	28/03/2022 19:23	1 pdfsam Matrículas.18.622 e 9.920.Cabedelo	Documento de Comprovação
4058200.9705523	28/03/2022 19:23	4 pdfsam Matrículas.18.622 e 9.920.Cabedelo	Documento de Comprovação
4058200.9705524	28/03/2022 19:23	6 pdfsam Matrículas.18.622 e 9.920.Cabedelo	Documento de Comprovação
4058200.9705525	28/03/2022 19:23	8 pdfsam Matrículas.18.622 e 9.920.Cabedelo	Documento de Comprovação
4058200.9705527	28/03/2022 19:23	10 pdfsam Matrículas.18.622 e 9.920.Cabedelo	Documento de Comprovação
4058200.9619595	11/03/2022 17:31	FN - Manifestação	Petição (outras)
4058200.9619596	11/03/2022 17:31	Dívidas	Documento de Comprovação
4058200.9617164	11/03/2022 00:00	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058200.9586650	05/03/2022 00:22	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058200.9565107	28/02/2022 11:39	Intimação	Expediente
4058200.9565106	28/02/2022 11:39	Intimação	Expediente
4058200.9564940	28/02/2022 11:39	Decisão	Decisão
4058200.9432334	02/02/2022 14:41	AIP e nova penhora.	Petição (outras)
4058200.9432335	02/02/2022 14:41	Dívida	Documento de Comprovação
4058200.9432338	02/02/2022 14:41	Escrituras dos imóveis	Documento de Comprovação
4058200.9096697	09/11/2021 18:01	Petição	Comprovação de Interposição de Agravo
4058200.9096698	09/11/2021 18:01	reportPDF(11)	Documento de Comprovação
4058200.9096699	09/11/2021 18:01	Inicial Agravo Sandra Valentim Melo de Oliveira	Documento de Comprovação
4058200.8913547	18/10/2021 22:32	PETIÇÃO FAZENDA NACIONAL	Manifestação
4058200.8913550	18/10/2021 22:32	CDA 0808790-69.2018.4.05.8200 VALOR ATUAL	Documento de Comprovação
4058200.8883594	15/10/2021 00:01	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058200.8847222	09/10/2021 07:45	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058200.8770712	04/10/2021 17:11	Intimação	Expediente
4058200.8770711	04/10/2021 17:11	Intimação	Expediente
4058200.8767074	04/10/2021 17:11	Decisão	Decisão
4058200.8635278	17/09/2021 10:54	Petição - PFN	Manifestação
4058200.8364992	04/08/2021 13:38	Certidão decurso do prazo para manifestação	Certidão de decurso de prazo

4058200.8082136	19/06/2021 05:54	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058200.8064678	16/06/2021 13:24	Intimação	Expediente
4058200.7771468	21/05/2021 12:25	Petição de comprovação habitação familia	Petição (outras)
4058200.7771775	21/05/2021 12:25	Petição de bem de familia SANDRA VALENTIM2	Documento de Comprovação
4058200.7771778	21/05/2021 12:25	comprovantes	Documento de Comprovação
4058200.7724199	14/05/2021 00:01	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058200.7547096	03/05/2021 17:14	Intimação	Expediente
4058200.7542810	03/05/2021 17:14	Despacho	Despacho
4058200.7229877	06/04/2021 16:28	Despacho Inspeção - 343 - INSPEÇÃO GERAL ORDINÁRIA 2021 - 5ª VARA	Despacho Inspeção
4058200.7076219	05/03/2021 11:04	petição	Manifestação
4058200.7076229	05/03/2021 11:04	Petição Comunicando Morte Execução Fiscal	Documento de Comprovação
4058200.7076231	05/03/2021 11:04	Certidão de Obito Jair Brandão de Oliveira	Documento de Comprovação
4058200.6996438	18/02/2021 08:57	PFN - COTA DE VISTA.html	Manifestação
4058200.6911580	30/01/2021 06:12	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058200.6905125	29/01/2021 09:46	PETIÇÃO ANEXADA	Informações Prestadas
4058200.6893903	27/01/2021 13:50	Intimação	Expediente
4058200.6880046	25/01/2021 09:22	Petição	Manifestação
4058200.6880059	25/01/2021 09:22	Petição JUNTADA DE CERTIDÕES SANDRA VALENTIM	Documento de Comprovação
4058200.6880060	25/01/2021 09:22	Certidoes dos Cartórios	Documento de Comprovação
4058200.6829236	09/01/2021 00:00	Certidão de Retificação de Autuação	Certidão de retificação de autuação
4058200.6772135	15/12/2020 10:36	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058200.6750317	09/12/2020 18:44	Intimação	Expediente
4058200.6708829	09/12/2020 18:44	Despacho	Despacho
4058200.6557232	05/11/2020 18:39	PFN - IMPUGNAÇÃO À EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE.html	Manifestação
4058200.6427814	10/10/2020 00:21	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058200.6404696	06/10/2020 17:01	Intimação	Expediente
4058200.6404694	06/10/2020 17:01	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
4058200.6208963	31/08/2020 15:26	PETIÇÃO	Exceção de Pré-Executividade
4058200.6208984	31/08/2020 15:26	Petição arguição de bem de familia SANDRA VALENTIM	Documento de Comprovação
4058200.6208970	31/08/2020 15:26	Certidões de Registro Imobiliario	Documento de Comprovação
4058200.6208978	31/08/2020 15:26	mandado de penhora SaNDRA	Documento de Comprovação
4058200.6135435	16/08/2020 17:26	Leilão judicial	Cota
4058200.6133561	15/08/2020 07:32	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058200.6125362	14/08/2020 00:00	Certidão de Retificação de Autuação	Certidão de retificação de autuação

4058200.6123555	13/08/2020 16:38	Intimação	Expediente
4058200.6123547	13/08/2020 16:38	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
4058200.6123508	13/08/2020 16:34	Certidão decurso prazo embargos	Certidão de decurso de prazo
4058200.6062777	31/07/2020 14:12	Petição de Habilitação	Petição (3º Interessado)
4058200.6062778	31/07/2020 14:12	Pet. Ped de Habilitação	Documento de Comprovação
4058200.6062780	31/07/2020 14:12	PROCURAÇÃO Sandra Valentim	Documento de Comprovação
4058200.5886543	30/06/2020 15:29	Resposta do Cartório Eunápio Torres	Certidão
4058200.5886544	30/06/2020 15:29	OF0475-2020- Resposta do Cartório Eunápio Torres ao Auto de Penhora- PROC.0808790-69.2018	Documento de Comprovação
4058200.5869445	29/06/2020 11:52	Certidão de expediente físico	Certidão de expediente físico
4058200.5869446	29/06/2020 11:52	sandra valentim melo oliveira 0808790-69.2018	Documento de Comprovação
4058200.5588863	06/05/2020 12:34	Despacho Inspeção	Despacho Inspeção
4058200.5369172	15/03/2020 23:59	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058200.5340246	09/03/2020 17:37	Intimação	Expediente
4058200.5340104	09/03/2020 17:37	Decisão	Decisão
4058200.5340064	09/03/2020 16:59	CERTIDÃO BENS NO MUNICÍPIO DE GURINHÉM/PB	Certidão
4058200.5339738	09/03/2020 16:53	Intimação	Expediente
4058200.4517428	08/10/2019 11:26	Despacho	Despacho
4058200.3789188	21/05/2019 16:33	Petição Penhora	Petição (outras)
4058200.3789197	21/05/2019 16:33	Petição Arrolamento de bens	Documento de Comprovação
4058200.3789200	21/05/2019 16:33	Termo de Arrolamento e Aviso de Recebimento	Documento de Comprovação
4058200.3720532	09/05/2019 14:36	Inspeção	Despacho Inspeção
4058200.3673965	02/05/2019 08:18	Certidão de expediente físico	Certidão de expediente físico
4058200.3673966	02/05/2019 08:18	SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA	Documento de Comprovação
4058200.3634928	23/04/2019 16:24	Citação	Expediente
4058200.3629457	23/04/2019 14:36	Despacho	Despacho
4058200.3613166	16/04/2019 13:19	Mandado devolvido	Certidão
4058200.3612448	16/04/2019 10:59	Certidão	Certidão
4058200.3612449	16/04/2019 10:59	Cobrança de mandado	Documento de Identificação
4058200.3027112	08/11/2018 21:26	Certidão de expediente físico	Certidão de expediente físico
4058200.3027113	08/11/2018 21:26	JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA	Documento de Comprovação
4058200.2984786	26/10/2018 15:26	Certidão de expediente físico	Certidão de expediente físico
4058200.2938334	17/10/2018 13:33	Citação	Expediente
4058200.2938313	17/10/2018 13:32	Citação	Expediente
4058200.2918349	09/10/2018 00:00	Certidão de Retificação de Autuação	Certidão de retificação de autuação

4058200.2915546	08/10/2018 15:00	Despacho	Despacho
4058200.2880936	28/09/2018 17:35	Certidão de Distribuição	Certidão
4058200.2880937	26/09/2018 13:36	peticaoInicial_420018900276.html	Petição Inicial
4058200.2880938	26/09/2018 13:36	inscricaoCda_42_1_18_005395.pdf	Documento de Comprovação
4058200.2880939	26/09/2018 13:36	inscricaoCda_42_1_18_005395.pdf	Documento de Comprovação

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
DIVISÃO DA 4ª TURMA

CERTIDÃO

Certifico que nesta data, enviei ao Juízo de Origem as peças referentes ao julgamento do STJ, anexadas ao processo de referência.

20/03/2023

Número: **0813159-63.2021.4.05.0000**

Classe: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

Partes	
Tipo	**Nome**
ADVOGADO	**Hallison Gondim de Oliveira Nobrega**
AGRAVANTE	**SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA**

Documentos			
Id.	**Data/Hora**	**Documento**	**Tipo**
36888518	20/03/2023 10:18	08131596320214050000 ATRIB B	Documento de Comprovação
36888517	20/03/2023 10:18	ANEXANDO PEÇAS JULGAMENTO STJ	Certidão

Superior Tribunal de Justiça

AREsp (202203457720)

CERTIDÃO

Certifico que o processo de número 08131596320214050000 do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO foi protocolado sob o número 2022/0345772-0.

Brasília, 26 de outubro de 2022

COORDENADORIA DE RECEBIMENTO, CONTROLE E AUTUAÇÃO DE PROCESSOS RECURSAIS

Documento eletrônico juntado ao processo em 26/10/2022 às 16:08:44 pelo usuário: SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

*Assinado eletronicamente nos termos do Art. 1º § 2º inciso III alínea "b" da Lei 11.419/2006

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 2239737 / PB (2022/0345772-0)

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO E ENCAMINHAMENTO

Distribuição

Em 21/11/2022 o presente feito foi classificado no assunto DIREITO CIVIL e registrado à Exma. Sra. Ministra PRESIDENTE DO STJ.

Encaminhamento

Aos 21 de novembro de 2022 , vão estes autos com conclusão à Ministra Relatora.

Secretaria Judiciária

Recebido no Gabinete da Ministra PRESIDENTE DO STJ em _____/_____/20_____.

_____

Documento eletrônico juntado ao processo em 21/11/2022 às 14:10:39 pelo usuário: SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: ROSANGELA DENISE VIEIRA SANTOS AMARANTE - Diretor de Secretaria
https://pje.trf5.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=23032010175848000000036909909
Número do documento: 23032010175848000000036909909

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 2.239.737 - PB (2022/0345772-0)

RELATORA	**:**	**MINISTRA PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	:	SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA
ADVOGADOS	:	HALLISON GONDIM DE OLIVEIRA NOBREGA - PB016753 MARCIO NOBREGA DA SILVA - PE029521
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial apresentado por SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Mediante análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial, considerando: Súmula 7/STJ.

Entretanto, a parte agravante deixou de impugnar especificamente o referido fundamento.

Nos termos do art. 932, inciso III, do CPC e do art. 253, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno desta Corte, não se conhecerá do agravo em recurso especial que "não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida".

Conforme já assentado pela Corte Especial do STJ, a decisão de inadmissibilidade do recurso especial não é formada por capítulos autônomos, mas por um único dispositivo, o que exige que a parte agravante impugne todos os fundamentos da decisão que, na origem, não admitiu o recurso especial. A propósito:

> PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932.
> 1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator

Assinado eletronicamente a Certificação Digital pertence a: SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA
https://pje.mni.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=23032010175848000000036909909
Signatário(a): MINISTRA Presidente do STJ Assinado em: 01/12/2022 21:50:40
Publicação no DJe/STJ nº 3529 de 05/12/2022. Código de Controle do Documento: 0063FEBF65: BD92:4520:8746:0AB704DC1AB4
Número do documento: 23032010175848000000036909909

Documento eletrônico VDA34771010 assinado eletronicamente nos termos do Art 1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006.
Num. 36888518 - Pág. 3

> "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932.
> 2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal. Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.
> 3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, ressoando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.
> 4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, caput, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal a quo que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC.
> 5. Embargos de divergência não providos. (EAREsp 746.775/PR, relator Ministro João Otávio de Noronha, relator p/ Acórdão Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 30/11/2018.)

Ressalte-se que, em atenção ao princípio da dialeticidade recursal, a impugnação deve ser realizada de forma efetiva, concreta e pormenorizada, não sendo suficientes alegações genéricas ou relativas ao mérito da controvérsia, sob pena de incidência, por analogia, da Súmula n. 182 do STJ.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, inciso V, c/c o art. 253, parágrafo único, inciso I, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não conheço do agravo em recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de novembro de 2022.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

Presidente

Documento eletrônico VDA34771010 assinado eletronicamente nos termos do Art 1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006.
Signatário(a): MINISTRA Presidente do STJ Assinado em: 01/12/2022 21:50:40
Publicação no DJe/STJ nº 3529 de 05/12/2022. Código de Controle do Documento: 20063FFBF6F5BD924520A7461A8704DC1AB4
ASSINADO ELETRONICAMENTE A Certificação Digital garante a autoria e a DENISE VIEIRA SANTOS AMARANTE - Diretor de Secretaria
https://pje.mj.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=23032010175848000000036909909
Número do documento: 23032010175848000000036909909
Num. 36888518 - Pág. 4
5/10

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AREsp 2239737/PB (2022/0345772-0)

PUBLICAÇÃO

Disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico/STJ, em 02/12/2022, DESPACHO / DECISÃO de fls. 148/149 e considerado publicado em 05 de dezembro de 2022, nos termos do artigo 4º, § 3º, da Lei 11.419/2006.

Brasília, 05 de dezembro de 2022

SECRETARIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS

COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS DE DIREITO PRIVADO

SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

Superior Tribunal de Justiça

AREsp 2239737

TERMO DE CIÊNCIA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL intimado(a) eletronicamente em 15/12/2022 do(a) Despacho / Decisão de fl.(s) 148 publicado(a) no DJe em 05/12/2022.

Brasília - DF, 15 de Dezembro de 2022

SECRETARIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS
COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS DE DIREITO PRIVADO
Serviço Automático de Intimação Eletrônica

Documento eletrônico juntado ao processo em 15/12/2022 às 01:03:46 pelo usuário: SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

Superior Tribunal de Justiça

AREsp 2239737

TERMO DE CIÊNCIA

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL intimado(a) eletronicamente em 15/12/2022 do(a) Despacho / Decisão de fl.(s) 148 publicado(a) no DJe em 05/12/2022.

Brasília - DF, 15 de Dezembro de 2022

SECRETARIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS
COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS DE DIREITO PRIVADO
Serviço Automático de Intimação Eletrônica

Documento eletrônico juntado ao processo em 15/12/2022 às 01:12:38 pelo usuário: SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AREsp 2239737/PB (2022/0345772-0)

CERTIDÃO DE TRÂNSITO E TERMO DE BAIXA

DECISÃO de fls. 148: transitou em julgado no dia 09 de fevereiro de 2023.

Autos baixados à(o) TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO.

Brasília, 09 de fevereiro de 2023.

SECRETARIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS

COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS DE DIREITO PRIVADO

SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
SUBSECRETARIA DE RECURSOS ESPECIAIS, EXTRAORDINÁRIOS E ORDINÁRIOS

PROCESSO Nº: 0813159-63.2021.4.05.0000 - **AGRAVO DE INSTRUMENTO**
AGRAVANTE: SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA
ADVOGADO: Hallison Gondim De Oliveira Nobrega
AGRAVADO: FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): Desembargador(a) Federal Edilson Pereira Nobre Junior - SREEO
JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA (1° GRAU): Juiz(a) Federal

CERTIDÃO *(Docs STJ)*

Certifico que anexei ao presente processo, as peças referentes ao julgamento do STJ, baixadas pelo sistema GPE - iSTJ, a partir da certidão de validação até o termo de baixa e/ou certidão de trânsito em julgado.

Recife, 20 de Março de 2023

5ª Vara - Privativa das Execuções Fiscais

Seção Judiciária da Paraíba

INSPEÇÃO 2023

Visto em Inspeção Ordinária Anual (art. 93, IX, da Constituição Federal; arts. 13, III e IV da Lei nº 5.010/66; arts. 97 a 104 do Provimento nº 19, de 14 de agosto de 2022, da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 5ª Região).

Ocorrência	Data Prazo
5V_PROCESSO EM ORDEM	20/06/2023

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
5º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
PROCESSO: **0808790-69.2018.4.05.8200 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA	EXECUTADO
SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA	EXECUTADO
Hallison Gondim de Oliveira Nobrega	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 27/02/2023 23:59, o(a) Sr(a) SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA foi intimado(a) acerca de Decisão registrado em 17/02/2023 15:48 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 23021715483674600000011278729 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 28/02/2023 00:00 - Seção Judiciária da Paraíba.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
5º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
PROCESSO: **0808790-69.2018.4.05.8200 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA	EXECUTADO
SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA	EXECUTADO
Hallison Gondim de Oliveira Nobrega	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 24/02/2023 00:19, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Decisão registrado em 17/02/2023 15:48 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 23021715483707800000011278730 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 24/02/2023 00:19 - Seção Judiciária da Paraíba.

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA e outro
ADVOGADO: Hallison Gondim De Oliveira Nobrega
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

DECISÃO

1. Trata-se de embargos de declaração (id 4058200.10494363), com pedido de atribuição de efeitos modificativos, opostos pela exequente contra a parte da decisão (id 4058200.10451063) que determinou a exclusão do coexecutado JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA *(de cujus)* do polo passivo da execução.

2. Pugna a recorrente pela reforma do *decisum* ao argumento de que incorreu em *omissão* à medida que a posse do espólio fica a cargo do administrador provisório (art. 613 do CPC), de modo que necessária a intimação do herdeiro do *de cujus* .

3. Sem contrarrazãoes.

4. No id 4058200.10660941, a exequente requer a penhora dos imóveis que indica.

5. No id 4058200.11102476, a exequente pugna que os bens que sirvam a esta execução sejam submetidos à alienação por iniciativa particular por meio de leiloeiro/corretor credenciado perante a PGFN e mediante a utilização do programa "Comprei".

6. É o breve relatório. **Decido** .

7. Nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, constata-se que os *embargos de declaração* têm por finalidade o aperfeiçoamento das decisões judiciais em virtude de obscuridade, contradição ou omissão, prestando-se, ainda, à correção de erro material.

8. Pois bem.

9. A partir das razões recursais, verifico que **a recorrente deseja rediscutir a questão integralmente apreciada no *decisum*** , *ainda que o Juízo tenha adotado entendimento diverso daquele que ela entende adequado para o caso* .

10. Nesse particular, merece reprise os termos da fundamentação que foi posta:

> 3. Nos termos do art. 485, IV, c/c o art. 803, I, do CPC/2015, excluo do feito o coexecutado, JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA, tendo em vista o falecimento superveniente sem a comprovação, pela exequente, da existência de bens a inventariar ou a partilhar a par da oportunidade que lhe foi conferida, o que, de fato, impossibilita o prosseguimento da execução (TRF 2ª Região, AC nº 0007318-64.2006.4.02.5001) [1] . **Com o trânsito em julgado, retifique-se a autuação** .

11. Assim, nos aclaratórios, como dito, pretende a recorrente rediscutir a causa para cuja finalidade é inservível o recurso manejado conforme jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça. A exemplo, vejamos:

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTEMPESTIVOS. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. 1. Os embargos de declaração têm a finalidade simples e única de completar, aclarar ou corrigir uma decisão omissa, obscura, contraditória ou que incorra em erro material, afirmação que se depreende dos incisos do próprio art. 1.022 do CPC/2015. Portanto, só é admissível essa espécie recursal quando destinada a atacar, especificamente, um desses vícios do ato decisório, e não para que se adeque a decisão ao entendimento dos embargantes, nem para o acolhimento de pretensões que refletem mero inconformismo, e menos ainda para rediscussão de matéria já resolvida. 2. Não havendo omissão, obscuridade, contradição ou erro material, merecem ser rejeitados os embargos declaratórios interpostos com o propósito infringente. 3. Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa de 1% sobre o valor atualizado da causa.". (STJ, EEAIEDRESP nº 1632159).

12. **Ante o exposto** , CONHEÇO dos embargos de declaração porque interpostos tempestivamente, e, no mérito, NEGO-LHES PROVIMENTO.

13. Em atenção ao princípio da menor onerosidade da execução e tendo em vista que já existem outros imóveis neste feito sujeitos à constrição (penhorado e com ordem de penhora deferida - itens 4 e 5 da decisão de id 4058200.10451063), indefiro , por ora, a penhora dos imóveis indicados no id 4058200.10660941 [2] , sem prejuízo da renovação do pleito da exequente oportunamente.

14. Desde já, defiro o pedido de alienação por alienação por iniciativa particular por meio de leiloeiro/corretor credenciado perante a PGFN e mediante a utilização do programa "Comprei" (id 4058200.11102476) do bem penhorado neste feito e também daqueles que venham a sê-lo, devendo estes autos, no momento oportuno, retornarem novamente conclusos para fixação das condições da venda.

15. Cumpram-se os itens 4 e 6 da decisão de id 4058200.10451063.

16. Manifeste(m)-se sobre a reavaliação.

17. Intimem-se.

João Pessoa, *data de validação no sistema* .

Assinado digitalmente

[1] Em reforço, há certidão de óbito que informa que o falecido não deixou de bens (id 4058200.7076229).

[2] Objeto de promessa de compra e venda com registro de inadimplência junto ao promitente vendedor.

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA e outro
ADVOGADO: Hallison Gondim De Oliveira Nobrega
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

DECISÃO

1. Trata-se de embargos de declaração (id 4058200.10494363), com pedido de atribuição de efeitos modificativos, opostos pela exequente contra a parte da decisão (id 4058200.10451063) que determinou a exclusão do coexecutado JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA *(de cujus)* do polo passivo da execução.

2. Pugna a recorrente pela reforma do *decisum* ao argumento de que incorreu em *omissão* à medida que a posse do espólio fica a cargo do administrador provisório (art. 613 do CPC), de modo que necessária a intimação do herdeiro do *de cujus* .

3. Sem contrarrazãoes.

4. No id 4058200.10660941, a exequente requer a penhora dos imóveis que indica.

5. No id 4058200.11102476, a exequente pugna que os bens que sirvam a esta execução sejam submetidos à alienação por iniciativa particular por meio de leiloeiro/corretor credenciado perante a PGFN e mediante a utilização do programa "Comprei".

6. É o breve relatório. **Decido** .

7. Nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, constata-se que os *embargos de declaração* têm por finalidade o aperfeiçoamento das decisões judiciais em virtude de obscuridade, contradição ou omissão, prestando-se, ainda, à correção de erro material.

8. Pois bem.

9. A partir das razões recursais, verifico que **a recorrente deseja rediscutir a questão integralmente apreciada no *decisum*** , *ainda que o Juízo tenha adotado entendimento diverso daquele que ela entende adequado para o caso* .

10. Nesse particular, merece reprise os termos da fundamentação que foi posta:

> 3. Nos termos do art. 485, IV, c/c o art. 803, I, do CPC/2015, excluo do feito o coexecutado, JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA, tendo em vista o falecimento superveniente sem a comprovação, pela exequente, da existência de bens a inventariar ou a partilhar a par da oportunidade que lhe foi conferida, o que, de fato, impossibilita o prosseguimento da execução (TRF 2ª Região, AC nº 0007318-64.2006.4.02.5001) [1] . **Com o trânsito em julgado, retifique-se a autuação** .

11. Assim, nos aclaratórios, como dito, pretende a recorrente rediscutir a causa para cuja finalidade é inservível o recurso manejado conforme jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça. A exemplo, vejamos:

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTEMPESTIVOS. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. 1. Os embargos de declaração têm a finalidade simples e única de completar, aclarar ou corrigir uma decisão omissa, obscura, contraditória ou que incorra em erro material, afirmação que se depreende dos incisos do próprio art. 1.022 do CPC/2015. Portanto, só é admissível essa espécie recursal quando destinada a atacar, especificamente, um desses vícios do ato decisório, e não para que se adeque a decisão ao entendimento dos embargantes, nem para o acolhimento de pretensões que refletem mero inconformismo, e menos ainda para rediscussão de matéria já resolvida. 2. Não havendo omissão, obscuridade, contradição ou erro material, merecem ser rejeitados os embargos declaratórios interpostos com o propósito infringente. 3. Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa de 1% sobre o valor atualizado da causa.". (STJ, EEAIEDRESP nº 1632159).

12. **Ante o exposto** , CONHEÇO dos embargos de declaração porque interpostos tempestivamente, e, no mérito, NEGO-LHES PROVIMENTO.

13. Em atenção ao princípio da menor onerosidade da execução e tendo em vista que já existem outros imóveis neste feito sujeitos à constrição (penhorado e com ordem de penhora deferida - itens 4 e 5 da decisão de id 4058200.10451063), indefiro , por ora, a penhora dos imóveis indicados no id 4058200.10660941 [2] , sem prejuízo da renovação do pleito da exequente oportunamente.

14. Desde já, defiro o pedido de alienação por alienação por iniciativa particular por meio de leiloeiro/corretor credenciado perante a PGFN e mediante a utilização do programa "Comprei" (id 4058200.11102476) do bem penhorado neste feito e também daqueles que venham a sê-lo, devendo estes autos, no momento oportuno, retornarem novamente conclusos para fixação das condições da venda.

15. Cumpram-se os itens 4 e 6 da decisão de id 4058200.10451063.

16. Manifeste(m)-se sobre a reavaliação.

17. Intimem-se.

João Pessoa, *data de validação no sistema* .

Assinado digitalmente

[1] Em reforço, há certidão de óbito que informa que o falecido não deixou de bens (id 4058200.7076229).

[2] Objeto de promessa de compra e venda com registro de inadimplência junto ao promitente vendedor.

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA e outro
ADVOGADO: Hallison Gondim De Oliveira Nobrega
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

DECISÃO

1. Trata-se de embargos de declaração (id 4058200.10494363), com pedido de atribuição de efeitos modificativos, opostos pela exequente contra a parte da decisão (id 4058200.10451063) que determinou a exclusão do coexecutado JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA *(de cujus)* do polo passivo da execução.

2. Pugna a recorrente pela reforma do *decisum* ao argumento de que incorreu em *omissão* à medida que a posse do espólio fica a cargo do administrador provisório (art. 613 do CPC), de modo que necessária a intimação do herdeiro do *de cujus* .

3. Sem contrarrazãoes.

4. No id 4058200.10660941, a exequente requer a penhora dos imóveis que indica.

5. No id 4058200.11102476, a exequente pugna que os bens que sirvam a esta execução sejam submetidos à alienação por iniciativa particular por meio de leiloeiro/corretor credenciado perante a PGFN e mediante a utilização do programa "Comprei".

6. É o breve relatório. **Decido** .

7. Nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, constata-se que os *embargos de declaração* têm por finalidade o aperfeiçoamento das decisões judiciais em virtude de obscuridade, contradição ou omissão, prestando-se, ainda, à correção de erro material.

8. Pois bem.

9. A partir das razões recursais, verifico que **a recorrente deseja rediscutir a questão integralmente apreciada no *decisum*** , *ainda que o Juízo tenha adotado entendimento diverso daquele que ela entende adequado para o caso* .

10. Nesse particular, merece reprise os termos da fundamentação que foi posta:

> 3. Nos termos do art. 485, IV, c/c o art. 803, I, do CPC/2015, excluo do feito o coexecutado, JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA, tendo em vista o falecimento superveniente sem a comprovação, pela exequente, da existência de bens a inventariar ou a partilhar a par da oportunidade que lhe foi conferida, o que, de fato, impossibilita o prosseguimento da execução (TRF 2ª Região, AC nº 0007318-64.2006.4.02.5001) [1] . **Com o trânsito em julgado, retifique-se a autuação** .

11. Assim, nos aclaratórios, como dito, pretende a recorrente rediscutir a causa para cuja finalidade é inservível o recurso manejado conforme jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça. A exemplo, vejamos:

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTEMPESTIVOS. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. 1. Os embargos de declaração têm a finalidade simples e única de completar, aclarar ou corrigir uma decisão omissa, obscura, contraditória ou que incorra em erro material, afirmação que se depreende dos incisos do próprio art. 1.022 do CPC/2015. Portanto, só é admissível essa espécie recursal quando destinada a atacar, especificamente, um desses vícios do ato decisório, e não para que se adeque a decisão ao entendimento dos embargantes, nem para o acolhimento de pretensões que refletem mero inconformismo, e menos ainda para rediscussão de matéria já resolvida. 2. Não havendo omissão, obscuridade, contradição ou erro material, merecem ser rejeitados os embargos declaratórios interpostos com o propósito infringente. 3. Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa de 1% sobre o valor atualizado da causa.". (STJ, EEAIEDRESP nº 1632159).

12. **Ante o exposto** , CONHEÇO dos embargos de declaração porque interpostos tempestivamente, e, no mérito, NEGO-LHES PROVIMENTO.

13. Em atenção ao princípio da menor onerosidade da execução e tendo em vista que já existem outros imóveis neste feito sujeitos à constrição (penhorado e com ordem de penhora deferida - itens 4 e 5 da decisão de id 4058200.10451063), indefiro , por ora, a penhora dos imóveis indicados no id 4058200.10660941 [2] , sem prejuízo da renovação do pleito da exequente oportunamente.

14. Desde já, defiro o pedido de alienação por alienação por iniciativa particular por meio de leiloeiro/corretor credenciado perante a PGFN e mediante a utilização do programa "Comprei" (id 4058200.11102476) do bem penhorado neste feito e também daqueles que venham a sê-lo, devendo estes autos, no momento oportuno, retornarem novamente conclusos para fixação das condições da venda.

15. Cumpram-se os itens 4 e 6 da decisão de id 4058200.10451063.

16. Manifeste(m)-se sobre a reavaliação.

17. Intimem-se.

João Pessoa, *data de validação no sistema* .

Assinado digitalmente

[1] Em reforço, há certidão de óbito que informa que o falecido não deixou de bens (id 4058200.7076229).

[2] Objeto de promessa de compra e venda com registro de inadimplência junto ao promitente vendedor.

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA e outro
ADVOGADO: Hallison Gondim De Oliveira Nobrega
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao presente mandado judicial, me dirigi ao endereço onde encontra-se localizado o imóvel indicado e **PROCEDI A REAVALIAÇÃO** do bem, conforme Auto de Reavaliação em anexo. Seguem anexas as fotos do(s) bem que foram tiradas no momento da diligência.

Certifico ainda que me dirigi no dia 02/02/2023 ao endereço residencial da executada, situado à Rua Ozório Queiroga de Assis, nº. 541, apto. 702, Ed. Águas de Meron, Bessa, João Pessoa-PB, oportunidade em que **PROCEDI a INTIMAÇÃO** do(a) Sr.(a) **SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA,** telefone 98891-7814, dando-lhe plena ciência de todo o conteúdo do mandado e demais peças, entregando-lhe a contrafé e demais peças, pelo que exarou a sua assinatura no anverso do mandado.

O referido é verdade. Dou fé.

João Pessoa,

(datado e assinado eletronicamente)

Cassiano Ribeiro Coutinho Neto

Oficial de Justiça Avaliador Federal

Mat. 916PB

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

AUTO DE REAVALIAÇÃO

Seção Judiciária	Vara	Número do Processo	Classe
PARAIBA	5ª	0808790-69.2018.4.05.8200	99

AUTOR *(Exeqüente, Expropriante, etc...)*
FAZENDA NACIONAL

RÉU *(Executado, Expropriado, etc...)*
SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA e outro

Localização do Bem:
Av. Sapé, nº. 434, Manaíra, João Pessoa-PB

Depositário:
SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA

Data da Penhora
18/06/2020

Cassiano Ribeiro Coutinho Neto *Oficial de Justiça - Avaliador,*

em cumprimento ao respeitável ***MANDADO DE REAVALIAÇÃO****, expedido nos autos da ação acima citada, dirigi-me ao endereço de localização do(s) bem(ns), acima indicado, onde procedi à reavaliação do(s) bem(ns) a seguir descrito(s):*

01(um) apartamento sob nº 601, do Edifício Brisa do Mar, situado na Av. Sapé, nº. 434, no bairro de Manaíra, nesta cidade, contendo: varanda, jardineira, sala de estar/jantar, circulação, dois quartos, sendo uma suíte, quarto reversível, WC banheiro social, cozinha, WC e banheiro de empregada e uma vaga de garagem, com área privativa de 78,93m2, área de uso comum de 56,76m2, fração ideal de 2,45%, cota ideal do terreno de 30,87m2 e área real de 135,69m2, de propriedade de SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA.

O imóvel está registrado no Cartório Eunápio Torres, Serviço Notarial e Registral, no livro 2-CM1 de Registro Geral do 2º Ofício do Registro de Imóveis (Zona Norte) da Comarca desta Capital, às fls. 141, sob o número de Ordem R-6-41.249, datado de 26 de abril de 2018.

DA VISTORIA: Em vistoria realizada no local constatei que o prédio é bem localizado, fica em área valorizada, mas não tem área de lazer.

DA AVALIAÇÃO: FICA O IMÓVEL REAVALIADO PELO VALOR DE R$ 290.000,00 (DUZENTOS E NOVENTA MIL REAIS), considerando-se o estado de conservação do bem e o valor do mercado atual.

Metodologia avaliatória: para a avaliação do imóvel utilizou-se o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado que realiza a amostragem representativa de dados de mercado de imóveis com características, tanto quanto possível, semelhantes as do imóvel avaliado.

E, para constar, lavro o presente Auto na forma legal.

João Pessoa, 02 de fevereiro de 2022.

Cassiano Ribeiro Coutinho Neto

Oficial de Justiça Avaliador Federal

Sandra Valentim M. Oliveira
02/02/2023

Processo: **0808790-69.2018.4.05.8200**
Assinado eletronicamente por:
CASSIANO RIBEIRO COUTINHO NETO - Oficial de Justiça
Data e hora da assinatura: 03/02/2023 13:57:32
Identificador: 4058200.11169441
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
23020313563376000000011209646







PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 **- EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA e outro
ADVOGADO: Hallison Gondim De Oliveira Nobrega
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

MANDADO DE REAVALIAÇÃO E INTIMAÇÃO

DEPOSITÁRIO DO(S) BEM(NS) PENHORADO(S): SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA (CPF: 738.298.114-20).
ENDEREÇO DA DEPOSITÁRIA DO BEM(NS) PENHORADO(S): RUA OZÓRIO QUEIROGA DE ASSIS, 541, APTO 702, ED. ÁGUAS DE MERON, BESSA, JOÃO PESSOA/PB.

O(A) Doutor(a) **JUIZ TITULAR**, Juiz(a) Federal, na forma da lei etc.

MANDA a qualquer Oficial de Justiça Avaliador deste Juízo Federal a quem for este apresentado, passado nos autos em epígrafe que, em seu cumprimento, dirija-se ao(s) endereço(s) indicados ou a outro local e, sendo aí proceda à:

REAVALIAÇÃO do(s) bem(ns) penhorado(s) na execução acima indicada, descrito(s) no(s) documento(s) anexo(s) - **AUTO DE PENHORA ID. 5869446**, e que se encontra(m) em poder do depositário acima identificado, **nos termos da r. decisão id. 9564940, item 6**, exarada nos autos do processo supramencionado, entregando, logo após a diligência, em Cartório, no prazo legal, juntamente com o presente mandado, laudo minucioso e circunstanciado, com fiel observância do disposto no art. 681 do CPC. Realizada a reavaliação, **INTIME** a(s) parte(s) acima indicada(s) para que, **no prazo de 05 (cinco) dias**, manifeste(m)-se, querendo, acerca do novo valor atribuído ao bem penhorado.

ENDEREÇO DO JUÍZO: Seção Judiciária da Paraíba - 5ª Vara Federal - Edifício DCT - Duo Corporate Towers - Torre Sul - 2º Andar - Rod. Gov. Antonio Mariz, 2051 - Loteamento Oceania III - João Pessoa/PB - CEP: 58034-030 (próximo à Faculdade ASPER). Telefones: (83) 2108-4024 e (83) 99380-3243 (este também atende por *WhatsApp*).
Endereço eletrônico (*e-mail*): 5vara@jfpb.jus.br
Atendimento ao Público (presencial e remoto, pelo Balcão Virtual): de segunda a sexta-feira, exceto feriados, **das 9h às 16h**.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei, ficando o Oficial de Justiça autorizado a proceder na forma do art. 172, §2º, do CPC, inclusive com emprego de força policial e arrombamento, se necessário.

Eu, Servidor(a) da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária da Paraíba, conferi e subscrevo eletronicamente o presente mandado, por ordem do(a) MM(ª) Juiz(a) Federal.

João Pessoa, (data de validação no Sistema)

(*assinado eletronicamente*)

Processo: **0808790-69.2018.4.05.8200**
Assinado eletronicamente por:
WALMIR GOMES ARAUJO - Servidor Geral
Data e hora da assinatura: 14/06/2022 12:42:47

22061412283801100000010163242

Identificador: 4058200.10132986

Para conferência da autenticidade do documento:
https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

EXMO(A). SR(A). JUIZ(A) FEDERAL

Demanda Analytics nº 2022.0100.020.01975-3

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL),** por seu procurador, vem, considerando que, conforme consulta aos sítios eletrônicos do TRF da 5ª Região e do STJ, foi negado provimento ao agravo de instrumento nº 0813159-63.2021.4.05.0000, inadmitido o recurso especial e não conhecido o agravo em recurso especial, e que não tem interesse na adjudicação do bem imóvel penhorado, requerer, com fundamento no art. 879, I, do CPC, que seja **autorizada a alienação do bem imóvel penhorado e avaliado de matrícula nº 41.249 do Cartório Eunápio Torres de Joao Pessoa-PB, por intermédio de corretor ou leiloeiro credenciado, no Comprei** . Os critérios para alienação judicial são determinados pelas Leis nº 13.105, de 2015 (CPC) e nº 8.212, de 1991, em especial:

Prazo 360 (trezentos e sessenta) dias

Publicidade Divulgação da oferta do bem no Comprei (comprei.pgfn.gov.br).

Nos anúncios constarão a descrição física (estado em que se encontra, localização, quantidade, qualidade etc) e jurídica (identificação do número do processo judicial, dados de registro e ônus ou gravames) do bem ofertado, bem como demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Preço O valor mínimo de propostas no Comprei é de 50% do valor da última avaliação judicial (art. 891, parágrafo único, do CPC).

O bem deve permanecer anunciado por no mínimo 30 (trinta) dias para que uma proposta efetive a alienação, ressalvado o caso de compra imediata por valor igual ou superior ao da avaliação.

Condições de pagamento Todos os pagamentos serão feitos por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) com código de receita nº 7739 emitido pelo Comprei.

O Comprei concederá parcelamento da alienação por valor igual ou superior ao da avaliação no seguintes termos: a entrada equivalente a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do valor da alienação (art. 895, § 1º, do CPC), mais até 30 (trinta) prestações mensais e sucessivas, no valor mínimo de R$ 500,00 (quinhentos reais) cada uma. Nestes casos, será registrada a hipoteca em favor da União (art. 895, §8º, do CPC).

O valor de cada parcela, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, calculados a partir da data da alienação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

Se o adquirente deixar de pagar no vencimento quaisquer das prestações mensais, o parcelamento será imediatamente rescindido, vencendo-se antecipadamente o saldo devedor, ao qual será acrescido o valor de 50% (cinquenta por cento), a título de multa

de mora, conforme §§ 6º e 11 do art. 98 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e inscrito em Dívida Ativa da União.

Quando houver crédito preferencial ou o valor da alienação superar o montante atualizado da dívida, o provisionamento e/ou excedente serão recolhidos por meio de depósito à disposição do Juízo na Caixa Econômica Federal, em agência bancária ou por meio de seu Portal Judicial (https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-federal/).

Procedimento As minutas de Auto e Carta de alienação serão expedidas pelo Comprei e apresentadas ao juízo após a confirmação do pagamento da compra e da comissão de corretagem.

Após o transcurso do prazo previsto no art. 903, §2º, do CPC, os documentos serão carregados no Sistema Comprei para entrega do bem e registro.

Comissão de corretagem 5% (cinco por cento) do valor da alienação

Intermediário credenciado Qualquer intermediário credenciado no Comprei com competência territorial no lugar de situação do bem, não havendo exclusividade na intermediação.

O intermediário anunciante fica autorizado a ter acesso ao bem, mediante prévio ajuste com o depositário/devedor, podendo obter fotos ou apresentá-lo a interessados.

Em sendo deferido, **requer-se a intimação do(a) executado(s) e demais interessados para ciência da alienação judicial, nos termos do art. 889 do CPC.**

Informa que o valor atualizado da dívida executada é **R$ 3.446.002,51** (consulta anexa).

Nesses termos, pede deferimento.

OSSIAN DE ALENCAR ARARIPE NETO

Procurador da Fazenda Nacional

JOÃO TONIZZA PEREIRA

Estagiário de Direito

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Inscrição Localizada

Inscrições Localizadas: 1
Inscrições Selecionadas: 1
Parâmetro de Localização: 42.1.18.005395-59
Seções Selecionadas: Dados Gerais, Ocorrências

A T E N Ç Ã O
OS VALORES PRECEDIDOS PELAS CIFRAS CORRESPONDEM A:
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Inscrição 1 / 1

DADOS GERAIS DA INSCRIÇÃO

Devedor Principal:	JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA
CPF/CNPJ:	368.958.494-91
Inscrição:	42 1 18 005395-59
Nº Processo Administrativo:	14751 720320/2017-58
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Série da Inscrição:	IMPOSTO DE RENDA PESSOA FISICA
Natureza da Dívida:	TRIBUTARIA
Data Inscrição:	29/03/2018
Data Primeira Cobrança:	07/04/2018
Cadastro Nacional de Obras:	
Receita da Dívida:	3543-DIV.ATIVA-IRPF
Valor Inscrito:	R$ 1.955.285,48 (UFIR 1.837.501,59)
Valor Remanescente:	R$ 1.955.285,48 (UFIR 1.837.501,59)
Valor Consolidado:	R$ 3.446.002,51
Qtd. de Débitos:	8
Qtd. de Pagamentos:	0
Qtd. de Devedores:	2
Qtd. Parcelamentos:	0
Nº Agrupamento para Ajuizamento:	420018900276
Nº Processo Judicial:	
Nº Único de Processo Judicial:	8087906920184058200
Data de Protocolo:	28/09/2018
Data Distribuição:	
Órgão de Justiça:	SECAO JUDICIARIA - JOAO PESSOA

Juízo: 05ª Vara Federal de Execuções Fiscais
Data de Falência:
PFN de Inscrição: PARAIBA
PFN Responsável: QUINTA REGIAO
Órgão de Origem: RFB-RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Nº Auto de Infração:
Devolução/Arquivamento:
Nº do Imóvel (NIRF/ITR):
Nº do Imóvel (RIP):
Data da Extinção:
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:
Motivo da Extinção:
Bloqueio Ajuizamento:
Envio Análise do Órgão de Origem: NAO

OCORRÊNCIAS

Data/Hora	Descrição	Situação
29/03/2018 23:59:59.99	INSCRICAO	ATIVA A SER COBRADA
07/04/2018 05:42:06.15	ENTREGA PRIMEIRA COBR	ATIVA EM COBRANCA
07/04/2018 05:42:06.15	ENTREGA PRIMEIRA COBR CPF/CNPJ 738.298.114-20	ATIVA EM COBRANCA
25/06/2018 00:00:00.02	PREPARO EXEC. FISCAL VIRTUAL	ATIVA PREPARADA PARA AJUIZAMENTO ELETRONICO
06/05/2019 10:09:39.00	AJUIZAMENTO CONFIRMADO	ATIVA AJUIZADA
29/07/2020 06:10:04.40	ALTERACAO ORGAO JUSTICA ORIGEM	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
14/05/2021 08:23:55.00	MUDANCA P(S)FN RESPONSAVEL ATUAL - QUINTA REGIAO ANT - PARAIBA MOTIVO - ATUALIZACAO TABELA MUNICIPIOS	SEM ALTERACAO DA SITUACAO

FIM DO RELATÓRIO

ESTA CERTIDÃO É PARTE INTEGRANTE DE UM CONJUNTO COMPOSTO DE: 01 CERTIDÃ(ÕES).

CERTIDAO DE INTEIRO TEOR

C E R T I F I C O autorizado pela lei e a pedido verbal de pessoa interessada que revendo o Livro 2-CM1 de Registro Geral do 2º Oficio do Registro de Imóveis (Zona Norte) da Comarca desta Capital de meu cargo dele as fls. 141 sob o número de Ordem 41.249 desta data de 08 de novembro 1993 consta Transcrição: Apartamento No. 601 Tipo ´A´ do Edifício Brisa do Mar, situado a Avenida Sapé, No. 434, Manaíra, nesta cidade, contendo varanda, jardineira, sala de estar/jantar, circulação, dois, quartos, sendo um suíte, quarto reversível, WC banheiro social, cozinha, área de serviço, WC e banheiro de empregada e uma vaga de garagem, com área real privativa de 78,93m2, área de uso comum de 56,76m2, fração ideal de 2,45%, cota ideal do terreno de 30,87m2 e área real de 135,69m2. PROPRIETÁRIO: S.C Construções LTDA, com sede nesta capital, inscrito no CGC n.º 12.684.379/0001-85, representado neste ato pelos socios Antonio Medeiros Sobral, brasileiro, casado, portador do CPF n.º 072.510.097-49, Clara Germana Tavares Amorim Albuquerque, brasileira, casada, portadora do CPF n.º 264.064.114-04, neste ato representado por Sergio Gonçalves Cavalcanti de Albuquerque, brasileiro, casado, portador do CPF n.º 110.523.764-87, conforme procuração lavrada em notas do 4º Oficio, Cartório Travassos, Livro 147, fls. 101, datado de 25.08.88, e Jose Madruga Bezerra Cavalcanti, brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF n.º 004.719.924-53. TITULO ANTERIOR: Livro 2-CD, fls. 153, n.º de ordem AV.7.35.983, zona norte, dou fé.

R-1-41.249 em 08.11.1993.

Pela escritura de compra e venda, datada de 14.10.93, lavrada no Cartório Decarlinto, 10º Oficio de notas desta cidade, no Livro 94, fls. 11, os proprietários do imóvel acima matriculado venderam pelo valor de Cr$ 2.600.000,00 sem condições ao Sr. AMERICO SERGIO MAIA e sua mulher GRAÇA MARIA DE OLIVEIRA MAIA, brasileiros, casados, portadores do CPF n.º 003.041.314-15 e 112.406.794-91, residentes nesta cidade, dou fé.

R-2-41.249 em 09.05.2002.

Pela carta de adjudicação, datada de 24.11.2000, extraída dos autos do inventário, julgado por sentença pelo Juizo de Direito da 9ª Vara Civel desta comarca, e expediente do Cartório Guedes Monteiro, 9º Oficio Civel desta capital, o qual transitou em julgado em data de 15.08.2000, o imóvel acima foi adquirido pela herdeira: GRAÇA MARIA DE OLIVEIRA MAIA, brasileira, viúva-meeira, advogada, CPF n.º 112.406.794-91 e CI n.º 285.946-SSP-PB, residente à Rua Adolfo Loureiro, 272, Cabo Branco, nesta capital, por adjudicação do espólio de Americo Sergio Maia, cujo imóvel foi avaliado em Cr$ 25.000,00, dou fé.

ESTA CERTIDÃO É PARTE INTEGRANTE DE UM CONJUNTO COMPOSTO DE: 01 CERTIDÃ(ÕES).

R-3-41.249 em 13.08.2004.

Pela escritura pública de compra e venda, datada de 06.07.2004, lavrada no Cartório Carlos Neves, 7º Ofício de notas desta capital, no livro 127, fls. 14, a proprietária, representada por seu bastante procurador RD Incorporações LTDA, inscrita no CGC n.º 01.567.287/0001-07, conforme procuração lavrada no Cartório Distrital do 5º Ofício de Tambaú, nesta cidade, no Livro 55, fls. 90, em 26.06.2004, vendeu o imóvel pelo valor de R$ 53.500,00 sem condições à ALEXANDRE ANTONIO BEZERRA DE MEDEIROS, brasileiro, divorciado, corretor de imóveis, portador da CI n.º 1.657.478-SSP-PB e CPF n.º 907.667.254-72, residente nesta cidade, dou fé.

R-4-41.249 em 25.08.2009.

Pela escritura pública de compra e venda, datada de 25.08.2009, lavrada no Cartório Eunápio Torres, 6º Ofício de notas desta capital, no Livro 186, fls. 091, os proprietários venderam o imóvel acima a Sra. SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, geografa, portadora da CI n.º 1.412.531-2ª Via-SSP-PB e CPF n.º 738.298.114-20, residente na Av. Cel. Miguel Sátiro, n.º 280, apto. 2001, Cabo Branco, nesta capital, pelo valor real e fiscal de R$ 132.000,00 sem condições, dou fé.

AV-5-41.249 em 02.06.2016

Certifico que pelo Ofício n.º OPE.0016.000616-5/2016, datado de 27 de maio de 2016, expedido pelo Juízo Federal da 16ª Vara Federal na Paraíba, Seção Judiciária de João Pessoa, foi procedida a INDISPONIBILIDADE do imóvel Apartamento No. 601 Tipo ´A´ do Edifício Brisa do Mar, situado a Avenida Sapé, No. 434, Manaíra, nesta cidade, de propriedade da Sra. SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, geografa, portadora da CI n.º 1.412.531-2ª Via-SSP-PB e CPF n.º 738.298.114-20, residente na Av. Cel. Miguel Sátiro, n.º 280, apto. 2001, Cabo Branco, nesta capital, nos autos do Processo n.º 0001029-88.2016.4.05.8200, que tramitam no referido Juízo em SEGREDO DE JUSTIÇA. Dou fé

R-6-41.249 em 26.04.2018

Pelo Ofício datado de 06 de abril de 2018, com requisição nº 18.00.00.65.30, expedido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em João Pessoa, foi procedido o ARROLAMENTO do imóvel Apartamento No. 601 Tipo ´A´ do Edifício Brisa do Mar, situado a Avenida Sapé, No. 434, Manaíra, nesta cidade, de propriedade de SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, geografa, portadora da CI n.º 1.412.531-2ª Via-SSP-PB e CPF n.º 738.298.114-20, residente na Av. Cel. Miguel Sátiro, n.º 280, apto. 2001, Cabo Branco, nesta capital, nos termos dos arts. 64 e 64-A, da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997 e no § 5º do Art. 64 da Lei nº9.532 de 10 de dezembro de 1997, PERMANECENDO Indisponibilidade constante no AV-5-41.249. Dou fé

Selo Digital
ANM33563-IWH4
Consulte a autenticidade em
https://selodigital.tjpb.jus.br

ESTA CERTIDÃO É PARTE INTEGRANTE DE UM CONJUNTO COMPOSTO DE: 01 CERTIDÃ(ÕES).

R-7-41.249 em 29.06.2020

Nos termos do Auto de Penhora, datado de 18 de junho de 2020, expedido pelo Juízo Federal da 5ª Vara da Seção Judiciária da Paraíba - Justiça Federal de Primeira Instancia, foi procedida a PENHORA no imóvel Apartamento No. 601 Tipo ´A´ do Edificio Brisa do Mar, situado a Avenida Sapé, No. 434, Manaíra, nesta cidade, nos autos da Ação de Execução Fiscal, Processo n.º 0808790-69.2018.4.05.8200, movida pela FAZENDA NACIONAL, contra SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA E OUTRO, cujo imóvel é de propriedade de SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, geografa, portadora da CI n.º 1.412.531-2ª Via-SSP-PB e CPF n.º 738.298.114-20, PERMANECENDO Indisponibilidade constante no AV-5-41.249 E ARROLAMENTO DO R-6. Eu ( ) Samuel Reis de Oliveira, o digitei. O referido é verdade e dou fé. O Oficial

Certifico que a presente Certidão foi lavrada com base no Art. 17 da Lei nº 6.015/73, cujos dados nela consignados encontram-se protegidos pela Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709/19 e devem ser utilizados exclusivamente para os fins a que se destinam. O uso indevido sujeitará ao detentor desta certidão a responsabilização por eventuais danos causados as partes e/ou terceiros.

João Pessoa, 26 de dezembro de 2022

O Oficial do Registro

Eunápio Torres
6º SERVIÇO NOTARIAL E 2º REGISTRAL
Belª Maria Emília Coutinho Torres de Freitas
Tabeliã-Oficial do Registro de Imóveis
Belª Maria de Lourdes Coutinho Torres de Freitas
Bel. Francisco Evangelista de Freitas Júnior
Substitutos
Av. Com. Renato Ribeiro Coutinho, Nº 300
Altiplano Cabo Branco

Processo: **0808790-69.2018.4.05.8200**
Assinado eletronicamente por:
OSSIAN DE ALENCAR ARARIPE NETO - Gestor
Data e hora da assinatura: 20/01/2023 17:18:31
Identificador: 4058200.11102477
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
23011912284850000000011142176

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL DA 5ª VARA FEDERAL - PARAÍBA

EXEQUENTE: **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)**

EXECUTADOS **: SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA**

INVESTIGAÇÃO FISCAL

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)** , por meio de seu Procurador *ex lege* , vem, perante Vossa Excelência, expor e requerer o que segue:

Questionada pela Fazenda Nacional, a empresa LAGOS EMPREENDIMENTOS LTDA EPP declarou que a **Sra. SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA** (CPF 738.298.114-20), corresponsável, é proprietária dos Lotes 07 e 14 da Quadra 13, de **CONDOMINIO LAGOS COUNTRY & RESORT** , condomínio este administrado pela própria LAGOS. Seguem em anexo os *Contratos de Compra e Venda* entre a empresa a devedora.

O Cartório de Registro de Imoveis, de Gurinhem - PB certificou que aqueles lotes ainda permanecem em nome da empresa (certidão em anexo), já que a sra. **SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA jamais os registrou em seu nome.**

Contudo, a ausência de registro da operação de compra e venda, ainda mais porque declarada pela empresa vendedora, não impede a formalização de penhora, cumulada com determinação de registro compulsório da operação.

Por outro lado, eventuais dívidas que a corresponsável tenha para com a empresa vendedora dos lotes não diz respeito à Fazenda Nacional nem lhe podem ser opostas (CTN, 186).

Assim, requer:

1. seja determinado o registro compulsório e penhora dos seguintes bens em nome da devedora:
    1. Imóvel situado no Condomínio Lagos Country e Resort, Br 230 Km 84,5, Gurinhém - PB, Quadra 13, Lote 14.

Adquirido em 4 de Agosto de 2008 - por Escritura de Compra e Venda, por Sandra Valentim Melo de Oliveira.

1. Imóvel situado no Condomínio Lagos Country e Resort, Br 230 Km 84,5, Gurinhém - PB, Quadra 13, Lote 07.

Adquirido em 27 de Fevereiro de 2009 - por Escritura de Compra e Venda, por Sandra Valentim Melo de Oliveira.

B. Após, pugna pela avaliação, por mandado, dos imóveis e sua incontinente disponibilização em AIP. A credora não tem interesse em adjudicação.

C. o apensamento entre si dos seguintes processos: 0808790-69.2018.4.05.8200 , 0000264-54.2015.4.05.8200 , 0802807-50.2022.4.05.8200.

D. a **intimação por carta com aviso de recebimento** do corresponsável e de seu cônjuge, conforme assinalado nas certidões em anexo, para que tomem ciência da penhora e da avaliação;

E. a decretação da indisponibilidade dos bens do corresponsável por meio aposição do seu nome no sistema CNIB, a fim de resguardar os interesses do crédito do público;

São os termos em que pede e aguarda deferimento.

João Pessoa-PB, 28 de Setembro de 2022.

ARTHUR CÉSAR DE MOURA PEREIRA

Procurador da Fazenda Nacional

Kayo Palmeira Ramalho

Estagiário da Fazenda Nacional

Ofício nº 33/2022

Gurinhém/PB, 25 de maio de 2022.

Assunto: Certidões imobiliárias ou escrituras públicas em nome de SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA CPF: 788.298.114-20
Processo nº 1288312000134/2022-34
Ofício SEI 7437/2022/me
PGFN 5ª REGIÃO

Cumprimentando-os cordialmente, por meio do presente venho informar ao MM Juízo que as providências requeridas já foram realizadas e as pesquisas realizadas, no entanto restaram negativas, visto não constar nenhum registro em nome da senhora SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA CPF: 788.298.114-20.

Aproveitamos ainda para informar que os lotes 07 e 14 da quadra 13, situado na Br 230, km 84,5, ainda encontram-se em nome do vendedor Condomínio Lagos Country & Resort registrados na matrícula nº 452 do livro 2-D.

Nessa oportunidade, renovamos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

ANA CHRISTINA ARAUJO:22005943215

Assinado de forma digital por ANA CHRISTINA ARAUJO:22005943215
Dados: 2022.05.25 16:21:32 -03'00'

Ana Christina Araújo
Tabeliã e Registradora de Gurinhém

Processo: **0808790-69.2018.4.05.8200**
Assinado eletronicamente por:
ARTHUR CESAR DE MOURA PEREIRA - Gestor
Data e hora da assinatura: 28/09/2022 13:59:33
Identificador: 4058200.10660943
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
22092812054016500000010695870

Excelentíssimo Senhor Procurador Regional da Fazenda Nacional na 5ª Região. Núcleo Regionalizado de Diligências. **Processo 12883.103875/2022-77.**

LAGOS EMPREENDIMENTOS LTDA EPP (empresa de pequeno porte[1]), inscrita no CNPJ sob o nº 09.236.486/0001-36, sediada na Avenida Epitácio Pessoa nº 1251, Sala 610, Edifício Epitácio Pessoa no Bairro dos Estados, CEP 58.030-000, com correio eletrônico **osanan@lagosempreendimento.com.br,** neste Ato representado por seu(s) sócio(s): **João Evandro Palhano Souto**, brasileiro, empresário, portador da carteira de identidade 650.9002aVia SSP/PB e inscrito no CPF/MF sob o nº 379.791.674-49; e/ou **Stelo Olimpio Barata de Queiroga**, brasileiro, engenheiro civil, portador da carteira de identidade 512.331 2ª VIA SSP-PB e inscrito no CPF/MF sob o nº 205.952.124-68; e/ou **Benedito Fernandes Brilhante Filho**, brasileiro, arquiteto, portador da carteira de identidade 992.696 2ª VIA SSP-PB e inscrito no CPF/MF sob o nº 769.067.364-34, no exercício dos seus direitos[2], expondo os fatos conforme a verdade e procedendo de forma legal e de boa-fé[3], por intermédio de seus causídicos[4], aos autos do **Processo 12883.103875/2022-77** movido contra **SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA (CPF 73829811420),** em cumprimento ao **OFÍCIO SEI Nº 254737/2022/ME**, informar o que segue.

Informação

Vem informar que, conforme contratos de compra e venda que seguem em anexo, os Lotes 07 e 14 da Quadra 13, **são de propriedade** da **Sra. SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA**, no entanto a mesma possui uma inadimplência junto ao **LAGOS EMPREENDIMENTOS LTDA EPP**, que atualizada perfaz o valor de **R$ 522.048,38** (quinhentos e vinte e dois mil e quarenta e oito reais e trinta e oito centavos), conforme planilha em anexo, bem como, possui junto ao **CONDOMINIO LAGOS COUNTRY &**

[1] **Lei Federal 9.099/95** Art. 8º (...) § 1º Somente serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial: (...) II - as pessoas enquadradas como microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte na forma da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

[2] **CPC** Art. 70. Toda pessoa que se encontre no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo.

[3] **CPC** Art. 77. Além de outros previstos neste Código, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo: I – expor os fatos em juízo conforme a verdade; II – não formular pretensão ou de apresentar defesa quando cientes de que são destituídas de fundamento; III – não produzir provas e não praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou à defesa do direito;

[4] **CPC** Art. 103. A parte será representada em juízo por advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.

RESORT, inadimplência referente as taxas condominiais, **Lote 07 Quadra 13**, no valor atualizado, conforme planilha em anexo, de **R$ 324.740,97** (trezentos e vinte e quatro mil, setecentos e quarenta reais e noventa e sete centavos), o referido débito é objeto da Ação de Cobrança, processo nº 0803962-23.2015.8.15.0731 – 4ª Vara de Cabedelo/PB, e referente ao **Lote 14 Quadra 13**, no valor atualizado, conforme planilha em anexo, de **R$ 323.797,03** (trezentos e vinte e três mil, setecentos e noventa e sete reais e três centavos), o referido débito é objeto da Ação de Cobrança, processo nº 0803964-90.2015.8.15.0731 – 4ª Vara Cível de Cabedelo/PB.

Termos em que j. esta aos autos,

Pede deferimento,

João Pessoa, 26 de setembro de 2022.



João Alberto da Cunha Filho
OAB/PB 10705

CUNHA, FREIRE & MACIEL
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Procuração

OUTORGANTE: **LAGOS EMPREENDIMENTOS LTDA - EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP),** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.236.486/0001-36, sediada na Av Presidente Epitácio Pessoa, nº 1251, Sala 610, Edif. Empresarial Epitácio Pessoa, Bairro dos Estados, CEP 58.030-000 em João Pessoa na Paraíba, com endereço eletrônico osanan@lagosempreendimentos.com.br, representado pelo seu sócio, JOAO EVANDRO PALHANO SOUTO (CPF 379.791.674-49) e/ou STELO OLIMPIO BARATA DE QUEIROGA (CPF: 205.952.124-68), e/ou BENEDITO FERNANDES BRILHANTE FILHO (CPF: 769.067.364-34).

OUTORGADO: **Dr . João Alberto da Cunha Filho OAB 10705/PB**; 708-A/RN, 1020-A/PE, **Dr Mailson de Lima Maciel OAB 10732/PB, Dra Andressa Kalynne Carlos Freire Vilhena OAB 10812/PB,** integrantes da sociedade de advogados CUNHA, FREIRE & MACIEL SOCIEDADE DE ADVOGADOS, registrada em 25/11/2011 sob o Nº 312 OAB/PB, bem como **Dra Brunna Rachel Germoglio Gomes Silva, OAB/PB 18835, Daisy Fernanda Araújo Silva, OAB 23580/PB, Marcella Pimenta da Cunha, CPF 072.714.154-67 e Alcimar Ferreira Dantas, CPF 078.094.654-57,** todos com escritório situado no endereço abaixo descrito.

Pelo presente instrumento particular de procuração passada nesta cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, o(a) outorgante acima qualificado(a) firmando esta do seu próprio punho constituem e nomeia os outorgados supra mencionados e qualificados como seus bastantes procuradores e advogados(as), **a quem concedem todos os amplos poderes da cláusula Ad judicia** para defenderem seus interesses em todas as ações em que for autor ou réu ou oponente, ou de qualquer forma interessado, podendo transigir, **confessar, reconhecer a procedência dos pedidos, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, desistir, receber e dar quitação, assinar declaração de hipossuficiência econômica, firmar compromisso, transigir (cláusulas especificas - Art. 105 CPC[1]),** receber alvará, nomear preposto, negociar, e impugnar dívidas, representa-lo(a) nas audiências conciliatórias conforme **Art. 334 §§ 9º e 10 do CPC[2],** para tudo o que lhe concede o outorgante poderes para praticar todos os atos e usar os poderes permitidos em direito, por mais especiais que sejam, fica aqui considerados como conferidos, podendo os outorgados substabelecerem esta com ou sem reserva de poderes.

O Outorgante, anui com o pagamento de honorários advocatícios, igual a 15% (quinze por cento) do benefício econômico advindo da presente demanda, bem como a totalidade da verba sucumbencial[3][4][5] em favor do Outorgado, autorizando a expedição de alvará, dos referidos valores, em separado da quantia devida ao Outorgante.

João Pessoa, segunda-feira, 29 de janeiro de 2018.

[1] **CPC** Art. 105. A procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular assinado pela parte, habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, exceto receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso e assinar declaração de hipossuficiência econômica, que devem constar de cláusula específica.

[2] **CPC** Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. (...) § 9o As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. § 10. A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir.

[3] **Lei Federal 8.906/94** Art. 23. Os honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência, pertencem ao advogado, tendo este direito autônomo para executar a sentença nesta parte, podendo requerer que o precatório, quando necessário, seja expedido em seu favor.

[4] **CPC** Art. 82. Salvo as disposições concernentes à gratuidade da justiça, incumbe às partes prover as despesas dos atos que realizarem ou requererem no processo, antecipando-lhes o pagamento, desde o início até a sentença final ou, na execução, até a plena satisfação do direito reconhecido no título. (...) § 2º A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado vencedor.

[5] **CPC** Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor

Praça Dom Adauto, nº 75-A (início da Rua Dep. Odon Bezerra), Bairro Tambiá em João Pessoa/PB, CEP 58.010-670
Fone Móvel (0XX83) 993091000 ■ Fone/Fax (0XX83) 32414545
e-mail: joaoalberto@cfm.adv.br Home Page www.cfm.adv.br

Josué 1:9 - Esforça-te, tem bom ânimo; não temas, nem te espantes; porque o Senhor teu Deus é contigo, por onde quer que andares.

Codigo-Nome do Cliente	Prf-Numero Parcela	TP	Natureza	Data de Emissao	Vencto Titulo	Vencto Real	Banco	Valor Original	Titulos Vencidos: Valor Nominal	Titulos Vencidos: Valor Corrigido	Titulos a Vencer: Valor Nominal	Num Banco	Vlr.juros ou permanencia	Dias Atraso	Historico
000087-SANDRA VALENTIM MELO	051-000184 -0	NP	0PAR	02/03/09	15/09/13	16/09/13	0	2.234,83	1.897,47	8.085,23	6.187,76	0,00	6.187,76	3294	1-QD.13 LT.07 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	052-000184 -0	NP	0PAR	02/03/09	15/10/13	15/10/13	0	2.234,83	1.897,47	8.028,88	6.131,41	0,00	6.131,41	3264	1-QD.13 LT.07 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	053-000184 -0	NP	0PAR	02/03/09	15/11/13	15/11/13	0	2.234,83	1.897,47	7.970,65	6.073,18	0,00	6.073,18	3233	1-QD.13 LT.07 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	054-000184 -0	NP	0PAR	02/03/09	15/12/13	16/12/13	0	2.234,83	1.897,47	7.914,29	6.016,82	0,00	6.016,82	3203	1-QD.13 LT.07 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	055-000184 -0	NP	0PAR	02/03/09	15/01/14	15/01/14	0	2.234,83	1.897,47	7.856,06	5.958,59	0,00	5.958,59	3172	1-QD.13 LT.07 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	056-000184 -0	NP	0PAR	02/03/09	15/02/14	17/02/14	0	2.234,83	1.897,47	7.797,82	5.900,35	0,00	5.900,35	3141	1-QD.13 LT.07 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	057-000184 -0	NP	0PAR	02/03/09	15/03/14	17/03/14	0	2.234,83	1.897,47	7.745,23	5.847,76	0,00	5.847,76	3113	1-QD.13 LT.07 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	058-000184 -0	NP	0PAR	02/03/09	15/04/14	15/04/14	0	2.234,83	1.897,47	7.686,99	5.789,52	0,00	5.789,52	3082	1-QD.13 LT.07 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	059-000184 -0	NP	0PAR	02/03/09	15/05/14	15/05/14	0	2.234,83	1.897,47	7.630,64	5.733,17	0,00	5.733,17	3052	1-QD.13 LT.07 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	060-000184 -0	NP	0PAR	02/03/09	15/06/14	16/06/14	0	2.234,83	1.897,47	7.572,40	5.674,93	0,00	5.674,93	3021	1-QD.13 LT.07 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	061-000184 -0	NP	0PAR	02/03/09	15/07/14	15/07/14	0	2.234,83	1.897,47	7.516,05	5.618,58	0,00	5.618,58	2991	1-QD.13 LT.07 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	062-000153 -0	NP	0PAR	04/08/08	15/09/13	16/09/13	0	2.597,48	2.014,88	8.585,52	6.570,64	0,00	6.570,64	3294	1-QD.13 LT.14 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	062-000184 -0	NP	0PAR	02/03/09	15/08/14	15/08/14	0	2.234,83	1.897,47	7.457,82	5.560,35	0,00	5.560,35	2960	1-QD.13 LT.07 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	063-000153 -0	NP	0PAR	04/08/08	15/10/13	15/10/13	0	2.597,48	2.014,88	8.525,68	6.510,80	0,00	6.510,80	3264	1-QD.13 LT.14 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	063-000184 -0	NP	0PAR	02/03/09	15/09/14	15/09/14	0	2.234,83	1.897,47	7.399,58	5.502,11	0,00	5.502,11	2929	1-QD.13 LT.07 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	064-000153 -0	NP	0PAR	04/08/08	15/11/13	15/11/13	0	2.597,48	2.014,88	8.463,85	6.448,97	0,00	6.448,97	3233	1-QD.13 LT.14 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	064-000184 -0	NP	0PAR	02/03/09	15/10/14	15/10/14	0	2.234,83	1.897,47	7.343,23	5.445,76	0,00	5.445,76	2899	1-QD.13 LT.07 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	065-000153 -0	NP	0PAR	04/08/08	15/12/13	16/12/13	0	2.597,48	2.014,88	8.404,00	6.389,12	0,00	6.389,12	3203	1-QD.13 LT.14 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	065-000184 -0	NP	0PAR	02/03/09	15/11/14	17/11/14	0	2.234,83	1.897,47	7.284,99	5.387,52	0,00	5.387,52	2868	1-QD.13 LT.07 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	066-000153 -0	NP	0PAR	04/08/08	15/01/14	15/01/14	0	2.597,48	2.014,88	8.342,17	6.327,29	0,00	6.327,29	3172	1-QD.13 LT.14 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	066-000184 -0	NP	0PAR	02/03/09	15/12/14	15/12/14	0	2.234,83	1.897,47	7.228,64	5.331,17	0,00	5.331,17	2838	1-QD.13 LT.07 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	067-000153 -0	NP	0PAR	04/08/08	15/02/14	17/02/14	0	2.597,48	2.014,88	8.280,33	6.265,45	0,00	6.265,45	3141	1-QD.13 LT.14 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	067-000184 -0	NP	0PAR	02/03/09	15/01/15	15/01/15	0	1.649,52	1.312,16	6.585,10	5.272,94	0,00	5.272,94	2807	1-QD.13 LT.07 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	068-000153 -0	NP	0PAR	04/08/08	15/03/14	17/03/14	0	2.597,48	2.014,88	8.224,48	6.209,60	0,00	6.209,60	3113	1-QD.13 LT.14 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	068-000184 -0	NP	0PAR	02/03/09	15/02/15	16/02/15	0	1.649,52	1.312,16	6.526,86	5.214,70	0,00	5.214,70	2776	1-QD.13 LT.07 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	069-000153 -0	NP	0PAR	04/08/08	15/04/14	15/04/14	0	2.597,48	2.014,88	8.162,64	6.147,76	0,00	6.147,76	3082	1-QD.13 LT.14 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	069-000184 -0	NP	0PAR	02/03/09	15/03/15	16/03/15	0	1.649,52	1.312,16	6.474,27	5.162,11	0,00	5.162,11	2748	1-QD.13 LT.07 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	070-000153 -0	NP	0PAR	04/08/08	15/05/14	15/05/14	0	2.597,48	2.014,88	8.102,80	6.087,92	0,00	6.087,92	3052	1-QD.13 LT.14 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	070-000184 -0	NP	0PAR	02/03/09	15/04/15	15/04/15	0	1.649,52	1.312,16	6.416,03	5.103,87	0,00	5.103,87	2717	1-QD.13 LT.07 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	071-000153 -0	NP	0PAR	04/08/08	15/06/14	16/06/14	0	2.597,48	2.014,88	8.040,96	6.026,08	0,00	6.026,08	3021	1-QD.13 LT.14 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	071-000184 -0	NP	0PAR	02/03/09	15/05/15	15/05/15	0	1.649,52	1.312,16	6.359,68	5.047,52	0,00	5.047,52	2687	1-QD.13 LT.07 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	072-000153 -0	NP	0PAR	04/08/08	15/07/14	15/07/14	0	2.597,48	2.014,88	7.981,12	5.966,24	0,00	5.966,24	2991	1-QD.13 LT.14 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	072-000184 -0	NP	0PAR	02/03/09	15/06/15	15/06/15	0	1.649,52	1.312,16	6.301,44	4.989,28	0,00	4.989,28	2656	1-QD.13 LT.07 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	073-000153 -0	NP	0PAR	04/08/08	15/08/14	15/08/14	0	2.597,48	2.014,88	7.919,28	5.904,40	0,00	5.904,40	2960	1-QD.13 LT.14 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	073-000184 -0	NP	0PAR	02/03/09	15/07/15	15/07/15	0	2.234,83	1.897,47	6.830,40	4.932,93	0,00	4.932,93	2626	1-QD.13 LT.07 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	074-000153 -0	NP	0PAR	04/08/08	15/09/14	15/09/14	0	2.597,48	2.014,88	7.857,45	5.842,57	0,00	5.842,57	2929	1-QD.13 LT.14 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	074-000184 -0	NP	0PAR	02/03/09	15/08/15	17/08/15	0	2.234,83	1.897,47	6.772,17	4.874,70	0,00	4.874,70	2595	1-QD.13 LT.07 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	075-000153 -0	NP	0PAR	04/08/08	15/10/14	15/10/14	0	2.597,48	2.014,88	7.797,61	5.782,73	0,00	5.782,73	2899	1-QD.13 LT.14 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	075-000184 -0	NP	0PAR	02/03/09	15/09/15	15/09/15	0	2.234,83	1.897,47	6.713,93	4.816,46	0,00	4.816,46	2564	1-QD.13 LT.07 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	076-000153 -0	NP	0PAR	04/08/08	15/11/14	17/11/14	0	2.597,48	2.014,88	7.735,77	5.720,89	0,00	5.720,89	2868	1-QD.13 LT.14 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	076-000184 -0	NP	0PAR	02/03/09	15/10/15	15/10/15	0	2.234,83	1.897,47	6.657,58	4.760,11	0,00	4.760,11	2534	1-QD.13 LT.07 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	077-000153 -0	NP	0PAR	04/08/08	15/12/14	15/12/14	0	2.597,48	2.014,88	7.675,93	5.661,05	0,00	5.661,05	2838	1-QD.13 LT.14 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	077-000184 -0	NP	0PAR	02/03/09	15/11/15	16/11/15	0	2.234,83	1.897,47	6.599,34	4.701,87	0,00	4.701,87	2503	1-QD.13 LT.07 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	078-000153 -0	NP	0PAR	04/08/08	15/01/15	15/01/15	0	2.597,48	2.014,88	7.614,09	5.599,21	0,00	5.599,21	2807	1-QD.13 LT.14 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	078-000184 -0	NP	0PAR	02/03/09	15/12/15	15/12/15	0	2.234,83	1.897,47	6.542,99	4.645,52	0,00	4.645,52	2473	1-QD.13 LT.07 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	079-000153 -0	NP	0PAR	04/08/08	15/02/15	16/02/15	0	2.597,48	2.014,88	7.552,25	5.537,37	0,00	5.537,37	2776	1-QD.13 LT.14 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	079-000184 -0	NP	0PAR	02/03/09	15/01/16	15/01/16	0	2.234,83	1.897,47	6.484,76	4.587,29	0,00	4.587,29	2442	1-QD.13 LT.07 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	080-000153 -0	NP	0PAR	04/08/08	15/03/15	16/03/15	0	2.597,48	2.014,88	7.496,40	5.481,52	0,00	5.481,52	2748	1-QD.13 LT.14 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	080-000184 -0	NP	0PAR	02/03/09	15/02/16	15/02/16	0	2.237,78	1.900,42	6.429,47	4.529,05	0,00	4.529,05	2411	1-QD.13 LT.07 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	081-000153 -0	NP	0PAR	04/08/08	15/04/15	15/04/15	0	2.597,48	2.014,88	7.434,56	5.419,68	0,00	5.419,68	2717	1-QD.13 LT.14 PRODUT P

Codigo-Nome do Cliente	Prf-Numero Parcela	TP	Natureza	Data de Emissao	Vencto Titulo	Vencto Real	Banco	Valor Original	Titulos Vencidos: Valor Nominal	Titulos Vencidos: Valor Corrigido	Titulos a Vencer: Valor Nominal	Num Banco	Vlr.juros ou permanencia	Dias Atraso	Historico
000087-SANDRA VALENTIM MELO	081-000184	-0	NP	0PAR	02/03/09	15/03/16	15/03/16	0	2.201,44	1.864,08	6.338,66	4.474,58	0,00	4.474,58	2382	1-QD.13 LT.07 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	082-000153	-0	NP	0PAR	04/08/08	15/05/15	15/05/15	0	2.597,48	2.014,88	7.374,72	5.359,84	0,00	5.359,84	2687	1-QD.13 LT.14 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	082-000184	-0	NP	0PAR	02/03/09	15/04/16	15/04/16	0	2.201,44	1.864,08	6.280,42	4.416,34	0,00	4.416,34	2351	1-QD.13 LT.07 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	083-000153	-0	NP	0PAR	04/08/08	15/06/15	15/06/15	0	2.597,48	2.014,88	7.312,89	5.298,01	0,00	5.298,01	2656	1-QD.13 LT.14 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	083-000184	-0	NP	0PAR	02/03/09	15/05/16	16/05/16	0	2.201,44	1.864,08	6.224,07	4.359,99	0,00	4.359,99	2321	1-QD.13 LT.07 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	084-000153	-0	NP	0PAR	04/08/08	15/07/15	15/07/15	0	2.597,48	2.014,88	7.253,04	5.238,16	0,00	5.238,16	2626	1-QD.13 LT.14 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	084-000184	-0	NP	0PAR	02/03/09	15/06/16	15/06/16	0	2.201,44	1.864,08	6.165,83	4.301,75	0,00	4.301,75	2290	1-QD.13 LT.07 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	085-000153	-0	NP	0PAR	04/08/08	15/08/15	17/08/15	0	2.597,48	2.014,88	7.191,21	5.176,33	0,00	5.176,33	2595	1-QD.13 LT.14 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	085-000184	-0	NP	0PAR	02/03/09	15/07/16	15/07/16	0	2.201,44	1.864,08	6.109,48	4.245,40	0,00	4.245,40	2260	1-QD.13 LT.07 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	086-000153	-0	NP	0PAR	04/08/08	15/09/15	15/09/15	0	2.597,48	2.014,88	7.129,37	5.114,49	0,00	5.114,49	2564	1-QD.13 LT.14 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	086-000184	-0	NP	0PAR	02/03/09	15/08/16	15/08/16	0	2.201,44	1.864,08	6.051,25	4.187,17	0,00	4.187,17	2229	1-QD.13 LT.07 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	087-000153	-0	NP	0PAR	04/08/08	15/10/15	15/10/15	0	2.597,48	2.014,88	7.069,53	5.054,65	0,00	5.054,65	2534	1-QD.13 LT.14 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	088-000153	-0	NP	0PAR	04/08/08	15/11/15	16/11/15	0	2.597,48	2.014,88	7.007,69	4.992,81	0,00	4.992,81	2503	1-QD.13 LT.14 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	089-000153	-0	NP	0PAR	04/08/08	15/12/15	15/12/15	0	2.597,48	2.014,88	6.947,85	4.932,97	0,00	4.932,97	2473	1-QD.13 LT.14 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	090-000153	-0	NP	0PAR	04/08/08	15/01/16	15/01/16	0	2.597,48	2.014,88	6.886,01	4.871,13	0,00	4.871,13	2442	1-QD.13 LT.14 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	091-000153	-0	NP	0PAR	04/08/08	15/02/16	15/02/16	0	2.600,61	2.018,01	6.827,31	4.809,30	0,00	4.809,30	2411	1-QD.13 LT.14 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	092-000153	-0	NP	0PAR	04/08/08	15/03/16	15/03/16	0	2.562,02	1.979,42	6.730,87	4.751,45	0,00	4.751,45	2382	1-QD.13 LT.14 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	093-000153	-0	NP	0PAR	04/08/08	15/04/16	15/04/16	0	2.562,02	1.979,42	6.669,03	4.689,61	0,00	4.689,61	2351	1-QD.13 LT.14 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	094-000153	-0	NP	0PAR	04/08/08	15/05/16	16/05/16	0	2.562,02	1.979,42	6.609,19	4.629,77	0,00	4.629,77	2321	1-QD.13 LT.14 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	095-000153	-0	NP	0PAR	04/08/08	15/06/16	15/06/16	0	2.562,02	1.979,42	6.547,35	4.567,93	0,00	4.567,93	2290	1-QD.13 LT.14 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	096-000153	-0	NP	0PAR	04/08/08	15/07/16	15/07/16	0	2.562,02	1.979,42	6.487,51	4.508,09	0,00	4.508,09	2260	1-QD.13 LT.14 PRODUT P
000087-SANDRA VALENTIM MELO	097-000153	-0	NP	0PAR	04/08/08	15/08/16	15/08/16	0	2.562,02	1.979,42	6.425,68	4.446,26	0,00	4.446,26	2229	1-QD.13 LT.14 PRODUT P
SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA	83 - 98891-7814 01								170.044,28	136.925,72	522.048,38		0,00	385.122,66		522.048,38
T O T A L F I L I A L ---> 01									170.044,28	136.925,72	522.048,38		0,00	385.122,66		522.048,38
T O T A L G E R A L ----> (72 TITULOS)									170.044,28	136.925,72	522.048,38		0,00	385.122,66		522.048,38

1. DO EMBASAMENTO LEGAL.

Rege-se este pacto pelas normas vigentes no ordenamento jurídico brasileiro, em especial a Lei 9.514, de 20 de novembro de 1997, disciplinadora do Sistema Financeiro Imobiliário, com suas posteriores alterações.

Atribui-se a este contrato, para todos os fins de direito, o caráter de escritura pública.

2. CARACTERIZAÇÃO E REGULARIDADE DO EMPREENDIMENTO "CONDOMÍNIO RESIDENCIAL LAGOS COUNTRY & RESORT".

Certifica-se que a VENDEDORA, é legítima proprietária de um imóvel registrado no Livro 2-C Fls 51, 06 de dezembro de 2007, com uma área total de 168,36 hectares, denominado Fazenda Reunidas Ladeira Grande no município de Gurinhém/PB, devidamente registrada perante as Notas do 1° Ofício de Gurinhém/PB.

O LAGOS COUNTRY & RESORT, situado na BR 230, Km 84,5 Gurinhém - PB, destina-se à atividade residencial, cuja construção, incorporação e vendas são de responsabilidade da LAGOS EMPREENDIMENTOS LTDA., é uma obra com 24 quadras, destinadas à ocupação residencial. Sendo constituída por: 372 (trezentos e setenta e dois) lotes, 05 (cinco) espelhos d'água, área para estacionamento de visitantes, heliponto, pista de equitação, haras, curral de manejo, centro de segregação de resíduos sólidos, quadra poliesportiva, quadra de vôlei de areia, quadras de tênis, campo de futebol society, capela, spa, fitness, vestiário, salão de jogos, piscina aquecida, local para cinema, local para lan-house com acesso à internet, local para lanchonete, local para loja de conveniências, praça com coreto, local para salão de festas e/ou restaurante, local para bar molhado, piscina com raia semi-olímpica, playground, pista para caminhada, pista para bicicross, centro de produção de mudas, áreas verdes, pier, reservatório elevado e clube de pesca.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Nos termos do Registro da Incorporação no Cartório de Registro de Imóveis de Gurinhém/PB, R2- fl 64 - livro 2C, sobre o imóvel referido no caput desta cláusula, a VENDEDORA empreendeu, seguindo o padrão e especificação definidos em:

- MINUTA DE ESCRITURA PARTICULAR DE CONVENÇÃO DO CONDOMÍNIO LAGOS COUNTRY & RESORT, SITUADO NA BR 230 Km 84,5 – GURINHÉM – PB;
- MEMORIAL DESCRITIVO;
- ÁREAS DO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL LAGOS COUNTRY & RESORT

os quais integram a referida escritura, 01 (um) condomínio de unidades/lotes residenciais não edificados denominado "CONDOMÍNIO LAGOS COUNTRY & RESORT", devidamente regularizado perante o CREA/PB e conforme o Alvará de Construção (áreas comuns) emitido pela Prefeitura Municipal .

PARÁGRAFO SEGUNDO

Aponta-se que o CONDOMÍNIO RESIDENCIAL LAGOS COUNTRY & RESORT tem definidas e especificadas as normas regimentais do condomínio na Escritura Particular de Convenção de Condomínio, devidamente arquivado no Cartório de Registro de Imóveis e que a adesão ao Condomínio é AUTOMÁTICA E OBRIGATÓRIA, e compromete(m)-se os COMPRADORES a contribuir com a taxa mensal (após a entrega da infra-estrutura) e obedecer as restrições da Convenção do Condomínio

PARÁGRAFO TERCEIRO

Integram e complementam este contrato, para todos os fins de direito, as normas, regras, termos, obrigações e direitos previstos e estipulados no "MEMORIAL DESCRITIVO", "ESCRITURA PARTICULAR DE CONVENÇÃO DE CONDOMÍNIO" e "REGULAMENTO INTERNO", os quais são de cumprimento obrigatório dos COMPRADORES, seus sucessores, bem como, de terceiros adquirentes de quaisquer direitos relativos à unidade/lote, nas circunstâncias e momento enquanto mantiver relação jurídica com a unidade/lote adquirido.

PARÁGRAFO QUARTO

Em todas as condições deste Contrato e seus pactos, bem como documentos complementares e suplementares, quando estiver citado VENDEDORA ou INCORPORADORA deve-se entender a LAGOS EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 09.236.486/0001-36, com escritório comercial à Av. Epitácio Pessoa 1250 sala-103 e sala-505 - Torre, Ed Concorde - João Pessoa PB - 58040-904.

3. DO OBJETO

O presente contrato cerra seu objeto exclusivamente na compra e venda de unidade/lote residencial não edificado em condomínio horizontal, com pacto adjeto de alienação fiduciária em garantia, **definido e individualizado nas CONDIÇÕES ESPECÍFICAS** que fazem parte deste Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A edificação e/ou construção de qualquer bem na referida unidade/lote, não é de responsabilidade da VENDEDORA, sendo todos os custos, gastos e despesas referentes e decorrentes da mencionada edificação e/ou construção de inteira responsabilidade do(a) COMPRADOR(A), não se incluindo no preço de venda.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Compete a VENDEDORA, exclusivamente, a realização das seguintes obras das áreas comuns do Condomínio:

a) ESTACIONAMENTO - Área descoberta para estacionamento de visitantes contendo, vagas próximas Portal de entrada, às quadras, à Praça do Coreto e próximas ao Haras;

b) PORTAL DE ENTRADA - Cobertura em estrutura de madeira de lei, com coberta

em telha cerâmica, tipo canal, apoiada sobre 06 (seis) pilares de seção retangular, com revestimento em pedra. Sob esta coberta será executada 01 (uma) guarita de segurança com banheiro para pessoal de serviço. Estrutura em alvenaria de ½ vez, coberta em laje pré-moldada. Piso em cerâmica esmaltada, pintura em tinta PVA sobre massa corrida. Esquadrias em alumínio anodizado e vidro temperado. Portão de correr em alumínio automatizado;

c) HELIPONTO - Piso em placas de concreto pintado com demarcações específicas, em tinta PVA para piso;

d) PISTA DE EQUITAÇÃO - Local destinado à prática de esportes eqüestres. Cercamento em réguas de madeira e piso de areia;

e) HARAS - Local destinado à criação de eqüinos, composto por baias que poderão ser locadas aos condôminos, bem como manter animais do Condomínio;

f) CURRAL DE MANEJO - Local destinado à criação e manejo de bovinos. Composto por brete, corredor de alimentação coberto e carregadeira. Cercamento em réguas de madeira;

g) CENTRO DE SEGREGAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS - Área coberta com baias, para separação de lixo orgânico, plástico, metálico, papel e vidro. Fechamento em bloco de concreto com altura de 2,50m;

h) QUADRA POLIESPORTIVA - Área destinada à prática de esportes com piso em placas de concreto pintado e com as demarcações específicas;

i) QUADRA DE VÔLEI DE AREIA - Área destinada à prática de vôlei de areia com piso tipo caixa de areia;

j) QUADRA DE TÊNIS - Área destinada à implantação de duas quadras de tênis, com as demarcações específicas;

k) CAMPO DE FUTEBOL SOCIETY - Área destinada à prática de futebol society, com piso em grama e demarcações específicas;

l) CAPELA - Cobertura em estrutura de madeira de lei, coberta em telha cerâmica, tipo canal. Piso em cerâmica esmaltada. Paredes em alvenaria, com revestimento em pintura PVA sobre massa corrida e esquadrias em madeira de lei e/ou alumínio anodizado;

m) EDIFÍCIO DESTINADO AO SPA, FITNESS, VESTIÁRIOS E SALÃO DE JOGOS - Construção com cobertura em telhas cerâmicas do tipo canal estrutura em madeira de lei. Paredes em alvenaria de ½ vez, revestidas internamente com pintura PVA e acabamento em massa corrida; externamente revestidas com casquilho (tijolinho); nos vestiários, paredes revestidas até a altura de 1,80m com

cerâmica esmaltada. Piso em cerâmica esmaltada. Esquadrias em madeira de lei e/ou alumínio anodizado com folhas em vidro e/ou madeira de lei;

n) PISCINA AQUECIDA, HIDROGINÁSTICA - Piscina executada em alvenaria ou concreto armado, com sistema de aquecimento d´água e revestimento interno em cerâmica esmaltada;

o) EDIFÍCIO DESTINADO A CINEMA, LAN HOUSE, LANCHONETE E LOJA DE CONVENIÊNCIAS - Construção com cobertura em telhas cerâmicas estrutura em madeira de lei. Paredes em alvenaria de tijolos cerâmicos em ½ vez, revestidas com pintura PVA e acabamento em massa corrida. Na área da lanchonete, revestidas com cerâmica esmaltada até a altura de 1,80m. Piso em cerâmica esmaltada. Esquadrias em madeira de lei e/ou alumínio anodizado com folhas em vidro e/ou madeira de lei;

p) PRAÇA COM CORETO - Praça com passeio em piso de placas de concreto e área destinada a jardim, conforme projeto de arquitetura. Coreto com cobertura em estrutura de madeira de lei e telhas cerâmicas do tipo canal;

q) SALÃO DE FESTAS E RESTAURANTE - Cobertura em estrutura de madeira de lei, coberta em telha cerâmica, tipo canal. Piso em cerâmica esmaltada. Paredes em alvenaria, com revestimento em pintura PVA sobre massa corrida, na área da cozinha e dos banheiros, revestimento em cerâmica esmaltada nas paredes até a altura de 1,8m. Esquadrias em madeira de lei e/ou alumínio anodizado;

r) BAR MOLHADO - Apoio da piscina com cobertura em estrutura de madeira de lei e telha cerâmica do tipo canal, apoiadas sobre pilares de madeira ou concreto armado revestidos com pedra. Piso em cerâmica esmaltada. Paredes de alvenaria de tijolos cerâmicos em ½ vez, revestidos com cerâmica esmaltada. Esquadrias em madeira de lei. Balcões em granito;

s) PISCINA COM RAIA SEMI-OLÍMPICA - Piscina executada em alvenaria armada ou concreto armado, revestida em cerâmica esmaltada;

t) PLAYGROUND - Área destinada à implantação de brinquedos em madeira e/ou plástico para lazer infanto-juvenil. Pavimento em terreno natural encoberto de areia lavada;

u) CICLOVIA E PISTA DE CAMINHADA - Pista pavimentada;

v) BICICROSS - Pista com obstáculos em solo natural;

w) PISTA DE ARBORISMO - Equipamento instalado entre as copas das árvores utilizando-se de cabos de aço e estrutura em madeira de lei para criar passarelas aéreas;

x) CENTRO DE PRODUÇÃO DE MUDAS - Edificação coberta com telhas cerâmicas do tipo canal estrutura de madeira de lei;

y) PIER - Construção executada às margens do lago 01 constituindo-se de uma estrutura fixa e outra flutuante;

z) CLUBE DE PESCA - Composto por quiosques com cobertura de piaçava e estrutura de madeira de lei, localizados nas margens do lago 01;

aa) REDE ELÉTRICA AT/BT E REDE ELÉTRICA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E ÁGUA - Executada conforme as exigências da concessionária local, ENERGISA. As redes de alta tensão, baixa tensão e iluminação pública serão aéreas. O sistema de distribuição do Condomínio será conectado a rede concessionária através de tronco alimentador. O fornecimento de água ao Condomínio poderá ser feito através de poços artesianos ou semi-artesianos, captação de água das chuvas nos lagos ou através de Concessionária Pública;

bb) DEMARCAÇÃO DOS LOTES - A demarcação será executada através de marcos. Os adquirentes deverão conferir o fiel posicionamento dos mesmos antes de qualquer construção no lote a fim de verificar o correto posicionamento;

cc) DIVISAS - O fechamento do perímetro será executado no lado Oeste em alvenaria de 1 vez com altura de 2,50m. Este muro terá extensão de 350,00m e o restante será em estacas de concreto com 1,60m do solo e arame farpado. No lado Norte (frente do loteamento) o fechamento será executado em estacas de concreto armado com altura de 1,60m e réguas de madeira. Nos lados Sul e Leste o fechamento será executado em estacas de concreto com 1,60m do solo, arame farpado;

dd) VIAS DE CIRCULAÇÃO PARA AUTOS - As vias de circulação serão pavimentadas.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Fica convencionado que o LAGOS COUNTRY & RESORT poderá ser, a critério da Incorporadora, em uma segunda etapa, ampliado em uma área equivalente a 56,00 há (cinqüenta e seis hectares), constituída por 293 (duzentos e noventa e três) lotes, que usufruirão de todas as partes comuns citadas acima, e concorrerão com o rateio das despesas na proporcionalidade estabelecida pela totalidade dos lotes da primeira e segunda etapas. A correção do rateio das despesas ordinárias ocorrerá após a entrega e integração da segunda etapa à primeira etapa que poderá ocorrer, a critério da Incorporadora, em momento distinto da primeira etapa. Será aplicado o princípio da reciprocidade, ou seja, as partes comuns implantadas na segunda etapa também serão usufruídas pelos Condôminos da primeira etapa.

PARÁGRAFO QUARTO

A Incorporadora reserva-se ainda, ao direito de ampliar o referido Condomínio em, no máximo, mais 160 hectares em área de vendas, numa possível terceira etapa, a critério da Incorporadora. Os citados lotes da terceira etapa também usufruirão de todas as partes comuns citadas acima implantadas nas primeiras e segundas etapas, e concorrerão com o rateio das despesas na proporcionalidade estabelecida pela totalidade dos lotes da primeira, segunda e terceira etapas. A correção do rateio das despesas ordinárias ocorrerá após a entrega e integração da terceira etapa às anteriores que poderá ocorrer, a critério da Incorporadora, em momento distinto das outras etapas. Será aplicado o princípio da reciprocidade, ou seja, as partes comuns implantadas nesta etapa também serão usufruídas por todos os Condôminos.

PARÁGRAFO QUINTO

A critério da Incorporadora poderá ser construída em área adjacente e externa ao empreendimento em tela um centro comercial (lojas e restaurantes) ao lado da BR-230, independente do Condomínio quanto à área e funcionamento. Neste caso, será deixado um acesso para uso dos Condôminos que deverá ser controlado pelo Condomínio.

PARÁGRAFO SEXTO

A critério da Incorporadora poderá também ser construído um hotel ou instalação afim em área adjacente e externa ao empreendimento em tela. Os hóspedes terão acesso às áreas comuns e de lazer do Condomínio por portaria própria controlada pelo Condomínio, mediante uma taxa de uso equivalente a 5% da taxa ordinária de condomínio, por dia e por usuário.

4. PREÇO, SINAL, VALOR DAS PARCELAS, DATAS E PRAZO.

As partes CONTRATANTES reiteram os termos definidos e especificados nas CONDIÇÕES ESPECÍFICAS.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: DO SINAL

O inequívoco pagamento do sinal pelo(a) COMPRADOR(A) confirma sua intenção de concluir este contrato, bem como de cumprir integralmente todos os seus termos, cláusulas, condições e obrigações, e remunera à VENDEDORA por todos os serviços prestados referentes à aquisição do terreno, estruturação, viabilização econômica e administração do empreendimento.

a) O SINAL será pago no dia definido nas CONDIÇÕES ESPECÍFICAS;

b) O SINAL firmado em espécie ou por cheque emitido pelo COMPRADOR opera seus efeitos tão somente com a sua regular compensação e pagamento;

c) O COMPRADOR perde o valor do sinal em favor da VENDEDORA quando der causa a não execução, à rescisão, à transferência ou a qualquer das hipóteses previstas neste contrato que importem na quebra ou na modificação do vínculo

contratual firmado originariamente entre as partes;

d) Não compensado o cheque, considera-se não firmado o pacto, bem como, desfeitas as tratativas, desvinculadas as partes contratantes e totalmente liberada a unidade/lote, sem que lhes caiba qualquer pleito referente a compensações por perdas e danos;

e) O sinal representa, por sua finalidade, a anuência e o comprometimento das partes contratantes em atender, cumprir e manter os termos, cláusulas, parágrafos, deveres e obrigações previstas neste contrato, regendo-se pelas disposições legais do Capítulo VI do Título IV do Código Civil de 2002.

PARÁGRAFO SEGUNDO: LOCAL DE PAGAMENTO

O pagamento das parcelas mensais deverá ser realizado até a data de seus respectivos vencimentos, em qualquer agência dos bancos escolhidos pela VENDEDORA, conforme indicação nos "bloquetes" de cobrança enviados através do Correio, ressaltando-se os seguintes aspectos:

a) O não recebimento dos "bloquetes" de pagamento por qualquer motivo, até a data dos vencimentos, não libera os COMPRADORES da obrigação de pagar as parcelas mensais devidas na forma e prazos definidos e acordados;

b) Ocorrendo qualquer problema quanto ao não recebimento dos "bloquetes" em tempo hábil ao pagamento das parcelas mensais, a VENDEDORA disponibiliza aos COMPRADORES seu escritório comercial, localizado na Av. Presidente Epitácio Pessoa 1250 sl 505 Torre – Edifício Concorde - João Pessoa PB - Tel 83.3244-5787 para efetuar os pagamentos nos dias úteis, nos horários 09:00h às 12:00h e de 13:00 às 15:30h;

c) A VENDEDORA pode, em qualquer época, exigir a prova do correto pagamento das parcelas, e, quando constatado o atraso no pagamento de qualquer parcela, poderão exigir do(s) PROMITENTE(S) COMPRADOR(ES), a qualquer tempo, a quitação das cominações relativas ao pagamento a extemporâneo, e, em caso de não exigência do pagamento dos encargos decorrentes do atraso, o ato não implicará em liberalidade, novação, renúncia ou alteração da avenca por parte da VENDEDORA.

5. DO PAGAMENTO FORA DO PRAZO

As parcelas mensais pagas após a data de seus respectivos vencimentos, terão seus valores atualizados *pro rata tempore* conforme legislação específica vigente à época do pagamento, considerando o período compreendido entre a data do vencimento e a data do efetivo pagamento, juros moratórios à taxa de 3% (três por cento) ao mês e multa de mora de 2% (dois por cento) ao mês, apurados, cada qual, sobre o valor nominal da parcela mensal vencida.

6. DA ATUALIZAÇÃO DAS PARCELAS

O preço definido nas CONDIÇOES ESPECÍFICAS refere-se ao valor real das unidades / lotes, para parcelamento, sobre as quais são incorporados juros remuneratórios e correção. A parcela do sinal será paga com valor fixo e irreajustável. Até a entrega do Condomínio pela VENDEDORA a correção das parcelas será pelo INCC – Índice Nacional da Construção Civil. Após a entrega, todas as parcelas são reajustadas mensalmente pelo IGPM + 1% ao mês de até 60 (sessenta) dias anterior ao vencimento da parcela.

7. DA FALTA DE PAGAMENTO E DA COBRANÇA

O não pagamento pelo(a) COMPRADOR(A) de 03 (três) parcelas mensais, consecutivas ou não, implicará na rescisão automática do presente contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO

A VENDEDORA faculta-se ao direito de usar, no momento em que considerar conveniente, todos os meios legais de cobrança para haver os valores não pagos pelos COMPRADORES, podendo, inclusive, transferi-la para empresa terceirizada de cobrança, bem como, negociar o crédito que lhe cabe com quem de direito lhe convier, além de emitir as apropriadas duplicatas ou fichas de compensação.

8. DA ENTREGA DA UNIDADE/LOTE, DA AUTORIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO E DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA E CONDOMINIAL

A VENDEDORA entregará o empreendimento devidamente pronto e estruturado nas suas áreas comuns, até 22 de junho de 2011 (vinte e dois de junho de dois mil e onze), sendo que a unidade/lote adquirida só poderá ser recebida pelo(a) COMPRADOR(A), no momento oportuno, mediante a inequívoca comprovação do regular cumprimento de todas e quaisquer obrigações avençadas neste contrato, inclusive as referentes ao pagamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Em caso de força maior devidamente comprovada que impeça a entrega do empreendimento no prazo estipulado, prorroga-se por 180 (cento e oitenta) dias ou enquanto durar o impedimento, o prazo original, acolhendo-se sempre o mais extenso em favor da VENDEDORA. Serão causas de prorrogação, exemplificadas, mas, não exclusivamente:

a) greves parciais ou gerais:
b) suspensão ou falta de transportes;
c) falta de materiais na praça ou de mão de obra especializada;
d) eventual embargo da obra, não resultante da incúria ou erro dos COMPROMISSÁRIOS VENDEDORES;
e) demora na concessão do "habite-se" e outras autorizações legais, por motivos que não dependam dos COMPROMISSÁRIOS VENDEDORES;
f) reformas econômicas ou outros atos governamentais que interfiram no setor de construção.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Ultrapassados 120 (cento e vinte) dias do termo final da prorrogação fixada no parágrafo anterior, sem que o empreendimento tenha sido entregue, a VENDEDORA pagará mensalmente a título de multa ao comprador, até o máximo de 180 (cento e oitenta) dias ou até a entrega do empreendimento, o percentual de 0,2% (dois décimos por cento) do valor efetivamente pago, o qual será pago a partir do trigésimo dia posterior a data de recebimento de notificação formal por parte do comprador.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Findo o prazo máximo de pagamento da multa estipulada no parágrafo anterior sem que o empreendimento tenha sido entregue, considera-se rescindido de pleno direito o presente contrato, incidindo os termos da cláusula 14.

PARÁGRAFO QUARTO

Enquanto durar o evento extraordinário previsto nos parágrafos primeiro, segundo e terceiro acima, o COMPRADOR não se exime de cumprir todos e quaisquer termos, cláusulas e obrigações estipulados neste contrato, inclusive o de manter o inequívoco pagamento das parcelas mensais, sob pena de incidirem as cominações da cláusula 7.

PARÁGRAFO QUINTO

Entregue o empreendimento e recebido a unidade/lote, os COMPRADORES mantém sua obrigação junto à VENDEDORA pelo adimplemento de quaisquer das parcelas vincendas e assume a responsabilidade pelo pagamento de quaisquer tributos incidentes sobre a unidade/lote, bem como das respectivas despesas condominiais e encargos referentes ao seu registro perante os órgãos públicos ou escriturários, não podendo, sob qualquer fundamento ou justificativa, cobrá-las ou exigi-las da VENDEDORA que se reserva ao direito de requerer dos COMPRADORES, a qualquer tempo, a apresentação dos comprovantes de quitação, sob pena de rescisão automática deste contrato independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

PARÁGRAFO SEXTO

As mesmas obrigações estipuladas no parágrafo anterior incidem sobre os COMPRADORES que não tenham recebido a unidade/lote, seja por sua conveniência, seja por estar caracterizada sua inadimplência.

PARÁGRAFO SÉTIMO

As construções individuais dos compradores só poderão ser realizadas após a entrega do empreendimento, ou seja, com a instalação do Condomínio e de acordo com as regras definitivas da CONVENÇÃO DO CONDOMÍNIO LAGOS COUNTRY & RESORT que será firmada após a entrega do empreendimento pelos condôminos.

PARÁGRAFO OITAVO

Eventuais interessados em construir antes da entrega do empreendimento deverão manifestar por escrito a Incorporadora tal pleito e esta fará análise e poderá, a seu exclusivo critério, autorizar o início da construção, emitindo uma AUTORIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO, desde que:

a) O comprador disponibilize o projeto da edificação que pretende construir, no Departamento Técnico da VENDEDORA, para verificação e análise do atendimento dos padrões arquitetônicos (recuos, limites frontais, laterais e de fundos, gabarito etc.);

b) O comprador já tenha pago 50% (cinqüenta por cento) do valor da unidade/lote, bem como, estar regularmente adimplente quanto ao pagamento, nos termos, formas e prazos definidos e acordados, do sinal, das parcelas mensais vencidas até o instante do requerimento, não se desobrigando de manter o pagamento de quaisquer das parcelas vincendas;

c) A Incorporadora tenha liberado para uso as instalações de infra-estrutura de água, energia e pavimentação para a respectiva quadra ou lote objeto da construção antecipada pleiteada;

d) As construções sigam os critérios da MINUTA DE ESCRITURA PARTICULAR DE CONVENÇÃO DO CONDOMÍNIO LAGOS COUNTRY & RESORT (arquivada no Registro de Imóveis), ficando a exclusivo risco do comprador a adequação posterior à forma final e definitiva da CONVENÇÃO DO CONDOMÍNIO LAGOS COUNTRY & RESORT que será firmada após a entrega do empreendimento pelos condôminos e que poderá, pela vontade destes, alterar a Minuta arquivada;

e) O Comprador interessado em construir antes da entrega e o Incorporador firmem um Termo de Ajuste e Compromisso no qual estarão explícitas as obrigações das partes, resultantes da antecipação de entrega do lote (s).;

PARÁGRAFO NONO
À efetivação da alínea "b" do parágrafo anterior, admite a VENDEDORA que os COMPRADORES tanto complementem o percentual exigido, como regularizem seu débito através do pagamento à vista da quantia apurada devidamente corrigida.

PARÁGRAFO DÉCIMO
O fornecimento aos COMPRADORES da "AUTORIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO" vincula-se incondicionalmente ao simultâneo atendimento, a qualquer tempo, do conteúdo das alíneas estipuladas no parágrafo oitavo desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO
Em caso do não cumprimento simultâneo do conteúdo das alíneas estipuladas no parágrafo oitavo desta cláusula, não será fornecida a "AUTORIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO".

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO
A "AUTORIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO" referida nesta cláusula, não substitui as autorizações e alvarás, exigidos conforme determinação legal vigente, a serem fornecidas

pelo CREA/PB e pelos Órgãos Públicos competentes.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO

Todas as despesas com taxas, impostos, encargos, tais como: IPTU, ITBI, TCR, foro, laudêmio, (se houver) são de responsabilidade do comprador a partir da entrega do empreendimento.

9. DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA

Os COMPRADORES dão à VENDEDORA, em alienação fiduciária, para garantia de todas as obrigações principais e acessórias estipuladas neste contrato, a unidade/lote descrita e caracterizada nas **CONDIÇÕES ESPECÍFICAS** que fazem parte deste Contrato, passando os COMPRADORES a deter-lhe a posse precária em nome da VENDEDORA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DAS ACESSÕES E CONSTRUÇÕES

A garantia constituída incide originariamente sobre a unidade/lote e se estende, sem qualquer ressalva ou restrição, a qualquer acessão e/ou construção que, porventura, seja nele edificada, e lhe modifique as características naturais, agregando-lhe valor passível de auferição monetária, considerando-se, ainda, os seguintes aspectos:

a) a unidade/lote é considerada como bem principal, sendo toda e qualquer acessão e/ou construção seu acessório;

b) sendo a VENDEDORA proprietária fiduciária da unidade/lote, toda e qualquer edificação sobre o referido imóvel, após a sua conclusão, deverá ser averbada no Registro Imobiliário competente, junto ao registro deste contrato, com sua necessária e insubstituível interferência;

c) a auferição do valor individualizado da acessão e/ou construção para fins de integração da garantia, será implementada pela VENDEDORA conforme estipulado nos parágrafos primeiro e segundo da cláusula 11;

d) toda e qualquer edificação que se iniciar na unidade/lote sem que esteja devidamente regularizada em atenção aos termos exigidos por este contrato, será considerada como conduta de má-fé dos COMPRADORES, incidindo-lhes o conteúdo normativo do artigo 1.255 do Código Civil de 2002.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os COMPRADORES não poderão vender, dar em pagamento, permutar, doar, onerar como garantia, ou impor qualquer restrição de domínio ou posse, em seu favor ou de terceiros, sobre a unidade/lote alienada fiduciariamente à VENDEDORA, bem como sobre a acessão e/ou construção nele edificado, sob pena de se considerar rescindido de pleno direito o presente contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Aos COMPRADORES é assegurada, após a entrega da unidade/lote adquirida, a sua livre

utilização, a qual sempre estará subordinada ao estrito cumprimento dos termos, cláusulas e condições do presente contrato.

10. DA CONSTITUIÇÃO EM MORA E CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE EM NOME DA VENDEDORA

Vencida e não paga, no todo ou em parte, qualquer obrigação assumida pelos COMPRADORES nos termos da cláusula 7, a VENDEDORA o notificará, por carta registrada com aviso de recebimento – AR, para, em 10 (dez) dias, saldar o débito, sob pena de consolidar-se-á a propriedade do imóvel em nome da VENDEDORA de acordo com a previsão dos parágrafos abaixo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Considera-se notificado os COMPRADORES pela simples aposição de assinatura de recebimento da carta registrada, independente da titularidade do seu signatário.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Ultrapassado o prazo estipulado no *caput* desta cláusula, a VENDEDORA requererá ao Oficial do Registro de Imóveis, ou do Registro de Títulos e Documentos, ou ainda pelo correio, com aviso de recebimento, a intimação do(a) COMPRADOR(A), para, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, pagar o valor devido referente às parcelas vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, acrescidas dos juros, das penalidades e dos demais encargos convencionados neste contrato, além dos encargos legais, inclusive tributos, das contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, além das despesas de cobrança e de intimação.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Ultrapassado o prazo deferido no parágrafo anterior sem que tenha efetivado o pagamento devido, estarão os COMPRADORES, para todos os fins, regularmente constituído em mora.

PARÁGRAFO QUARTO

Certificada a constituição em mora dos COMPRADORES pelo Oficial do Registro de Imóvel competente, este promoverá o registro, na matrícula do imóvel objeto deste contrato, da consolidação da propriedade em nome da VENDEDORA.

11. LEILÃO

Satisfeitos os termos da cláusula 10, a VENDEDORA promoverá leilão público para a alienação do imóvel.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Para fins do primeiro leilão, considera-se o valor mínimo de arrematação da unidade/lote a quantia apurada em razão dos seguintes aspectos:

a) não havendo edificação, benfeitoria, acessão e/ou construção em sua área e limite, 50% (cinqüenta porcento) do valor nominal de venda da unidade/lote;

b) havendo qualquer acessão e/ou construção, o valor será o previsto na alínea "a" acima, acrescido do montante referente à acessão e/ou construção, considerando a sua integração na garantia, conforme parágrafo primeiro da cláusula 9, devidamente atualizado pelo índice aplicado pelo mercado imobiliário;

PARÁGRAFO SEGUNDO

Para fins de avaliação da acessão e/ou construção, a VENDEDORA tomará como indicado, o maior valor obtido em razão de processo de avaliação realizado por 02 (duas) imobiliárias de reconhecida reputação no mercado local, cuja escolha será definida exclusivamente pela VENDEDORA.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Em caso de insucesso do primeiro leilão, realizar-se-á, nos 15 dias seguintes, o segundo leilão, sendo que para este, considera-se o valor mínimo para fins de arrematação o somatório dos valores da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, e das contribuições condominiais e suas cominações, considerando que a definição e alcance dos termos "valores da dívida" e "despesas", encontram-se nos incisos I e II do parágrafo 3º do artigo 27 da Lei 9.514/97.

PARÁGRAFO QUARTO

Arrematado o imóvel por quantia superior à definida para o leilão, a VENDEDORA restituirá ao(a) COMPRADOR(A) importância que sobejar.

PARÁGRAFO QUINTO

Se o preço de arrematação do imóvel, não for suficiente para a liquidação do montante devido, os COMPRADORES continuarão pessoalmente obrigados pela quitação do saldo remanescente decorrente. Para tanto, a VENDEDORA procederá à cobrança judicial ou extrajudicial da referida quantia.

12. CUMPRIMENTO DO CONTRATO

Com o integral pagamento do preço estipulado com suas atualizações, conforme prazos, termos e formas previstos, considera-se regularmente cumprido o presente contrato e resolvida a propriedade fiduciária do imóvel, obrigando-se a VENDEDORA, por si, seus herdeiros e sucessores, a fornecer o respectivo termo de quitação aos COMPRADORES.

PARÁGRAFO ÚNICO

Não se consideram, sob qualquer aspecto, incluídos no preço pago pela unidade/lote, os valores das despesas e atos referentes à transferência e registro da propriedade no cartório imobiliário competente, os quais serão de inteira responsabilidade dos COMPRADORES, sem que possam ou devam, sob qualquer pretexto, serem cobrados ou exigidos da VENDEDORA.

13. DA DESISTÊNCIA PELO COMPRADOR(A)

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A desistência do contrato por ato expresso, unilateral e inequívoco dos COMPRADORES, tem efeitos de distrato consensual, operando a devolução e liberação da unidade/lote em favor da VENDEDORA que se obrigará a cancelar, perante o Cartório de Registro Imobiliário, o registro do pacto distratado.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Devolvida e liberada a unidade/lote, bem como cancelado o registro do contrato no Cartório Imobiliário, o mesmo se considera totalmente desembaraçado para fins de nova alienação.

14. DA RESTITUIÇÃO DAS PARCELAS PELA EXTINÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONTRATO

A rescisão, resilição ou resolução extraordinária, bem como o distrato deste contrato, nos termos, ocasiões e circunstâncias previstas em suas cláusulas, confere às partes contratantes os seguintes direitos e obrigações:

a) para a VENDEDORA, o de descontar 30% do total devidamente quitado das parcelas mensais, considerando que este percentual remunera serviços de manutenção e administração implementados pela VENDEDORA em relação à unidade/lote adquirido pelos COMPRADORES;

b) para os COMPRADORES, o de receber, mediante devolução, os 70% remanescentes do total das parcelas pagas, a ser feita em prestações correspondentes ao exato número de parcelas pagas, de acordo com as regras definidas neste contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO

Entende-se por rescisão, resilição ou resolução extraordinária, aquela que se opera prematuramente de maneira diversa ao cumprimento normal do contrato impedindo a produção dos seus regulares e esperados efeitos.

15. DA TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

Os COMPRADORES poderão transferir para terceiros sua posição no presente contrato, mediante o preenchimento de "TERMO DE TRANSFERÊNCIA", o qual exige, para concretizar seus efeitos, formal, expressa e plena concordância e anuência da VENDEDORA, sob pena de, inatendida a exigência, considerar-se sem efeito a transferência, bem como, rescindido de pleno direito este contrato, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Estipula-se, para fins de concretização dos termos do *caput* desta cláusula, o pagamento da "TAXA DE TRANSFERÊNCIA", a cargo dos COMPRADORES em favor da VENDEDORA, no valor correspondente a 01 (um) salário mínimo vigente à época do evento.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Concretizados os termos acima previstos, atualiza-se o saldo devedor apurado na data do evento com base nos índices aplicados pelo mercado imobiliário, transferindo-o, em seguida, integralmente ao terceiro substituto, o qual assume integralmente, para todos e quaisquer fins de direito, as obrigações estipuladas neste instrumento e em seus acessórios.

16. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO POR DESCUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO DE SEUS TERMOS, CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

Extingue-se este pacto, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, pelo descumprimento de quaisquer dos seus termos, cláusulas e condições, bem como, pela inobservância de quaisquer normas legais que o disciplinem.

17. DESAPROPRIAÇÃO

Em caso de desapropriação do imóvel alienado fiduciariamente, a VENDEDORA, na qualidade de proprietária fiduciária, assume o direito de haver do poder expropriante a indenização correspondente, importando a solução da dívida e a liberando do saldo, se houver, em favor dos COMPRADORES.

18. DA IDONEIDADE DA VENDEDORA.

A VENDEDORA declara, sob as penas da lei, que:

a) até o presente momento inexiste, quanto ao imóvel objeto deste contrato, qualquer débito de natureza fiscal ou condominial, bem como que assume, em caráter irretratável, a responsabilidade exclusiva pelos débitos não conhecidos de tal natureza que existam e possam ser devidos até a presente data;

b) não responde por qualquer ação de qualquer natureza que possa comprometer o imóvel objeto deste contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO

A VENDEDORA declara solenemente, sob as penas da lei, que o imóvel objeto deste contrato não faz parte integrante do seu ativo permanente, estando, pois, enquadrado na dispensa da apresentação da Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, nos termos da Instrução Normativa da Receita Federal número 85, de 21/11/97 - publicada no Diário Oficial da União de 25/11/97.

19. DA GARANTIA E DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA DA VENDEDORA PELO EMPREENDIMENTO DA PARTE COMUM

A comprovação de todo e qualquer defeito no empreendimento da parte comum do Condomínio, em razão do emprego de mão-de-obra ou material inadequado, será reparado pela VENDEDORA de acordo com as normas de garantia previstas em lei, exigindo, para tanto, a sua notificação por escrito da existência do defeito.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Todo o equipamento de infra-estrutura empregado pela VENDEDORA para a concretização do empreendimento, está garantido, quanto a vícios ocultos, pelo prazo de 6 (seis) meses contados da entrega do empreendimento, na data definida nos termos da cláusula 8.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A VENDEDORA prestará, dentro do prazo de garantia, serviço de assistência técnica reparando os defeitos verificados e comprovados por vistoria, sem qualquer ônus, contanto que comprovada, por esta vistoria, a não ocorrência de culpa ou de responsabilidade dos usuários do empreendimento na causação do defeito.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Ultrapassado o prazo de garantia de 6 (seis) meses, e vindo a ocorrer o aparecimento de vício oculto em qualquer material ou equipamento do empreendimento, os COMPRADORES deverão contatar diretamente o administrador e/ou sindico do condomínio.

PARÁGRAFO QUARTO

A VENDEDORA não arcará com o pagamento de taxas ou de faturas exigidas ou cobradas pelo fornecedor ou por seu representante, em razão de solicitação de assistência técnica que não tenha sido feita por ela.

20. NOVAÇÃO

Não configura novação a tolerância da VENDEDORA à inobservância pelos COMPRADORES de qualquer uma das cláusulas, termos e condições previstas neste contrato ou em seus acessórios, bem como, de qualquer prescrição legal que exija dos COMPRADORES a assunção de responsabilidades e obrigações relacionadas ao seu cumprimento.

21. CLÁUSULA PENAL

Em caso de descumprimento dos termos do presente contrato, fixa-se o percentual de 10% (dez por cento), a título de multa, calculado sobre o total da dívida atualizado conforme estabelecido neste contrato, a ser pago pela parte CONTRATANTE responsável.

22. DA ACEITAÇÃO

As partes CONTRATANTES declaram conhecer e aceitar voluntariamente todos os termos, cláusulas e condições estipulados neste contrato, em caráter irrevogável e irretratável, ficando desde já cientificadas que o questionamento, judicial ou extrajudicial, do seu conteúdo não impede, não restringe e não desobriga à continuidade do cumprimento das cláusulas não atingidas pelo questionamento, contanto que demonstrado a sua desvinculação.

PARÁGRAFO ÚNICO

A parte que deixar de cumprir integralmente este contrato em razão de questionamento parcial de seus termos, cláusulas e condições, será considerada em mora quanto ao não cumprimento das demais que não estiverem sendo questionadas.

23. FORO

É competente o foro da Comarca de Gurinhém/PB para dirimir todas as questões decorrentes do presente instrumento, observando-se previamente em razão da ocorrência de dúvidas, controvérsias ou litígios, a sua solução pela via da arbitragem, nos termos da legislação vigente.

As partes assinam as CONDIÇÕES ESPECÍFICAS, bem como rubricam e assinam igualmente este ANEXO I – Condições Gerais Contratuais que complementam as CONDIÇÕES ESPECÍFICAS, produzindo os devidos efeitos legais.

UNIDADE OBJETO DO COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA:

QUADRA(s) - 13

LOTE (s) - 14

VENDEDOR

Sandra Valentim Melo de Oliveira

COMPRADOR (A)

C.81 Q.153

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

1. DAS PARTES:

COMPROMISSÁRIO VENDEDOR, INCORPORADOR, VENDEDOR: LAGOS EMPREENDIMENTOS LTDA. CNPJ 09.236.486/0001-36, com escritório comercial à Av. Epitácio Pessoa 1250 sala-103 e sala-505 - Torre, Ed Concorde - João Pessoa, neste Ato representada por seu sócio:
JOÃO EVANDRO PALHANO SOUTO, brasileiro, empresário, portador da carteira de identidade 650.9002aVia SSP/PB e inscrito no CPF/MF sob o nº 379.791.674-49; OU
STELO OLIMPIO BARATA DE QUEIROGA, brasileiro, engenheiro civil, portador da carteira de identidade 512.331 2ª VIA SSP-PB e inscrito no CPF/MF sob o nº 205.952.124-68; OU
BENEDITO FERNANDES BRILHANTE FILHO, brasileiro, arquiteto, portador da carteira de identidade 992.696 2ª VIA SSP-PB e inscrito no CPF/MF sob o nº 769.067.364-34 ; OU
ELINALDO DE ALBUQUERQUE VASCONCELOS, brasileiro, empresário, portador da carteira de identidade 1.102.584 SSP/PB, com registro na OAB/RJ sob o número 99568 e também no CREA-RJ sob o número 911022237, e inscrito no CPF/MF sob o nº 491.446.004-10

COMPROMISSÁRIO(S) COMPRADOR(ES):

A Sr.(s, a) **SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA**

Nacionalidade **BRASILEIRA**

Profissão **PENSIONISTA**

CPF nº **738.298.114-20**

RG e órgão emissor. **1.412.531 SSP/PB**

Estado Civil **SOLTEIRA**

Residente a **R. MIGUEL SÁTIRO, Nº280 APTº 2001, CABO BRANCO, JOÃO PESSOA-PB.**

Telefones: (83) 8806-7777 / 3247-6834

As partes acima, maiores e capazes, após terem tido conhecimento prévio do texto deste instrumento, seu ANEXO I - CONDIÇÕES GERAIS CONTRATUAIS e de seus documentos complementares e suplementares, e, após compreendido o seu sentido e alcance, pactuam a presente promessa de compra e venda de imóvel, que reger-se-á pelas cláusulas doravante enumeradas:

2. UNIDADE OBJETO DO COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA:

QUADRA(s) - **13**

LOTE (s) - **14**

Área **real** privativa da unidade 1252,1300 m^2

VALOR NOMINAL DE VENDA DA UNIDADE / LOTE: R$ 87.147,57 (oitenta e sete mil cento e quarenta e sete reais e cinqüenta e sete centavos).

FORMA DE PAGAMENTO:

-SINAL: R$ 1.804,01 (hum mil oitocentos e quatro reais e um centavo), com vencimento para o dia 15/08/08.

R$ 1.804,01 (hum mil oitocentos e quatro reais e um centavo) com vencimento para 15/09/08.

- PARCELAS:

R$ 15.564,55 (quinze mil quinhentos e sessenta e quatro reais e cinqüenta e cinco centavos) com vencimento para o dia 15/01/09.

R$ 67.975,00 (sessenta e sete mil novecentos e setenta e cinco reais), dividido em 100 parcelas de R$ 679,75 (seiscentos e setenta e nove reais e setenta e cinco centavos) sendo a primeira parcela com vencimento para o dia 15/11/08 e as restantes no mesmo dia dos meses subseqüentes.

OBS: Parcelas corrigidas pelo INCC e, após a entrega, corrigidas pelo IGPM + 1%.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

João Pessoa, 04 de agosto de 2008

COMPROMISSÁRIO VENDEDOR:

LAGOS EMPREENDIMENTOS LTDA

COMPROMISSÁRIO(S) COMPRADOR(ES):

Sandra Valentina Melo de Oliveira

TESTEMUNHAS:

1º
Nome:
CPF nº: 929.176.584-87

2º
Nome: Carlos Alves
CPF nº: 055.051.464-30

ANEXO I - CONDIÇÕES GERAIS CONTRATUAIS - Também rubricadas e assinadas pelas Partes.

1. DO EMBASAMENTO LEGAL.

Rege-se este pacto pelas normas vigentes no ordenamento jurídico brasileiro, em especial a Lei 9.514, de 20 de novembro de 1997, disciplinadora do Sistema Financeiro Imobiliário, com suas posteriores alterações.

Atribui-se a este contrato, para todos os fins de direito, o caráter de escritura pública.

2. CARACTERIZAÇÃO E REGULARIDADE DO EMPREENDIMENTO "CONDOMÍNIO RESIDENCIAL LAGOS COUNTRY & RESORT".

Certifica-se que a VENDEDORA, é legítima proprietária de um imóvel registrado no Livro 2-C Fls 51, 06 de dezembro de 2007, com uma área total de 168,36 hectares, denominado Fazenda Reunidas Ladeira Grande no município de Gurinhém/PB, devidamente registrada o Registro de Imóveis de Gurinhém/PB.

O LAGOS COUNTRY & RESORT, situado na BR 230, Km 84,5 Gurinhém - PB, destina-se à atividade residencial., cuja construção, incorporação e vendas são de responsabilidade da LAGOS EMPREENDIMENTOS LTDA., é uma obra com 24 quadras, destinadas à ocupação residencial. Sendo constituída por: 372 (trezentos e setenta e dois) lotes, 05 (cinco) espelhos d'água, área para estacionamento de visitantes, heliponto, pista de equitação, haras, curral de manejo, centro de segregação de resíduos sólidos, quadra poliesportiva, quadra de vôlei de areia, quadras de tênis, campo de futebol *society*, capela, spa, *fitness*, vestiário, salão de jogos, piscina aquecida, local para cinema, local para *lan-house* com acesso à internet, local para lanchonete, local para loja de conveniências, praça com coreto, local para salão de festas e/ou restaurante, local para bar molhado, piscina com raia semi-olímpica, playground, pista para caminhada, pista para bicicross, centro de produção de mudas, áreas verdes, pier, reservatório elevado e clube de pesca.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Nos termos do Registro da Incorporação no Cartório de Registro de Imóveis de Gurinhém/PB, R2- fl 64 - livro 2C, sobre o imóvel referido no caput desta cláusula, a VENDEDORA empreendeu, seguindo o padrão e especificação definidos em:

- MINUTA DE ESCRITURA PARTICULAR DE CONVENÇÃO DO CONDOMÍNIO LAGOS COUNTRY & RESORT, SITUADO NA BR 230 Km 84,5 GURINHÉM - PB;
- MEMORIAL DESCRITIVO;
- ÁREAS DO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL LAGOS COUNTRY & RESORT

os quais integram a referida escritura, 01 (um) condomínio de unidades/lotes residenciais não edificados denominado "CONDOMÍNIO LAGOS COUNTRY & RESORT", devidamente regularizado perante o CREA/PB e conforme o Alvará de Construção (áreas comuns) emitido pela Prefeitura Municipal .

PARÁGRAFO SEGUNDO

Aponta-se que o CONDOMÍNIO RESIDENCIAL LAGOS COUNTRY & RESORT tem definidas e especificadas as normas regimentais do condomínio na Escritura Particular de Convenção de Condomínio, devidamente arquivado no Cartório de Registro de Imóveis e que a adesão ao Condomínio é AUTOMÁTICA E OBRIGATÓRIA, e compromete(m)-se os COMPRADORES a contribuir com a taxa mensal (após a entrega da infra-estrutura) e obedecer as restrições da Convenção do Condomínio

PARÁGRAFO TERCEIRO

Integram e complementam este contrato, para todos os fins de direito, as normas, regras, termos, obrigações e direitos previstos e estipulados no "MEMORIAL DESCRITIVO", "ESCRITURA PARTICULAR DE CONVENÇÃO DE CONDOMÍNIO" e "REGULAMENTO INTERNO", os quais são de cumprimento obrigatório dos COMPRADORES, seus sucessores, bem como, de terceiros adquirentes de quaisquer direitos relativos à unidade/lote, nas circunstâncias e momento enquanto mantiver relação jurídica com a unidade/lote adquirido.

PARÁGRAFO QUARTO

Em todas as condições deste Contrato e seus pactos, bem como documentos complementares e suplementares, quando estiver citado VENDEDORA ou INCORPORADORA deve-se entender a LAGOS EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 09.236.486 0001-36, com escritório comercial à Av. Epitácio Pessoa 1250 sala 504 - Torre, Ed Concorde - João Pessoa PB - 58040-904.

3. DO OBJETO

O presente contrato cerra seu objeto exclusivamente na compra e venda de unidade/lote residencial não edificado em condomínio horizontal, com pacto adjeto de alienação fiduciária em garantia, **definido e individualizado nas CONDIÇÕES ESPECÍFICAS** que fazem parte deste Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A edificação e/ou construção de qualquer bem na referida unidade/lote, não é de responsabilidade da VENDEDORA, sendo todos os custos, gastos e despesas referentes e decorrentes da mencionada edificação e/ou construção de inteira responsabilidade do(a) COMPRADOR(A), não se incluindo no preço de venda.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Compete a VENDEDORA, exclusivamente, a realização das seguintes obras das áreas comuns do Condomínio:

a) ESTACIONAMENTO - Área descoberta para estacionamento de visitantes contendo, vagas próximas Portal de entrada, às quadras, à Praça do Coreto e próximas ao Haras;

b) PORTAL DE ENTRADA Área coberta de 198.55 m2 - Cobertura em estrutura

de madeira de lei, com coberta em telha cerâmica, tipo canal, apoiada sobre 06 (seis) pilares de seção retangular, com revestimento em pedra. Sob esta coberta será executada 01 (uma) guarita de segurança com banheiro para pessoal de serviço. Estrutura em alvenaria de ½ vez, coberta em laje pré-moldada. Piso em cerâmica esmaltada, pintura em tinta PVA sobre massa corrida. Esquadrias em alumínio anodizado e vidro temperado. Portão de correr em alumínio automatizado;

c) HELIPONTO - Piso em placas de concreto pintado com demarcações específicas, em tinta PVA para piso;

d) PISTA DE EQUITAÇÃO - Local destinado à prática de esportes eqüestres. Cercamento em réguas de madeira e piso de areia;

e) HARAS - Local destinado à criação de eqüinos, composto por baias que poderão ser locadas aos condôminos, bem como manter animais do Condomínio;

f) CURRAL DE MANEJO – Área total de 487,00 m2 - Local destinado à criação e manejo de bovinos. Composto por brete, corredor de alimentação coberto e carregadeira. Cercamento em réguas de madeira;

g) CENTRO DE SEGREGAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – Área total de 247 m2 - Área coberta com baias, para separação de lixo orgânico, plástico, metálico, papel e vidro. Fechamento em bloco de concreto com altura de 2,50m;

h) QUADRA POLIESPORTIVA - Área destinada à prática de esportes com piso em placas de concreto pintado e com as demarcações específicas;

i) QUADRA DE VÔLEI DE AREIA - Área destinada à prática de vôlei de areia com piso tipo caixa de areia;

j) QUADRA DE TÊNIS - Área destinada à implantação de duas quadras de tênis, com as demarcações específicas;

k) CAMPO DE FUTEBOL SOCIETY - Área destinada à prática de futebol society, com piso em grama e demarcações específicas;

l) CAPELA – Área de 81,94 m2 - Cobertura em estrutura de madeira de lei, coberta em telha cerâmica, tipo canal. Piso em cerâmica esmaltada. Paredes em alvenaria, com revestimento em pintura PVA sobre massa corrida e esquadrias em madeira de lei e/ou alumínio anodizado;

m) EDIFÍCIO DESTINADO AO SPA, FITNESS, VESTIÁRIOS E SALÃO DE JOGOS – Área de 358,60 m2 - Construção com cobertura em telhas cerâmicas do tipo canal estrutura em madeira de lei. Paredes em alvenaria de ½ vez, revestidas internamente com pintura PVA e acabamento em massa corrida; externamente

revestidas com casquilho (tijolinho); nos vestiários, paredes revestidas até a altura de 1,80m com cerâmica esmaltada. Piso em cerâmica esmaltada. Esquadrias em madeira de lei e/ou alumínio anodizado com folhas em vidro e/ou madeira de lei;

n) PISCINA AQUECIDA, HIDROGINÁSTICA – Área de 225,44 m2 - Piscina executada em alvenaria ou concreto armado, com sistema de aquecimento d'água e revestimento interno em cerâmica esmaltada;

o) EDIFÍCIO DESTINADO A CINEMA, LAN HOUSE, LANCHONETE E LOJA DE CONVENIÊNCIAS – Área com 140 m2 - Construção com cobertura em telhas cerâmicas estrutura em madeira de lei. Paredes em alvenaria de tijolos cerâmicos em ½ vez, revestidas com pintura PVA e acabamento em massa corrida. Na área da lanchonete, revestidas com cerâmica esmaltada até a altura de 1,80m. Piso em cerâmica esmaltada. Esquadrias em madeira de lei e/ou alumínio anodizado com folhas em vidro e ou madeira de lei;

p) PRAÇA COM CORETO – Área de 913,50 m2 - Praça com passeio em piso de placas de concreto e área destinada a jardim, conforme projeto de arquitetura. Coreto com cobertura em estrutura de madeira de lei e telhas cerâmicas do tipo canal;

q) SALÃO DE FESTAS E RESTAURANTE – Área de 301,64 m2 - Cobertura em estrutura de madeira de lei, coberta em telha cerâmica, tipo canal. Piso em cerâmica esmaltada. Paredes em alvenaria, com revestimento em pintura PVA sobre massa corrida, na área da cozinha e dos banheiros, revestimento em cerâmica esmaltada nas paredes até a altura de 1,8m. Esquadrias em madeira de lei e/ou alumínio anodizado;

r) BAR MOLHADO – Área com 23,30 m2 - Apoio da piscina com cobertura em estrutura de madeira de lei e telha cerâmica do tipo canal, apoiadas sobre pilares de madeira ou concreto armado revestidos com pedra. Piso em cerâmica esmaltada. Paredes de alvenaria de tijolos cerâmicos em ½ vez, revestidos com cerâmica esmaltada. Esquadrias em madeira de lei. Balcões em granito;

s) PISCINA COM RAIA SEMI-OLÍMPICA - Piscina executada em alvenaria armada ou concreto armado, revestida em cerâmica esmaltada;

t) PLAYGROUND - Área destinada à implantação de brinquedos em madeira e/ou plástico para lazer infanto-juvenil. Pavimento em terreno natural encoberto de areia lavada;

u) CICLOVIA E PISTA DE CAMINHADA - Pista pavimentada;

v) BICICROSS - Pista com obstáculos em solo natural;

w) PISTA DE ARBORISMO - Equipamento instalado entre as copas das árvores

utilizando-se de cabos de aço e estrutura em madeira de lei para criar passarelas aéreas;

x) CENTRO DE PRODUÇÃO DE MUDAS - Edificação coberta com telhas cerâmicas do tipo canal estrutura de madeira de lei;

y) PIER - Construção executada às margens do lago 01 constituindo-se de uma estrutura fixa e outra flutuante;

z) CLUBE DE PESCA - Composto por quiosques com cobertura de piaçava e estrutura de madeira de lei, localizados nas margens do lago 01;

aa) REDE ELÉTRICA AT/BT E REDE ELÉTRICA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E ÁGUA - Executada conforme as exigências legais. As redes de alta tensão, baixa tensão e iluminação pública serão aéreas. O sistema de distribuição do Condomínio será conectado a rede concessionária através de tronco alimentador. O fornecimento de água ao Condomínio poderá ser feito através de poços artesianos ou semi-artesianos, captação de água das chuvas nos lagos ou através de Concessionária Pública – em qualquer das opções a água será fornecida tratada nos padrões legais;

bb) DEMARCAÇÃO DOS LOTES - A demarcação será executada através de marcos. Os adquirentes deverão conferir o fiel posicionamento dos mesmos antes de qualquer construção no lote a fim de verificar o correto posicionamento;

cc) DIVISAS - O fechamento do perímetro será executado no lado Oeste em alvenaria de 1 vez com altura de 2,50m. Este muro terá extensão de 350,00m e o restante será em estacas de concreto com 1,60m do solo e arame farpado. No lado Norte (frente do loteamento) o fechamento será executado em estacas de concreto armado com altura de 1,60m e réguas de madeira. Nos lados Sul e Leste o fechamento será executado em estacas de concreto com 1,60m do solo, arame farpado;

dd) VIAS DE CIRCULAÇÃO PARA AUTOS - As vias de circulação serão pavimentadas.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Fica convencionado que o LAGOS COUNTRY & RESORT poderá ser, a critério da Incorporadora, em uma segunda etapa, ampliado em uma área equivalente a 56,00 há (cinqüenta e seis hectares), constituída por 293 (duzentos e noventa e três) lotes, que usufruirão de todas as partes comuns citadas acima, e concorrerão com o rateio das despesas na proporcionalidade estabelecida pela totalidade dos lotes da primeira e segunda etapas. A correção do rateio das despesas ordinárias ocorrerá após a entrega e integração da segunda etapa à primeira etapa que poderá ocorrer, a critério da Incorporadora, em momento distinto da primeira etapa. Será aplicado o princípio da

reciprocidade, ou seja, as partes comuns implantadas na segunda etapa também serão usufruídas pelos Condôminos da primeira etapa.

PARÁGRAFO QUARTO

A Incorporadora reserva-se ainda, ao direito de ampliar o referido Condomínio em, no máximo, mais 160 hectares em área de vendas, numa possível terceira etapa, a critério da Incorporadora. Os citados lotes da terceira etapa também usufruirão de todas as partes comuns citadas acima implantadas nas primeiras e segundas etapas, e concorrerão com o rateio das despesas na proporcionalidade estabelecida pela totalidade dos lotes da primeira, segunda e terceira etapas. A correção do rateio das despesas ordinárias ocorrerá após a entrega e integração da terceira etapa às anteriores que poderá ocorrer, a critério da Incorporadora, em momento distinto das outras etapas. Será aplicado o princípio da reciprocidade, ou seja, as partes comuns implantadas nesta etapa também serão usufruídas por todos os Condôminos.

PARÁGRAFO QUINTO

A critério da Incorporadora poderá ser construída em área adjacente e externa ao empreendimento em tela um centro comercial (lojas e restaurantes) ao lado da BR-230, independente do Condomínio quanto à área e funcionamento. Neste caso, será deixado um acesso para uso dos Condôminos que deverá ser controlado pelo Condomínio.

4. PREÇO, SINAL, VALOR DAS PARCELAS, DATAS E PRAZO.

As partes CONTRATANTES reiteram os termos definidos e especificados nas CONDIÇÕES ESPECÍFICAS.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: DO SINAL.

O inequívoco pagamento do sinal pelo(a) COMPRADOR(A) confirma sua intenção de concluir este contrato, bem como de cumprir integralmente todos os seus termos, cláusulas, condições e obrigações, e remunera à VENDEDORA por todos os serviços prestados referentes à aquisição do terreno, estruturação, viabilização econômica e administração do empreendimento.

a) O SINAL será pago no dia definido nas CONDIÇÕES ESPECÍFICAS;

b) O SINAL, firmado em espécie ou por cheque emitido pelo COMPRADOR opera seus efeitos tão somente com a sua regular compensação e pagamento;

c) O COMPRADOR perde o valor do sinal em favor da VENDEDORA quando der causa a não execução, à rescisão, à transferência ou a qualquer das hipóteses previstas neste contrato que importem na quebra ou na modificação do vínculo contratual firmado originariamente entre as partes;

d) Não compensado o cheque, considera-se não firmado o pacto, bem como,

desfeitas as tratativas, desvinculadas as partes contratantes e totalmente liberada a unidade/lote, sem que lhes caiba qualquer pleito referente a compensações por perdas e danos;

e) O sinal representa, por sua finalidade, a anuência e o comprometimento das partes contratantes em atender, cumprir e manter os termos, cláusulas, parágrafos, deveres e obrigações previstas neste contrato, regendo-se pelas disposições legais do Capítulo VI do Título IV do Código Civil de 2002.

PARÁGRAFO SEGUNDO: LOCAL DE PAGAMENTO

O pagamento das parcelas mensais deverá ser realizado até a data de seus respectivos vencimentos, em qualquer agência dos bancos escolhidos pela VENDEDORA, conforme indicação nos "bloquetes" de cobrança enviados através do Correio, ressaltando-se os seguintes aspectos:

a) O não recebimento dos "bloquetes" de pagamento por qualquer motivo, até a data dos vencimentos, não libera os COMPRADORES da obrigação de pagar as parcelas mensais devidas na forma e prazos definidos e acordados;

b) Ocorrendo qualquer problema quanto ao não recebimento dos "bloquetes" em tempo hábil ao pagamento das parcelas mensais, a VENDEDORA disponibiliza aos COMPRADORES seu escritório comercial, localizado na Av. Presidente Epitácio Pessoa 1250 sl 505 Torre – Edifício Concorde - João Pessoa PB - Tel 83.3244-5787 para efetuar os pagamentos nos dias úteis, nos horários 09:00h às 12:00h e de 13:00 às 15:30h;

c) A VENDEDORA pode, em qualquer época, exigir a prova do correto pagamento das parcelas, e, quando constatado o atraso no pagamento de qualquer parcela, poderão exigir do(s) PROMITENTE(S) COMPRADOR(ES), a qualquer tempo, a quitação das cominações relativas ao pagamento a extemporâneo, e, em caso de não exigência do pagamento dos encargos decorrentes do atraso, o ato não implicará em liberalidade, novação, renúncia ou alteração da avença por parte da VENDEDORA.

5. DO PAGAMENTO FORA DO PRAZO

As parcelas mensais pagas após a data de seus respectivos vencimentos, terão seus valores atualizados *pro rata tempore* conforme legislação específica vigente à época do pagamento, considerando o período compreendido entre a data do vencimento e a data do efetivo pagamento, juros moratórios à taxa de 3% (três por cento) ao mês e multa de mora de 2% (dois por cento) ao mês, apurados, cada qual, sobre o valor nominal da parcela mensal vencida.

6. DA ATUALIZAÇÃO DOS PAGAMENTOS

6.1 O preço definido nas CONDIÇÕES ESPECÍFICAS refere-se ao valor real das unidades / lotes, para parcelamento, sobre as quais são incorporados juros remuneratórios

e correção.

6.2 Todos os pagamentos realizados após a assinatura do contrato serão corrigidos e reajustáveis, salvo previsto de forma distinta nas Condições Especificas.

6.3. Os pagamentos serão corrigidos e atualizados financeiramente conforme os critérios a seguir:

- Os pagamentos serão corrigidos pela variação acumulada do Índice Nacional de Custos da Construção Civil (INCC-DI), editado pela Fundação Getúlio Vargas, a partir da data do contrato, até a data de entrega. Após a entrega, todas as parcelas são reajustadas mensalmente pela variação acumulada pelo IGPM mais juros acumulativos de 1% ao mês;

- No caso da extinção dos índices eleitos, as partes estabelecem, desde já, que, para cálculo do reajustamento monetário deste contrato, será utilizado em substituição automática, o índice nacional substitutivo ou aquele que vier a ser utilizado pelo setor da construção civil

- Os índices serão aplicados conforme publicado com defasagem de 60 dias em relação à data do vencimento da parcela;

- Os índices serão aplicados sobre cada pagamento desde a data do contrato até a data do vencimento.

7. DA FALTA DE PAGAMENTO E DA COBRANÇA

O não pagamento pelo(a) COMPRADOR(A) de 03 (três) parcelas mensais, consecutivas ou não, implicará na rescisão automática do presente contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO

A VENDEDORA faculta-se ao direito de usar, no momento em que considerar conveniente, todos os meios legais de cobrança para haver os valores não pagos pelos COMPRADORES, podendo, inclusive, transferi-la para empresa terceirizada de cobrança, bem como, negociar o crédito que lhe cabe com quem de direito lhe convier, além de emitir as apropriadas duplicatas ou fichas de compensação.

8. DA ENTREGA DA UNIDADE/LOTE, DA AUTORIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO E DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA E CONDOMINIAL

A VENDEDORA entregará o empreendimento devidamente pronto e estruturado nas suas áreas comuns, até 22 de junho de 2011 (vinte e dois de junho de dois mil e onze), sendo que a unidade/lote adquirida só poderá ser recebida pelo(a) COMPRADOR(A), no momento oportuno, mediante a inequívoca comprovação do regular cumprimento de todas e quaisquer obrigações avençadas neste contrato, inclusive as referentes ao

pagamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Em caso de força maior devidamente comprovada que impeça a entrega do empreendimento no prazo estipulado, prorroga-se por 180 (cento e oitenta) dias ou enquanto durar o impedimento, o prazo original, acolhendo-se sempre o mais extenso em favor da VENDEDORA. Serão causas de prorrogação, exemplificadas, mas, não exclusivamente:

a) greves parciais ou gerais;
b) suspensão ou falta de transportes;
c) falta de materiais na praça ou de mão de obra especializada;
d) eventual embargo da obra, não resultante da incúria ou erro dos COMPROMISSÁRIOS VENDEDORES;
e) demora na concessão do "habite-se" e outras autorizações legais, por motivos que não dependam dos COMPROMISSÁRIOS VENDEDORES;
f) reformas econômicas ou outros atos governamentais que interfiram no setor de construção.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Ultrapassados 120 (cento e vinte) dias do termo final da prorrogação fixada no parágrafo anterior, sem que o empreendimento tenha sido entregue, a VENDEDORA pagará mensalmente a título de multa ao comprador, até o máximo de 180 (cento e oitenta) dias ou até a entrega do empreendimento, o percentual de 0,2% (dois décimos por cento) do valor efetivamente pago, o qual será pago a partir do trigésimo dia posterior a data de recebimento de notificação formal por parte do COMPRADOR.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Findo o prazo máximo de pagamento da multa estipulada no parágrafo anterior sem que o empreendimento tenha sido entregue, considera-se rescindido de pleno direito o presente contrato, incidindo os termos da cláusula 14.

PARÁGRAFO QUARTO

Enquanto durar o evento extraordinário previsto nos parágrafos primeiro, segundo e terceiro acima, o COMPRADOR não se exime de cumprir todos e quaisquer termos, cláusulas e obrigações estipulados neste contrato, inclusive o de manter o inequívoco pagamento das parcelas mensais, sob pena de incidirem as cominações da cláusula 7.

PARÁGRAFO QUINTO

Entregue o empreendimento e recebido a unidade/lote, os COMPRADORES mantém sua obrigação junto à VENDEDORA pelo adimplemento de quaisquer das parcelas vincendas e assume a responsabilidade pelo pagamento de quaisquer tributos incidentes sobre a unidade/lote, bem como das respectivas despesas condominiais e encargos referentes ao seu registro perante os órgãos públicos ou escriturários, não podendo, sob qualquer fundamento ou justificativa, cobrá-las ou exigi-las da VENDEDORA que se reserva ao direito de requerer dos COMPRADORES, a qualquer tempo, a apresentação

dos comprovantes de quitação, sob pena de rescisão automática deste contrato independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

PARÁGRAFO SEXTO

As mesmas obrigações estipuladas no parágrafo anterior incidem sobre os COMPRADORES que não tenham recebido a unidade/lote, seja por sua conveniência, seja por estar caracterizada sua inadimplência.

PARÁGRAFO SÉTIMO

As construções individuais dos compradores só poderão ser realizadas após a entrega do empreendimento, ou seja, com a instalação do Condomínio e de acordo com as regras definitivas da CONVENÇÃO DO CONDOMÍNIO LAGOS COUNTRY & RESORT registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Gurinhém/PB.

PARÁGRAFO OITAVO

Eventuais interessados em construir antes da entrega do empreendimento deverão manifestar por escrito a Incorporadora tal pleito e esta fará análise e poderá, a seu exclusivo critério, autorizar o início da construção, emitindo uma AUTORIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO, desde que:

a) O comprador disponibilize o projeto da edificação que pretende construir, no Departamento Técnico da VENDEDORA, para verificação e análise do atendimento dos padrões arquitetônicos (recuos, limites frontais, laterais e de fundos, gabarito etc.);

b) O comprador já tenha pago 50% (cinqüenta por cento) do valor da unidade/lote, bem como, estar regularmente adimplente quanto ao pagamento, nos termos, formas e prazos definidos e acordados, do sinal, das parcelas mensais vencidas até o instante do requerimento, não se desobrigando de manter o pagamento de quaisquer das parcelas vincendas;

c) A Incorporadora tenha liberado para uso as instalações de infra-estrutura de água, energia e pavimentação para a respectiva quadra ou lote objeto da construção antecipada pleiteada;

d) As construções sigam os critérios da MINUTA DE ESCRITURA PARTICULAR DE CONVENÇÃO DO CONDOMÍNIO LAGOS COUNTRY & RESORT (arquivada no Registro de Imóveis), ficando a exclusivo risco do comprador a adequação posterior à forma final e definitiva da CONVENÇÃO DO CONDOMÍNIO LAGOS COUNTRY & RESORT que será firmada após a entrega do empreendimento pelos condôminos e que poderá, pela vontade destes, alterar a Minuta arquivada;

e) O COMPRADOR interessado em construir antes da entrega e o VENDEDOR firmem um Termo de Ajuste e Compromisso no qual estarão explícitas as obrigações das partes, resultantes da antecipação de entrega do lote (s).;

PARÁGRAFO NONO
A efetivação da alínea "b" do parágrafo anterior, admite a VENDEDORA que os COMPRADORES tanto complementem o percentual exigido, como regularizem seu débito através do pagamento à vista da quantia apurada devidamente corrigida.

PARÁGRAFO DÉCIMO
O fornecimento aos COMPRADORES da "AUTORIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO" vincula-se incondicionalmente ao simultâneo atendimento, a qualquer tempo, do conteúdo das alíneas estipuladas no parágrafo oitavo desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO
Em caso do não cumprimento simultâneo do conteúdo das alíneas estipuladas no parágrafo oitavo desta cláusula, não será fornecida a "AUTORIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO".

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO
A "AUTORIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO" referida nesta cláusula, não substitui as autorizações e alvarás, exigidos conforme determinação legal vigente, a serem fornecidas pelo CREA/PB e pelos Órgãos Públicos competentes.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO
Todas as despesas com taxas, impostos, encargos, tais como: IPTU, ITBI, TCR, foro, laudêmio, (se houver) são de responsabilidade do comprador a partir da entrega do empreendimento.

9. DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA
Os COMPRADORES dão à VENDEDORA, em alienação fiduciária, para garantia de todas as obrigações principais e acessórias estipuladas neste contrato, a unidade/lote descrita e caracterizada nas **CONDIÇÕES ESPECÍFICAS** que fazem parte deste Contrato, passando os COMPRADORES a deter-lhe a posse precária em nome da VENDEDORA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DAS ACESSÕES E CONSTRUÇÕES
A garantia constituída incide originariamente sobre a unidade/lote e se estende, sem qualquer ressalva ou restrição, a qualquer acessão e/ou construção que, porventura, seja nele edificada, e lhe modifique as características naturais, agregando-lhe valor passível de aferição monetária, considerando-se, ainda, os seguintes aspectos:

a) a unidade/lote é considerada como bem principal, sendo toda e qualquer acessão e/ou construção seu acessório;

b) sendo a VENDEDORA proprietária fiduciária da unidade/lote, toda e qualquer edificação sobre o referido imóvel, após a sua conclusão, deverá ser averbada no Registro Imobiliário competente, junto ao registro deste contrato, com sua necessária e insubstituível interferência;

c) a auferição do valor individualizado da acessão e/ou construção para fins de integração da garantia, será implementada pela VENDEDORA conforme estipulado nos parágrafos primeiro e segundo da cláusula 11;

d) toda e qualquer edificação que se iniciar na unidade/lote sem que esteja devidamente regularizada em atenção aos termos exigidos por este contrato, será considerada como conduta de má-fé dos COMPRADORES, incidindo-lhes o conteúdo normativo do artigo 1.255 do Código Civil de 2002.

PARÁGRAFO SEGUNDO
Os COMPRADORES não poderão vender, dar em pagamento, permutar, doar, onerar como garantia, ou impor qualquer restrição de domínio ou posse, em seu favor ou de terceiros, sobre a unidade/lote alienada fiduciariamente à VENDEDORA, bem como sobre a acessão e/ou construção nele edificado, sob pena de se considerar rescindido de pleno direito o presente contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO
Aos COMPRADORES é assegurada, após a entrega da unidade/lote adquirida, a sua livre utilização, a qual sempre estará subordinada ao estrito cumprimento dos termos, cláusulas e condições do presente contrato.

10. DA CONSTITUIÇÃO EM MORA E CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE EM NOME DA VENDEDORA

Vencida e não paga, no todo ou em parte, qualquer obrigação assumida pelos COMPRADORES nos termos da cláusula 7, a VENDEDORA o notificará, por carta registrada com aviso de recebimento – AR, para, em 10 (dez) dias, saldar o débito, sob pena de consolidar-se-á a propriedade do imóvel em nome da VENDEDORA de acordo com a previsão dos parágrafos abaixo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO
Considera-se notificado os COMPRADORES pela simples aposição de assinatura de recebimento da carta registrada, independente da titularidade do seu signatário.

PARÁGRAFO SEGUNDO
Ultrapassado o prazo estipulado no *caput* desta cláusula, a VENDEDORA requererá ao Oficial do Registro de Imóveis, ou do Registro de Títulos e Documentos, ou ainda pelo correio, com aviso de recebimento, a intimação do(a) COMPRADOR(A), para, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, pagar o valor devido referente às parcelas vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, acrescidas dos juros, das penalidades e dos demais encargos convencionados neste contrato, além dos encargos legais, inclusive tributos, das contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, além das despesas de cobrança e de intimação.

PARÁGRAFO TERCEIRO
Ultrapassado o prazo deferido no parágrafo anterior sem que tenha efetivado o

pagamento devido, estarão os COMPRADORES, para todos os fins, regularmente constituído em mora.

PARÁGRAFO QUARTO

Certificada a constituição em mora dos COMPRADORES pelo Oficial do Registro de Imóvel competente, este promoverá o registro, na matrícula do imóvel objeto deste contrato, da consolidação da propriedade em nome da VENDEDORA.

11. LEILÃO

Satisfeitos os termos da cláusula 10, a VENDEDORA promoverá leilão público para a alienação do imóvel.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Para fins do primeiro leilão, considera-se o valor mínimo de arrematação da unidade/lote a quantia apurada em razão dos seguintes aspectos:

a) não havendo edificação, benfeitoria, acessão e/ou construção em sua área e limite, 50% (cinqüenta porcento) do valor nominal de venda da unidade/lote;

b) havendo qualquer acessão e/ou construção, o valor será o previsto na alínea "a" acima, acrescido do montante referente à acessão e/ou construção, considerando a sua integração na garantia, conforme parágrafo primeiro da cláusula 9, devidamente atualizado pelo índice aplicado pelo mercado imobiliário;

PARÁGRAFO SEGUNDO

Para fins de avaliação da acessão e/ou construção, a VENDEDORA tomará como indicado, o maior valor obtido em razão de processo de avaliação realizado por 02 (duas) imobiliárias de reconhecida reputação no mercado local, cuja escolha será definida exclusivamente pela VENDEDORA.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Em caso de insucesso do primeiro leilão, realizar-se-á, nos 15 dias seguintes, o segundo leilão, sendo que para este, considera-se o valor mínimo para fins de arrematação o somatório dos valores da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, e das contribuições condominiais e suas cominações, considerando que a definição e alcance dos termos "valores da dívida" e "despesas", encontram-se nos incisos I e II do parágrafo 3º do artigo 27 da Lei 9.514/97.

PARÁGRAFO QUARTO

Arrematado o imóvel por quantia superior à definida para o leilão, a VENDEDORA restituirá ao(a) COMPRADOR(A) importância que sobejar.

PARÁGRAFO QUINTO

Se o preço de arrematação do imóvel, não for suficiente para a liquidação do montante devido, os COMPRADORES continuarão pessoalmente obrigados pela quitação do saldo

remanescente decorrente. Para tanto, a VENDEDORA procederá à cobrança judicial ou extrajudicial da referida quantia.

12. CUMPRIMENTO DO CONTRATO

Com o integral pagamento do preço estipulado com suas atualizações, conforme prazos, termos e formas previstos, considera-se regularmente cumprido o presente contrato e resolvida a propriedade fiduciária do imóvel, obrigando-se a VENDEDORA, por si, seus herdeiros e sucessores, a fornecer o respectivo termo de quitação aos COMPRADORES.

PARÁGRAFO ÚNICO

Não se consideram, sob qualquer aspecto, incluídos no preço pago pela unidade/lote, os valores das despesas e atos referentes à transferência e registro da propriedade no cartório imobiliário competente, os quais serão de inteira responsabilidade dos COMPRADORES, sem que possam ou devam, sob qualquer pretexto, serem cobrados ou exigidos da VENDEDORA.

13. DA DESISTÊNCIA PELO COMPRADOR(A)

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A desistência do contrato por ato expresso, unilateral e inequívoco dos COMPRADORES, tem efeitos de distrato consensual, operando a devolução e liberação da unidade/lote em favor da VENDEDORA que se obrigará a cancelar, perante o Cartório de Registro Imobiliário, o registro do pacto distratado.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Devolvida e liberada a unidade/lote, bem como cancelado o registro do contrato no Cartório Imobiliário, o mesmo se considera totalmente desembaraçado para fins de nova alienação.

14. DA RESTITUIÇÃO DAS PARCELAS PELA EXTINÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONTRATO

A rescisão, resilição ou resolução extraordinária, bem como o distrato deste contrato, nos termos, ocasiões e circunstâncias previstas em suas cláusulas, confere às partes contratantes os seguintes direitos e obrigações:

a) Para a VENDEDORA o de descontar 100% dos valores referentes aos pagamentos até o limite de 20% do valor do lote, a fim de remunerar os serviços de corretagem, mídia, gasto com pré-vendas, lucro cessante etc;

b) Cabe a VENDEDORA calcular a devolução cujo cálculo será feito da seguinte forma:

- calculo do valor efetivamente pago pelo COMPRADOR referente às parcelas mensais até a data da rescisão;

- cálculo do valor dos impostos recolhidos correspondentes às parcelas mensais até a data da rescisão do contrato pelo COMPRADOR;

- definição da base de cálculo da devolução que corresponde ao valor efetivamente pago pelo COMPRADOR menos o valor dos impostos recolhidos;

- devolução de 70% do valor remanescente.

Obs.: Este critério remunera serviços serviços de manutenção, corretagem, mídia, gasto com pré-vendas, lucro cessante etc pela VENDEDORA em relação à unidade/lote adquirido pelos COMPRADORES, além dos impostos recolhidos em razão da respectiva venda.

c) Cabe aos COMPRADORES, receber, mediante devolução, o valor remanescente – a critério da VENDEDORA a devolução poderá ser feita em prestações correspondentes ao exato número de parcelas pagas, de acordo com as regras definidas neste contrato;

d) Cabe a VENDEDORA, no caso do empreendimento não ser entregue, findos todos os prazos previstos no Parágrafo Segundo da Cláusula Oitava, o valor pago pelos COMPRADORES será totalmente ressarcido, corrigido mensalmente pelo INCC até a data prevista para a entrega (data esta não cumprida) e após esta pelo IGPM até o mês do ressarcimento.

PARÁGRAFO ÚNICO

Entende-se por rescisão, resilição ou resolução extraordinária, aquela que se opera prematuramente de maneira diversa ao cumprimento normal do contrato impedindo a produção dos seus regulares e esperados efeitos.

15. DA TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

Os COMPRADORES poderão transferir para terceiros sua posição no presente contrato, mediante o preenchimento de "TERMO DE TRANSFERÊNCIA", o qual exige, para concretizar seus efeitos, formal, expressa e plena concordância e anuência da VENDEDORA, sob pena de, inatendida a exigência, considerar-se sem efeito a transferência, bem como, rescindido de pleno direito este contrato, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Estipula-se, para fins de concretização dos termos do *caput* desta cláusula, o pagamento da "TAXA DE TRANSFERÊNCIA", a cargo dos COMPRADORES em favor da VENDEDORA, no valor correspondente a 01 (um) salário mínimo vigente à época do evento.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Concretizados os termos acima previstos, atualiza-se o saldo devedor apurado na data do

evento com base nos índices aplicados pelo mercado imobiliário, transferindo-o, em seguida, integralmente ao terceiro substituto, o qual assume integralmente, para todos e quaisquer fins de direito, as obrigações estipuladas neste instrumento e em seus acessórios.

16. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO POR DESCUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO DE SEUS TERMOS, CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

Extingue-se este pacto, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, pelo descumprimento de quaisquer dos seus termos, cláusulas e condições, bem como, pela inobservância de quaisquer normas legais que o disciplinem.

17. DESAPROPRIAÇÃO

Em caso de desapropriação do imóvel alienado fiduciariamente, a VENDEDORA, na qualidade de proprietária fiduciária, assume o direito de haver do poder expropriante a indenização correspondente, importando a solução da dívida e a liberando do saldo, se houver, em favor dos COMPRADORES.

18. DA IDONEIDADE DA VENDEDORA.

A VENDEDORA declara, sob as penas da lei, que:

a) até o presente momento inexiste, quanto ao imóvel objeto deste contrato, qualquer débito de natureza fiscal ou condominial, bem como que assume, em caráter irretratável, a responsabilidade exclusiva pelos débitos não conhecidos de tal natureza que existam e possam ser devidos até a presente data;

b) não responde por qualquer ação de qualquer natureza que possa comprometer o imóvel objeto deste contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO

A VENDEDORA declara solenemente, sob as penas da lei, que o imóvel objeto deste contrato não faz parte integrante do seu ativo permanente, estando, pois, enquadrado na dispensa da apresentação da Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, nos termos da Instrução Normativa da Receita Federal número 85, de 21/11/97 - publicada no Diário Oficial da União de 25/11/97.

19. DA GARANTIA E DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA DA VENDEDORA PELO EMPREENDIMENTO DA PARTE COMUM

A comprovação de todo e qualquer defeito no empreendimento da parte comum do Condomínio, em razão do emprego de mão-de-obra ou material inadequado, será reparado pela VENDEDORA de acordo com as normas de garantia previstas em lei, exigindo, para tanto, a sua notificação por escrito da existência do defeito.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Todo o equipamento de infra-estrutura empregado pela VENDEDORA para a concretização do empreendimento, está garantido, quanto a vícios ocultos, pelo prazo de

6 (seis) meses contados da entrega do empreendimento, na data definida nos termos da cláusula 8.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A VENDEDORA prestará, dentro do prazo de garantia, serviço de assistência técnica reparando os defeitos verificados e comprovados por vistoria, sem qualquer ônus, contanto que comprovada, por esta vistoria, a não ocorrência de culpa ou de responsabilidade dos usuários do empreendimento na causação do defeito.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Ultrapassado o prazo de garantia de 6 (seis) meses, e vindo a ocorrer o aparecimento de vício oculto em qualquer material ou equipamento do empreendimento, os COMPRADORES deverão contatar diretamente o administrador e/ou síndico do condomínio.

PARÁGRAFO QUARTO

A VENDEDORA não arcará com o pagamento de taxas ou de faturas exigidas ou cobradas pelo fornecedor ou por seu representante, em razão de solicitação de assistência técnica que não tenha sido feita por ela.

20. NOVAÇÃO

Não configura novação a tolerância da VENDEDORA à inobservância pelos COMPRADORES de qualquer uma das cláusulas, termos e condições previstas neste contrato ou em seus acessórios, bem como, de qualquer prescrição legal que exija dos COMPRADORES a assunção de responsabilidades e obrigações relacionadas ao seu cumprimento.

21. CLÁUSULA PENAL

Em caso de descumprimento dos termos do presente contrato, fixa-se o percentual de 10% (dez por cento), a título de multa, calculado sobre o total da dívida atualizado conforme estabelecido neste contrato, a ser pago pela parte CONTRATANTE responsável.

22. DA ACEITAÇÃO

As partes CONTRATANTES declaram conhecer e aceitar voluntariamente todos os termos, cláusulas e condições estipulados neste contrato, em caráter irrevogável e irretratável, ficando desde já cientificadas que o questionamento, judicial ou extrajudicial, do seu conteúdo não impede, não restringe e não desobriga à continuidade do cumprimento das cláusulas não atingidas pelo questionamento, contanto que demonstrado a sua desvinculação.

PARÁGRAFO ÚNICO

A parte que deixar de cumprir integralmente este contrato em razão de questionamento parcial de seus termos, cláusulas e condições, será considerada em mora quanto ao não cumprimento das demais que não estiverem sendo questionadas.

23. FORO

É competente o foro da Comarca de Gurinhém/PB para dirimir todas as questões decorrentes do presente instrumento, observando-se previamente em razão da ocorrência de dúvidas, controvérsias ou litígios, a sua solução pela via da arbitragem, nos termos da legislação vigente.

As partes assinam as CONDIÇÕES ESPECÍFICAS, bem como rubricam e assinam igualmente este ANEXO I – Condições Gerais Contratuais que complementam as CONDIÇÕES ESPECÍFICAS, produzindo os devidos efeitos legais.

UNIDADE OBJETO DO COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA:

QUADRA(s) - 13

LOTE (s) - 07

VENDEDOR

Sandra Valentim Melo de Oliveira
COMPRADOR (A)

c. 87
cl. 204

INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL - UNIDADE LOTE RESIDENCIAL NÃO EDIFICADO NO CONDOMÍNIO HORIZONTAL LAGOS COUNTRY E RESORT, COM PACTO ADJETO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

1. DAS PARTES:

COMPROMISSÁRIO VENDEDOR, INCORPORADOR, VENDEDOR: LAGOS EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 09.236.486/0001-36, com escritório comercial à Av. Epitácio Pessoa 1250 sala-103 e sala-505 - Torre, Ed Concorde - João Pessoa, neste Ato representada por seu sócio:
JOÃO EVANDRO PALHANO SOUTO, brasileiro, empresário, portador da carteira de identidade 650.9002aVia SSP/PB e inscrito no CPF/MF sob o nº 379.791.674-49; OU
STELO OLIMPIO BARATA DE QUEIROGA, brasileiro, engenheiro civil, portador da carteira de identidade 512.331 2ª VIA SSP-PB e inscrito no CPF/MF sob o nº 205.952.124-68; OU
BENEDITO FERNANDES BRILHANTE FILHO, brasileiro, arquiteto, portador da carteira de identidade 992.696 2ª VIA SSP-PB e inscrito no CPF/MF sob o nº 769.067.364-34 ; OU
ELINALDO DE ALBUQUERQUE VASCONCELOS, brasileiro, empresário, portador da carteira de identidade 1.102.584 SSP/PB, com registro na OAB/RJ sob o número 99568 e também no CREA-RJ sob o número 911022237, e inscrito no CPF/MF sob o nº 491.446.004-10

COMPROMISSÁRIO(S) COMPRADOR(ES):

O Sr.(s, a) **SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA**

Nacionalidade **BRASILEIRA**

Profissão: **PENSIONISTA**

CPF nº: **738.298.114-20**

RG e órgão emissor **1.412.531 SSP-PB**

Estado Civil : **SOLTEIRA**

Residente a **MIGUEL SÁTIRO, 280 APTO. 2001, CABO BRANCO, JOÃO PESSOA – PB, CEP: 58000-000.**

Telefones: (83)8806-7777 / 3247,6834

As partes acima, maiores e capazes, após terem tido conhecimento prévio do texto deste instrumento, seu ANEXO I - CONDIÇÕES GERAIS CONTRATUAIS e de seus documentos complementares e suplementares, e, após compreendido o seu sentido e alcance, pactuam a presente promessa de compra e venda de imóvel, que reger-se-á pelas cláusulas doravante enumeradas:

2. UNIDADE OBJETO DO COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA:

QUADRA(s) - **13**

LOTE (s) - **07**

A unidade autônoma **QUADRA 13– LOTE 07** será localizada na **Quadra 13**, tendo 25,80m (vinte e cinco metros e oitenta centímetros) de frente, limitados com a via; 31,70m (trinta e um metros e setenta centímetros) de fundos, limitados, com a unidade autônoma **QUADRA 13– LOTE 14**; limite lateral esquerdo, com a unidade autônoma **QUADRA 13– LOTE 08**, de 34,10m (trinta e quatro metros e dez centímetros) e limite lateral direito, com a unidade autônoma **QUADRA 13– LOTE 06** de 33,00m (trinta e três metros).

VALOR NOMINAL DE VENDA DA UNIDADE / LOTE: R$ 67.151,00 (Sessenta e sete mil e cento e cinqüenta e um reais).

- PARCELAS:

R$ 53.720,80 (Cinqüenta e três mil, setecentos e vinte reais e oitenta centavos), dividido em 99 parcelas de R$ 537,20 (Quinhentos e trinta e sete reais e vinte centavos) e 1 parcela no valor de R$ 538,00 (Quinhentos e trinta e oito reais) sendo a primeira parcela com vencimento para o dia 15/09/09 e as restantes no mesmo dia dos meses subseqüentes.

R$ 13.430,20 (Treze mil, quatrocentos e trinta reais e vinte centavos) dividido em 2 parcelas de R$ 6.715,10 (Seis mil, setecentos e quinze reais e dez centavos) sendo a primeira parcela com vencimento para o dia 15/07/09 e a segunda no mesmo dia do mês subseqüente.

OBS: Parcelas corrigidas pelo INCC e, após a entrega, corrigidas pelo IGPM + 1%.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

João Pessoa, 27 de fevereiro de 2009

COMPROMISSÁRIO VENDEDOR:

LAGOS EMPREENDIMENTOS LTDA

COMPROMISSÁRIO(S) COMPRADOR(ES):

Sandra Valentim Melo de Oliveira

TESTEMUNHAS:

1°
Nome:
CPF n°:

2°
Nome:
CPF n°: 054. 854. 944-13

ANEXO I - CONDIÇÕES GERAIS CONTRATUAIS - Também rubricadas e assinadas pelas Partes.

Cálculo judicial da inadimplência

Cobrança:Todas as cobranças; Conta categoria:todas; Com vencimento entre:; Atualização monetária:com atualização monetária a partir do vencimento; Taxas:com taxas sobre o valor atualizado; Juros:com juros a partir do vencimento; Honorários:com honorários;

CONDOMINIO LAGOS COUNTRY RESORT
Unidade: 13-LT.07 13
Proprietário: SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA
CPF: 73829811420
Fone: 83 99818-5971
R ETELVINA MACEDO DE MENDONCA, 101 - TORRE 58040-530 JOÃO PESSOA-PB

Cobrança	Venc.	Descrição	Principal *(A)*	Juros *(B)*	Multa *(C)*	Atualiz. *(D)*	Honor. *(E)*	Atualizado *(A)+(B)+(C)+(D)+(E)*
125908	10/11/2013	Taxa Condominial	190,02	3.303,78 *(10,00%)*	6,13 *(2,00%)*	116,58	542,48 *(15,00%)*	4.158,99
125907	10/11/2013	Taxa Extra	69,87	1.230,82 *(10,00%)*	2,25 *(2,00%)*	42,87	201,87 *(15,00%)*	1.547,68
125906	10/11/2013	Taxa Fundo de Reserva	9,50	161,95 *(10,00%)*	0,31 *(2,00%)*	5,83	26,64 *(15,00%)*	204,23
125911	10/12/2013	Taxa Condominial	190,02	3.273,18 *(10,00%)*	6,10 *(2,00%)*	114,99	537,64 *(15,00%)*	4.121,93
125910	10/12/2013	Taxa Extra	69,87	1.187,33 *(10,00%)*	2,24 *(2,00%)*	42,28	195,26 *(15,00%)*	1.496,98
125909	10/12/2013	Taxa Fundo de Reserva	9,50	160,45 *(10,00%)*	0,31 *(2,00%)*	5,75	26,40 *(15,00%)*	202,41
125914	10/01/2014	Taxa Condominial	190,02	3.209,78 *(10,00%)*	6,07 *(2,00%)*	113,33	527,88 *(15,00%)*	4.047,08
125913	10/01/2014	Taxa Extra	69,87	1.175,86 *(10,00%)*	2,23 *(2,00%)*	41,67	193,44 *(15,00%)*	1.483,07
125912	10/01/2014	Taxa Fundo de Reserva	9,50	158,90 *(10,00%)*	0,30 *(2,00%)*	5,67	26,16 *(15,00%)*	200,53
125917	10/02/2014	Taxa Condominial	190,02	3.147,00 *(10,00%)*	6,03 *(2,00%)*	111,48	518,18 *(15,00%)*	3.972,71
125916	10/02/2014	Taxa Extra	69,87	1.164,39 *(10,00%)*	2,22 *(2,00%)*	40,99	191,62 *(15,00%)*	1.469,09
125915	10/02/2014	Taxa Fundo de Reserva	9,50	157,35 *(10,00%)*	0,30 *(2,00%)*	5,57	25,91 *(15,00%)*	198,63
125920	10/03/2014	Taxa Condominial	190,02	3.119,00 *(10,00%)*	6,00 *(2,00%)*	109,82	513,73 *(15,00%)*	3.938,57
125919	10/03/2014	Taxa Extra	69,87	1.154,03 *(10,00%)*	2,21 *(2,00%)*	40,38	189,97 *(15,00%)*	1.456,46
125918	10/03/2014	Taxa Fundo de Reserva	9,50	155,95 *(10,00%)*	0,30 *(2,00%)*	5,49	25,69 *(15,00%)*	196,93
125922	10/04/2014	Taxa Condominial	211,65	3.427,68 *(10,00%)*	6,64 *(2,00%)*	120,57	564,98 *(15,00%)*	4.331,52
125921	10/04/2014	Taxa Fundo de Reserva	10,58	185,28 *(10,00%)*	0,33 *(2,00%)*	6,03	30,33 *(15,00%)*	232,55
125924	10/05/2014	Taxa Condominial	211,65	3.363,80 *(10,00%)*	6,61 *(2,00%)*	118,76	555,12 *(15,00%)*	4.255,94
Listando 365 itens.			**35.126,78**	**238.754,92**	**855,47**	**7.646,19**	**42.357,61**	**324.740,97**

Cobrança	Venc.	Descrição	Principal (A)	Juros (B)	Multa (C)	Atualiz. (D)	Honor. (E)	Atualizado (A)+(B)+(C)+(D)+(E)
125923	10/05/2014	Taxa Fundo de Reserva	10,58	183,48 (10,00%)	0,33 (2,00%)	5,94	30,05 (15,00%)	230,38
125926	10/06/2014	Taxa Condominial	211,65	3.299,43 (10,00%)	6,57 (2,00%)	116,92	545,19 (15,00%)	4.179,76
125925	10/06/2014	Taxa Fundo de Reserva	10,58	151,35 (10,00%)	0,33 (2,00%)	5,84	25,22 (15,00%)	193,32
125928	10/07/2014	Taxa Condominial	211,65	3.266,73 (10,00%)	6,54 (2,00%)	115,13	540,01 (15,00%)	4.140,06
125927	10/07/2014	Taxa Fundo de Reserva	10,58	149,85 (10,00%)	0,33 (2,00%)	5,76	24,98 (15,00%)	191,50
125930	10/08/2014	Taxa Condominial	211,65	3.203,28 (10,00%)	6,50 (2,00%)	113,17	530,19 (15,00%)	4.064,79
125929	10/08/2014	Taxa Fundo de Reserva	10,58	148,30 (10,00%)	0,32 (2,00%)	5,66	24,73 (15,00%)	189,59
125932	10/09/2014	Taxa Condominial	211,65	3.169,80 (10,00%)	6,46 (2,00%)	111,36	524,89 (15,00%)	4.024,16
125931	10/09/2014	Taxa Fundo de Reserva	10,58	146,75 (10,00%)	0,32 (2,00%)	5,57	24,48 (15,00%)	187,70
125934	10/10/2014	Taxa Condominial	211,65	3.108,35 (10,00%)	6,42 (2,00%)	109,47	515,38 (15,00%)	3.951,27
125933	10/10/2014	Taxa Fundo de Reserva	10,58	145,25 (10,00%)	0,32 (2,00%)	5,47	24,24 (15,00%)	185,86
125936	10/11/2014	Taxa Condominial	211,65	3.046,44 (10,00%)	6,38 (2,00%)	107,54	505,80 (15,00%)	3.877,81
125935	10/11/2014	Taxa Fundo de Reserva	10,58	143,70 (10,00%)	0,32 (2,00%)	5,38	24,00 (15,00%)	183,98
125938	10/12/2014	Taxa Condominial	211,65	3.014,64 (10,00%)	6,35 (2,00%)	105,80	500,77 (15,00%)	3.839,21
125937	10/12/2014	Taxa Fundo de Reserva	10,58	142,20 (10,00%)	0,32 (2,00%)	5,29	23,76 (15,00%)	182,15
125940	10/01/2015	Taxa Condominial	211,65	2.953,65 (10,00%)	6,31 (2,00%)	103,89	491,33 (15,00%)	3.766,83
125939	10/01/2015	Taxa Fundo de Reserva	10,58	140,65 (10,00%)	0,32 (2,00%)	5,19	23,51 (15,00%)	180,25
125942	10/02/2015	Taxa Condominial	211,65	2.893,28 (10,00%)	6,27 (2,00%)	102,04	481,99 (15,00%)	3.695,23
125941	10/02/2015	Taxa Fundo de Reserva	10,58	139,10 (10,00%)	0,31 (2,00%)	5,10	23,26 (15,00%)	178,35
125944	10/03/2015	Taxa Condominial	211,65	2.864,16 (10,00%)	6,24 (2,00%)	100,43	477,37 (15,00%)	3.659,85
125943	10/03/2015	Taxa Fundo de Reserva	10,58	137,70 (10,00%)	0,31 (2,00%)	5,02	23,04 (15,00%)	176,65
125946	10/04/2015	Taxa Condominial	211,65	2.804,69 (10,00%)	6,20 (2,00%)	98,47	468,15 (15,00%)	3.589,16
125945	10/04/2015	Taxa Fundo de Reserva	10,58	136,15 (10,00%)	0,31 (2,00%)	4,92	22,79 (15,00%)	174,75
125948	10/05/2015	Taxa Condominial	211,65	2.773,79 (10,00%)	6,17 (2,00%)	96,60	463,23 (15,00%)	3.551,44
125947	10/05/2015	Taxa Fundo de Reserva	10,58	134,65 (10,00%)	0,31 (2,00%)	4,83	22,56 (15,00%)	172,93
125951	10/06/2015	Taxa Condominial	294,32	3.780,04 (10,00%)	8,52 (2,00%)	131,71	632,19 (15,00%)	4.846,78
125950	10/06/2015	Taxa Extra	37,32	479,16 (10,00%)	1,08 (2,00%)	16,70	80,14 (15,00%)	614,40
125949	10/06/2015	Taxa Fundo de Reserva	14,72	186,34 (10,00%)	0,43 (2,00%)	6,59	31,21 (15,00%)	239,29
125952	15/06/2015	Taxa Fundo de Contingência	14,72	185,99 (10,00%)	0,43 (2,00%)	6,59	31,16 (15,00%)	238,89
125955	10/07/2015	Taxa Condominial	294,32	3.711,12 (10,00%)	8,46 (2,00%)	128,82	621,41 (15,00%)	4.764,13
125954	10/07/2015	Taxa Extra	37,32	473,76 (10,00%)	1,07 (2,00%)	16,33	79,27 (15,00%)	607,75
125953	10/07/2015	Taxa Fundo de Reserva	14,72	184,24 (10,00%)	0,42 (2,00%)	6,44	30,87 (15,00%)	236,69
Listando 365 itens.			**35.126,78**	**238.754,92**	**855,47**	**7.646,19**	**42.357,61**	**324.740,97**

Cobrança	Venc.	Descrição	Principal (A)	Juros (B)	Multa (C)	Atualiz. (D)	Honor. (E)	Atualizado (A)+(B)+(C)+(D)+(E)
125956	15/07/2015	Taxa Fundo de Contingência	14,72	183,89 (10,00%)	0,42 (2,00%)	6,44	30,82 (15,00%)	236,29
125959	10/08/2015	Taxa Condominial	294,32	3.641,40 (10,00%)	8,40 (2,00%)	125,75	610,48 (15,00%)	4.680,35
125958	10/08/2015	Taxa Extra	37,32	468,18 (10,00%)	1,07 (2,00%)	15,94	78,38 (15,00%)	600,89
125957	10/08/2015	Taxa Fundo de Reserva	14,72	182,07 (10,00%)	0,42 (2,00%)	6,29	30,53 (15,00%)	234,03
125960	15/08/2015	Taxa Fundo de Contingência	14,72	181,72 (10,00%)	0,42 (2,00%)	6,29	30,47 (15,00%)	233,62
125962	10/09/2015	Taxa Condominial	294,32	3.572,30 (10,00%)	8,34 (2,00%)	122,88	599,68 (15,00%)	4.597,52
125961	10/09/2015	Taxa Fundo de Reserva	14,72	179,90 (10,00%)	0,42 (2,00%)	6,15	30,18 (15,00%)	231,37
125963	15/09/2015	Taxa Fundo de Contingência	14,72	179,55 (10,00%)	0,42 (2,00%)	6,15	30,13 (15,00%)	230,97
125965	10/10/2015	Taxa Condominial	294,32	3.505,20 (10,00%)	8,29 (2,00%)	120,01	589,17 (15,00%)	4.516,99
125964	10/10/2015	Taxa Fundo de Reserva	14,72	177,80 (10,00%)	0,41 (2,00%)	6,00	29,84 (15,00%)	228,77
125966	15/10/2015	Taxa Fundo de Contingência	14,72	177,45 (10,00%)	0,41 (2,00%)	6,00	29,79 (15,00%)	228,37
125968	10/11/2015	Taxa Condominial	294,32	3.437,33 (10,00%)	8,23 (2,00%)	117,21	578,56 (15,00%)	4.435,65
125967	10/11/2015	Taxa Fundo de Reserva	14,72	175,63 (10,00%)	0,41 (2,00%)	5,86	29,49 (15,00%)	226,11
125969	15/11/2015	Taxa Fundo de Contingência	14,72	175,28 (10,00%)	0,41 (2,00%)	5,86	29,44 (15,00%)	225,71
125971	10/12/2015	Taxa Condominial	294,32	3.371,44 (10,00%)	8,18 (2,00%)	114,63	568,29 (15,00%)	4.356,86
125970	10/12/2015	Taxa Fundo de Reserva	14,72	173,53 (10,00%)	0,41 (2,00%)	5,73	29,16 (15,00%)	223,55
125972	15/12/2015	Taxa Fundo de Contingência	14,72	173,18 (10,00%)	0,41 (2,00%)	5,73	29,11 (15,00%)	223,15
125974	10/01/2016	Taxa Condominial	294,32	3.304,80 (10,00%)	8,12 (2,00%)	111,68	557,84 (15,00%)	4.276,76
125973	10/01/2016	Taxa Fundo de Reserva	14,72	171,36 (10,00%)	0,41 (2,00%)	5,59	28,81 (15,00%)	220,89
125975	15/01/2016	Taxa Fundo de Contingência	14,72	171,01 (10,00%)	0,41 (2,00%)	5,59	28,76 (15,00%)	220,49
125977	10/02/2016	Taxa Condominial	294,32	3.238,78 (10,00%)	8,07 (2,00%)	109,13	547,55 (15,00%)	4.197,85
125976	10/02/2016	Taxa Fundo de Reserva	14,72	169,19 (10,00%)	0,40 (2,00%)	5,46	28,47 (15,00%)	218,24
125978	15/02/2016	Taxa Fundo de Contingência	14,72	168,84 (10,00%)	0,40 (2,00%)	5,46	28,41 (15,00%)	217,83
125980	10/03/2016	Taxa Condominial	294,32	3.199,92 (10,00%)	8,02 (2,00%)	106,74	541,35 (15,00%)	4.150,35
125979	10/03/2016	Taxa Fundo de Reserva	14,72	167,16 (10,00%)	0,40 (2,00%)	5,34	28,14 (15,00%)	215,76
125981	15/03/2016	Taxa Fundo de Contingência	14,72	166,81 (10,00%)	0,40 (2,00%)	5,34	28,09 (15,00%)	215,36
125983	10/04/2016	Taxa Condominial	294,32	3.134,81 (10,00%)	7,96 (2,00%)	103,88	531,15 (15,00%)	4.072,12
125982	10/04/2016	Taxa Fundo de Reserva	14,72	164,99 (10,00%)	0,40 (2,00%)	5,20	27,80 (15,00%)	213,11
125984	15/04/2016	Taxa Fundo de Contingência	14,72	164,64 (10,00%)	0,40 (2,00%)	5,20	27,74 (15,00%)	212,70
125986	10/05/2016	Taxa Condominial	305,87	3.187,99 (10,00%)	8,22 (2,00%)	105,36	541,12 (15,00%)	4.148,56
125985	10/05/2016	Taxa Fundo de Reserva	11,41	116,35 (10,00%)	0,31 (2,00%)	3,93	19,80 (15,00%)	151,80
125988	10/06/2016	Taxa Condominial	305,87	3.122,56 (10,00%)	8,17 (2,00%)	102,69	530,89 (15,00%)	4.070,18
Listando 365 itens.			**35.126,78**	**238.754,92**	**855,47**	**7.646,19**	**42.357,61**	**324.740,97**

Cobrança	Venc.	Descrição	Principal (A)	Juros (B)	Multa (C)	Atualiz. (D)	Honor. (E)	Atualizado (A)+(B)+(C)+(D)+(E)
125987	10/06/2016	Taxa Fundo de Reserva	11,41	114,80 (10,00%)	0,30 (2,00%)	3,83	19,55 (15,00%)	149,89
125990	10/07/2016	Taxa Condominial	305,87	3.059,10 (10,00%)	8,11 (2,00%)	99,83	520,94 (15,00%)	3.993,85
125989	10/07/2016	Taxa Fundo de Reserva	11,41	113,30 (10,00%)	0,30 (2,00%)	3,72	19,31 (15,00%)	148,04
125992	10/08/2016	Taxa Condominial	305,87	2.994,90 (10,00%)	8,06 (2,00%)	97,16	510,90 (15,00%)	3.916,89
125991	10/08/2016	Taxa Fundo de Reserva	11,41	111,75 (10,00%)	0,30 (2,00%)	3,62	19,06 (15,00%)	146,14
125994	10/09/2016	Taxa Condominial	305,87	2.931,32 (10,00%)	8,00 (2,00%)	94,13	500,90 (15,00%)	3.840,22
125993	10/09/2016	Taxa Fundo de Reserva	11,41	110,20 (10,00%)	0,30 (2,00%)	3,51	18,81 (15,00%)	144,23
125996	10/10/2016	Taxa Condominial	305,87	2.869,68 (10,00%)	7,95 (2,00%)	91,52	491,25 (15,00%)	3.766,27
125995	10/10/2016	Taxa Fundo de Reserva	11,41	108,70 (10,00%)	0,30 (2,00%)	3,41	18,57 (15,00%)	142,39
125998	10/11/2016	Taxa Condominial	305,87	2.807,33 (10,00%)	7,90 (2,00%)	88,91	481,50 (15,00%)	3.691,51
125997	10/11/2016	Taxa Fundo de Reserva	11,41	107,15 (10,00%)	0,29 (2,00%)	3,32	18,33 (15,00%)	140,50
126000	10/12/2016	Taxa Condominial	305,87	2.768,03 (10,00%)	7,85 (2,00%)	86,38	475,22 (15,00%)	3.643,35
125999	10/12/2016	Taxa Fundo de Reserva	11,41	105,65 (10,00%)	0,29 (2,00%)	3,22	18,09 (15,00%)	138,66
126002	10/01/2017	Taxa Condominial	305,87	2.706,60 (10,00%)	7,79 (2,00%)	83,71	465,60 (15,00%)	3.569,57
126001	10/01/2017	Taxa Fundo de Reserva	11,41	104,10 (10,00%)	0,29 (2,00%)	3,12	17,84 (15,00%)	136,76
126004	10/02/2017	Taxa Condominial	305,87	2.645,79 (10,00%)	7,74 (2,00%)	81,12	456,08 (15,00%)	3.496,60
126003	10/02/2017	Taxa Fundo de Reserva	11,41	102,55 (10,00%)	0,29 (2,00%)	3,03	17,59 (15,00%)	134,87
126006	10/03/2017	Taxa Condominial	305,87	2.589,44 (10,00%)	7,70 (2,00%)	79,08	447,31 (15,00%)	3.429,40
126005	10/03/2017	Taxa Fundo de Reserva	11,41	101,15 (10,00%)	0,29 (2,00%)	2,95	17,37 (15,00%)	133,17
126007	10/04/2017	Despesas de Correios	1,70	19,92 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,43	3,31 (15,00%)	25,40
126011	10/04/2017	Taxa Condominial	317,28	2.629,44 (10,00%)	7,93 (2,00%)	79,44	455,11 (15,00%)	3.489,20
126009	10/04/2017	Taxa Fundo de Contingência	16,83	139,44 (10,00%)	0,42 (2,00%)	4,21	24,14 (15,00%)	185,04
126008	10/04/2017	Taxa Fundo de Reserva	15,86	139,44 (10,00%)	0,40 (2,00%)	3,97	23,95 (15,00%)	183,62
126010	10/04/2017	Taxa Limpeza de Lotes Roço	30,00	239,04 (10,00%)	0,75 (2,00%)	7,51	41,60 (15,00%)	318,90
126012	10/05/2017	Despesas de Correios	1,70	19,62 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,42	3,27 (15,00%)	25,05
126016	10/05/2017	Taxa Condominial	317,28	2.570,22 (10,00%)	7,89 (2,00%)	77,46	445,93 (15,00%)	3.418,78
126015	10/05/2017	Taxa Extra	75,18	608,22 (10,00%)	1,87 (2,00%)	18,35	105,54 (15,00%)	809,16
126014	10/05/2017	Taxa Fundo de Contingência	16,83	137,34 (10,00%)	0,42 (2,00%)	4,11	23,81 (15,00%)	182,51
126013	10/05/2017	Taxa Fundo de Reserva	15,86	137,34 (10,00%)	0,39 (2,00%)	3,87	23,62 (15,00%)	181,08
126110	10/06/2017	Despesas de Correios	1,70	19,31 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,40	3,22 (15,00%)	24,67
126020	10/06/2017	Taxa Condominial	317,28	2.529,61 (10,00%)	7,85 (2,00%)	75,20	439,49 (15,00%)	3.369,43
126019	10/06/2017	Taxa Extra	75,18	598,61 (10,00%)	1,86 (2,00%)	17,82	104,02 (15,00%)	797,49
Listando 365 itens.			**35.126,78**	**238.754,92**	**855,47**	**7.646,19**	**42.357,61**	**324.740,97**

Cobrança	Venc.	Descrição	Principal (A)	Juros (B)	Multa (C)	Atualiz. (D)	Honor. (E)	Atualizado (A)+(B)+(C)+(D)+(E)
126018	10/06/2017	Taxa Fundo de Contingência	16,83	135,17 (10,00%)	0,42 (2,00%)	3,99	23,46 (15,00%)	179,87
126017	10/06/2017	Taxa Fundo de Reserva	15,86	135,17 (10,00%)	0,39 (2,00%)	3,76	23,28 (15,00%)	178,46
126021	10/07/2017	Despesas de Correios	1,70	19,01 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,39	3,17 (15,00%)	24,31
126026	10/07/2017	Taxa Condominial	317,28	2.471,30 (10,00%)	7,81 (2,00%)	73,04	430,41 (15,00%)	3.299,84
126025	10/07/2017	Taxa Extra	75,18	589,31 (10,00%)	1,85 (2,00%)	17,31	102,55 (15,00%)	786,20
126023	10/07/2017	Taxa Fundo de Contingência	16,83	133,07 (10,00%)	0,41 (2,00%)	3,87	23,13 (15,00%)	177,31
126022	10/07/2017	Taxa Fundo de Reserva	15,86	114,06 (10,00%)	0,39 (2,00%)	3,65	20,09 (15,00%)	154,05
126024	10/07/2017	Taxa Limpeza de Lotes Roço	30,00	228,12 (10,00%)	0,74 (2,00%)	6,91	39,87 (15,00%)	305,64
126027	10/08/2017	Despesas de Correios	1,80	18,70 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,40	3,14 (15,00%)	24,08
126031	10/08/2017	Taxa Condominial	317,28	2.412,30 (10,00%)	7,76 (2,00%)	70,85	421,23 (15,00%)	3.229,42
126030	10/08/2017	Taxa Extra	75,18	579,70 (10,00%)	1,84 (2,00%)	16,79	101,03 (15,00%)	774,54
126029	10/08/2017	Taxa Fundo de Contingência	16,83	130,90 (10,00%)	0,41 (2,00%)	3,76	22,79 (15,00%)	174,69
126028	10/08/2017	Taxa Fundo de Reserva	15,86	112,20 (10,00%)	0,39 (2,00%)	3,54	19,80 (15,00%)	151,79
126032	10/09/2017	Despesas de Correios	1,80	18,39 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,39	3,09 (15,00%)	23,71
126036	10/09/2017	Taxa Condominial	317,28	2.372,31 (10,00%)	7,72 (2,00%)	68,72	414,90 (15,00%)	3.180,93
126035	10/09/2017	Taxa Extra	75,18	551,70 (10,00%)	1,83 (2,00%)	16,28	96,75 (15,00%)	741,74
126034	10/09/2017	Taxa Fundo de Contingência	16,83	128,73 (10,00%)	0,41 (2,00%)	3,65	22,44 (15,00%)	172,06
126033	10/09/2017	Taxa Fundo de Reserva	15,86	110,34 (10,00%)	0,39 (2,00%)	3,44	19,50 (15,00%)	149,53
126037	10/10/2017	Despesas de Correios	1,80	18,09 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,38	3,05 (15,00%)	23,36
126039	10/10/2017	Taxa Condominial	317,28	2.315,52 (10,00%)	7,68 (2,00%)	66,80	406,09 (15,00%)	3.113,37
126038	10/10/2017	Taxa Fundo de Reserva	15,89	108,54 (10,00%)	0,38 (2,00%)	3,35	19,22 (15,00%)	147,38
126040	10/11/2017	Despesas de Correios	1,80	17,78 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,37	3,00 (15,00%)	22,99
126043	10/11/2017	Taxa Condominial	317,28	2.258,06 (10,00%)	7,65 (2,00%)	65,01	397,20 (15,00%)	3.045,20
126041	10/11/2017	Taxa Fundo de Reserva	15,86	106,68 (10,00%)	0,38 (2,00%)	3,25	18,93 (15,00%)	145,10
126042	10/11/2017	Taxa Limpeza de Lotes Roço	30,00	213,36 (10,00%)	0,72 (2,00%)	6,15	37,53 (15,00%)	287,76
126044	10/12/2017	Despesas de Correios	1,80	17,48 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,36	2,95 (15,00%)	22,63
126046	10/12/2017	Taxa Condominial	317,28	2.219,96 (10,00%)	7,61 (2,00%)	63,38	391,23 (15,00%)	2.999,46
126045	10/12/2017	Taxa Fundo de Reserva	15,86	104,88 (10,00%)	0,38 (2,00%)	3,17	18,64 (15,00%)	142,93
126048	10/01/2018	Taxa Condominial	317,28	2.163,42 (10,00%)	7,58 (2,00%)	61,77	382,51 (15,00%)	2.932,56
126047	10/01/2018	Taxa Fundo de Reserva	15,86	103,02 (10,00%)	0,38 (2,00%)	3,09	18,35 (15,00%)	140,70
126050	10/02/2018	Taxa Condominial	317,28	2.124,36 (10,00%)	7,55 (2,00%)	60,26	376,42 (15,00%)	2.885,87
126049	10/02/2018	Taxa Fundo de Reserva	15,86	101,16 (10,00%)	0,38 (2,00%)	3,01	18,06 (15,00%)	138,47
Listando 365 itens.			**35.126,78**	**238.754,92**	**855,47**	**7.646,19**	**42.357,61**	**324.740,97**

Cobrança	Venc.	Descrição	Principal (A)	Juros (B)	Multa (C)	Atualiz. (D)	Honor. (E)	Atualizado (A)+(B)+(C)+(D)+(E)
126051	10/03/2018	Despesas de Correios	1,70	16,58 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,31	2,79 (15,00%)	21,42
126054	10/03/2018	Taxa Condominial	317,28	2.072,50 (10,00%)	7,52 (2,00%)	58,76	368,41 (15,00%)	2.824,47
126052	10/03/2018	Taxa Fundo de Reserva	15,86	99,48 (10,00%)	0,38 (2,00%)	2,94	17,80 (15,00%)	136,46
126053	10/03/2018	Taxa Limpeza de Lotes Roço	30,00	198,96 (10,00%)	0,71 (2,00%)	5,56	35,28 (15,00%)	270,51
126055	10/04/2018	Despesas de Correios	1,70	16,27 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,31	2,75 (15,00%)	21,07
126057	10/04/2018	Taxa Condominial	317,28	2.033,75 (10,00%)	7,49 (2,00%)	57,31	362,37 (15,00%)	2.778,20
126056	10/04/2018	Taxa Fundo de Reserva	15,86	97,62 (10,00%)	0,37 (2,00%)	2,86	17,51 (15,00%)	134,22
126058	10/05/2018	Despesas de Correios	1,70	15,97 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,30	2,70 (15,00%)	20,71
126060	10/05/2018	Taxa Condominial	317,28	1.980,28 (10,00%)	7,46 (2,00%)	55,92	354,14 (15,00%)	2.715,08
126059	10/05/2018	Taxa Fundo de Reserva	15,86	95,82 (10,00%)	0,37 (2,00%)	2,80	17,23 (15,00%)	132,08
126061	10/06/2018	Despesas de Correios	1,70	15,66 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,29	2,65 (15,00%)	20,34
126063	10/06/2018	Taxa Condominial	317,28	1.941,84 (10,00%)	7,44 (2,00%)	54,54	348,17 (15,00%)	2.669,27
126062	10/06/2018	Taxa Fundo de Reserva	15,86	93,96 (10,00%)	0,37 (2,00%)	2,73	16,94 (15,00%)	129,86
126064	10/07/2018	Despesas de Correios	1,70	15,36 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,28	2,61 (15,00%)	19,99
126068	10/07/2018	Taxa Condominial	317,28	1.889,28 (10,00%)	7,41 (2,00%)	53,17	340,07 (15,00%)	2.607,21
126066	10/07/2018	Taxa Extra	33,85	199,68 (10,00%)	0,79 (2,00%)	5,67	36,00 (15,00%)	275,99
126065	10/07/2018	Taxa Fundo de Reserva	15,86	92,16 (10,00%)	0,37 (2,00%)	2,66	16,66 (15,00%)	127,71
126067	10/07/2018	Taxa Limpeza de Lotes Roço	50,00	291,84 (10,00%)	1,17 (2,00%)	8,38	52,71 (15,00%)	404,10
126069	10/08/2018	Despesas de Correios	1,70	15,05 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,28	2,56 (15,00%)	19,63
126072	10/08/2018	Taxa Condominial	317,28	1.851,15 (10,00%)	7,38 (2,00%)	51,80	334,14 (15,00%)	2.561,75
126071	10/08/2018	Taxa Extra	33,85	195,65 (10,00%)	0,79 (2,00%)	5,53	35,37 (15,00%)	271,19
126070	10/08/2018	Taxa Fundo de Reserva	15,86	90,30 (10,00%)	0,37 (2,00%)	2,59	16,37 (15,00%)	125,49
126111	10/09/2018	Despesas de Correios	1,70	14,74 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,27	2,51 (15,00%)	19,26
126075	10/09/2018	Taxa Condominial	317,28	1.798,28 (10,00%)	7,35 (2,00%)	50,43	326,00 (15,00%)	2.499,34
126074	10/09/2018	Taxa Extra	33,85	191,62 (10,00%)	0,78 (2,00%)	5,38	34,74 (15,00%)	266,37
126073	10/09/2018	Taxa Fundo de Reserva	15,86	88,44 (10,00%)	0,37 (2,00%)	2,52	16,08 (15,00%)	123,27
126076	10/10/2018	Despesas de Correios	1,70	14,44 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,26	2,47 (15,00%)	18,91
126079	10/10/2018	Taxa Condominial	317,28	1.761,68 (10,00%)	7,33 (2,00%)	49,07	320,30 (15,00%)	2.455,66
126078	10/10/2018	Taxa Extra	33,85	187,72 (10,00%)	0,78 (2,00%)	5,24	34,14 (15,00%)	261,73
126077	10/10/2018	Taxa Fundo de Reserva	15,86	86,64 (10,00%)	0,37 (2,00%)	2,45	15,80 (15,00%)	121,12
126080	10/11/2018	Despesas de Correios	1,70	14,13 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,26	2,42 (15,00%)	18,55
126084	10/11/2018	Taxa Condominial	317,28	1.723,86 (10,00%)	7,30 (2,00%)	47,71	314,42 (15,00%)	2.410,57
Listando 365 itens.			**35.126,78**	**238.754,92**	**855,47**	**7.646,19**	**42.357,61**	**324.740,97**

Cobrança	Venc.	Descrição	Principal (A)	Juros (B)	Multa (C)	Atualiz. (D)	Honor. (E)	Atualizado (A)+(B)+(C)+(D)+(E)
126082	10/11/2018	Taxa Extra	33,85	183,69 (10,00%)	0,78 (2,00%)	5,09	33,51 (15,00%)	256,92
126081	10/11/2018	Taxa Fundo de Reserva	15,86	84,78 (10,00%)	0,37 (2,00%)	2,39	15,51 (15,00%)	118,91
126083	10/11/2018	Taxa Limpeza de Lotes Roço	50,00	268,47 (10,00%)	1,15 (2,00%)	7,52	49,07 (15,00%)	376,21
126085	10/12/2018	Despesas de Correios	1,70	13,83 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,25	2,37 (15,00%)	18,19
126088	10/12/2018	Taxa Condominial	317,28	1.673,43 (10,00%)	7,27 (2,00%)	46,36	306,65 (15,00%)	2.350,99
126087	10/12/2018	Taxa Extra	33,85	179,79 (10,00%)	0,78 (2,00%)	4,95	32,91 (15,00%)	252,28
126086	10/12/2018	Taxa Fundo de Reserva	15,86	82,98 (10,00%)	0,36 (2,00%)	2,32	15,23 (15,00%)	116,75
126089	10/01/2019	Despesas de Correios	1,70	13,52 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,24	2,33 (15,00%)	17,83
126092	10/01/2019	Taxa Condominial	317,28	1.635,92 (10,00%)	7,25 (2,00%)	45,02	300,82 (15,00%)	2.306,29
126091	10/01/2019	Taxa Extra	33,85	175,76 (10,00%)	0,77 (2,00%)	4,80	32,28 (15,00%)	247,46
126090	10/01/2019	Taxa Fundo de Reserva	15,86	81,12 (10,00%)	0,36 (2,00%)	2,25	14,94 (15,00%)	114,53
126093	10/02/2019	Despesas de Correios	1,70	13,21 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,23	2,28 (15,00%)	17,46
126096	10/02/2019	Taxa Condominial	317,28	1.585,20 (10,00%)	7,22 (2,00%)	43,68	293,01 (15,00%)	2.246,39
126095	10/02/2019	Taxa Extra	33,85	171,73 (10,00%)	0,77 (2,00%)	4,66	31,65 (15,00%)	242,66
126094	10/02/2019	Taxa Fundo de Reserva	15,86	79,26 (10,00%)	0,36 (2,00%)	2,18	14,65 (15,00%)	112,31
126097	10/03/2019	Despesas de Correios	1,70	12,93 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,23	2,24 (15,00%)	17,14
126102	10/03/2019	Taxa Condominial	317,28	1.551,60 (10,00%)	7,19 (2,00%)	42,34	287,76 (15,00%)	2.206,17
126098	10/03/2019	Taxa de Evento	5,00	25,86 (10,00%)	0,11 (2,00%)	0,67	4,75 (15,00%)	36,39
126100	10/03/2019	Taxa Extra	33,85	168,09 (10,00%)	0,77 (2,00%)	4,52	31,08 (15,00%)	238,31
126099	10/03/2019	Taxa Fundo de Reserva	15,86	77,58 (10,00%)	0,36 (2,00%)	2,12	14,39 (15,00%)	110,31
126101	10/03/2019	Taxa Limpeza de Lotes Roço	50,00	245,67 (10,00%)	1,13 (2,00%)	6,67	45,52 (15,00%)	348,99
126103	10/04/2019	Despesas de Correios	1,70	12,62 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,22	2,19 (15,00%)	16,77
126106	10/04/2019	Taxa Condominial	317,28	1.501,78 (10,00%)	7,17 (2,00%)	41,01	280,09 (15,00%)	2.147,33
126105	10/04/2019	Taxa Extra	33,85	164,06 (10,00%)	0,76 (2,00%)	4,38	30,46 (15,00%)	233,51
126104	10/04/2019	Taxa Fundo de Reserva	15,86	75,72 (10,00%)	0,36 (2,00%)	2,05	14,10 (15,00%)	108,09
126107	10/05/2019	Despesas de Correios	1,70	12,32 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,21	2,14 (15,00%)	16,41
126109	10/05/2019	Taxa Condominial	317,28	1.466,08 (10,00%)	7,14 (2,00%)	39,68	274,53 (15,00%)	2.104,71
126108	10/05/2019	Taxa Fundo de Reserva	15,86	73,92 (10,00%)	0,36 (2,00%)	1,98	13,82 (15,00%)	105,94
122046	10/06/2019	Taxa Condominial	317,28	1.417,18 (10,00%)	7,11 (2,00%)	38,36	266,99 (15,00%)	2.046,92
122046	10/06/2019	Taxa Extra CONF AGO REAL NO DIA 09.02.19 PARC 1/10 CONF AGO REAL NO DIA 09.02.19 PARC 1/10	40,00	180,15 (10,00%)	0,90 (2,00%)	4,84	33,88 (15,00%)	259,77
122046	10/06/2019	Taxa Fundo de Reserva	15,86	72,06 (10,00%)	0,36 (2,00%)	1,92	13,53 (15,00%)	103,73
122046	10/06/2019	Taxa de Evento	15,00	72,06 (10,00%)	0,34 (2,00%)	1,81	13,38 (15,00%)	102,59
Listando 365 itens.			**35.126,78**	**238.754,92**	**855,47**	**7.646,19**	**42.357,61**	**324.740,97**

Cobrança	Venc.	Descrição	Principal (A)	Juros (B)	Multa (C)	Atualiz. (D)	Honor. (E)	Atualizado (A)+(B)+(C)+(D)+(E)
122046	10/06/2019	Despesas de Correios	1,70	12,01 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,21	2,09 (15,00%)	16,05
138747	10/07/2019	Taxa Condominial	317,28	1.381,78 (10,00%)	7,09 (2,00%)	37,04	261,48 (15,00%)	2.004,67
138747	10/07/2019	Taxa Limpeza de Lotes Roço	50,00	222,49 (10,00%)	1,12 (2,00%)	5,84	41,92 (15,00%)	321,37
138747	10/07/2019	Taxa Extra CONF AGO REAL NO DIA 09.02.19 PARC 2/10 CONF AGO REAL NO DIA 09.02.19 PARC 2/10	40,00	175,65 (10,00%)	0,89 (2,00%)	4,67	33,18 (15,00%)	254,39
138747	10/07/2019	Taxa Fundo de Reserva	15,86	70,26 (10,00%)	0,35 (2,00%)	1,85	13,25 (15,00%)	101,57
138747	10/07/2019	Taxa Evento	5,00	23,42 (10,00%)	0,11 (2,00%)	0,58	4,37 (15,00%)	33,48
138747	10/07/2019	Despesas de Correios	1,70	11,71 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,20	2,05 (15,00%)	15,70
148118	10/08/2019	Taxa Condominial	317,28	1.345,20 (10,00%)	7,06 (2,00%)	35,73	255,79 (15,00%)	1.961,06
148118	10/08/2019	Taxa Extra CONF AGO REAL NO DIA 09.02.19 PARC 3/10 CONF AGO REAL NO DIA 09.02.19 PARC 3/10	40,00	171,00 (10,00%)	0,89 (2,00%)	4,50	32,46 (15,00%)	248,85
148118	10/08/2019	Taxa Fundo de Reserva	15,86	68,40 (10,00%)	0,35 (2,00%)	1,79	12,96 (15,00%)	99,36
148118	10/08/2019	Taxa Evento	5,00	22,80 (10,00%)	0,11 (2,00%)	0,56	4,27 (15,00%)	32,74
148118	10/08/2019	Despesas de Correios	1,70	11,40 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,19	2,00 (15,00%)	15,33
165343	10/09/2019	Taxa Condominial	317,28	1.297,53 (10,00%)	7,04 (2,00%)	34,53	248,46 (15,00%)	1.904,84
165343	10/09/2019	Taxa Extra CONF AGO REAL NO DIA 09.02.19 PARC 4/10 CONF AGO REAL NO DIA 09.02.19 PARC 4/10	40,00	166,35 (10,00%)	0,89 (2,00%)	4,35	31,74 (15,00%)	243,33
165343	10/09/2019	Taxa Fundo de Reserva	15,86	66,54 (10,00%)	0,35 (2,00%)	1,73	12,67 (15,00%)	97,15
165343	10/09/2019	Taxa Evento	5,00	22,18 (10,00%)	0,11 (2,00%)	0,54	4,17 (15,00%)	32,00
165343	10/09/2019	Despesas de Correios	1,70	11,09 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,18	1,95 (15,00%)	14,96
201294	10/10/2019	Taxa Condominial	317,28	1.262,43 (10,00%)	7,01 (2,00%)	33,32	243,01 (15,00%)	1.863,05
201294	10/10/2019	Taxa Extra CONF AGO REAL NO DIA 09.02.19 PARC 5/10 CONF AGO REAL NO DIA 09.02.19 PARC 5/10	40,00	161,85 (10,00%)	0,88 (2,00%)	4,20	31,04 (15,00%)	237,97
201294	10/10/2019	Taxa Fundo de Reserva	15,86	64,74 (10,00%)	0,35 (2,00%)	1,67	12,39 (15,00%)	95,01
201294	10/10/2019	Taxa Evento	5,00	21,58 (10,00%)	0,11 (2,00%)	0,53	4,08 (15,00%)	31,30
201294	10/10/2019	Despesas de Correios	1,70	10,79 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,18	1,91 (15,00%)	14,62
223799	10/11/2019	Taxa Condominial	317,28	1.215,68 (10,00%)	6,99 (2,00%)	32,22	235,83 (15,00%)	1.808,00
223799	10/11/2019	Taxa Limpeza de Lotes Roço	50,00	188,64 (10,00%)	1,10 (2,00%)	5,08	36,72 (15,00%)	281,54
223799	10/11/2019	Taxa Extra CONF AGO REAL NO DIA 09.02.19 PARC 6/10 CONF AGO REAL NO DIA 09.02.19 PARC 6/10	40,00	157,20 (10,00%)	0,88 (2,00%)	4,06	30,32 (15,00%)	232,46
223799	10/11/2019	Taxa Fundo de Reserva	15,86	62,88 (10,00%)	0,35 (2,00%)	1,61	12,11 (15,00%)	92,81
223799	10/11/2019	Taxa Evento	5,00	20,96 (10,00%)	0,11 (2,00%)	0,51	3,99 (15,00%)	30,57
223799	10/11/2019	Despesas de Correios	1,70	10,48 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,17	1,86 (15,00%)	14,25
245107	10/12/2019	Taxa Condominial	317,28	1.180,88 (10,00%)	6,97 (2,00%)	31,22	230,45 (15,00%)	1.766,80
245107	10/12/2019	Taxa Extra CONF AGO REAL NO DIA 09.02.19 PARC 7/10 CONF AGO REAL NO DIA 09.02.19 PARC 7/10	40,00	152,70 (10,00%)	0,88 (2,00%)	3,94	29,63 (15,00%)	227,15
Listando 365 itens.			**35.126,78**	**238.754,92**	**855,47**	**7.646,19**	**42.357,61**	**324.740,97**

Cobrança	Venc.	Descrição	Principal (A)	Juros (B)	Multa (C)	Atualiz. (D)	Honor. (E)	Atualizado (A)+(B)+(C)+(D)+(E)
245107	10/12/2019	Taxa Fundo de Reserva	15,86	61,08 (10,00%)	0,35 (2,00%)	1,56	11,83 (15,00%)	90,68
245107	10/12/2019	Taxa Evento	5,00	20,36 (10,00%)	0,11 (2,00%)	0,49	3,89 (15,00%)	29,85
245107	10/12/2019	Despesas de Correios	1,70	10,18 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,17	1,81 (15,00%)	13,90
277584	10/01/2020	Taxa Condominial	317,28	1.144,92 (10,00%)	6,95 (2,00%)	30,22	224,91 (15,00%)	1.724,28
277584	10/01/2020	Taxa Extra CONF AGO REAL NO DIA 09.02.19 PARC 8/10 CONF AGO REAL NO DIA 09.02.19 PARC 8/10	40,00	148,05 (10,00%)	0,88 (2,00%)	3,81	28,91 (15,00%)	221,65
277584	10/01/2020	Taxa Fundo de Reserva	15,86	59,22 (10,00%)	0,35 (2,00%)	1,51	11,54 (15,00%)	88,48
277584	10/01/2020	Taxa Evento	5,00	19,74 (10,00%)	0,11 (2,00%)	0,48	3,80 (15,00%)	29,13
277584	10/01/2020	Despesas de Correios	1,70	9,87 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,16	1,77 (15,00%)	13,54
311350	10/02/2020	Taxa Condominial	317,28	1.099,40 (10,00%)	6,93 (2,00%)	29,32	217,94 (15,00%)	1.670,87
311350	10/02/2020	Taxa Extra CONF AGO REAL NO DIA 09.02.19 PARC 9/10 CONF AGO REAL NO DIA 09.02.19 PARC 9/10	40,00	143,40 (10,00%)	0,87 (2,00%)	3,70	28,20 (15,00%)	216,17
311350	10/02/2020	Taxa Fundo de Reserva	15,86	57,36 (10,00%)	0,35 (2,00%)	1,47	11,26 (15,00%)	86,30
311350	10/02/2020	Taxa Evento	5,00	19,12 (10,00%)	0,11 (2,00%)	0,46	3,70 (15,00%)	28,39
311350	10/02/2020	Despesas de Correios	1,70	9,56 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,16	1,72 (15,00%)	13,18
341526	10/03/2020	Taxa Condominial	317,28	1.066,05 (10,00%)	6,91 (2,00%)	28,43	212,80 (15,00%)	1.631,47
341526	10/03/2020	Taxa Limpeza de Lotes Roço	50,00	166,86 (10,00%)	1,09 (2,00%)	4,48	33,36 (15,00%)	255,79
341526	10/03/2020	Taxa Extra CONF AGO REAL NO DIA 09.02.19 PAR 10/10 CONF AGO REAL NO DIA 09.02.19 PAR 10/10	40,00	139,05 (10,00%)	0,87 (2,00%)	3,58	27,53 (15,00%)	211,03
341526	10/03/2020	Taxa Fundo de Reserva	15,86	55,62 (10,00%)	0,35 (2,00%)	1,42	10,99 (15,00%)	84,24
341526	10/03/2020	Taxa Evento	7,00	27,81 (10,00%)	0,15 (2,00%)	0,63	5,34 (15,00%)	40,93
341526	10/03/2020	Despesas de Correios	1,70	9,27 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,15	1,67 (15,00%)	12,83
372721	10/04/2020	Taxa Condominial	317,28	1.030,40 (10,00%)	6,90 (2,00%)	27,59	207,33 (15,00%)	1.589,50
372721	10/04/2020	Taxa Fundo de Reserva	15,86	53,76 (10,00%)	0,34 (2,00%)	1,38	10,70 (15,00%)	82,04
372721	10/04/2020	Taxa Evento	7,00	26,88 (10,00%)	0,15 (2,00%)	0,61	5,20 (15,00%)	39,84
372721	10/04/2020	Despesas de Correios	1,70	8,96 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,15	1,63 (15,00%)	12,48
402546	10/05/2020	Taxa Condominial	317,28	995,90 (10,00%)	6,88 (2,00%)	26,84	202,04 (15,00%)	1.548,94
402546	10/05/2020	Taxa Fundo de Reserva	15,86	51,96 (10,00%)	0,34 (2,00%)	1,34	10,43 (15,00%)	79,93
402546	10/05/2020	Taxa Evento	7,00	25,98 (10,00%)	0,15 (2,00%)	0,59	5,06 (15,00%)	38,78
402546	10/05/2020	Despesas de Correios	1,70	8,66 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,14	1,58 (15,00%)	12,12
428769	10/06/2020	Taxa Condominial	317,28	951,90 (10,00%)	6,87 (2,00%)	26,10	195,32 (15,00%)	1.497,47
428769	10/06/2020	Taxa Fundo de Reserva	15,86	50,10 (10,00%)	0,34 (2,00%)	1,30	10,14 (15,00%)	77,74
428769	10/06/2020	Taxa Evento	7,00	25,05 (10,00%)	0,15 (2,00%)	0,58	4,92 (15,00%)	37,70
428769	10/06/2020	Despesas de Correios	1,70	8,35 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,14	1,53 (15,00%)	11,76
Listando 365 itens.			**35.126,78**	**238.754,92**	**855,47**	**7.646,19**	**42.357,61**	**324.740,97**

Cobrança	Venc.	Descrição	Principal (A)	Juros (B)	Multa (C)	Atualiz. (D)	Honor. (E)	Atualizado (A)+(B)+(C)+(D)+(E)
453654	10/07/2020	Taxa Condominial	317,28	917,70 (10,00%)	6,86 (2,00%)	25,51	190,10 (15,00%)	1.457,45
453654	10/07/2020	Taxa Limpeza de Lotes Roço	50,00	144,90 (10,00%)	1,08 (2,00%)	4,02	30,00 (15,00%)	230,00
453654	10/07/2020	Taxa Fundo de Reserva	15,86	48,30 (10,00%)	0,34 (2,00%)	1,27	9,87 (15,00%)	75,64
453654	10/07/2020	Taxa Evento	7,00	24,15 (10,00%)	0,15 (2,00%)	0,56	4,78 (15,00%)	36,64
453654	10/07/2020	Despesas de Correios	1,70	8,05 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,14	1,49 (15,00%)	11,42
484789	10/08/2020	Taxa Condominial	317,28	882,36 (10,00%)	6,85 (2,00%)	25,06	184,73 (15,00%)	1.416,28
484789	10/08/2020	Taxa Fundo de Reserva	15,86	46,44 (10,00%)	0,34 (2,00%)	1,25	9,58 (15,00%)	73,47
484789	10/08/2020	Despesas de Correios	1,70	7,74 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,13	1,44 (15,00%)	11,05
510373	10/09/2020	Taxa Condominial	317,28	847,02 (10,00%)	6,84 (2,00%)	24,61	179,36 (15,00%)	1.375,11
510373	10/09/2020	Taxa Fundo de Reserva	15,86	44,58 (10,00%)	0,34 (2,00%)	1,23	9,30 (15,00%)	71,31
510373	10/09/2020	Despesas de Correios	1,70	7,43 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,13	1,40 (15,00%)	10,70
534938	10/10/2020	Taxa Condominial	317,28	812,82 (10,00%)	6,83 (2,00%)	24,22	174,17 (15,00%)	1.335,32
534938	10/10/2020	Taxa Fundo de Reserva	15,86	42,78 (10,00%)	0,34 (2,00%)	1,21	9,03 (15,00%)	69,22
534938	10/10/2020	Despesas de Correios	1,70	7,13 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,13	1,35 (15,00%)	10,35
565772	10/11/2020	Taxa Condominial	317,28	777,48 (10,00%)	6,82 (2,00%)	23,82	168,81 (15,00%)	1.294,21
565772	10/11/2020	Taxa Limpeza de Lotes Roço	50,00	122,76 (10,00%)	1,08 (2,00%)	3,75	26,64 (15,00%)	204,23
565772	10/11/2020	Taxa Fundo de Reserva	15,86	40,92 (10,00%)	0,34 (2,00%)	1,19	8,75 (15,00%)	67,06
565772	10/11/2020	Despesas de Correios	1,70	6,82 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,13	1,30 (15,00%)	9,99
591815	10/12/2020	Taxa Condominial	317,28	736,76 (10,00%)	6,81 (2,00%)	23,43	162,64 (15,00%)	1.246,92
591815	10/12/2020	Taxa Fundo de Reserva	15,86	39,12 (10,00%)	0,34 (2,00%)	1,17	8,47 (15,00%)	64,96
591815	10/12/2020	Despesas de Correios	1,70	6,52 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,13	1,26 (15,00%)	9,65
620045	10/01/2021	Taxa Condominial	317,28	701,73 (10,00%)	6,81 (2,00%)	23,03	157,33 (15,00%)	1.206,18
620045	10/01/2021	Taxa Fundo de Reserva	15,86	37,26 (10,00%)	0,34 (2,00%)	1,15	8,19 (15,00%)	62,80
620045	10/01/2021	Despesas de Correios	1,70	6,21 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,12	1,21 (15,00%)	9,28
653824	10/02/2021	Taxa Condominial	317,28	666,70 (10,00%)	6,80 (2,00%)	22,64	152,01 (15,00%)	1.165,43
653824	10/02/2021	Taxa Fundo de Reserva	15,86	35,40 (10,00%)	0,34 (2,00%)	1,13	7,91 (15,00%)	60,64
653824	10/02/2021	Despesas de Correios	1,70	5,90 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,12	1,16 (15,00%)	8,92
681945	10/03/2021	Taxa Condominial	317,28	635,06 (10,00%)	6,79 (2,00%)	22,25	147,21 (15,00%)	1.128,59
681945	10/03/2021	Taxa Limpeza de Lotes Roço	50,00	101,16 (10,00%)	1,07 (2,00%)	3,51	23,36 (15,00%)	179,10
681945	10/03/2021	Taxa Fundo de Reserva	15,86	33,72 (10,00%)	0,34 (2,00%)	1,11	7,65 (15,00%)	58,68
681945	10/03/2021	Despesas de Correios	1,70	5,62 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,12	1,12 (15,00%)	8,60
718113	10/04/2021	Taxa Condominial	317,28	600,03 (10,00%)	6,78 (2,00%)	21,71	141,87 (15,00%)	1.087,67
Listando 365 itens.			**35.126,78**	**238.754,92**	**855,47**	**7.646,19**	**42.357,61**	**324.740,97**

Cobrança	Venc.	Descrição	Principal (A)	Juros (B)	Multa (C)	Atualiz. (D)	Honor. (E)	Atualizado (A)+(B)+(C)+(D)+(E)
718113	10/04/2021	Taxa Fundo de Reserva	15,86	31,86 (10,00%)	0,34 (2,00%)	1,09	7,37 (15,00%)	56,52
718113	10/04/2021	Despesas de Correios	1,70	5,31 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,12	1,08 (15,00%)	8,25
758754	12/05/2021	Taxa Condominial	276,05	489,02 (10,00%)	5,89 (2,00%)	18,42	118,41 (15,00%)	907,79
758754	12/05/2021	Taxa Fundo de Reserva	12,35	19,96 (10,00%)	0,26 (2,00%)	0,82	5,01 (15,00%)	38,40
758754	12/05/2021	Despesas de Correios	1,70	4,99 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,11	1,03 (15,00%)	7,87
784549	10/06/2021	Taxa Condominial	276,05	460,60 (10,00%)	5,88 (2,00%)	17,82	114,05 (15,00%)	874,40
784549	10/06/2021	Taxa Fundo de Reserva	12,35	18,80 (10,00%)	0,26 (2,00%)	0,80	4,83 (15,00%)	37,04
784549	10/06/2021	Despesas de Correios	1,70	4,70 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,11	0,98 (15,00%)	7,53
823538	10/07/2021	Taxa Condominial	276,05	431,20 (10,00%)	5,86 (2,00%)	17,11	109,53 (15,00%)	839,75
823538	10/07/2021	Taxa Limpeza de Lotes Roço	50,00	79,20 (10,00%)	1,06 (2,00%)	3,10	20,00 (15,00%)	153,36
823538	10/07/2021	Taxa Fundo de Reserva	12,35	17,60 (10,00%)	0,26 (2,00%)	0,77	4,65 (15,00%)	35,63
823538	10/07/2021	Despesas de Correios	1,70	4,40 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,11	0,94 (15,00%)	7,19
870248	10/08/2021	Taxa Condominial	276,05	396,73 (10,00%)	5,85 (2,00%)	16,39	104,25 (15,00%)	799,27
870248	10/08/2021	Taxa Fundo de Reserva	12,35	16,36 (10,00%)	0,26 (2,00%)	0,73	4,46 (15,00%)	34,16
870248	10/08/2021	Despesas de Correios	1,70	4,09 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,10	0,89 (15,00%)	6,82
914600	10/09/2021	Taxa Condominial	276,05	366,66 (10,00%)	5,83 (2,00%)	15,51	99,61 (15,00%)	763,66
914600	10/09/2021	Taxa Fundo de Reserva	12,35	15,12 (10,00%)	0,26 (2,00%)	0,69	4,26 (15,00%)	32,68
914600	10/09/2021	Despesas de Correios	1,70	3,78 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,10	0,84 (15,00%)	6,46
953232	10/10/2021	Taxa Condominial	276,05	337,56 (10,00%)	5,81 (2,00%)	14,48	95,09 (15,00%)	728,99
953232	10/10/2021	Taxa Fundo de Reserva	12,35	13,92 (10,00%)	0,26 (2,00%)	0,65	4,08 (15,00%)	31,26
953232	10/10/2021	Despesas de Correios	1,70	3,48 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,09	0,80 (15,00%)	6,11
993800	10/11/2021	Taxa Condominial	276,05	304,32 (10,00%)	5,79 (2,00%)	13,20	89,90 (15,00%)	689,26
993800	10/11/2021	Taxa Limpeza de Lotes Roço	50,00	53,89 (10,00%)	1,05 (2,00%)	2,39	16,10 (15,00%)	123,43
993800	10/11/2021	Taxa Fundo de Reserva	12,35	12,68 (10,00%)	0,26 (2,00%)	0,59	3,88 (15,00%)	29,76
993800	10/11/2021	Taxa de Evento	5,00	6,34 (10,00%)	0,10 (2,00%)	0,24	1,75 (15,00%)	13,43
993800	10/11/2021	Despesas de Correios	1,70	3,17 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,08	0,75 (15,00%)	5,74
1035035	10/12/2021	Taxa Condominial	276,05	275,52 (10,00%)	5,76 (2,00%)	11,79	85,37 (15,00%)	654,49
1035035	10/12/2021	Taxa Fundo de Reserva	12,35	11,48 (10,00%)	0,26 (2,00%)	0,53	3,69 (15,00%)	28,31
1035035	10/12/2021	Taxa de Evento	5,00	5,74 (10,00%)	0,10 (2,00%)	0,21	1,66 (15,00%)	12,71
1035035	10/12/2021	Despesas de Correios	1,70	2,87 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,07	0,70 (15,00%)	5,38
1085003	10/01/2022	Taxa Condominial	276,05	243,20 (10,00%)	5,72 (2,00%)	10,18	80,27 (15,00%)	615,42
1085003	10/01/2022	Taxa Fundo de Reserva	12,35	10,24 (10,00%)	0,26 (2,00%)	0,46	3,50 (15,00%)	26,81
Listando 365 itens.			**35.126,78**	**238.754,92**	**855,47**	**7.646,19**	**42.357,61**	**324.740,97**

Cobrança	Venc.	Descrição	Principal (A)	Juros (B)	Multa (C)	Atualiz. (D)	Honor. (E)	Atualizado (A)+(B)+(C)+(D)+(E)
1085003	10/01/2022	Taxa de Evento	5,00	5,12 (10,00%)	0,10 (2,00%)	0,18	1,56 (15,00%)	11,96
1085003	10/01/2022	Despesas de Correios	1,70	2,56 (10,00%)	0,04 (2,00%)	0,06	0,65 (15,00%)	5,01
1120320	10/02/2022	Taxa Condominial	276,05	213,75 (10,00%)	5,70 (2,00%)	8,76	75,64 (15,00%)	579,90
1120320	10/02/2022	Taxa Fundo de Reserva	12,35	9,00 (10,00%)	0,25 (2,00%)	0,39	3,30 (15,00%)	25,29
1120320	10/02/2022	Taxa de Evento	5,00	4,50 (10,00%)	0,10 (2,00%)	0,16	1,46 (15,00%)	11,22
1161749	10/03/2022	Taxa Condominial	276,05	185,18 (10,00%)	5,66 (2,00%)	7,07	71,09 (15,00%)	545,05
1161749	10/03/2022	Taxa Limpeza de Lotes Roço	50,00	33,49 (10,00%)	1,03 (2,00%)	1,28	12,87 (15,00%)	98,67
1161749	10/03/2022	Taxa Fundo de Reserva	12,35	7,88 (10,00%)	0,25 (2,00%)	0,32	3,12 (15,00%)	23,92
1161749	10/03/2022	Taxa de Evento	5,00	3,94 (10,00%)	0,10 (2,00%)	0,13	1,38 (15,00%)	10,55
1203551	10/04/2022	Taxa Condominial	268,23	151,06 (10,00%)	5,47 (2,00%)	5,35	64,52 (15,00%)	494,63
1203551	10/04/2022	Taxa Limpeza de Lotes Roço Ref. a diferença do valor cobrado Mar-22 Ref. a diferença do valor cobrado Mar-22	25,00	13,28 (10,00%)	0,51 (2,00%)	0,50	5,89 (15,00%)	45,18
1203551	10/04/2022	Taxa Fundo de Reserva	13,41	8,30 (10,00%)	0,27 (2,00%)	0,27	3,34 (15,00%)	25,59
1203551	10/04/2022	Taxa de Evento	5,00	3,32 (10,00%)	0,10 (2,00%)	0,10	1,28 (15,00%)	9,80
1247723	10/05/2022	Taxa Condominial	268,23	122,40 (10,00%)	5,44 (2,00%)	3,53	59,94 (15,00%)	459,54
1247723	10/05/2022	Taxa Fundo de Reserva	13,41	6,80 (10,00%)	0,27 (2,00%)	0,18	3,10 (15,00%)	23,76
1247723	10/05/2022	Taxa de Evento	5,00	2,72 (10,00%)	0,10 (2,00%)	0,07	1,18 (15,00%)	9,07
1293513	10/06/2022	Taxa Condominial	268,23	94,50 (10,00%)	5,40 (2,00%)	1,78	55,49 (15,00%)	425,40
1293513	10/06/2022	Taxa Fundo de Reserva	13,41	4,20 (10,00%)	0,27 (2,00%)	0,09	2,70 (15,00%)	20,67
1293513	10/06/2022	Taxa de Evento	7,00	2,10 (10,00%)	0,14 (2,00%)	0,05	1,39 (15,00%)	10,68
1333423	10/07/2022	Taxa Condominial	268,23	66,75 (10,00%)	5,36 (2,00%)	0,00	51,05 (15,00%)	391,39
1333423	10/07/2022	Taxa Limpeza de Lotes Roço	75,00	18,75 (10,00%)	1,50 (2,00%)	0,00	14,29 (15,00%)	109,54
1333423	10/07/2022	Taxa Fundo de Reserva	13,41	3,00 (10,00%)	0,27 (2,00%)	0,00	2,50 (15,00%)	19,18
1333423	10/07/2022	Taxa de Evento	7,00	1,50 (10,00%)	0,14 (2,00%)	0,00	1,30 (15,00%)	9,94
1376694	10/08/2022	Taxa Condominial	268,23	39,16 (10,00%)	5,36 (2,00%)	0,00	46,91 (15,00%)	359,66
1376694	10/08/2022	Taxa Fundo de Reserva	13,41	1,76 (10,00%)	0,27 (2,00%)	0,00	2,32 (15,00%)	17,76
1376694	10/08/2022	Taxa de Evento	7,00	0,88 (10,00%)	0,14 (2,00%)	0,00	1,20 (15,00%)	9,22
1422577	10/09/2022	Taxa Condominial	268,23	11,57 (10,00%)	5,36 (2,00%)	0,00	42,77 (15,00%)	327,93
1422577	10/09/2022	Taxa Extra CONF AGE 27.08.2022 - Parc. 1/15 CONF AGE 27.08.2022 - Parc. 1/15	30,00	1,30 (10,00%)	0,60 (2,00%)	0,00	4,79 (15,00%)	36,69
1422577	10/09/2022	Taxa Fundo de Reserva	13,41	0,52 (10,00%)	0,27 (2,00%)	0,00	2,13 (15,00%)	16,33
1422577	10/09/2022	Taxa de Evento	7,00	0,26 (10,00%)	0,14 (2,00%)	0,00	1,11 (15,00%)	8,51
Listando 365 itens.			**35.126,78**	**238.754,92**	**855,47**	**7.646,19**	**42.357,61**	**324.740,97**

Cálculo judicial da inadimplência

Cobrança:Todas as cobranças; Conta categoria:todas; Com vencimento entre:; Atualização monetária:com atualização monetária a partir do vencimento; Taxas:com taxas sobre o valor atualizado; Juros:com juros a partir do vencimento; Honorários:com honorários;

CONDOMINIO LAGOS COUNTRY RESORT
Unidade: 13-LT.14 13
Proprietário: SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA
CPF: 73829811420
Fone: 83 99818-5971
R ETELVINA MACEDO DE MENDONCA, 101 - TORRE 58040-530 JOÃO PESSOA-PB

Cobrança	Venc.	Descrição	Principal *(A)*	Juros *(B)*	Multa *(C)*	Atualiz. *(D)*	Honor. *(E)*	Atualizado *(A)+(B)+(C)+(D)+(E)*
126332	10/11/2013	Taxa Condominial	190,02	3.303,78 *(10,00%)*	0,00	116,58	541,56 *(15,00%)*	4.151,94
126331	10/11/2013	Taxa Extra	69,87	1.230,82 *(10,00%)*	0,00	42,87	201,53 *(15,00%)*	1.545,09
126330	10/11/2013	Taxa Fundo de Reserva	9,50	161,95 *(10,00%)*	0,00	5,83	26,59 *(15,00%)*	203,87
126335	10/12/2013	Taxa Condominial	190,02	3.273,18 *(10,00%)*	0,00	114,99	536,73 *(15,00%)*	4.114,92
126334	10/12/2013	Taxa Extra	69,87	1.187,33 *(10,00%)*	0,00	42,28	194,92 *(15,00%)*	1.494,40
126333	10/12/2013	Taxa Fundo de Reserva	9,50	160,45 *(10,00%)*	0,00	5,75	26,36 *(15,00%)*	202,06
126338	10/01/2014	Taxa Condominial	190,02	3.209,78 *(10,00%)*	0,00	113,33	526,97 *(15,00%)*	4.040,10
126337	10/01/2014	Taxa Extra	69,87	1.175,86 *(10,00%)*	0,00	41,67	193,11 *(15,00%)*	1.480,51
126336	10/01/2014	Taxa Fundo de Reserva	9,50	158,90 *(10,00%)*	0,00	5,67	26,11 *(15,00%)*	200,18
126341	10/02/2014	Taxa Condominial	190,02	3.147,00 *(10,00%)*	0,00	111,48	517,28 *(15,00%)*	3.965,78
126340	10/02/2014	Taxa Extra	69,87	1.164,39 *(10,00%)*	0,00	40,99	191,29 *(15,00%)*	1.466,54
126339	10/02/2014	Taxa Fundo de Reserva	9,50	157,35 *(10,00%)*	0,00	5,57	25,86 *(15,00%)*	198,28
126344	10/03/2014	Taxa Condominial	190,02	3.119,00 *(10,00%)*	0,00	109,82	512,83 *(15,00%)*	3.931,67
126343	10/03/2014	Taxa Extra	69,87	1.154,03 *(10,00%)*	0,00	40,38	189,64 *(15,00%)*	1.453,92
126342	10/03/2014	Taxa Fundo de Reserva	9,50	155,95 *(10,00%)*	0,00	5,49	25,64 *(15,00%)*	196,58
126346	10/04/2014	Taxa Condominial	211,65	3.427,68 *(10,00%)*	0,00	120,57	563,99 *(15,00%)*	4.323,89
126345	10/04/2014	Taxa Fundo de Reserva	10,58	185,28 *(10,00%)*	0,00	6,03	30,28 *(15,00%)*	232,17
126348	10/05/2014	Taxa Condominial	211,65	3.363,80 *(10,00%)*	0,00	118,76	554,13 *(15,00%)*	4.248,34
Listando 364 itens.			**35.124,98**	**238.741,29**	**50,47**	**7.645,83**	**42.234,46**	**323.797,03**

Cobrança	Venc.	Descrição	Principal (A)	Juros (B)	Multa (C)	Atualiz. (D)	Honor. (E)	Atualizado (A)+(B)+(C)+(D)+(E)
126347	10/05/2014	Taxa Fundo de Reserva	10,58	183,48 (10,00%)	0,00	5,94	30,00 (15,00%)	230,00
126350	10/06/2014	Taxa Condominial	211,65	3.299,43 (10,00%)	0,00	116,92	544,20 (15,00%)	4.172,20
126349	10/06/2014	Taxa Fundo de Reserva	10,58	151,35 (10,00%)	0,00	5,84	25,17 (15,00%)	192,94
126352	10/07/2014	Taxa Condominial	211,65	3.266,73 (10,00%)	0,00	115,13	539,03 (15,00%)	4.132,54
126351	10/07/2014	Taxa Fundo de Reserva	10,58	149,85 (10,00%)	0,00	5,76	24,93 (15,00%)	191,12
126354	10/08/2014	Taxa Condominial	211,65	3.203,28 (10,00%)	0,00	113,17	529,22 (15,00%)	4.057,32
126353	10/08/2014	Taxa Fundo de Reserva	10,58	148,30 (10,00%)	0,00	5,66	24,68 (15,00%)	189,22
126356	10/09/2014	Taxa Condominial	211,65	3.169,80 (10,00%)	0,00	111,36	523,92 (15,00%)	4.016,73
126355	10/09/2014	Taxa Fundo de Reserva	10,58	146,75 (10,00%)	0,00	5,57	24,44 (15,00%)	187,34
126358	10/10/2014	Taxa Condominial	211,65	3.108,35 (10,00%)	0,00	109,47	514,42 (15,00%)	3.943,89
126357	10/10/2014	Taxa Fundo de Reserva	10,58	145,25 (10,00%)	0,00	5,47	24,20 (15,00%)	185,50
126360	10/11/2014	Taxa Condominial	211,65	3.046,44 (10,00%)	0,00	107,54	504,84 (15,00%)	3.870,47
126359	10/11/2014	Taxa Fundo de Reserva	10,58	143,70 (10,00%)	0,00	5,38	23,95 (15,00%)	183,61
126362	10/12/2014	Taxa Condominial	211,65	3.014,64 (10,00%)	0,00	105,80	499,81 (15,00%)	3.831,90
126361	10/12/2014	Taxa Fundo de Reserva	10,58	142,20 (10,00%)	0,00	5,29	23,71 (15,00%)	181,78
126364	10/01/2015	Taxa Condominial	211,65	2.953,65 (10,00%)	0,00	103,89	490,38 (15,00%)	3.759,57
126363	10/01/2015	Taxa Fundo de Reserva	10,58	140,65 (10,00%)	0,00	5,19	23,46 (15,00%)	179,88
126366	10/02/2015	Taxa Condominial	211,65	2.893,28 (10,00%)	0,00	102,04	481,05 (15,00%)	3.688,02
126365	10/02/2015	Taxa Fundo de Reserva	10,58	139,10 (10,00%)	0,00	5,10	23,22 (15,00%)	178,00
126368	10/03/2015	Taxa Condominial	211,65	2.864,16 (10,00%)	0,00	100,43	476,44 (15,00%)	3.652,68
126367	10/03/2015	Taxa Fundo de Reserva	10,58	137,70 (10,00%)	0,00	5,02	23,00 (15,00%)	176,30
126370	10/04/2015	Taxa Condominial	211,65	2.804,69 (10,00%)	0,00	98,47	467,22 (15,00%)	3.582,03
126369	10/04/2015	Taxa Fundo de Reserva	10,58	136,15 (10,00%)	0,00	4,92	22,75 (15,00%)	174,40
126372	10/05/2015	Taxa Condominial	211,65	2.773,79 (10,00%)	0,00	96,60	462,31 (15,00%)	3.544,35
126371	10/05/2015	Taxa Fundo de Reserva	10,58	134,65 (10,00%)	0,00	4,83	22,51 (15,00%)	172,57
126376	10/06/2015	Taxa Condominial	294,32	3.780,04 (10,00%)	0,00	131,71	630,91 (15,00%)	4.836,98
126375	10/06/2015	Taxa Extra	37,32	479,16 (10,00%)	0,00	16,70	79,98 (15,00%)	613,16
126373	10/06/2015	Taxa Fundo de Contingência	14,72	186,34 (10,00%)	0,00	6,59	31,15 (15,00%)	238,80
126374	10/06/2015	Taxa Fundo de Reserva	14,72	186,34 (10,00%)	0,00	6,59	31,15 (15,00%)	238,80
126380	10/07/2015	Taxa Condominial	294,32	3.711,12 (10,00%)	0,00	128,82	620,14 (15,00%)	4.754,40
126379	10/07/2015	Taxa Extra	37,32	473,76 (10,00%)	0,00	16,33	79,11 (15,00%)	606,52
126377	10/07/2015	Taxa Fundo de Contingência	14,72	184,24 (10,00%)	0,00	6,44	30,81 (15,00%)	236,21
Listando 364 itens.			**35.124,98**	**238.741,29**	**50,47**	**7.645,83**	**42.234,46**	**323.797,03**

Cobrança	Venc.	Descrição	Principal (A)	Juros (B)	Multa (C)	Atualiz. (D)	Honor. (E)	Atualizado (A)+(B)+(C)+(D)+(E)
126378	10/07/2015	Taxa Fundo de Reserva	14,72	184,24 (10,00%)	0,00	6,44	30,81 (15,00%)	236,21
126384	10/08/2015	Taxa Condominial	294,32	3.641,40 (10,00%)	0,00	125,75	609,22 (15,00%)	4.670,69
126383	10/08/2015	Taxa Extra	37,32	468,18 (10,00%)	0,00	15,94	78,22 (15,00%)	599,66
126381	10/08/2015	Taxa Fundo de Contingência	14,72	182,07 (10,00%)	0,00	6,29	30,46 (15,00%)	233,54
126382	10/08/2015	Taxa Fundo de Reserva	14,72	182,07 (10,00%)	0,00	6,29	30,46 (15,00%)	233,54
126387	10/09/2015	Taxa Condominial	294,32	3.572,30 (10,00%)	0,00	122,88	598,43 (15,00%)	4.587,93
126385	10/09/2015	Taxa Fundo de Contingência	14,72	179,90 (10,00%)	0,00	6,15	30,12 (15,00%)	230,89
126386	10/09/2015	Taxa Fundo de Reserva	14,72	179,90 (10,00%)	0,00	6,15	30,12 (15,00%)	230,89
126390	10/10/2015	Taxa Condominial	294,32	3.505,20 (10,00%)	0,00	120,01	587,93 (15,00%)	4.507,46
126388	10/10/2015	Taxa Fundo de Contingência	14,72	177,80 (10,00%)	0,00	6,00	29,78 (15,00%)	228,30
126389	10/10/2015	Taxa Fundo de Reserva	14,72	177,80 (10,00%)	0,00	6,00	29,78 (15,00%)	228,30
126393	10/11/2015	Taxa Condominial	294,32	3.437,33 (10,00%)	0,00	117,21	577,33 (15,00%)	4.426,19
126391	10/11/2015	Taxa Fundo de Contingência	14,72	175,63 (10,00%)	0,00	5,86	29,43 (15,00%)	225,64
126392	10/11/2015	Taxa Fundo de Reserva	14,72	175,63 (10,00%)	0,00	5,86	29,43 (15,00%)	225,64
126396	10/12/2015	Taxa Condominial	294,32	3.371,44 (10,00%)	0,00	114,63	567,06 (15,00%)	4.347,45
126394	10/12/2015	Taxa Fundo de Contingência	14,72	173,53 (10,00%)	0,00	5,73	29,10 (15,00%)	223,08
126395	10/12/2015	Taxa Fundo de Reserva	14,72	173,53 (10,00%)	0,00	5,73	29,10 (15,00%)	223,08
126399	10/01/2016	Taxa Condominial	294,32	3.304,80 (10,00%)	0,00	111,68	556,62 (15,00%)	4.267,42
126397	10/01/2016	Taxa Fundo de Contingência	14,72	171,36 (10,00%)	0,00	5,59	28,75 (15,00%)	220,42
126398	10/01/2016	Taxa Fundo de Reserva	14,72	171,36 (10,00%)	0,00	5,59	28,75 (15,00%)	220,42
126402	10/02/2016	Taxa Condominial	294,32	3.238,78 (10,00%)	0,00	109,13	546,33 (15,00%)	4.188,56
126400	10/02/2016	Taxa Fundo de Contingência	14,72	169,19 (10,00%)	0,00	5,46	28,41 (15,00%)	217,78
126401	10/02/2016	Taxa Fundo de Reserva	14,72	169,19 (10,00%)	0,00	5,46	28,41 (15,00%)	217,78
126405	10/03/2016	Taxa Condominial	294,32	3.199,92 (10,00%)	0,00	106,74	540,15 (15,00%)	4.141,13
126403	10/03/2016	Taxa Fundo de Contingência	14,72	167,16 (10,00%)	0,00	5,34	28,08 (15,00%)	215,30
126404	10/03/2016	Taxa Fundo de Reserva	14,72	167,16 (10,00%)	0,00	5,34	28,08 (15,00%)	215,30
126408	10/04/2016	Taxa Condominial	294,32	3.134,81 (10,00%)	0,00	103,88	529,95 (15,00%)	4.062,96
126406	10/04/2016	Taxa Fundo de Contingência	14,72	164,99 (10,00%)	0,00	5,20	27,74 (15,00%)	212,65
126407	10/04/2016	Taxa Fundo de Reserva	14,72	164,99 (10,00%)	0,00	5,20	27,74 (15,00%)	212,65
126410	10/05/2016	Taxa Condominial	305,87	3.187,99 (10,00%)	0,00	105,36	539,88 (15,00%)	4.139,10
126409	10/05/2016	Taxa Fundo de Reserva	11,41	116,35 (10,00%)	0,00	3,93	19,75 (15,00%)	151,44
126412	10/06/2016	Taxa Condominial	305,87	3.122,56 (10,00%)	0,00	102,69	529,67 (15,00%)	4.060,79
Listando 364 itens.			**35.124,98**	**238.741,29**	**50,47**	**7.645,83**	**42.234,46**	**323.797,03**

Cobrança	Venc.	Descrição	Principal (A)	Juros (B)	Multa (C)	Atualiz. (D)	Honor. (E)	Atualizado (A)+(B)+(C)+(D)+(E)
126411	10/06/2016	Taxa Fundo de Reserva	11,41	114,80 (10,00%)	0,00	3,83	19,51 (15,00%)	149,55
126414	10/07/2016	Taxa Condominial	305,87	3.059,10 (10,00%)	0,00	99,83	519,72 (15,00%)	3.984,52
126413	10/07/2016	Taxa Fundo de Reserva	11,41	113,30 (10,00%)	0,00	3,72	19,26 (15,00%)	147,69
126416	10/08/2016	Taxa Condominial	305,87	2.994,90 (10,00%)	0,00	97,16	509,69 (15,00%)	3.907,62
126415	10/08/2016	Taxa Fundo de Reserva	11,41	111,75 (10,00%)	0,00	3,62	19,02 (15,00%)	145,80
126418	10/09/2016	Taxa Condominial	305,87	2.931,32 (10,00%)	0,00	94,13	499,70 (15,00%)	3.831,02
126417	10/09/2016	Taxa Fundo de Reserva	11,41	110,20 (10,00%)	0,00	3,51	18,77 (15,00%)	143,89
126420	10/10/2016	Taxa Condominial	305,87	2.869,68 (10,00%)	0,00	91,52	490,06 (15,00%)	3.757,13
126419	10/10/2016	Taxa Fundo de Reserva	11,41	108,70 (10,00%)	0,00	3,41	18,53 (15,00%)	142,05
126422	10/11/2016	Taxa Condominial	305,87	2.807,33 (10,00%)	0,00	88,91	480,32 (15,00%)	3.682,43
126421	10/11/2016	Taxa Fundo de Reserva	11,41	107,15 (10,00%)	0,00	3,32	18,28 (15,00%)	140,16
126424	10/12/2016	Taxa Condominial	305,87	2.768,03 (10,00%)	0,00	86,38	474,04 (15,00%)	3.634,32
126423	10/12/2016	Taxa Fundo de Reserva	11,41	105,65 (10,00%)	0,00	3,22	18,04 (15,00%)	138,32
126426	10/01/2017	Taxa Condominial	305,87	2.706,60 (10,00%)	0,00	83,71	464,43 (15,00%)	3.560,61
126425	10/01/2017	Taxa Fundo de Reserva	11,41	104,10 (10,00%)	0,00	3,12	17,79 (15,00%)	136,42
126428	10/02/2017	Taxa Condominial	305,87	2.645,79 (10,00%)	0,00	81,12	454,92 (15,00%)	3.487,70
126427	10/02/2017	Taxa Fundo de Reserva	11,41	102,55 (10,00%)	0,00	3,03	17,55 (15,00%)	134,54
126430	10/03/2017	Taxa Condominial	305,87	2.589,44 (10,00%)	0,00	79,08	446,16 (15,00%)	3.420,55
126429	10/03/2017	Taxa Fundo de Reserva	11,41	101,15 (10,00%)	0,00	2,95	17,33 (15,00%)	132,84
126431	10/04/2017	Despesas de Correios	1,70	19,92 (10,00%)	0,00	0,43	3,31 (15,00%)	25,36
126435	10/04/2017	Taxa Condominial	317,28	2.629,44 (10,00%)	0,00	79,44	453,92 (15,00%)	3.480,08
126433	10/04/2017	Taxa Fundo de Contingência	16,83	139,44 (10,00%)	0,00	4,21	24,07 (15,00%)	184,55
126432	10/04/2017	Taxa Fundo de Reserva	15,86	139,44 (10,00%)	0,00	3,97	23,89 (15,00%)	183,16
126434	10/04/2017	Taxa Limpeza de Lotes Roço	30,00	239,04 (10,00%)	0,00	7,51	41,48 (15,00%)	318,03
126436	10/05/2017	Despesas de Correios	1,70	19,62 (10,00%)	0,00	0,42	3,26 (15,00%)	25,00
126440	10/05/2017	Taxa Condominial	317,28	2.570,22 (10,00%)	0,00	77,46	444,74 (15,00%)	3.409,70
126439	10/05/2017	Taxa Extra	75,18	608,22 (10,00%)	0,00	18,35	105,26 (15,00%)	807,01
126438	10/05/2017	Taxa Fundo de Contingência	16,83	137,34 (10,00%)	0,00	4,11	23,74 (15,00%)	182,02
126437	10/05/2017	Taxa Fundo de Reserva	15,86	137,34 (10,00%)	0,00	3,87	23,56 (15,00%)	180,63
126441	10/06/2017	Despesas de Correios	1,70	19,31 (10,00%)	0,00	0,40	3,21 (15,00%)	24,62
126445	10/06/2017	Taxa Condominial	317,28	2.529,61 (10,00%)	0,00	75,20	438,31 (15,00%)	3.360,40
126444	10/06/2017	Taxa Extra	75,18	598,61 (10,00%)	0,00	17,82	103,74 (15,00%)	795,35
Listando 364 itens.			**35.124,98**	**238.741,29**	**50,47**	**7.645,83**	**42.234,46**	**323.797,03**

Cobrança	Venc.	Descrição	Principal (A)	Juros (B)	Multa (C)	Atualiz. (D)	Honor. (E)	Atualizado (A)+(B)+(C)+(D)+(E)
126443	10/06/2017	Taxa Fundo de Contingência	16,83	135,17 (10,00%)	0,00	3,99	23,40 (15,00%)	179,39
126442	10/06/2017	Taxa Fundo de Reserva	15,86	135,17 (10,00%)	0,00	3,76	23,22 (15,00%)	178,01
126446	10/07/2017	Despesas de Correios	1,70	19,01 (10,00%)	0,00	0,39	3,17 (15,00%)	24,27
126451	10/07/2017	Taxa Condominial	317,28	2.471,30 (10,00%)	0,00	73,04	429,24 (15,00%)	3.290,86
126450	10/07/2017	Taxa Extra	75,18	589,31 (10,00%)	0,00	17,31	102,27 (15,00%)	784,07
126448	10/07/2017	Taxa Fundo de Contingência	16,83	133,07 (10,00%)	0,00	3,87	23,07 (15,00%)	176,84
126447	10/07/2017	Taxa Fundo de Reserva	15,86	114,06 (10,00%)	0,00	3,65	20,04 (15,00%)	153,61
126449	10/07/2017	Taxa Limpeza de Lotes Roço	30,00	228,12 (10,00%)	0,00	6,91	39,75 (15,00%)	304,78
126452	10/08/2017	Despesas de Correios	1,80	18,70 (10,00%)	0,00	0,40	3,14 (15,00%)	24,04
126456	10/08/2017	Taxa Condominial	317,28	2.412,30 (10,00%)	0,00	70,85	420,06 (15,00%)	3.220,49
126455	10/08/2017	Taxa Extra	75,18	579,70 (10,00%)	0,00	16,79	100,75 (15,00%)	772,42
126454	10/08/2017	Taxa Fundo de Contingência	16,83	130,90 (10,00%)	0,00	3,76	22,72 (15,00%)	174,21
126453	10/08/2017	Taxa Fundo de Reserva	15,86	112,20 (10,00%)	0,00	3,54	19,74 (15,00%)	151,34
126457	10/09/2017	Despesas de Correios	1,80	18,39 (10,00%)	0,00	0,39	3,09 (15,00%)	23,67
126461	10/09/2017	Taxa Condominial	317,28	2.372,31 (10,00%)	0,00	68,72	413,75 (15,00%)	3.172,06
126460	10/09/2017	Taxa Extra	75,18	551,70 (10,00%)	0,00	16,28	96,47 (15,00%)	739,63
126459	10/09/2017	Taxa Fundo de Contingência	16,83	128,73 (10,00%)	0,00	3,65	22,38 (15,00%)	171,59
126458	10/09/2017	Taxa Fundo de Reserva	15,86	110,34 (10,00%)	0,00	3,44	19,45 (15,00%)	149,09
126462	10/10/2017	Despesas de Correios	1,80	18,09 (10,00%)	0,00	0,38	3,04 (15,00%)	23,31
126464	10/10/2017	Taxa Condominial	317,28	2.315,52 (10,00%)	0,00	66,80	404,94 (15,00%)	3.104,54
126463	10/10/2017	Taxa Fundo de Reserva	15,89	108,54 (10,00%)	0,00	3,35	19,17 (15,00%)	146,95
126465	10/11/2017	Despesas de Correios	1,80	17,78 (10,00%)	0,00	0,37	2,99 (15,00%)	22,94
126468	10/11/2017	Taxa Condominial	317,28	2.258,06 (10,00%)	0,00	65,01	396,05 (15,00%)	3.036,40
126466	10/11/2017	Taxa Fundo de Reserva	15,86	106,68 (10,00%)	0,00	3,25	18,87 (15,00%)	144,66
126467	10/11/2017	Taxa Limpeza de Lotes Roço	30,00	213,36 (10,00%)	0,00	6,15	37,43 (15,00%)	286,94
126470	10/12/2017	Taxa Condominial	317,28	2.219,96 (10,00%)	0,00	63,38	390,09 (15,00%)	2.990,71
126469	10/12/2017	Taxa Fundo de Reserva	15,86	104,88 (10,00%)	0,00	3,17	18,59 (15,00%)	142,50
126472	10/01/2018	Taxa Condominial	317,28	2.163,42 (10,00%)	0,00	61,77	381,37 (15,00%)	2.923,84
126471	10/01/2018	Taxa Fundo de Reserva	15,86	103,02 (10,00%)	0,00	3,09	18,30 (15,00%)	140,27
126474	10/02/2018	Taxa Condominial	317,28	2.124,36 (10,00%)	0,00	60,26	375,29 (15,00%)	2.877,19
126473	10/02/2018	Taxa Fundo de Reserva	15,86	101,16 (10,00%)	0,00	3,01	18,00 (15,00%)	138,03
126475	10/03/2018	Despesas de Correios	1,70	16,58 (10,00%)	0,00	0,31	2,79 (15,00%)	21,38
Listando 364 itens.			**35.124,98**	**238.741,29**	**50,47**	**7.645,83**	**42.234,46**	**323.797,03**

Cobrança	Venc.	Descrição	Principal (A)	Juros (B)	Multa (C)	Atualiz. (D)	Honor. (E)	Atualizado (A)+(B)+(C)+(D)+(E)
126478	10/03/2018	Taxa Condominial	317,28	2.072,50 (10,00%)	0,00	58,76	367,28 (15,00%)	2.815,82
126476	10/03/2018	Taxa Fundo de Reserva	15,86	99,48 (10,00%)	0,00	2,94	17,74 (15,00%)	136,02
126477	10/03/2018	Taxa Limpeza de Lotes Roço	30,00	198,96 (10,00%)	0,00	5,56	35,18 (15,00%)	269,70
126479	10/04/2018	Despesas de Correios	1,70	16,27 (10,00%)	0,00	0,31	2,74 (15,00%)	21,02
126481	10/04/2018	Taxa Condominial	317,28	2.033,75 (10,00%)	0,00	57,31	361,25 (15,00%)	2.769,59
126480	10/04/2018	Taxa Fundo de Reserva	15,86	97,62 (10,00%)	0,00	2,86	17,45 (15,00%)	133,79
126482	10/05/2018	Despesas de Correios	1,70	15,97 (10,00%)	0,00	0,30	2,70 (15,00%)	20,67
126484	10/05/2018	Taxa Condominial	317,28	1.980,28 (10,00%)	0,00	55,92	353,02 (15,00%)	2.706,50
126483	10/05/2018	Taxa Fundo de Reserva	15,86	95,82 (10,00%)	0,00	2,80	17,17 (15,00%)	131,65
126485	10/06/2018	Despesas de Correios	1,70	15,66 (10,00%)	0,00	0,29	2,65 (15,00%)	20,30
126487	10/06/2018	Taxa Condominial	317,28	1.941,84 (10,00%)	0,00	54,54	347,05 (15,00%)	2.660,71
126486	10/06/2018	Taxa Fundo de Reserva	15,86	93,96 (10,00%)	0,00	2,73	16,88 (15,00%)	129,43
126488	10/07/2018	Despesas de Correios	1,70	15,36 (10,00%)	0,00	0,28	2,60 (15,00%)	19,94
126492	10/07/2018	Taxa Condominial	317,28	1.889,28 (10,00%)	0,00	53,17	338,96 (15,00%)	2.598,69
126490	10/07/2018	Taxa Extra	33,85	199,68 (10,00%)	0,00	5,67	35,88 (15,00%)	275,08
126489	10/07/2018	Taxa Fundo de Reserva	15,86	92,16 (10,00%)	0,00	2,66	16,60 (15,00%)	127,28
126491	10/07/2018	Taxa Limpeza de Lotes Roço	50,00	291,84 (10,00%)	0,00	8,38	52,53 (15,00%)	402,75
126493	10/08/2018	Despesas de Correios	1,70	15,05 (10,00%)	0,00	0,28	2,55 (15,00%)	19,58
126496	10/08/2018	Taxa Condominial	317,28	1.851,15 (10,00%)	0,00	51,80	333,03 (15,00%)	2.553,26
126495	10/08/2018	Taxa Extra	33,85	195,65 (10,00%)	0,00	5,53	35,25 (15,00%)	270,28
126494	10/08/2018	Taxa Fundo de Reserva	15,86	90,30 (10,00%)	0,00	2,59	16,31 (15,00%)	125,06
126497	10/09/2018	Despesas de Correios	1,70	14,74 (10,00%)	0,00	0,27	2,51 (15,00%)	19,22
126500	10/09/2018	Taxa Condominial	317,28	1.798,28 (10,00%)	0,00	50,43	324,90 (15,00%)	2.490,89
126499	10/09/2018	Taxa Extra	33,85	191,62 (10,00%)	0,00	5,38	34,63 (15,00%)	265,48
126498	10/09/2018	Taxa Fundo de Reserva	15,86	88,44 (10,00%)	0,00	2,52	16,02 (15,00%)	122,84
126501	10/10/2018	Despesas de Correios	1,70	14,44 (10,00%)	0,00	0,26	2,46 (15,00%)	18,86
126504	10/10/2018	Taxa Condominial	317,28	1.761,68 (10,00%)	0,00	49,07	319,20 (15,00%)	2.447,23
126503	10/10/2018	Taxa Extra	33,85	187,72 (10,00%)	0,00	5,24	34,02 (15,00%)	260,83
126502	10/10/2018	Taxa Fundo de Reserva	15,86	86,64 (10,00%)	0,00	2,45	15,74 (15,00%)	120,69
126505	10/11/2018	Despesas de Correios	1,70	14,13 (10,00%)	0,00	0,26	2,41 (15,00%)	18,50
126509	10/11/2018	Taxa Condominial	317,28	1.723,86 (10,00%)	0,00	47,71	313,33 (15,00%)	2.402,18
126507	10/11/2018	Taxa Extra	33,85	183,69 (10,00%)	0,00	5,09	33,39 (15,00%)	256,02
Listando 364 itens.			**35.124,98**	**238.741,29**	**50,47**	**7.645,83**	**42.234,46**	**323.797,03**

Cobrança	Venc.	Descrição	Principal (A)	Juros (B)	Multa (C)	Atualiz. (D)	Honor. (E)	Atualizado (A)+(B)+(C)+(D)+(E)
126506	10/11/2018	Taxa Fundo de Reserva	15,86	84,78 (10,00%)	0,00	2,39	15,45 (15,00%)	118,48
126508	10/11/2018	Taxa Limpeza de Lotes Roço	50,00	268,47 (10,00%)	0,00	7,52	48,90 (15,00%)	374,89
126510	10/12/2018	Despesas de Correios	1,70	13,83 (10,00%)	0,00	0,25	2,37 (15,00%)	18,15
126513	10/12/2018	Taxa Condominial	317,28	1.673,43 (10,00%)	0,00	46,36	305,56 (15,00%)	2.342,63
126512	10/12/2018	Taxa Extra	33,85	179,79 (10,00%)	0,00	4,95	32,79 (15,00%)	251,38
126511	10/12/2018	Taxa Fundo de Reserva	15,86	82,98 (10,00%)	0,00	2,32	15,17 (15,00%)	116,33
126514	10/01/2019	Despesas de Correios	1,70	13,52 (10,00%)	0,00	0,24	2,32 (15,00%)	17,78
126517	10/01/2019	Taxa Condominial	317,28	1.635,92 (10,00%)	0,00	45,02	299,73 (15,00%)	2.297,95
126516	10/01/2019	Taxa Extra	33,85	175,76 (10,00%)	0,00	4,80	32,16 (15,00%)	246,57
126515	10/01/2019	Taxa Fundo de Reserva	15,86	81,12 (10,00%)	0,00	2,25	14,88 (15,00%)	114,11
126518	10/02/2019	Despesas de Correios	1,70	13,21 (10,00%)	0,00	0,23	2,27 (15,00%)	17,41
126521	10/02/2019	Taxa Condominial	317,28	1.585,20 (10,00%)	0,00	43,68	291,92 (15,00%)	2.238,08
126520	10/02/2019	Taxa Extra	33,85	171,73 (10,00%)	0,00	4,66	31,54 (15,00%)	241,78
126519	10/02/2019	Taxa Fundo de Reserva	15,86	79,26 (10,00%)	0,00	2,18	14,60 (15,00%)	111,90
126522	10/03/2019	Despesas de Correios	1,70	12,93 (10,00%)	0,00	0,23	2,23 (15,00%)	17,09
126527	10/03/2019	Taxa Condominial	317,28	1.551,60 (10,00%)	0,00	42,34	286,68 (15,00%)	2.197,90
126523	10/03/2019	Taxa de Evento	5,00	25,86 (10,00%)	0,00	0,67	4,73 (15,00%)	36,26
126525	10/03/2019	Taxa Extra	33,85	168,09 (10,00%)	0,00	4,52	30,97 (15,00%)	237,43
126524	10/03/2019	Taxa Fundo de Reserva	15,86	77,58 (10,00%)	0,00	2,12	14,33 (15,00%)	109,89
126526	10/03/2019	Taxa Limpeza de Lotes Roço	50,00	245,67 (10,00%)	0,00	6,67	45,35 (15,00%)	347,69
126528	10/04/2019	Despesas de Correios	1,70	12,62 (10,00%)	0,00	0,22	2,18 (15,00%)	16,72
126531	10/04/2019	Taxa Condominial	317,28	1.501,78 (10,00%)	0,00	41,01	279,01 (15,00%)	2.139,08
126530	10/04/2019	Taxa Extra	33,85	164,06 (10,00%)	0,00	4,38	30,34 (15,00%)	232,63
126529	10/04/2019	Taxa Fundo de Reserva	15,86	75,72 (10,00%)	0,00	2,05	14,04 (15,00%)	107,67
126532	10/05/2019	Despesas de Correios	1,70	12,32 (10,00%)	0,00	0,21	2,13 (15,00%)	16,36
126534	10/05/2019	Taxa Condominial	317,28	1.466,08 (10,00%)	0,00	39,68	273,46 (15,00%)	2.096,50
126533	10/05/2019	Taxa Fundo de Reserva	15,86	73,92 (10,00%)	0,00	1,98	13,76 (15,00%)	105,52
122053	10/06/2019	Taxa Condominial	317,28	1.417,18 (10,00%)	0,00	38,36	265,92 (15,00%)	2.038,74
122053	10/06/2019	Taxa Extra CONF AGO REAL NO DIA 09.02.19 PARC 1/10 CONF AGO REAL NO DIA 09.02.19 PARC 1/10	40,00	180,15 (10,00%)	0,00	4,84	33,75 (15,00%)	258,74
122053	10/06/2019	Taxa Fundo de Reserva	15,86	72,06 (10,00%)	0,00	1,92	13,48 (15,00%)	103,32
122053	10/06/2019	Taxa de Evento	15,00	72,06 (10,00%)	0,00	1,81	13,33 (15,00%)	102,20
122053	10/06/2019	Despesas de Correios	1,70	12,01 (10,00%)	0,00	0,21	2,09 (15,00%)	16,01
Listando 364 itens.			**35.124,98**	**238.741,29**	**50,47**	**7.645,83**	**42.234,46**	**323.797,03**

Cobrança	Venc.	Descrição	Principal (A)	Juros (B)	Multa (C)	Atualiz. (D)	Honor. (E)	Atualizado (A)+(B)+(C)+(D)+(E)
138754	10/07/2019	Taxa Condominial	317,28	1.381,78 (10,00%)	0,00	37,04	260,42 (15,00%)	1.996,52
138754	10/07/2019	Taxa Limpeza de Lotes Roço	50,00	222,49 (10,00%)	0,00	5,84	41,75 (15,00%)	320,08
138754	10/07/2019	Taxa Extra CONF AGO REAL NO DIA 09.02.19 PARC 2/10 CONF AGO REAL NO DIA 09.02.19 PARC 2/10	40,00	175,65 (10,00%)	0,00	4,67	33,05 (15,00%)	253,37
138754	10/07/2019	Taxa Fundo de Reserva	15,86	70,26 (10,00%)	0,00	1,85	13,20 (15,00%)	101,17
138754	10/07/2019	Taxa Evento	5,00	23,42 (10,00%)	0,00	0,58	4,35 (15,00%)	33,35
138754	10/07/2019	Despesas de Correios	1,70	11,71 (10,00%)	0,00	0,20	2,04 (15,00%)	15,65
148125	10/08/2019	Taxa Condominial	317,28	1.345,20 (10,00%)	0,00	35,73	254,73 (15,00%)	1.952,94
148125	10/08/2019	Taxa Extra CONF AGO REAL NO DIA 09.02.19 PARC 3/10 CONF AGO REAL NO DIA 09.02.19 PARC 3/10	40,00	171,00 (10,00%)	0,00	4,50	32,33 (15,00%)	247,83
148125	10/08/2019	Taxa Fundo de Reserva	15,86	68,40 (10,00%)	0,00	1,79	12,91 (15,00%)	98,96
148125	10/08/2019	Taxa Evento	5,00	22,80 (10,00%)	0,00	0,56	4,25 (15,00%)	32,61
148125	10/08/2019	Despesas de Correios	1,70	11,40 (10,00%)	0,00	0,19	1,99 (15,00%)	15,28
165350	10/09/2019	Taxa Condominial	317,28	1.297,53 (10,00%)	0,00	34,53	247,40 (15,00%)	1.896,74
165350	10/09/2019	Taxa Extra CONF AGO REAL NO DIA 09.02.19 PARC 4/10 CONF AGO REAL NO DIA 09.02.19 PARC 4/10	40,00	166,35 (10,00%)	0,00	4,35	31,61 (15,00%)	242,31
165350	10/09/2019	Taxa Fundo de Reserva	15,86	66,54 (10,00%)	0,00	1,73	12,62 (15,00%)	96,75
165350	10/09/2019	Taxa Evento	5,00	22,18 (10,00%)	0,00	0,54	4,16 (15,00%)	31,88
165350	10/09/2019	Despesas de Correios	1,70	11,09 (10,00%)	0,00	0,18	1,95 (15,00%)	14,92
201301	10/10/2019	Taxa Condominial	317,28	1.262,43 (10,00%)	0,00	33,32	241,95 (15,00%)	1.854,98
201301	10/10/2019	Taxa Extra CONF AGO REAL NO DIA 09.02.19 PARC 5/10 CONF AGO REAL NO DIA 09.02.19 PARC 5/10	40,00	161,85 (10,00%)	0,00	4,20	30,91 (15,00%)	236,96
201301	10/10/2019	Taxa Fundo de Reserva	15,86	64,74 (10,00%)	0,00	1,67	12,34 (15,00%)	94,61
201301	10/10/2019	Taxa Evento	5,00	21,58 (10,00%)	0,00	0,53	4,07 (15,00%)	31,18
201301	10/10/2019	Despesas de Correios	1,70	10,79 (10,00%)	0,00	0,18	1,90 (15,00%)	14,57
223806	10/11/2019	Taxa Condominial	317,28	1.215,68 (10,00%)	0,00	32,22	234,78 (15,00%)	1.799,96
223806	10/11/2019	Taxa Limpeza de Lotes Roço	50,00	188,64 (10,00%)	0,00	5,08	36,56 (15,00%)	280,28
223806	10/11/2019	Taxa Extra CONF AGO REAL NO DIA 09.02.19 PARC 6/10 CONF AGO REAL NO DIA 09.02.19 PARC 6/10	40,00	157,20 (10,00%)	0,00	4,06	30,19 (15,00%)	231,45
223806	10/11/2019	Taxa Fundo de Reserva	15,86	62,88 (10,00%)	0,00	1,61	12,05 (15,00%)	92,40
223806	10/11/2019	Taxa Evento	5,00	20,96 (10,00%)	0,00	0,51	3,97 (15,00%)	30,44
223806	10/11/2019	Despesas de Correios	1,70	10,48 (10,00%)	0,00	0,17	1,85 (15,00%)	14,20
245114	10/12/2019	Taxa Condominial	317,28	1.180,88 (10,00%)	0,00	31,22	229,41 (15,00%)	1.758,79
245114	10/12/2019	Taxa Extra CONF AGO REAL NO DIA 09.02.19 PARC 7/10 CONF AGO REAL NO DIA 09.02.19 PARC 7/10	40,00	152,70 (10,00%)	0,00	3,94	29,50 (15,00%)	226,14
245114	10/12/2019	Taxa Fundo de Reserva	15,86	61,08 (10,00%)	0,00	1,56	11,78 (15,00%)	90,28
Listando 364 itens.			**35.124,98**	**238.741,29**	**50,47**	**7.645,83**	**42.234,46**	**323.797,03**

Cobrança	Venc.	Descrição	Principal (A)	Juros (B)	Multa (C)	Atualiz. (D)	Honor. (E)	Atualizado (A)+(B)+(C)+(D)+(E)
245114	10/12/2019	Taxa Evento	5,00	20,36 (10,00%)	0,00	0,49	3,88 (15,00%)	29,73
245114	10/12/2019	Despesas de Correios	1,70	10,18 (10,00%)	0,00	0,17	1,81 (15,00%)	13,86
277591	10/01/2020	Taxa Condominial	317,28	1.144,92 (10,00%)	0,00	30,22	223,86 (15,00%)	1.716,28
277591	10/01/2020	Taxa Extra CONF AGO REAL NO DIA 09.02.19 PARC 8/10 CONF AGO REAL NO DIA 09.02.19 PARC 8/10	40,00	148,05 (10,00%)	0,00	3,81	28,78 (15,00%)	220,64
277591	10/01/2020	Taxa Fundo de Reserva	15,86	59,22 (10,00%)	0,00	1,51	11,49 (15,00%)	88,08
277591	10/01/2020	Taxa Evento	5,00	19,74 (10,00%)	0,00	0,48	3,78 (15,00%)	29,00
277591	10/01/2020	Despesas de Correios	1,70	9,87 (10,00%)	0,00	0,16	1,76 (15,00%)	13,49
311357	10/02/2020	Taxa Condominial	317,28	1.099,40 (10,00%)	0,00	29,32	216,90 (15,00%)	1.662,90
311357	10/02/2020	Taxa Extra CONF AGO REAL NO DIA 09.02.19 PARC 9/10 CONF AGO REAL NO DIA 09.02.19 PARC 9/10	40,00	143,40 (10,00%)	0,00	3,70	28,07 (15,00%)	215,17
311357	10/02/2020	Taxa Fundo de Reserva	15,86	57,36 (10,00%)	0,00	1,47	11,20 (15,00%)	85,89
311357	10/02/2020	Taxa Evento	5,00	19,12 (10,00%)	0,00	0,46	3,69 (15,00%)	28,27
311357	10/02/2020	Despesas de Correios	1,70	9,56 (10,00%)	0,00	0,16	1,71 (15,00%)	13,13
341533	10/03/2020	Taxa Condominial	317,28	1.066,05 (10,00%)	0,00	28,43	211,76 (15,00%)	1.623,52
341533	10/03/2020	Taxa Limpeza de Lotes Roço	50,00	166,86 (10,00%)	0,00	4,48	33,20 (15,00%)	254,54
341533	10/03/2020	Taxa Extra CONF AGO REAL NO DIA 09.02.19 PAR 10/10 CONF AGO REAL NO DIA 09.02.19 PAR 10/10	40,00	139,05 (10,00%)	0,00	3,58	27,39 (15,00%)	210,02
341533	10/03/2020	Taxa Fundo de Reserva	15,86	55,62 (10,00%)	0,00	1,42	10,94 (15,00%)	83,84
341533	10/03/2020	Taxa Evento	7,00	27,81 (10,00%)	0,00	0,63	5,32 (15,00%)	40,76
341533	10/03/2020	Despesas de Correios	1,70	9,27 (10,00%)	0,00	0,15	1,67 (15,00%)	12,79
372728	10/04/2020	Taxa Condominial	317,28	1.030,40 (10,00%)	0,00	27,59	206,29 (15,00%)	1.581,56
372728	10/04/2020	Taxa Fundo de Reserva	15,86	53,76 (10,00%)	0,00	1,38	10,65 (15,00%)	81,65
372728	10/04/2020	Taxa Evento	7,00	26,88 (10,00%)	0,00	0,61	5,17 (15,00%)	39,66
372728	10/04/2020	Despesas de Correios	1,70	8,96 (10,00%)	0,00	0,15	1,62 (15,00%)	12,43
402553	10/05/2020	Taxa Condominial	317,28	995,90 (10,00%)	0,00	26,84	201,00 (15,00%)	1.541,02
402553	10/05/2020	Taxa Fundo de Reserva	15,86	51,96 (10,00%)	0,00	1,34	10,37 (15,00%)	79,53
402553	10/05/2020	Taxa Evento	7,00	25,98 (10,00%)	0,00	0,59	5,04 (15,00%)	38,61
402553	10/05/2020	Despesas de Correios	1,70	8,66 (10,00%)	0,00	0,14	1,58 (15,00%)	12,08
428776	10/06/2020	Taxa Condominial	317,28	951,90 (10,00%)	0,00	26,10	194,29 (15,00%)	1.489,57
428776	10/06/2020	Taxa Fundo de Reserva	15,86	50,10 (10,00%)	0,00	1,30	10,09 (15,00%)	77,35
428776	10/06/2020	Taxa Evento	7,00	25,05 (10,00%)	0,00	0,58	4,89 (15,00%)	37,52
428776	10/06/2020	Despesas de Correios	1,70	8,35 (10,00%)	0,00	0,14	1,53 (15,00%)	11,72
453661	10/07/2020	Taxa Condominial	317,28	917,70 (10,00%)	0,00	25,51	189,07 (15,00%)	1.449,56
Listando 364 itens.			**35.124,98**	**238.741,29**	**50,47**	**7.645,83**	**42.234,46**	**323.797,03**

Cobrança	Venc.	Descrição	Principal (A)	Juros (B)	Multa (C)	Atualiz. (D)	Honor. (E)	Atualizado (A)+(B)+(C)+(D)+(E)
453661	10/07/2020	Taxa Limpeza de Lotes Roço	50,00	144,90 (10,00%)	0,00	4,02	29,84 (15,00%)	228,76
453661	10/07/2020	Taxa Fundo de Reserva	15,86	48,30 (10,00%)	0,00	1,27	9,81 (15,00%)	75,24
453661	10/07/2020	Taxa Evento	7,00	24,15 (10,00%)	0,00	0,56	4,76 (15,00%)	36,47
453661	10/07/2020	Despesas de Correios	1,70	8,05 (10,00%)	0,00	0,14	1,48 (15,00%)	11,37
484796	10/08/2020	Taxa Condominial	317,28	882,36 (10,00%)	0,00	25,06	183,71 (15,00%)	1.408,41
484796	10/08/2020	Taxa Fundo de Reserva	15,86	46,44 (10,00%)	0,00	1,25	9,53 (15,00%)	73,08
484796	10/08/2020	Despesas de Correios	1,70	7,74 (10,00%)	0,00	0,13	1,44 (15,00%)	11,01
510380	10/09/2020	Taxa Condominial	317,28	847,02 (10,00%)	0,00	24,61	178,34 (15,00%)	1.367,25
510380	10/09/2020	Taxa Fundo de Reserva	15,86	44,58 (10,00%)	0,00	1,23	9,25 (15,00%)	70,92
510380	10/09/2020	Despesas de Correios	1,70	7,43 (10,00%)	0,00	0,13	1,39 (15,00%)	10,65
534945	10/10/2020	Taxa Condominial	317,28	812,82 (10,00%)	0,00	24,22	173,15 (15,00%)	1.327,47
534945	10/10/2020	Taxa Fundo de Reserva	15,86	42,78 (10,00%)	0,00	1,21	8,98 (15,00%)	68,83
534945	10/10/2020	Despesas de Correios	1,70	7,13 (10,00%)	0,00	0,13	1,34 (15,00%)	10,30
565779	10/11/2020	Taxa Condominial	317,28	777,48 (10,00%)	0,00	23,82	167,79 (15,00%)	1.286,37
565779	10/11/2020	Taxa Limpeza de Lotes Roço	50,00	122,76 (10,00%)	0,00	3,75	26,48 (15,00%)	202,99
565779	10/11/2020	Taxa Fundo de Reserva	15,86	40,92 (10,00%)	0,00	1,19	8,70 (15,00%)	66,67
565779	10/11/2020	Despesas de Correios	1,70	6,82 (10,00%)	0,00	0,13	1,30 (15,00%)	9,95
591822	10/12/2020	Taxa Condominial	317,28	736,76 (10,00%)	0,00	23,43	161,62 (15,00%)	1.239,09
591822	10/12/2020	Taxa Fundo de Reserva	15,86	39,12 (10,00%)	0,00	1,17	8,42 (15,00%)	64,57
591822	10/12/2020	Despesas de Correios	1,70	6,52 (10,00%)	0,00	0,13	1,25 (15,00%)	9,60
620052	10/01/2021	Taxa Condominial	317,28	701,73 (10,00%)	0,00	23,03	156,31 (15,00%)	1.198,35
620052	10/01/2021	Taxa Fundo de Reserva	15,86	37,26 (10,00%)	0,00	1,15	8,14 (15,00%)	62,41
620052	10/01/2021	Despesas de Correios	1,70	6,21 (10,00%)	0,00	0,12	1,20 (15,00%)	9,23
653831	10/02/2021	Taxa Condominial	317,28	666,70 (10,00%)	0,00	22,64	150,99 (15,00%)	1.157,61
653831	10/02/2021	Taxa Fundo de Reserva	15,86	35,40 (10,00%)	0,00	1,13	7,86 (15,00%)	60,25
653831	10/02/2021	Despesas de Correios	1,70	5,90 (10,00%)	0,00	0,12	1,16 (15,00%)	8,88
681952	10/03/2021	Taxa Condominial	317,28	635,06 (10,00%)	0,00	22,25	146,19 (15,00%)	1.120,78
681952	10/03/2021	Taxa Limpeza de Lotes Roço	50,00	101,16 (10,00%)	0,00	3,51	23,20 (15,00%)	177,87
681952	10/03/2021	Taxa Fundo de Reserva	15,86	33,72 (10,00%)	0,00	1,11	7,60 (15,00%)	58,29
681952	10/03/2021	Despesas de Correios	1,70	5,62 (10,00%)	0,00	0,12	1,12 (15,00%)	8,56
718120	10/04/2021	Taxa Condominial	317,28	600,03 (10,00%)	0,00	21,71	140,85 (15,00%)	1.079,87
718120	10/04/2021	Taxa Fundo de Reserva	15,86	31,86 (10,00%)	0,00	1,09	7,32 (15,00%)	56,13
Listando 364 itens.			**35.124,98**	**238.741,29**	**50,47**	**7.645,83**	**42.234,46**	**323.797,03**

Cobrança	Venc.	Descrição	Principal (A)	Juros (B)	Multa (C)	Atualiz. (D)	Honor. (E)	Atualizado (A)+(B)+(C)+(D)+(E)
718120	10/04/2021	Despesas de Correios	1,70	5,31 (10,00%)	0,00	0,12	1,07 (15,00%)	8,20
758761	12/05/2021	Taxa Condominial	276,05	489,02 (10,00%)	0,00	18,42	117,52 (15,00%)	901,01
758761	12/05/2021	Taxa Fundo de Reserva	12,35	19,96 (10,00%)	0,00	0,82	4,97 (15,00%)	38,10
758761	12/05/2021	Despesas de Correios	1,70	4,99 (10,00%)	0,00	0,11	1,02 (15,00%)	7,82
784556	10/06/2021	Taxa Condominial	276,05	460,60 (10,00%)	0,00	17,82	113,17 (15,00%)	867,64
784556	10/06/2021	Taxa Fundo de Reserva	12,35	18,80 (10,00%)	0,00	0,80	4,79 (15,00%)	36,74
784556	10/06/2021	Despesas de Correios	1,70	4,70 (10,00%)	0,00	0,11	0,98 (15,00%)	7,49
823545	10/07/2021	Taxa Condominial	276,05	431,20 (10,00%)	0,00	17,11	108,65 (15,00%)	833,01
823545	10/07/2021	Taxa Limpeza de Lotes Roço	50,00	79,20 (10,00%)	0,00	3,10	19,85 (15,00%)	152,15
823545	10/07/2021	Taxa Fundo de Reserva	12,35	17,60 (10,00%)	0,00	0,77	4,61 (15,00%)	35,33
823545	10/07/2021	Despesas de Correios	1,70	4,40 (10,00%)	0,00	0,11	0,93 (15,00%)	7,14
870255	10/08/2021	Taxa Condominial	276,05	396,73 (10,00%)	0,00	16,39	103,38 (15,00%)	792,55
870255	10/08/2021	Taxa Fundo de Reserva	12,35	16,36 (10,00%)	0,00	0,73	4,42 (15,00%)	33,86
870255	10/08/2021	Despesas de Correios	1,70	4,09 (10,00%)	0,00	0,10	0,88 (15,00%)	6,77
914606	10/09/2021	Taxa Condominial	276,05	366,66 (10,00%)	0,00	15,51	98,73 (15,00%)	756,95
914606	10/09/2021	Taxa Fundo de Reserva	12,35	15,12 (10,00%)	0,00	0,69	4,22 (15,00%)	32,38
914606	10/09/2021	Despesas de Correios	1,70	3,78 (10,00%)	0,00	0,10	0,84 (15,00%)	6,42
953238	10/10/2021	Taxa Condominial	276,05	337,56 (10,00%)	0,00	14,48	94,21 (15,00%)	722,30
953238	10/10/2021	Taxa Fundo de Reserva	12,35	13,92 (10,00%)	0,00	0,65	4,04 (15,00%)	30,96
953238	10/10/2021	Despesas de Correios	1,70	3,48 (10,00%)	0,00	0,09	0,79 (15,00%)	6,06
993806	10/11/2021	Taxa Condominial	276,05	304,32 (10,00%)	0,00	13,20	89,04 (15,00%)	682,61
993806	10/11/2021	Taxa Limpeza de Lotes Roço	50,00	53,89 (10,00%)	0,00	2,39	15,94 (15,00%)	122,22
993806	10/11/2021	Taxa Fundo de Reserva	12,35	12,68 (10,00%)	0,00	0,59	3,84 (15,00%)	29,46
993806	10/11/2021	Taxa de Evento	5,00	6,34 (10,00%)	0,00	0,24	1,74 (15,00%)	13,32
993806	10/11/2021	Despesas de Correios	1,70	3,17 (10,00%)	0,00	0,08	0,74 (15,00%)	5,69
1035041	10/12/2021	Taxa Condominial	276,05	275,52 (10,00%)	0,00	11,79	84,50 (15,00%)	647,86
1035041	10/12/2021	Taxa Fundo de Reserva	12,35	11,48 (10,00%)	0,00	0,53	3,65 (15,00%)	28,01
1035041	10/12/2021	Taxa de Evento	5,00	5,74 (10,00%)	0,00	0,21	1,64 (15,00%)	12,59
1035041	10/12/2021	Despesas de Correios	1,70	2,87 (10,00%)	0,00	0,07	0,70 (15,00%)	5,34
1085009	10/01/2022	Taxa Condominial	276,05	243,20 (10,00%)	0,00	10,18	79,41 (15,00%)	608,84
1085009	10/01/2022	Taxa Fundo de Reserva	12,35	10,24 (10,00%)	0,00	0,46	3,46 (15,00%)	26,51
1085009	10/01/2022	Taxa de Evento	5,00	5,12 (10,00%)	0,00	0,18	1,55 (15,00%)	11,85
Listando 364 itens.			**35.124,98**	**238.741,29**	**50,47**	**7.645,83**	**42.234,46**	**323.797,03**

Cobrança	Venc.	Descrição	Principal (A)	Juros (B)	Multa (C)	Atualiz. (D)	Honor. (E)	Atualizado (A)+(B)+(C)+(D)+(E)
1085009	10/01/2022	Despesas de Correios	1,70	2,56 (10,00%)	0,00	0,06	0,65 (15,00%)	4,97
1120326	10/02/2022	Taxa Condominial	276,05	213,75 (10,00%)	5,70 (2,00%)	8,76	75,64 (15,00%)	579,90
1120326	10/02/2022	Taxa Fundo de Reserva	12,35	9,00 (10,00%)	0,25 (2,00%)	0,39	3,30 (15,00%)	25,29
1120326	10/02/2022	Taxa de Evento	5,00	4,50 (10,00%)	0,10 (2,00%)	0,16	1,46 (15,00%)	11,22
1161755	10/03/2022	Taxa Condominial	276,05	185,18 (10,00%)	5,66 (2,00%)	7,07	71,09 (15,00%)	545,05
1161755	10/03/2022	Taxa Limpeza de Lotes Roço	50,00	33,49 (10,00%)	1,03 (2,00%)	1,28	12,87 (15,00%)	98,67
1161755	10/03/2022	Taxa Fundo de Reserva	12,35	7,88 (10,00%)	0,25 (2,00%)	0,32	3,12 (15,00%)	23,92
1161755	10/03/2022	Taxa de Evento	5,00	3,94 (10,00%)	0,10 (2,00%)	0,13	1,38 (15,00%)	10,55
1203557	10/04/2022	Taxa Condominial	268,23	151,06 (10,00%)	5,47 (2,00%)	5,35	64,52 (15,00%)	494,63
1203557	10/04/2022	Taxa Limpeza de Lotes Roço Ref. a diferença do valor cobrado Mar-22 Ref. a diferença do valor cobrado Mar-22	25,00	13,28 (10,00%)	0,51 (2,00%)	0,50	5,89 (15,00%)	45,18
1203557	10/04/2022	Taxa Fundo de Reserva	13,41	8,30 (10,00%)	0,27 (2,00%)	0,27	3,34 (15,00%)	25,59
1203557	10/04/2022	Taxa de Evento	5,00	3,32 (10,00%)	0,10 (2,00%)	0,10	1,28 (15,00%)	9,80
1247729	10/05/2022	Taxa Condominial	268,23	122,40 (10,00%)	5,44 (2,00%)	3,53	59,94 (15,00%)	459,54
1247729	10/05/2022	Taxa Fundo de Reserva	13,41	6,80 (10,00%)	0,27 (2,00%)	0,18	3,10 (15,00%)	23,76
1247729	10/05/2022	Taxa de Evento	5,00	2,72 (10,00%)	0,10 (2,00%)	0,07	1,18 (15,00%)	9,07
1293519	10/06/2022	Taxa Condominial	268,23	94,50 (10,00%)	5,40 (2,00%)	1,78	55,49 (15,00%)	425,40
1293519	10/06/2022	Taxa Fundo de Reserva	13,41	4,20 (10,00%)	0,27 (2,00%)	0,09	2,70 (15,00%)	20,67
1293519	10/06/2022	Taxa de Evento	7,00	2,10 (10,00%)	0,14 (2,00%)	0,05	1,39 (15,00%)	10,68
1333429	10/07/2022	Taxa Condominial	268,23	66,75 (10,00%)	5,36 (2,00%)	0,00	51,05 (15,00%)	391,39
1333429	10/07/2022	Taxa Limpeza de Lotes Roço	75,00	18,75 (10,00%)	1,50 (2,00%)	0,00	14,29 (15,00%)	109,54
1333429	10/07/2022	Taxa Fundo de Reserva	13,41	3,00 (10,00%)	0,27 (2,00%)	0,00	2,50 (15,00%)	19,18
1333429	10/07/2022	Taxa de Evento	7,00	1,50 (10,00%)	0,14 (2,00%)	0,00	1,30 (15,00%)	9,94
1376700	10/08/2022	Taxa Condominial	268,23	39,16 (10,00%)	5,36 (2,00%)	0,00	46,91 (15,00%)	359,66
1376700	10/08/2022	Taxa Fundo de Reserva	13,41	1,76 (10,00%)	0,27 (2,00%)	0,00	2,32 (15,00%)	17,76
1376700	10/08/2022	Taxa de Evento	7,00	0,88 (10,00%)	0,14 (2,00%)	0,00	1,20 (15,00%)	9,22
1422583	10/09/2022	Taxa Condominial	268,23	11,57 (10,00%)	5,36 (2,00%)	0,00	42,77 (15,00%)	327,93
1422583	10/09/2022	Taxa Extra CONF AGE 27.08.2022 - Parc. 1/15 CONF AGE 27.08.2022 - Parc. 1/15	30,00	1,30 (10,00%)	0,60 (2,00%)	0,00	4,79 (15,00%)	36,69
1422583	10/09/2022	Taxa Fundo de Reserva	13,41	0,52 (10,00%)	0,27 (2,00%)	0,00	2,13 (15,00%)	16,33
1422583	10/09/2022	Taxa de Evento	7,00	0,26 (10,00%)	0,14 (2,00%)	0,00	1,11 (15,00%)	8,51
Listando 364 itens.			**35.124,98**	**238.741,29**	**50,47**	**7.645,83**	**42.234,46**	**323.797,03**

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
5º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
PROCESSO: **0808790-69.2018.4.05.8200 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA	EXECUTADO
SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA	EXECUTADO
Hallison Gondim de Oliveira Nobrega	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 25/08/2022 23:59, o(a) Sr(a) SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA foi intimado(a) acerca de Decisão registrado em 15/08/2022 15:40 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 22081515402683300000010485990 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 26/08/2022 00:00 - Seção Judiciária da Paraíba.

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR JUIZO FEDERAL DA 5ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PRFN/5 N.º_____/2021

EXECUÇÃO FISCAL Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200

A UNIÃO (FAZENDA NACIONAL), por sua Procuradora que esta subscreve, nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, opor EMBARGOS DE DECLARAÇÃO visando sanar OMISSÃO sobre a qual se funda a decisão.

I - DA TEMPESTIVIDADE

A União/Fazenda Nacional tem prerrogativa de função, pela qual, o termo inicial dos prazos processuais só passa a fluir se ela for intimada através dos seus Procuradores e com a entrega dos autos em carga, como previsto no art. 183 do NCPC, a seguir transcrito:

Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.

§ 1 º A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico.

Nesse sentido, a União/Fazenda Nacional foi intimada da sentença em **19/08/2022,** razão pela qual, há de se considerar tempestivo o presente recurso, especialmente diante do disposto no § 4º do art. 218 do NCPC, inclusive para efeito da interrupção do prazo recursal para os futuros recursos, como previsto no art. 1.026 do NCPC.

II- DO CABIMENTO

Segundo o art. 1.022 do NCPC, cabe a oposição de embargos contra qualquer decisão judicial, desde que haja omissão sobre ponto ou questão, obscuridade ou contrariedade no julgado, bem como para corrigir erro material, como se percebe na transcrição a seguir:

Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:

I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;

II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;

III - corrigir erro material.

Parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que:

I - deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento;

II - incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1º .

Portanto, por força do dispositivo legal mencionado, deve ser conhecido o presente recurso, até porque foi tempestivo, causando o efeito interruptivo de prazo processual para os futuros recursos, sob pena de negativa de vigência aos dispositivos legais mencionados, arts. 1.022 e 1.026 do NCPC.

Nesse sentido, é pacífica a Jurisprudência dos nossos Tribunais, conforme se depreende do seguinte precedente, entre outros:

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA PARA COMPLEMENTAÇÃO DA RESTITUIÇÃO DE PRODUTO OBJETO DE DEPÓSITO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. CABIMENTO EM TESE. INTERRUPÇÃO DO PRAZO RECURSAL. PROCESSAMENTO DO ULTERIOR AGRAVO DE INSTRUMENTO.

I. **Em princípio, de acordo com o entendimento mais moderno do STJ, cabem embargos declaratórios contra qualquer decisão judicial, ainda que monocrática e interlocutória.**

II. Ocorrendo a interrupção do prazo com o aviamento dos embargos tempestivamente, o decêndio para a posterior interposição do agravo de instrumento vincula-se à intimação da rejeição daqueles.

III. Recurso conhecido e provido.

(STJ, REsp 716690 / SP, 4ª Turma, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJ 29.05.2006 p. 256.)

III - DA OMISSÃO

Em verdade, é regra secular no direito privado que os bens do de *cujus* respondam pelas dívidas, excetos as personalíssimas, componentes de seu patrimônio.

A regra a ser aplicada depende apenas do momento da cobrança do débito: se antes da partilha, do espólio, se depois da partilha, dos herdeiros. Essa é a inteligência do Código Civil e do Código Tributário Nacional, como se vê, em relação a este último, de seu art. 131, II e III.

Enquanto não aberto o inventário, a posse do espólio fica com o administrador provisório, nos termos do art. 613 do Código de Processo Civil, *in verbis* :

Art. 613 . Até que o inventariante preste o compromisso, continuará o espólio na posse do administrador provisório.

No caso dos autos, verifica-se que a exequente requereu que fosse intimado o herdeiro do de cujus, bem como destacou que a certidão de óbito que declara inexistência de bens está equivocada - talvez tendo sido lavrada de forma padrão, sem atenção a detalhes.

Ademais, requerer a **intimação do seu espólio por seu herdeiro** (administrador provisório), o **Sr. Jair Brandão de Oliveira Filho** , RG 3369936 e CPF 117.414.354-12 **,** localizado **no endereço do imóvel penhorado** , nos termos do art. 779, II do NCPC c/c art. 1.797, II do CC.

Portanto, considerando as informações contidas nas petições de id nº 4058200.7076229 e 4058200.7771775 de que ainda não existe inventário dos bens, bem como a informação da certidão de óbito de que o executado era divorciado (id nº 4058200.7076231), requer a inclusão no polo passivo da execução fiscal do herdeiro do *de cujus,* com fulcro no art. 134, IV, do CTN, c/c art. 1797, II, do Código Civil

Por fim, pretende que seja reformada a decisão para que seja afastando a omissão, ora apontada, nos termos art. 779, II do NCPC c/c art. 1.797, II do CC.

IV - DO PEDIDO

Ante o exposto, a **UNIÃO/FAZENDA NACIONAL** vem requer que sejam recebidos e julgados procedentes os presentes Embargos de Declaração para, considerando a **OMISSÃO** ora apontada, para que **a decisão seja modificada parcialmente, tendo em vista a necessidade de intimação do herdeiro do de cujus.**

Nestes termos, pede deferimento.

Recife-PE, 24 de agosto de 2022

ALEXANDRA SIQUEIRA DOS SANTOS

Procuradora da Fazenda Nacional

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
5º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
PROCESSO: **0808790-69.2018.4.05.8200 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA	EXECUTADO
SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA	EXECUTADO
Hallison Gondim de Oliveira Nobrega	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 19/08/2022 06:28, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Decisão registrado em 15/08/2022 15:40 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 22081515402749900000010485991 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 19/08/2022 06:28 - Seção Judiciária da Paraíba.

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA e outro
ADVOGADO: Hallison Gondim De Oliveira Nobrega
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

DECISÃO

1. Síntese do feito conforme pronunciamentos de ids 4058200.6708829, 4058200.8767074 e 4058200.9564940.

2. **Delibero:**

3. Nos termos do art. 485, IV, c/c o art. 803, I, do CPC/2015, excluo do feito o coexecutado, JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA, tendo em vista o falecimento superveniente sem a comprovação, pela exequente, da existência de bens a inventariar ou a partilhar a par da oportunidade que lhe foi conferida, o que, de fato, impossibilita o prosseguimento da execução (TRF 2ª Região, AC nº 0007318-64.2006.4.02.5001) [1] . **Com o trânsito em julgado, retifique-se a autuação** .

4. Defiro o pedido da exequente para a penhora dos imóveis de matrículas nºs 9.920 e 18.622, da executada SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA, conforme certidões de ids 4058200.9705522 e 4058200.9705523. Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de praxe.

5. Diligencie a Secretaria quanto ao cumprimento do mandado de reavaliação de id 4058200.10132986.

6. Continue a Secretaria no acompanhamento do AGTR/PJe nº 0813159-63.2021.4.05.0000.

7. Intimem-se.

João Pessoa, *data de validação no sistema* .

Assinado digitalmente

[1] Em reforço, há certidão de óbito que informa que o falecido não deixou de bens (id 4058200.7076229).

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA e outro
ADVOGADO: Hallison Gondim De Oliveira Nobrega
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

DECISÃO

1. Síntese do feito conforme pronunciamentos de ids 4058200.6708829, 4058200.8767074 e 4058200.9564940.

2. **Delibero:**

3. Nos termos do art. 485, IV, c/c o art. 803, I, do CPC/2015, excluo do feito o coexecutado, JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA, tendo em vista o falecimento superveniente sem a comprovação, pela exequente, da existência de bens a inventariar ou a partilhar a par da oportunidade que lhe foi conferida, o que, de fato, impossibilita o prosseguimento da execução (TRF 2ª Região, AC nº 0007318-64.2006.4.02.5001) [1] . **Com o trânsito em julgado, retifique-se a autuação** .

4. Defiro o pedido da exequente para a penhora dos imóveis de matrículas nºs 9.920 e 18.622, da executada SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA, conforme certidões de ids 4058200.9705522 e 4058200.9705523. Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de praxe.

5. Diligencie a Secretaria quanto ao cumprimento do mandado de reavaliação de id 4058200.10132986.

6. Continue a Secretaria no acompanhamento do AGTR/PJe nº 0813159-63.2021.4.05.0000.

7. Intimem-se.

João Pessoa, *data de validação no sistema* .

Assinado digitalmente

[1] Em reforço, há certidão de óbito que informa que o falecido não deixou de bens (id 4058200.7076229).

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA e outro
ADVOGADO: Hallison Gondim De Oliveira Nobrega
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

DECISÃO

1. Síntese do feito conforme pronunciamentos de ids 4058200.6708829, 4058200.8767074 e 4058200.9564940.

2. **Delibero:**

3. Nos termos do art. 485, IV, c/c o art. 803, I, do CPC/2015, excluo do feito o coexecutado, JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA, tendo em vista o falecimento superveniente sem a comprovação, pela exequente, da existência de bens a inventariar ou a partilhar a par da oportunidade que lhe foi conferida, o que, de fato, impossibilita o prosseguimento da execução (TRF 2ª Região, AC nº 0007318-64.2006.4.02.5001) [1] . **Com o trânsito em julgado, retifique-se a autuação** .

4. Defiro o pedido da exequente para a penhora dos imóveis de matrículas nºs 9.920 e 18.622, da executada SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA, conforme certidões de ids 4058200.9705522 e 4058200.9705523. Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de praxe.

5. Diligencie a Secretaria quanto ao cumprimento do mandado de reavaliação de id 4058200.10132986.

6. Continue a Secretaria no acompanhamento do AGTR/PJe nº 0813159-63.2021.4.05.0000.

7. Intimem-se.

João Pessoa, *data de validação no sistema* .

Assinado digitalmente

[1] Em reforço, há certidão de óbito que informa que o falecido não deixou de bens (id 4058200.7076229).

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA e outro
ADVOGADO: Hallison Gondim De Oliveira Nobrega
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

C E R T I D Ã O

CERTIFICO , em cumprimento ao item 10 da decisão id. 9564940, que foi proferido acórdão negando provimento ao Agravo de Instrumento nº 0813159-63.2021.4.05.0000, cuja cópia ora peço vênia para juntar aos autos . **CERTIFICO** , ainda, que foi interposto Recurso Especial em face do v. acórdão. Dou fé.

João Pessoa, (data de validação no sistema)

(*assinado eletronicamente*)

14/06/2022

Número: **0813159-63.2021.4.05.0000**

Classe: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

Partes	
Tipo	**Nome**
ADVOGADO	**Hallison Gondim de Oliveira Nobrega**
AGRAVANTE	**SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA**

Documentos			
Id.	**Data/Hora**	**Documento**	**Tipo**
31742067	06/06/2022 17:50	RECURSO ESPECIAL	Recurso Especial
31247837	06/05/2022 15:20	Inteiro Teor	Inteiro Teor do Acórdão

EM ANEXO.

Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Gabinete do Desembargador Federal Vladimir Souza Carvalho

PROCESSO Nº: 0813159-63.2021.4.05.0000 - **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

AGRAVANTE: SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA

ADVOGADO: Hallison Gondim De Oliveira Nobrega

AGRAVADO: FAZENDA NACIONAL

RELATOR(A): Desembargador(a) Federal Vladimir Souza Carvalho - 4ª Turma

(Relatório)

O desembargador Vladimir Souza Carvalho (relator): Agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto contra decisão do douto juízo federal da 5ª Vara da Seção Judiciária da Paraíba, em João Pessoa, que, em sede de execução fiscal, rejeitou a exceção de pré-executividade ofertada, mantendo, por conseguinte, a penhora que recai sobre o imóvel de ids 4058200.5869445 e 4058200.5869446, sito à Av. Sapé, 434, ap. 601-A, Edf. Brisa do Mar, Manaíra, João Pessoa, Estado da Paraíba, Registro R3; Matrícula 41.249.

A agravante alega que o bem penhorado é bem família, eis que único e utilizado pela entidade familiar, sendo impenhorável nos termos do art. 1º, da Lei 8.009/1990, devendo se declarar nula a penhora nos termos do inc. I, do art. 833, do Código de Processo Civil.

Efeito suspensivo indeferido, id. 4050000.29063864.

No mérito, requer a reforma da decisão agravada a fim de extinguir decretar a impenhorabilidade do bem objeto da discussão e, consequentemente, seja procedida a baixa no cartório do registro imobiliário que efetuou o registro.

Contrarrazões apresentadas, id. 4050000.29345563.

É o relatório.

(Voto)

O desembargador Vladimir Souza Carvalho (relator): Agravo de instrumento interposto contra decisão que, em sede de execução fiscal, rejeitou a exceção de pré-executividade ofertada, mantendo, por

conseguinte, a penhora que recai sobre o imóvel de ids 4058200.5869445 e 4058200.5869446, sito à Av. Sapé, 434, ap. 601-A, Edf. Brisa do Mar, Manaíra, João Pessoa, Estado da Paraíba, Registro R3; Matrícula 41.249.

A decisão agravada rejeitou a exceção de pré-executividade nos seguintes termos:

7. A pretensão da excipiente não está em conformidade com os documentos que instruem o feito em que pese a oportunidade que lhe foi conferida por este Juízo para comprovação de suas alegações.

8. Primeiro, a excipiente afirmou que reside no imóvel penhorado desde 2010. No entanto, foi citada pessoalmente em 30/04/2019 em endereço diverso (ids 4058200.3673965 e 4058200.3673966).

9. Ademais, intimada para que comprovasse ser o imóvel penhorado residência sua ou de sua família (neste caso também com comprovação dos laços familiares que possuísse com os alegados habitantes do imóvel - filhos e pais -, a exemplo de contas de energia elétrica, água e esgoto, telefone e cartão de crédito), somente anexou documentos relativos a maio/2021 (id 4058200.7771778) e, ainda assim, apenas em nome próprio e de pessoa que alegou ser sua mãe, não havendo nenhum outro documento relativo a período anterior ou mesmo titulados pelos outros membros de sua família que alegou residir no bem.

10. Outrossim, ressalto que, como afirmou a exequente: "no que tange à certidão emitida pelo Cartório Eunápio Torres (id. 4058200.6208970), em João Pessoa, não há qualquer referência à inexistência de outros em nome da executada, tratando-se, na realidade, de certificação de inteiro teor do imóvel lá constante".

11. Assim, os documentos não demonstram a residência permanente da executada ou de sua família no imóvel constritado nem que se trate ele de único imóvel seu a ensejar a proteção preceituada na Lei nº 8.009/1990.

12. Ante o exposto:

13. Rejeito a exceção de pré-executividade, mantendo, por conseguinte, a penhora que recai sobre o imóvel de ids 4058200.5869445 e 4058200.5869446.

Observa-se dos autos, que a agravante sequer mora no imóvel penhorado, tendo sido citada na Av. Cel. Miguel Satírico, 280, apto 2001, alegando, em síntese, que no imóvel residem seus pais, trazendo como prova declaração da síndica do condomínio de que naquele imóvel habitam Vanderli Antônio de Oliveira e Maria José Valentim Melo, os mesmos nomes do qual constam em sua carteira de Identidade.

A decisão agravada aponta que os documentos trazidos aos autos são recentes, relativos a maio de 2021, não sendo aptos a comprovar moradia sua ou de seus familiares antes da penhora efetivada em 18 de junho de 2020.

Ademais, consta do processo executivo que o imóvel em questão foi indicado pela Polícia Federal, nos autos da ação penal 0005051-97.2013.4.05.8200 e da representação criminal 0001029-88.2016.405.8200, como fruto de crimes cometidos contra o Instituto Nacional da Seguridade Social (fraude de benefícios) em processo na qual foi condenada criminalmente por estelionato (art. 171, do Código Penal), com determinação específica de avaliação e posterior leilão do mencionado bem, encontrando-se indisponível desde 27 de maio de 2016, conforme certidão de inteiro teor emitido pelo 6º serviço notarial e 2º Registral, id. 5886544, dos autos originários.

Não se pode alegar a impenhorabilidade do bem imóvel, como bem de família, quando este foi adquirido com produto de crime, nos termos do inc. VI, do art. 3º, da Lei 8.009/1990.

Neste sentido, colaciono o seguinte julgado desta Turma.

Penal. Mandado de segurança. Alienação judicial de bem imóvel. Ato de designação de leilão. Perda em

favor da união. Sentença penal condenatória transitada em julgado. Não comprovação da origem lícita do bem. Alegação de ser bem de família. Imóvel que se enquadra na exceção do art. 3º, VI, da Lei nº 8.009/1990. Concessão de indulto que não engloba os efeitos penais secundários da condenação. Denegação de segurança.

1. Cuida-se de mandado de segurança impetrado contra ato do Juízo da 6ª Vara Federal da SJPB, o qual designou a realização de leilão público, por meio eletrônico, do bem imóvel situado na rua José Alencar, n. 71, localizado no bairro da Prata, nos autos do processo nº 0003715-94.2009.4.05.8201.

2. Ainda que se admita ser o caso de decisão judicial contra qual não caiba recurso, verifica-se que as teses suscitadas pelo impetrante foram devidamente afastadas pelo juízo a quo ao longo do processamento do feito, não restando caracterizada a existência de direito líquido e certo a ser amparado pela via mandamental.

3. No caso, o réu, ora impetrante, foi condenado à pena final de 6 (seis) anos de reclusão e 3 (três) anos de detenção, nos autos da Ação Penal nº 0001613-02.2009.4.05.8201, pela prática dos crimes dos arts. 288, 299 e 304 do CP, e art. 90 da Lei nº 8.666/93, e em razão do trânsito em julgado da sentença, o juízo da 6ª Vara Federal da SJPB, em decisão datada de 01 de março de 2019, declarou a perda dos bens e valores dos bens tornados indisponíveis nos aludidos autos, com fundamento no art. 91, inc. II, "b" do CP, dentre os quais o imóvel objeto de leilão de que trata o presente mandado de segurança.

4. Enquanto bem de família, a impenhorabilidade do imóvel não é oponível quando o bem tiver sido adquirido com produto do crime ou para execução de sentença penal condenatória a ressarcimento, indenização ou perdimento de bens, nos termos do art. 3º, VI, da Lei nº 8.009/1990, justamente a hipótese dos autos.

5. Caberia ao réu demonstrar a licitude do bem, impugnando a decisão que decretou a sua indisponibilidade, alegando não ter sido adquirido com os proventos da infração, na forma do art. 130, inciso I, do Código de Processo Penal. Porém, manteve-se inerte, seja contra a decretação do sequestro ou contra a decisão que pôs fim ao procedimento cautelar.

6. O indulto extingue a punibilidade, não englobando os demais efeitos secundários da pena, como é o caso da perda de bens e valores (cf. AgRg no RMS 56.014/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 15/03/2018, DJe 23/03/2018).

7. Sobre a impossibilidade de penhora da parte cabível ao cônjuge, a questão resolve-se à luz do art. 843, caput e §1º do CPC, ao prever que em se tratando de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem, sendo assegurado ao cônjuge a preferência na arrematação.

8. Segurança denegada. Agravo regimental prejudicado (Processo: 08070653620204050000, Mandado de Segurança Criminal, des. Edilson Pereira Nobre Junior, 4ª Turma, julgamento: 01/09/2020).

No caso dos autos, compulsando a execução fiscal originária, observa-se que a dívida cobrada é decorrente de Imposto de Renda Pessoa Física de valores não declarados, obtidos de forma ilícita.

Por fim, consta dos autos originários, arrolamento de bens apresentado pela exequente, ora agravada, id. 4058200.3789200, no qual apresenta diversos bens em nome da agravante, incluindo terrenos, veículos e três apartamentos, incluso o objeto deste agravo, a saber:

a) apartamento 203, Condomínio Enseada do Atlântico, sito a Av. Gov. Argemiro de Figueiredo, 880, Jardim Oceania, João Pessoa/PB, avaliado no valor de R$ 130.000,00;

b) apartamento 2101, Ed. Porto Real Residence, sito a Rua Giacomo Porto, Miramar, João Pessoa/PB;

c) Apartamento 601-A, Edf. Brisa do Mar, sito na Av. Sapé, 434, Manaíra, João Pessoa/PB, Matricula 41.249.

Depreende-se da leitura do art. 1º, da Lei 8.009/1990, que a impenhorabilidade de imóvel, considerado bem de família, só pode ser alegada para um único imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, e, no caso de mais de um imóvel, sobre o de menor valor, nos termos do art. 5º, da mencionada lei, repisando, a ressalva explicita contida no inc. VI, do art. 3º, da mencionada lei: salvo por ter sido adquirido com produto de crime ou para execução de sentença penal condenatória a ressarcimento, indenização ou perdimento de bens.

Por este entender, nego provimento ao agravo de instrumento.

É como voto.

(Ementa)

Execução fiscal. Penhora de bens. Agravo de instrumento interposto contra decisão que, em sede de execução fiscal, rejeitou a exceção de pré-executividade ofertada, mantendo, por conseguinte, a penhora que recai sobre o imóvel sito à Av. Sapé, 434, ap. 601-A, Edf. Brisa do Mar, Manaíra, João Pessoa, Estado da Paraíba, Registro R3; Matrícula 41.249.

1- Observa-se dos autos, que a agravante sequer mora no imóvel penhorado, tendo sido citada na Av. Cel. Miguel Satírico, 280, apto 2001, alegando, em síntese, que no imóvel objeto da penhora residem seus pais, trazendo como prova declaração da síndica do condomínio de que naquele imóvel habitam Vanderli Antônio de Oliveira e Maria José Valentim Melo, os mesmos nomes do qual constam em sua carteira de Identidade.

2- A decisão agravada aponta que os documentos trazidos aos autos são recentes, relativos a maio de 2021, não sendo aptos a comprovar moradia sua ou de seus familiares antes da penhora efetivada em 18 de junho de 2020.

3- Ademais, consta do processo executivo que o imóvel em questão foi indicado pela Polícia Federal, nos autos da ação penal 0005051-97.2013.4.05.8200 e da representação criminal 0001029-88.2016.405.8200, como fruto de crimes cometidos contra o Instituto Nacional da Seguridade Social (fraude de benefícios) em processo na qual foi condenada criminalmente por estelionato (art. 171, do Código Penal), com determinação específica de avaliação e posterior leilão do mencionado bem, encontrando-se indisponível desde 27 de maio de 2016, conforme certidão de inteiro teor emitido pelo 6º serviço notarial e 2º Registral, id. 5886544, dos autos originários.

4- Não se pode alegar a impenhorabilidade do bem imóvel, como bem de família, quando este foi adquirido com produto de crime, nos termos do inc. VI, do art. 3º, da Lei 8.009/1990. Precedente: (Processo: 08070653620204050000, Mandado de Segurança Criminal, des. Edilson Pereira Nobre Junior, 4ª Turma, julgamento: 01/09/2020).

5- No caso dos autos, compulsando a execução fiscal originária, observa-se que a dívida cobrada é decorrente de Imposto de Renda Pessoa Física de valores não declarados, obtidos de forma ilícita.

6- Por fim, consta dos autos originários, arrolamento de bens apresentado pela exequente, ora agravada, id. 4058200.3789200, no qual apresenta diversos bens em nome da agravante, incluindo terrenos, veículos e três apartamentos, incluso o objeto deste agravo, a saber: a) apartamento 203, Condomínio Enseada do Atlântico, sito a Av. Gov. Argemiro de Figueiredo, 880, Jardim Oceania, João Pessoa/PB, avaliado no valor de R$ 130.000,00; b) apartamento 2101, Ed. Porto Real Residence, sito a Rua Giacomo Porto, Miramar, João Pessoa/PB; e, c) Apartamento 601-A, Edf. Brisa do Mar, sito na Av. Sapé, 434, Manaíra, João Pessoa/PB, Matricula 41.249.

7- Depreende-se da leitura do art. 1º, da Lei 8.009/1990, que a impenhorabilidade de imóvel, considerado bem de família, só pode ser alegada para um único imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, e, no caso de mais de um imóvel, sobre o de menor valor, nos termos do art. 5º, da mencionada lei, repisando, a ressalva explicita contida no inc. VI, do art. 3º, da mencionada lei: salvo por ter sido adquirido com produto de crime ou para execução de sentença penal condenatória a ressarcimento, indenização ou perdimento de bens.

8- Agravo de instrumento improvido.

jjds

(Acórdão)

Decide a Egrégia Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto do relator.

Recife, (data do sistema)

O desembargador Vladimir Souza Carvalho - relator

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA e outro
ADVOGADO: Hallison Gondim De Oliveira Nobrega
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

MANDADO DE REAVALIAÇÃO E INTIMAÇÃO

DEPOSITÁRIO DO(S) BEM(NS) PENHORADO(S): SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA (C P F : 7 3 8 . 2 9 8 . 1 1 4 - 2 0) .
ENDEREÇO DA DEPOSITÁRIA DO BEM(NS) PENHORADO(S): RUA OZÓRIO QUEIROGA DE ASSIS, 541, APTO 702, ED. ÁGUAS DE MERON, BESSA, JOÃO PESSOA/PB.

O(A) Doutor(a) **JUIZ TITULAR** , Juiz(a) Federal, na forma da lei etc.

MANDA a qualquer Oficial de Justiça Avaliador deste Juízo Federal a quem for este apresentado, passado nos autos em epígrafe que, em seu cumprimento, dirija-se ao(s) endereço(s) indicados ou a outro local e, sendo aí proceda à:

REAVALIAÇÃO do(s) bem(ns) penhorado(s) na execução acima indicada, descrito(s) no(s) documento(s) anexo(s) - **AUTO DE PENHORA ID. 5869446** , e que se encontra(m) em poder do depositário acima identificado, **nos termos da r. decisão id. 9564940, item 6** , exarada nos autos do processo supramencionado, entregando, logo após a diligência, em Cartório, no prazo legal, juntamente com o presente mandado, laudo minucioso e circunstanciado, com fiel observância do disposto no art. 681 do CPC. Realizada a reavaliação, **INTIME** a(s) parte(s) acima indicada(s) para que, **no prazo de 05 (cinco) dias** , manifeste(m)-se, querendo, acerca do novo valor atribuído ao bem penhorado.

ENDEREÇO DO JUÍZO: Seção Judiciária da Paraíba - 5ª Vara Federal - Edifício DCT - Duo Corporate Towers - Torre Sul - 2º Andar - Rod. Gov. Antonio Mariz, 2051 - Loteamento Oceania III - João Pessoa/PB - CEP: 58034-030 (próximo à Faculdade ASPER). Telefones: (83) 2108-4024 e (83) 99380-3243 (este também atende por *WhatsApp*). Endereço eletrônico (*e-mail*) : 5vara@jfpb.jus.br Atendimento ao Público (presencial e remoto, pelo Balcão Virtual) : de segunda a sexta-feira, exceto feriados , **das 9h às 16h** .

CUMPRA-SE , na forma e sob as penas da lei, ficando o Oficial de Justiça autorizado a proceder na forma do art. 172, §2º, do CPC, inclusive com emprego de força policial e arrombamento, se necessário.

Eu, Servidor(a) da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária da Paraíba, conferi e subscrevo eletronicamente o presente mandado, por ordem do(a) MM(ª) Juiz(a) Federal.

João Pessoa, (data de validação no Sistema)

(*assinado eletronicamente*)

EXMO(a). SR. DR. JUIZ(a) FEDERAL DA 5ª VARA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JOÃO PESSOA - PB

Execução Fiscal nº 0808790-69.2018.4.05.8200

Exequente: UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)

Executado(a): SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA E OUTRO

INVESTIGAÇÃO FISCAL

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)** , por seu procurador signatário, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, propor e requerer o que segue:

A Fazenda Nacional reitera a necessidade de penhora sobre os imóveis já indicados, sobretudo os de mat. 18.622 e 9.920, conforme certidão de imóveis juntada em anexo.

Evidentemente, a certidão de óbito que declara inexistência de bens está equivocada - talvez tenha sido lavrada de forma padrão, sem atenção a detalhes.

De toda forma, é essencial:

1. Citar o espólio como já requerido, na pessoa do administrador provisório;
2. Lançar o CPF do de cujos no CNIB, a fim de tornar indisponíveis os demais bens ainda não localizados pela credira;
3. Penhorar os bens já indicados, sobretudo os constantes da certidão em anexo;
4. Proceder à alienação judicial do bem já penhorado.

É como requer.

Vale ressaltar que o valor dos débitos cobrados no presente executivo fiscal é de **R$ 3.187.904,83.**

Nestes termos, pede deferimento.

ARTHUR CESAR DE MOURA PEREIRA

Procurador da Fazenda Nacional

Processo: **0808790-69.2018.4.05.8200**
Assinado eletronicamente por:
ARTHUR CESAR DE MOURA PEREIRA - Gestor
Data e hora da assinatura: 28/03/2022 19:23:09
Identificador: 4058200.9705521
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
22032819175690900000009732103

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Of. Circular nº 183/2022 **EM: 18/03/2022**

Ilmo.(a) Sr.(a) ASSISTENTE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO,

Pelo presente, em atendimento aos **OFÍCIOS SEI Nº 71377/ 72284** e **72873/2022/ME**, extraído dos Autos dos **Processos: 12883.101016/2022-43** (datado de 11/03/2022); **12883.100170/2022-06,** nº Demanda: 609 (datado de 10/03/2022) e **12883.101028/2022-78** (datado de 14/02/2022), estamos enviando a V.S. as **CERTIDÕES DE INTEIRO TEOR,** dos imóveis registrado nas matrículas: **9.920/ 27.121/ 2.673 e 18.622**, conforme solicitado nos ofícios supracitado.

Sem mais para o momento,

Sinceras Saudações.

ROBSON ROGÉRIO ALEXANDRE MARTINS
Oficial de Registro de Imóveis

TALUÃ VASCONCELOS MAIA DE LUCENA
Serviço Notarial e Registral de Cabedelo PB
TABELIÃO SUBSTITUTO

Ilmos.(a) Srs.(a) NARRYMANN TAVARES ELGUETA
Assistente Técnico –Administrativo- Recife-Pe;
AIRTON GUERREIRO VIDAL
Auxiliar- Recife-PE;
ANA MARIA DE LIMA
Servidor SEF/DIL- PRFN5/PFN/RN- Recife-Pe
MINISTÉRIO DA ECONOMIA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 5ª REGIÃO
NÚCLEO REGIOALIZADO DE DILIGÊNCIAS
RECIFE-PE
(AP).

farpen farpen
VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO
№ 247646 C
DOCUMENTO ORIGINAL DOCUMENTO ORIGINAL



VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

PROTOCOLO
2022-007276

ROBSON ROGERIO ALEXANDRE MARTINS, Tabeliao do Registro de Imóveis da cidade de Cabedelo, Estado Paraiba, na forma da Lei, **CERTIFICA**, a pedido verbal de pessoa interessada, que pesquisando nos Livros de Registro de Imóveis encontrou o imóvel abaixo caracterizado, transcrevendo, no presente documento, os registros, averbações e anotações concernentes ao bem especificado.

MATRICULA: 9.920

IMOVEL: LOTE DE TERRENO PROPRIO NA PRAIA DO POCO, SOB O NO. 24 DA QUADRA "G" LOTEAM. RECANTO DO POCO NO MUNICIPIO DE CABEDELO, LIMITA-SE PELA FRENTE COM A RUA IX, FUNDOS COM O LOTE 09, DE UM LADO COM O LOTE 25 E DO OUTRO LADO COM O LOTE 23, TODOS DA MESMA QUADRA E LOTEAMENTO MEDINDO 14,00M DE FRENTE E FUNDOS, POR 30,00M DE COMPRIMENTO DE AMBOS OS LADOS. REGISTRO DE IMOVEIS: NO MUNICIPIO DE CABEDELO, MATRICULA 002673, EM 13/06/1980, LIVRO 2-I, FOLHA 175. PROPRIETARIO: ICOL-INDUSTRIA DE CONSTRUCOES LTDA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CGC: 08722308/0001-52, ENDERECO: RODOVIA BR-230 KM 143 CAMPINA GRANDE/PB. DOU FÉ. CABEDELO (PB), 20 DE MARCO DE 1990. OFICIAL.

DATA: 20 DE MARÇO DE 1990.
R-01-009920-DE ACORDO COM ESCRITURA PUBLICA DE COMPRA E VENDA, NESTE SERVICO NOTARIAL E REGISTRAL, LIVRO 95, FLS 90, DATADO DE 05 FEVEREIRO DE 1990, O IMOVEL ACIMA MATRICULADO FOI ADQUIRIDO POR RONILDO ALVES COELHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, ESTADO CIVIL CASADO, PROFISSAO ECONOMIARIO, CPF: 089297264-53, IDENTIDADE: 209482 PB, ENDERECO: R INACIO FERNANDES 296 CAMPINA GRANDE/PB. PELO VALOR DE NCZ$ 2,17, EMBORA O IMPOSTO TENHA SIDO PAGO NO VALOR DE NCZ$ 15.000,00(QUINZE MIL CRUZADOS NOVOS). DOU FÉ. CABEDELO (PB), 20 DE MARCO DE 1990. OFICIAL.

DATA: 29 DE FEVEREIRO DE 2000.
R-02-009920-DE ACORDO COM ESCRITURA PUBLICA DE COMPRA E VENDA, NESTE SERVICO NOTARIAL E REGISTRAL, LIVRO 135, FLS 154, DATADO DE 24 FEVEREIRO DE 2000, O IMOVEL ACIMA MATRICULADO FOI ADQUIRIDO POR SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSAO COMERCIANTE, CPF: 738298114-20, IDENTIDADE: 1412531 SSP/PB, ENDERECO: R PR JOSE FERREIRA DA SILVA 78 JOAO PESSOA/PB. PELO VALOR DE R$ 1.500,00(HUM MIL E QUINHENTOS REAIS). DOU FÉ. CABEDELO (PB), 29 DE FEVEREIRO DE 2000. OFICIAL.

DATA: 10 DE MARÇO DE 2000.
AV-03-009920-PROCEDE-SE A ESTA AVERBACAO DE ACORDO COM ALVARA DE REMEMBRAMENTO, PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO, NR 085/2000 E PLANTA APROVADA, DATADO DE 03 MARCO DE 2000, PARA CONSTAR QUE O IMOVEL ACIMA MATRICULADO FOI REMEMBRADO DOS LOTES 23 E 24 DA QUADRA "G", VE L. 2-A2, MAT. 18.645. DOU FÉ. CABEDELO (PB), 10 DE MARCO DE 2000. OFICIAL.

Cabedelo - PB, 15 de Março de 2022

TALUÃ VASCONCELOS MAIA DE LUCENA
TABELIÃO SUBSTITUTO

Rua Aderbal Piragibe,n.05 - Centro - Cabedelo - PB CEP: 58100-11
Fone:(83)3228-1142
REGISTRO DE IMOVEIS - CERTIDAO DE INTEIR
CONTROLE: 2022-002600
Cabedelo - PB, 15/03/2022 14:55:25
EMOL: R$##0,00 FEPJ: R$##0,00 FARPEN: R$##0,00 ISS: R$##0,00
ALR91795-16MH

TALUÃ VASCONCELOS MAIA DE LUCENA
Serviço Notarial e Registral de Cabedelo PB
TABELIÃO SUBSTITUTO

OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

22032819213628400000009732104

Processo: 0808790-69.2018.4.05.8200 https://sulodigital.tjpb.jus.br
Assinado eletronicamente por:
ARTHUR CESAR DE MOURA PEREIRA - Gestor
Data e hora da assinatura: 28/03/2022 19:23:09
Identificador: 4058200.9705522
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam



VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

PROTOCOLO
2022-007278

ROBSON ROGERIO ALEXANDRE MARTINS, Tabeliao do Registro de Imóveis da cidade de Cabedelo, Estado Paraiba, na forma da Lei, **CERTIFICA**, a pedido verbal de pessoa interessada, que pesquisando nos Livros de Registro de Imóveis encontrou o imóvel abaixo caracterizado, transcrevendo, no presente documento, os registros, averbações e anotações concernentes ao bem especificado.

MATRICULA: 18.622

IMOVEL: LOTE DE TERRENO PROPRIO, SOB LETRA "023" DA QUADRA "G" LOTEAM. RECANTO DO POCO NO MUNICIPIO DE CABEDELO. REGISTRO DE IMOVEIS: NO MUNICIPIO DE CABEDELO, MATRICULA 002673, EM 21/08/1980, LIVRO 2-I, FOLHA 175. PROPRIETARIO: ICOL INDUSTRIA DE CONSTRUCOES LTDA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CGC: 08722308/0001-52, ENDERECO: BR 230, NR 3371, CAMPINA GRANDE/PB. DOU FÉ. CABEDELO (PB), 29 DE FEVEREIRO DE 2000. OFICIAL.

DATA: 29 DE FEVEREIRO DE 2000.
R-01-018622-DE ACORDO COM ESCRITURA PUBLICA DE COMPRA E VENDA, NESTE SERVICO NOTARIAL E REGISTRAL, LIVRO 135, FLS. 168, DATADO DE 28 FEVEREIRO DE 2000, O IMOVEL ACIMA MATRICULADO FOI ADQUIRIDO POR SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSAO COMERCIANTE, CPF: 738298114-20, IDENTIDADE: 1412531 SSP/PB, ENDERECO: PASTOR JOSE FERREIRA DA SILVA 078 J.PESSOA/PB.. DOU FÉ. CABEDELO (PB), 29 DE FEVEREIRO DE 2000. OFICIAL.

DATA: 10 DE MARÇO DE 2000.
AV-02-018622-PROCEDE-SE A ESTA AVERBACAO DE ACORDO COM ALVARA DE REMEMBRAMENTO, PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO, NR 085/2000 E PLANTA APROVADA, DATADO DE 03 MARCO DE 2000, PARA CONSTAR QUE O IMOVEL ACIMA MATRICULADO FOI REMEMBRADO, JUNTAMENTE COM O LOTE DA MATRICULA 9.920, ORIGINANDO O LOTE "S", DEVIDAMENTE MATRICULADO SOB NR 18.622. M-A-T-R-I-C-U-L-A---E-N-C-E-R-R-A-D-A. DOU FÉ. CABEDELO (PB), 10 DE MARCO DE 2000. OFICIAL.

Cabedelo - PB, 15 de Março de 2022

TALUÃ VASCONCELOS MAIA DE LUCENA
TABELIÃO SUBSTITUTO

TALUÃ VASCONCELOS MAIA DE LUCENA
Serviço Notarial e Registral de Cabedelo PB
TABELIÃO SUBSTITUTO

Rua Alerbal Piragibe,n.05 - Centro - Cabedelo - PB CEP: 58100-11
Fone: (83)3228-1142
REGISTRO DE IMOVEIS - CERTIDAO DE INTEIR
CONTROLE: 2022-002601
Cabedelo - PB 15/03/2022 14:57:24
EMOL. R$##0,00 FEPJ: R$##0,00 FARPEN: R$##0,00 ISS: R$##0,00
ALR9179F-QR01
Confira a autenticidade em https://selodigital.tjpb.jus.br
STHEFFNY DORNELAS DE MELO QUEIROZ - TABELIA SUBSTITUTA

Processo: **0808790-69.2018.4.05.8200**
Assinado eletronicamente por:
ARTHUR CESAR DE MOURA PEREIRA - Gestor
Data e hora da assinatura: 28/03/2022 19:23:09
Identificador: 4058200.9705523
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
Emitido por: ANA PAULA NUNES FERNANDES CORDEIRO no dia 15/03/2022 às 08:48:21
Nº 247305 C
TALUÃ VASCONCELOS MAIA DE LUCENA
Serviço Notarial e Registral de Cabedelo PB
TABELIÃO SUBSTITUTO
22032819213628500000009732105



VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

PROTOCOLO
2022-007999

ROBSON ROGERIO ALEXANDRE MARTINS, Tabeliao do Registro de Imóveis da cidade de Cabedelo, Estado Paraiba, na forma da Lei, **CERTIFICA**, a pedido verbal de pessoa interessada, que pesquisando nos Livros de Registro de Imóveis encontrou o imóvel abaixo caracterizado, transcrevendo, no presente documento, os registros, averbações e anotações concernentes ao bem especificado.

MATRICULA: 27.121

IMOVEL: APARTAMENTO RESIDENCIAL NO. 302, NO BLOCO "A, EDIFICADA EM UMA GLEBA DE TERRAS PROPRIAS E DE MARINHA, SOB LETRA "A" DA QUADRA S/D, DESMEMBRADA DA PARTE RESTANTE DO QUINHAO 08 (OITO), DA PROPRIEDADE PONTA DE CAMPINA", COMPOSTA DE VARANDA, SALA DE ESTAR, SALA DE JANTAR, QUATRO SUITES, SENDO UMA SUITE MASTER COM VARANDA, LAVABO, COZINHA, AREA DE SERVICO, QUARTO DE SERVICO E W.C SERVICO E AREA PARA EQUIPAMENTOS. NO TERREO QUATRO VAGAS DE GARAGEM COBERTAS, EDIFICIO "ROYAL RIVIERA RESIDENCE", SITUADO À RUA DA ENSEADA NO. 73, PRAIA PONTA DE CAMPINA NO MUNICIPIO DE CABEDELO, AREA REAL PRIVATIVA DE 226,28M2, AREA REAL DE USO COMUM DE 133,76M2, AREA REAL TOTAL DE 368,40M2, AREA EQUIVALENTE DE CONSTRUCAO DE 298,89M2, FRACAO IDEAL DE 4,45% E COTA IDEAL DO TERRENO DE 142,12M2. REGISTRO DE IMOVEIS: NO MUNICIPIO DE CABEDELO, MATRICULA 015479, EM 17/04/2012, LIVRO -, FOLHA 001. PROPRIETARIO: VERTICAL ENGENHARIA E INCORPORACOES LTDA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CGC: 04240307/0001-10, ENDERECO: AV UMBUZEIRO 750 MANAIRA JOAO PESSOA. DOU FÉ. CABEDELO (PB), 17 DE ABRIL DE 2012.OFICIAL.

DATA: 11 DE MAIO DE 2015.
R-01-027121-DE ACORDO COM CONTRATO PARTICULAR DE "PROMESSA" DE COMPRA E VENDA, EMITIDO PELO PROPRIETARIO DO IMOVEL, AQUI APRESENTADO, DATADO DE 03 MARCO DE 2009, O IMOVEL ACIMA MATRICULADO FOI "PROMETIDO" A VENDA A SRA. SANDRA VALENTIN MELO DE OLIVEIRA, BRASILEIRA, SOLTEIRA, PENSIONISTA, CPF NR 738.298.114-20 E RG NR 1.412.531-SSP/PB, RESIDENTE NA RUA CEL MIGUEL SATIRO, NR 280, CABO BRANCO, JOAO PESSOA/PB; PELO VALOR DE R$ 794.000,00 (SETECENTOS E NOVENTA E QUATRO MIL REAIS), PAGOS DA SEGUINTE FORMA: R$ 120.000,00(CENTO E VINTE MIL REAIS), REPRESENTADO POR UMA EMBARCACAO; R$ 400.000,0 (QUATROCENTOS MIL REAIS), REPRESENTADO POR 100 PARCELAS, CADA UMA NO VALOR DE R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS), UMA PARCELA NO VALOR DE R$ 29.000,00 (VINTE E NOVE MIL REAIS) PARA O DIA 10/01/2010; OITO INTERCALAS, CADA UMA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS), TOTALIZANDO R$ 160.000,00 (CENTO E SESSENTA MIL REAIS) E UMA PARCELA NO VALOR DE R$ 85.000,00 (OITENTA E CINCO MIL REAIS) COM VENCIMENTO PARA 10/01/2011, TUDO CONFORME TERMOS, CLAUSULAS E CONDICOES CONTIDAS NO INSTRUMENTO ORA REGISTRADO. DOU FÉ. CABEDELO (PB), 11 DE MAIO DE 2015. OFICIAL.

DATA: 10 DE JUNHO DE 2015.
R-02-027121-DE ACORDO COM ESCRITURA PUBLICA DE COMPRA E VENDA, NESTE SERVICO NOTARIAL E REGISTRAL, LIVRO 213, FOLHA 091, DATADO DE 12 MAIO DE 2015, O IMOVEL ACIMA MATRICULADO FOI ADQUIRIDO POR EDUARDO SERGIO RAMALHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, ESTADO CIVIL CASADO, PROFISSAO MEDICO, CPF: 218571484-87, IDENTIDADE: 469167 SSP/PB, ENDERECO: R ENGENHEIRO JOSE B 133/103 CAMPINA GRANDE/PB; ANDREA DE AMORIM PEREIRA BARROS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, ESTADO CIVIL CASADO, PROFISSAO MEDICO, CPF: 354498884-49, IDENTIDADE: 714171 SSP/PB, ENDERECO: R ENGENHEIRO JOSE B 133/103 CAMPINA GRANDE/PB. PELO VALOR DE R$ 1.400.000,00 (UM MILHAO E QUATROCENTOS MIL REAIS), POREM AVALIADO PELA PREFEITURA LOCAL EM R$ 674.000,00 (SEISCENTOS E SETENTA E QUATRO MIL REAIS). DOU FÉ. CABEDELO (PB), 10 DE JUNHO DE 2015. OFICIAL.

DATA: 2 DE JUNHO DE 2016.
R-03-027121-DE ACORDO COM OFICIO, 16A VARA FEDERAL - SECAO JUDICIARIA DE JOAO PESSOA, NR OPE. 0016.000617-0/2016, COM ENDERECO RUA JOAO TEIXEIRA DE CARVALHO 480, JOAO PESSOA/PB, DATADO DE 27 MAIO DE 2016, EXTRAIDO DOS AUTOS DO PROCESSO N. 0001029-88.2016.4.05.8200, PROCEDE-SE A "INDISPONIBILIDADE" DO IMOVEL CONSTANTE DA PRESENTE MATRICULA, ATE ULTERIOR LIBERACAO DO JUIZO ACIMA MENCIONADO. DOU FÉ. CABEDELO (PB), 02 DE JUNHO DE 2016. OFICIAL.

TALUÃ VASCONCELOS MAIA DE LUCENA
Serviço Notarial e Registral de Cabedelo PB
TABELIÃO SUBSTITUTO

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE
Certidão gerada em 18/03/2022 às 08:42:51
22032819213628500000009732106
Processo: **0808790-69.2018.4.05.8200**
Assinado eletronicamente por:
ARTHUR CESAR DE MOURA PEREIRA - Gestor
Data e hora da assinatura: 28/03/2022 19:23:09
Identificador: 4058200.9705524
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

Cabedelo - PB, 18 de Março de 2022

TALUÃ VASCONCELOS MAIA DE LUCENA
TABELIÃO SUBSTITUTO

TALUÃ VASCONCELOS MAIA DE LUCENA
Serviço Notarial e Registral de Cabedelo PB
TABELIÃO SUBSTITUTO

SERVIA O NOTARIAL E REGISTRAL DE CABEDELO
Rua Aderbal Piragibe,n.85 - Centro - Cabedelo - PB CEP: 58100-11
Fone:(83)3228-1142

REGISTRO DE IMOVEIS - CERTIDAO DE INTEIR

CONTROLE: 2022-002790

Cabedelo - PB, 21/03/2022 08:24:29

EMOL: R$##0,00 FEPJ: R$##0,00 FARPEN: R$##0,00 ISS: R$##0,00

ALR91801-4TOJ

Confira a autenticidade em https://selodigital.tjpb.jus.br

STHEFANY DORNELAS DE MELO QUEIROZ - TABELIA SUBSTITUTA

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

TALUÃ VASCONCELOS MAIA DE LUCENA
Serviço Notarial e Registral de Cabedelo PB
TABELIÃO SUBSTITUTO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

PROTOCOLO
2022-008001

ROBSON ROGERIO ALEXANDRE MARTINS, Tabeliao do Registro de Imóveis da cidade de Cabedelo, Estado Paraiba, na forma da Lei, **CERTIFICA**, a pedido verbal de pessoa interessada, que pesquisando nos Livros de Registro de Imóveis encontrou o imóvel abaixo caracterizado, transcrevendo, no presente documento, os registros, averbações e anotações concernentes ao bem especificado.

MATRICULA: 2.673

IMOVEL: AREA DE TERRAS TOTALMENTE PROPRIA, DESMEMBRADA DO SITIO POCO, SOB LETRA DA QUADRA. PRAIA DO POCO NO MUNICIPIO DE CABEDELO, LIMITA-SE PELA FRENTE COM A FAIXA DE DOMINIO DO D.N.E.R., FUNDOS COM ESTRADA DE FERRO DA REDE FERROVIARIA FEDERAL S/A, LADO DIREITO COM PARTE DE TERRENO PERTENCENTE A SRA MARIA DE CARVALHO SOUZA, LADO ESQUERDO COM OS LOTES DE TERRENOS PERTENCENTES A SRA HAYDEE FERNANDES DE ALMEIDA MEDINDO NA SUA TOTALIDADE 22,832 HECTARES. REGISTRO DE IMOVEIS: NO MUNICIPIO DE CABEDELO, MATRICULA 001821, EM 20/04/1979, LIVRO 2-F, FOLHA 221. PROPRIETARIO: JOSE PEREIRA DE AGUIAR FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSAO COMERCIANTE, CPF: 008151524-34, IDENTIDADE: -, ENDERECO: R RAD GERALDO CAMPOS 85 JOAO PESSOA/PB. DOU FÉ. CABEDELO (PB), 13 DE JUNHO DE 1980. OFICIAL.

DATA: 13 DE JUNHO DE 1980.
R-01-002673-DE ACORDO COM ESCRITURA PUBLICA DE COMPRA E VENDA, NESTE SERVICO NOTARIAL E REGISTRAL, LIVRO 58, FLS 123, DATADO DE 12 JUNHO DE 1980, O IMOVEL ACIMA MATRICULADO FOI ADQUIRIDO POR ICOL - INDUSTRIA DE CONSTRUCOES LTDA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CGC: 08722308/0001-52, ENDERECO: AV ELPIDIO DE ALMEIDA 2207 CAMPINA GRANDE/PB. DESCRICAO DO IMOVEL: COMPREENDE DE NOVE(09) HECTARES INICIA-SE NA PARTE DA FAIXA DE DOMINIO DO D.N.E.R., INDO ATE A LINHA FERREA DA RFFSA AONDE SE LIMITA PELO LADO DIREITO COM TERRAS DE ICOL E LADO ESQUERDO COM TERRAS DA EMPLACON, ADQUIRIDO PELO VALOR DE CR$ 9.532.800,00(NOVE MILHOES, QUINHENTOS E TRINTA E DOIS MIL E OITOCENTOS CRUZEIROS), EFETUADO DA SEGUINTE MANEIRA: CR$ 7.850.800,00(SETE MILHOES, OITOCENTOS E CINQUENTA MIL E OITOCENTOS CRUZEIROS), RECEBIDO NO ATO DA ASSINATURA DESTE INSTRUMENTO, E O RESTANTE NO VALOR DE CR$ 1.682.000,00(HUM MILHAO, SEISCENTOS E OITENTA E DOIS MIL CRUZEIROS) REPRESENTADOS POR 03(TRES) NOTAS PROMISSORIAS SENDO DUAS DELAS, NO VALOR DE CR$ 550.000,00(QUINHENTOS E CINQUENTA MIL CRUZEIROS) COM VENCIMENTO DA PRIMEIRA EM 31/12/1980 E A SEGUNDA EM 31/01/1981, A TERCEIRA E ULTIMA PROMISSORIA CORRESPONDE A UM VALOR DE CR$ 582.000,00(QUINHENTOS E OITENTA E DOIS MIL CRUZEIROS) COM VENCIMENTO PARA O DIA 28/02/1981; AS REFERIDAS PROMISSORIAS FICAM VINCULADAS A NOVE HECTARES COM TERCEIROS, SEM PREVIA AUTORIZACAO DO OUTORGANTE VENDEDOR, O QUAL SE RESPONSABILIZA PELA IDENIZACAO DE MORADORES EXISTENTES, ORA NA TERRA TRANSACIONADA, AS PROMISSORIAS CARACTERIZADAS ACIMA SAO EMITIDAS EM CATATER PRO-SOLUTO. DOU FÉ. CABEDELO (PB), 13 DE JUNHO DE 1980. OFICIAL.

DATA: 21 DE AGOSTO DE 1980.
R-02-002673-DE ACORDO COM ALVARA DE LICENCA, PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO, NR 269/80, DATADO DE 28 NOVEMBRO DE 1979, O TERRENO OBJETO DA MATRICULA SUPRA CARACTERIZADO COMO "UMA AREA DE TERRAS TOTALMENTE PROPRIAS, DESMEMBRADA DO SITIO POCO, SITUADA NA ALTURA DO KM 05, DA BR-230, TRECHO QUE LIGA JOAO PESSOA A ESTA CIDADE, DA PRAIA DO POCO, DESTE MUNICIPIO, MEDINDO 228.320,00M2, LIMITANDO-SE PELA FRENTE(LESTE) COM A FAIXA DE DOMINIO DO D.N.E.R., ONDE MEDE 425,00M, PELOS FUNDOS(OESTE) COM A ESTRADA DE FERRO DA REDE FERROVIARIA FEDERAL S.A, ONDE MEDE 513,00M, E 35,00M COM TERRENOS PERTENCENTES A EMPLACON-EMPRESA DE PLANEJAMENTO CONSTRUCAO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, PELO LADO DIREITO(NORTE) PARTINDO DA BR-230 ACIMA MENCIONADA, EM DIRECAO A REDE FERROVIARIA FEDERAL S/A, COM TERRENO PERTENCENTES A EMPLACON, TAMBEM MENCIONADA, ONDE MEDE 503,00M, PELO LADO ESQUERDO (SUL) COM TERRENOS PERTENCENTES A MARIA DE CARVALHO SOUZA, ONDE MEDE 570,00M, FOI LOTEADO DE ACORDO COM O REFERIDO ALVARA, REQUERIDO NOS TERMOS DO DECRETO-LEI NR 58 DE 10/12/1937, REGULAMENTADO PELO DECRETO NR 3.079, DE 15/09/1938, COM A DENOMINACAO DE "LOTEAMENTO R-E-C-A-N-T-O--D-O--P-O-C-O". RUAS FORAM ABERTAS. O LOTEAMENTO RECANTO DO POCO, ESTA DIVIDIDO EM VINTE E UMA(21) QUADRAS, DENOMINADAS, "A" A "V", ESTAS QUADRAS SUBDIVIDIDAS EM QUATROCENTOS E QUATRO LOTES. A QUADRA "A" DESTINOU-SE A UMA PRACA; AS QUADRAS "B" A "G" CONTEM CADA UMA, TRINTA LOTES, A QUADRA "H", VINTE E DOIS LOTES. AS QUADRA I, J, L, M E N, CONTEM VINTE E OITO LOTES CADA UMA; A QUADRA "O", VINTE E HUM LOTES; A QUADRA "P", NOVE LOTES, A QUADRA "Q" OITO LOTES, AS QUADRAS R, S E T, SEIS LOTES, A QUADRA "U", QUATRO LOTES E A QUADRA "V", COM APENAS DOIS LOTES; LIMITES - A QUADRA "B", LIMITA-SE AO NORTE COM A RUA PROJETADA VI, AO SUL COM A RUA PROJETADA V, A LESTE COM A RUA PROJETADA I, E A OESTE COM A RUA PROJETADA II; A QUADRA "C", LIMITA-SE AO NORTE COM A RUA PROJETADA VII, AO SUL COM A RUA PROJETADA VI, A LESTE COM A RUA PROJETADA I, E A OESTE COM UMA RUA PROJETADA II; A QUADRA "D", LIMITA-SE AO NORTE

Processo: 0808790-69.2018.4.05.8200
Assinado eletronicamente pelo(a) ARTHUR CESAR DE MOURA PEREIRA - Gestor em 18/03/2022 às 08:44:48
Data e hora da assinatura: 28/03/2022 19:23:09
Identificador: 4058200.9705525
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
22032819213628500000009732107
Nº 24.645
Selo de Autenticidade
Cartório Maia de Lucena
Registrador de Cabedelo - PB
Substituto

COM A RUA PROJETADA VIII, AO SUL COM A RUA PROJETADA VII, A LESTE COM A RUA PROJETADA I E A OESTE COM A RUA PROJETADA II; A QUADRA "E", LIMITA-SE AO NORTE COM A RUA PROJETADA IX, AO SUL COM A RUA PROJETADA VIII, A LESTE COM A RUA PROJETADA I E A OESTE COM A RUA PROJETADA II; A QUADRA "F", LIMITA-SE AO NORTE COM A RUA PROJETADA X, AO SUL COM A RUA PROJETADA IX, A LESTE COM A RUA PROJETADA I E A OESTE COM A RUA PROJETADA II, A QUADRA "G", LIMITA-SE AO NORTE COM A RUA PROJETADA XI, AO SUL COM A RUA PROJETADA X, A LESTE COM A RUA PROJETADA I E A OESTE COM A RUA PROJETADA II, A QUADRA "H", LIMITA-SE AO NORTE COM A RUA PROJETADA XI, AO SUL COM A RUA PROJETADA X, A LESTE COM A RUA PROJETADA II E A OESTE COM A RUA PROJETADA III; A QUADRA "I", LIMITA-SE AO NORTE COM A RUA PROJETADA X, AO SUL COM A RUA PROJETADA IX, A LESTE COM A RUA PROJETADA II E A OESTE COM A RUA PROJETADA III, A QUADRA "I", LIMITA-SE AO NORTE COM A RUA PROJETADA IX, AO SUL COM A RUA PROJETADA VIII, A LESTE COMA RUA PROJETADA III E A OESTE COM A RUA PROJETADA III; A QUADRA "L", LIMITA-SE AO NORTE COM A RUA PROJETADA VIII, AO SUL COM A RUA PROJETADA VII, A LESTE COM A RUA PROJETADA II E A OESTE COM RUA PROJETADA III; A QUADRA "M", LIMITA-SE AO NORTE COM RUA PROJETADA VII, AO SUL COM A RUA PROJETADA VI, A LESTE COM RUA PROJETADA II E A OESTE COM A RUA PROJETADA III, A QUADRA "N", LIMITA-SE AO NORTE COM A RUA PROJETADA II E A OESTE COM A RUA PROJETADA III; A QUADRA "O", LIMITA-SE AO NORTE COM A RUA PROJETADA V, AO SUL COM UMA RUA PROJETADA IV, A LESTE COM A RUA PROJETADA II E A OESTE COM A RUA PROJETADA III; A QUADRA "P", LIMITA-SE AO NORTE COM A RUA PROJETADA V, AO SUL COM A RUA PROJETADA IV, A LESTE COM A RUA PROJETADA III E A OESTE COM A RUA PROJETADA XII; A QUADRA "Q", LIMITA-SE AO NORTE COM A RUA PROJETADA VI, AO SUL COM COM A RUA PROJETADA V, A LESTE COM A RUA PROJETADA III E A OESTE COM A RUA PROJETADA XII; A QUADRA "R", LIMITA-SE AO NORTE COM A RUA PROJETADA VII, AO SUL COM A RUA PROJETADA VI, AO LESTE COM A RUA PROJETADA III, E A OESTE COM A RUA PROJETADA XII; A QUADRA "S", LIMITA-SE AO NORTE COM A RUA PROJETADA VIII, AO SUL COM A RUA PROJETADA VII, A LESTE COM A RUA PROJETADA III E A OESTE COM A RUA PROJETADA XII; A QUADRA "T", LIMITA-SE AO NORTE COM A RUA PROJETADA IX, AO SUL COM A RUA PROJETADA VIII, A LESTE COM A RUA PROJETADA III E A OESTE COM A RUA PROJETADA XII, A QUADRA "U", LIMITA-SE AO NORTE COM A RUA PROJETADA X, AO SUL COM A RUA PROJETADA IX, A LESTE COM A RUA PROJETADA III E A OESTE COM A RUA PROJETADA XII; A QUADRA "V", LIMITA-SE AO NORTE COM TERRENO DO LOTEAMENTO DA EMPLACON, AO SUL COM A RUA PROJETADA X, A LESTE COM A RUA PROJETADA III E A OESTE COM A RUA PROJETADA XII. A AREA TOTAL LOTEADA DESTE LOTEAMENTO E DE 163.730,00M2; A AREA DAS RUAS E DE 62.565,00M2; A AREA DESTINADA A PREFEITURA E DE 62.565,00M2 E AREAS DAS RUAS E PRACA E DE 2.025,00M2. A QUADRA "A", QUE E DESTINADA A UMA PRACA, LIMITA-SE COM A RUA PROJETADA II, COM RUA PROJETADA V, COM RUA PROJETADA IV. DOU FÉ. CABEDELO (PB), 21 DE AGOSTO DE 1980. OFICIAL.

Cabedelo - PB, 18 de Março de 2022

TALUÃ VASCONCELOS MAIA DE LUCENA
TABELIÃO SUBSTITUTO

TALUÃ VASCONCELOS MAIA DE LUCENA
Serviço Notarial e Registral de Cabedelo PB
TABELIÃO SUBSTITUTO

CABEDELO

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE CABEDELO
Rua Aderbal Piragibe,n.05 - Centro - Cabedelo - PB CEP: 58100-11
Fone:(83)3228-1142

REGISTRO DE IMOVEIS - CERTIDAO DE INTEIR

CONTROLE: 2022-002791

Cabedelo - PB, 21/03/2022 08:25:43

EMOL: R$##0,00 FEPJ: R$##0,00 FARPEN: R$##0,00 ISS: R$##0,00

ALR91802-EIRZ

Confira a autenticidade em https://selodigital.tjpb.jus.br

TALUA VASCONCELOS MAIA DE LUCENA - TABELIAO SUBSTITUTO

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Emitido por: ANA PAULA NUNES FERNANDES CORDEIRO no dia 18/03/2022 às 08:44:48

22032819213628500000009732110

EXMO(a). SR. DR. JUIZ(a) FEDERAL DA 5ª VARA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JOÃO PESSOA - PB

Execução Fiscal nº 0000264-54.2015.4.05.8200

Exequente: UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)

Executado(a): SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA E OUTRO

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)** , por seu procurador signatário, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, declarar ciente da decisão de id. 9564940, ao tempo em que informa que está diligenciando junto aos cartórios em busca de bens do *de cujus* , bem como para obter as certidões atualizadas dos imóveis presentes na petição *in retro* (id. 9432334).

Vale ressaltar que o valor dos débitos cobrados no presente executivo fiscal é de **R$ 3.205.737,03.**

Nestes termos, pede deferimento.

AUGUSTO TEIXEIRA DE CARVALHO NUNES

Procurador da Fazenda Nacional

Ellen Simeão Araújo

Estagiária da Fazenda Nacional

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Inscrição Localizada

Inscrições Localizadas: 4
Inscrições Selecionadas: 1
Parâmetro de Localização: 73829811420
Seções Selecionadas: Dados Gerais

A T E N Ç Ã O
OS VALORES PRECEDIDOS PELAS CIFRAS CORRESPONDEM A:
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Inscrição 1 / 1

DADOS GERAIS DA INSCRIÇÃO

Devedor Principal:	JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA
CPF/CNPJ:	368.958.494-91
Inscrição:	42 1 18 005395-59
Nº Processo Administrativo:	14751 720320/2017-58
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Série da Inscrição:	IMPOSTO DE RENDA PESSOA FISICA
Natureza da Dívida:	TRIBUTARIA
Data Inscrição:	29/03/2018
Data Primeira Cobrança:	07/04/2018
Cadastro Nacional de Obras:	
Receita da Dívida:	3543-DIV.ATIVA-IRPF
Valor Inscrito:	R$ 1.955.285,48 (UFIR 1.837.501,59)
Valor Remanescente:	R$ 1.955.285,48 (UFIR 1.837.501,59)
Valor Consolidado:	R$ 3.205.737,03
Qtd. de Débitos:	8
Qtd. de Pagamentos:	0
Qtd. de Devedores:	2
Qtd. Parcelamentos:	0
Nº Agrupamento para Ajuizamento:	420018900276
Nº Processo Judicial:	
Nº Único de Processo Judicial:	8087906920184058200
Data de Protocolo:	28/09/2018
Data Distribuição:	
Órgão de Justiça:	SECAO JUDICIARIA - JOAO PESSOA

Juízo:	05ª Vara Federal de Execuções Fiscais
Data de Falência:	
PFN de Inscrição:	PARAIBA
PFN Responsável:	QUINTA REGIAO
Órgão de Origem:	RFB-RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Nº Auto de Infração:	
Devolução/Arquivamento:	
Nº do Imóvel (NIRF/ITR):	
Nº do Imóvel (RIP):	
Data da Extinção:	
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:	
Motivo da Extinção:	
Bloqueio Ajuizamento:	
Envio Análise do Órgão de Origem:	NAO

FIM DO RELATÓRIO

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
5º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
PROCESSO: **0808790-69.2018.4.05.8200 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA	EXECUTADO
SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA	EXECUTADO
Hallison Gondim de Oliveira Nobrega	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 10/03/2022 23:59, o(a) Sr(a) SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA foi intimado(a) acerca de Decisão registrado em 28/02/2022 11:39 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 22022811391374000000009591093 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 11/03/2022 00:00 - Seção Judiciária da Paraíba.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
5º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
PROCESSO: **0808790-69.2018.4.05.8200 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA	EXECUTADO
SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA	EXECUTADO
Hallison Gondim de Oliveira Nobrega	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 05/03/2022 00:22, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Decisão registrado em 28/02/2022 11:39 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 22022811391417500000009591094 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 05/03/2022 00:22 - Seção Judiciária da Paraíba.

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA e outro
ADVOGADO: Hallison Gondim De Oliveira Nobrega
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

DECISÃO

1. No id 4058200.8913547, a exequente requer a reavaliação do único imóvel penhorado no feito, pertencente à executada SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA, ao tempo em que pugna também pela intimação do espólio do coexecutado JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA, através do herdeiro (administrador provisório), *Jair Brandão de Oliveira Filho* (filho do *de cujus*), no endereço do imóvel penhorado e que, no ato:

"(...) **o oficial de justiça proceda à inquirição do(a) sobredito(a) herdeiro(a) acerca da existência de processo de inventário/arrolamento em nome do *de cujus* , colhendo informações sobre o respectivo número, nome do inventariante e Juízo em que tramita, com a devida certificação nos autos** , a fim de viabilizar o prosseguimento da presente execução fiscal, ressaltando que os créditos fazendários **não** estão sujeitos à habilitação em inventário ou arrolamento (art. 29 da Lei 6.830/1980)."

2. Ao contínuo (id 4058200.9432334), a exequente pugna pela alienação, por meio de leiloeiro credenciado perante a PFN/PB (art. 880 do CPC/2015, c/c arts. 41 a 46 da Portaria PGFN n° 33/2018), do imóvel penhorado (item 1), ao tempo em que também requer a penhora de outros bens da executada, quais sejam: lotes de terreno n°s 23 e 24, da quadra G, no Loteamento Recanto do Poço, na praia do poço, em Cabedelo/PB.

3. Informa a executada (ids 4058200.9096697 e 4058200.9096698), a interposição de agravo de instrumento (TRF/5ªR - PJe 0813159-63.2021.4.05.0000) contra a decisão de id 4058200.8767074.

4. **Delibero:**

5. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos.

6. Defiro a reavaliação do imóvel penhorado (item 1) tendo em vista que, em consulta ao sítio eletrônico do TRF/5ªR, constato ter sido negado efeito suspensivo ao agravo de instrumento.

7. Indefiro o pedido da exequente para intimação do filho do *de cujus* , porquanto a indicação de herdeiro necessário, como administrador provisório do espólio, *"pressupõe a existência de bens a inventariar ou a partilhar o que, no caso dos autos, não restou demonstrado"* [1] pela exequente, havendo, inclusive, certidão de óbito que informa que o falecido não deixou de bens (id 4058200.7076229).

8. Restituo à exequente o prazo de 30 dias para que comprove a existência de bens do *de cujus* a inventariar ou a partilhar, posto que pressuposto para substituição/sucessão do polo passivo por administrador provisório/ inventariante/sucessores, conforme seja o caso, sob pena de redução subjetiva da execução.

9. Concedo a exequente o prazo de 30 dias para que anexe ao feito cópia de certidões atualizadas dos imóveis mencionados no id 4058200.9432334, motivo pelo que suspendo, por ora, a apreciação dos pedidos formulados nesse identificador (item 2). Nesse particular, o pedido de decretação do sigilo d

feito está prejudicado porquanto a cópia do arrolamento de bens da devedora já se encontra por ele protegido conforme ferramenta utilizada pela própria exequente no ato de sua inserção no PJe .

10. Acompanhe a Secretaria a tramitação do AGTR/PJe nº 0813159-63.2021.4.05.0000 (item 2).

11. Adote a Secretaria as demais providências pertinentes.

12. Intimem-se.

João Pessoa, *data de validação no sistema* .

Assinado digitalmente

[1] TRF/3ªR, AI nº 5009157-86.2020.4.03.0000.

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA e outro
ADVOGADO: Hallison Gondim De Oliveira Nobrega
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

DECISÃO

1. No id 4058200.8913547, a exequente requer a reavaliação do único imóvel penhorado no feito, pertencente à executada SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA, ao tempo em que pugna também pela intimação do espólio do coexecutado JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA, através do herdeiro (administrador provisório), *Jair Brandão de Oliveira Filho* (filho do *de cujus*), no endereço do imóvel penhorado e que, no ato:

"(...) **o oficial de justiça proceda à inquirição do(a) sobredito(a) herdeiro(a) acerca da existência de processo de inventário/arrolamento em nome do *de cujus* , colhendo informações sobre o respectivo número, nome do inventariante e Juízo em que tramita, com a devida certificação nos autos** , a fim de viabilizar o prosseguimento da presente execução fiscal, ressaltando que os créditos fazendários **não** estão sujeitos à habilitação em inventário ou arrolamento (art. 29 da Lei 6.830/1980)."

2. Ao contínuo (id 4058200.9432334), a exequente pugna pela alienação, por meio de leiloeiro credenciado perante a PFN/PB (art. 880 do CPC/2015, c/c arts. 41 a 46 da Portaria PGFN n° 33/2018), do imóvel penhorado (item 1), ao tempo em que também requer a penhora de outros bens da executada, quais sejam: lotes de terreno n°s 23 e 24, da quadra G, no Loteamento Recanto do Poço, na praia do poço, em Cabedelo/PB.

3. Informa a executada (ids 4058200.9096697 e 4058200.9096698), a interposição de agravo de instrumento (TRF/5ªR - PJe 0813159-63.2021.4.05.0000) contra a decisão de id 4058200.8767074.

4. **Delibero:**

5. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos.

6. Defiro a reavaliação do imóvel penhorado (item 1) tendo em vista que, em consulta ao sítio eletrônico do TRF/5ªR, constato ter sido negado efeito suspensivo ao agravo de instrumento.

7. Indefiro o pedido da exequente para intimação do filho do *de cujus* , porquanto a indicação de herdeiro necessário, como administrador provisório do espólio, *"pressupõe a existência de bens a inventariar ou a partilhar o que, no caso dos autos, não restou demonstrado"* [1] pela exequente, havendo, inclusive, certidão de óbito que informa que o falecido não deixou de bens (id 4058200.7076229).

8. Restituo à exequente o prazo de 30 dias para que comprove a existência de bens do *de cujus* a inventariar ou a partilhar, posto que pressuposto para substituição/sucessão do polo passivo por administrador provisório/ inventariante/sucessores, conforme seja o caso, sob pena de redução subjetiva da execução.

9. Concedo a exequente o prazo de 30 dias para que anexe ao feito cópia de certidões atualizadas dos imóveis mencionados no id 4058200.9432334, motivo pelo que suspendo, por ora, a apreciação dos pedidos formulados nesse identificador (item 2). Nesse particular, o pedido de decretação do sigilo d

feito está prejudicado porquanto a cópia do arrolamento de bens da devedora já se encontra por ele protegido conforme ferramenta utilizada pela própria exequente no ato de sua inserção no PJe .

10. Acompanhe a Secretaria a tramitação do AGTR/PJe nº 0813159-63.2021.4.05.0000 (item 2).

11. Adote a Secretaria as demais providências pertinentes.

12. Intimem-se.

João Pessoa, *data de validação no sistema* .

Assinado digitalmente

[1] TRF/3ªR, AI nº 5009157-86.2020.4.03.0000.

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA e outro
ADVOGADO: Hallison Gondim De Oliveira Nobrega
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

DECISÃO

1. No id 4058200.8913547, a exequente requer a reavaliação do único imóvel penhorado no feito, pertencente à executada SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA, ao tempo em que pugna também pela intimação do espólio do coexecutado JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA, através do herdeiro (administrador provisório), *Jair Brandão de Oliveira Filho* (filho do *de cujus*), no endereço do imóvel penhorado e que, no ato:

"(...) **o oficial de justiça proceda à inquirição do(a) sobredito(a) herdeiro(a) acerca da existência de processo de inventário/arrolamento em nome do *de cujus* , colhendo informações sobre o respectivo número, nome do inventariante e Juízo em que tramita, com a devida certificação nos autos** , a fim de viabilizar o prosseguimento da presente execução fiscal, ressaltando que os créditos fazendários **não** estão sujeitos à habilitação em inventário ou arrolamento (art. 29 da Lei 6.830/1980)."

2. Ao contínuo (id 4058200.9432334), a exequente pugna pela alienação, por meio de leiloeiro credenciado perante a PFN/PB (art. 880 do CPC/2015, c/c arts. 41 a 46 da Portaria PGFN n° 33/2018), do imóvel penhorado (item 1), ao tempo em que também requer a penhora de outros bens da executada, quais sejam: lotes de terreno n°s 23 e 24, da quadra G, no Loteamento Recanto do Poço, na praia do poço, em Cabedelo/PB.

3. Informa a executada (ids 4058200.9096697 e 4058200.9096698), a interposição de agravo de instrumento (TRF/5ªR - PJe 0813159-63.2021.4.05.0000) contra a decisão de id 4058200.8767074.

4. **Delibero:**

5. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos.

6. Defiro a reavaliação do imóvel penhorado (item 1) tendo em vista que, em consulta ao sítio eletrônico do TRF/5ªR, constato ter sido negado efeito suspensivo ao agravo de instrumento.

7. Indefiro o pedido da exequente para intimação do filho do *de cujus* , porquanto a indicação de herdeiro necessário, como administrador provisório do espólio, *"pressupõe a existência de bens a inventariar ou a partilhar o que, no caso dos autos, não restou demonstrado"* [1] pela exequente, havendo, inclusive, certidão de óbito que informa que o falecido não deixou de bens (id 4058200.7076229).

8. Restituo à exequente o prazo de 30 dias para que comprove a existência de bens do *de cujus* a inventariar ou a partilhar, posto que pressuposto para substituição/sucessão do polo passivo por administrador provisório/ inventariante/sucessores, conforme seja o caso, sob pena de redução subjetiva da execução.

9. Concedo a exequente o prazo de 30 dias para que anexe ao feito cópia de certidões atualizadas dos imóveis mencionados no id 4058200.9432334, motivo pelo que suspendo, por ora, a apreciação dos pedidos formulados nesse identificador (item 2). Nesse particular, o pedido de decretação do sigilo d

feito está prejudicado porquanto a cópia do arrolamento de bens da devedora já se encontra por ele protegido conforme ferramenta utilizada pela própria exequente no ato de sua inserção no PJe .

10. Acompanhe a Secretaria a tramitação do AGTR/PJe nº 0813159-63.2021.4.05.0000 (item 2).

11. Adote a Secretaria as demais providências pertinentes.

12. Intimem-se.

João Pessoa, *data de validação no sistema* .

Assinado digitalmente

[1] TRF/3ªR, AI nº 5009157-86.2020.4.03.0000.

EXMO(a). SR. DR. JUIZ(a) FEDERAL DA 5ª VARA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JOÃO PESSOA - PB

Execução Fiscal nº 0808790-69.2018.4.05.8200

Exequente: UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)

Executado(a): SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA E OUTRO

INVESTIGAÇÃO FISCAL

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)** , por seu procurador signatário, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, propor e requerer o que segue:

Consoante decisão em id. 29063864, o Agravo de Instrumento (processo n° 0813159-63.2021.4.05.0000) interposto pela executada, não foi recebido com efeito suspensivo, sendo assim, pode-se prosseguir com a execução fiscal.

Com resultado de diligências realizadas pela exequente, bem como, o arrolamento feito pela Receita Federal do Brasil, constatou-se que a executada é proprietária dos imóveis de mat. n°s 2.673 e 9.920, os referidos imóveis consistem em dois lotes de terreno, n°s 23 e 24, da quadra G, no Loteamento Recanto do Poço, na praia do poço, em Cabedelo - PB (escritura pública e arrolamento de bens em anexo).

Outrossim, há um imóvel penhorado (id. 5869445) nos autos do processo em epígrafe, o que já restou comprovado que não se trata de bem de família, conforme detalhado na decisão de id. 8767074.

Desta feita, com vistas à devida recuperação do crédito público, a Fazenda Nacional **requer:**

a) A Expedição de Mandado de Penhora, Avaliação e Registro dos imóveis de **mat. n°s 2.673 e 9.920** , dois lotes de terreno, n°s 23 e 24, da quadra G, no Loteamento Recanto do Poço, na praia do poço, em Cabedelo - PB (escritura pública e arrolamento de bens feito pela Receita Federal do Brasil em anexo);

b) A alienação do imóvel penhorado em id. 5869445, de **mat. 41.249** , um apartamento n° 601-A, do Edifício Brisa do Mar, situado na Avenida Sapé, n° 434, bairro Manaíra, em João Pessoa - PB, por iniciativa da exequente, pelo prazo de 12 (doze) meses, indicando-se, para isso, leiloeiro extrajudicial, nos termos do art. 880, CPC/2015, c/c arts. 41 a 46 da Portaria PGFN n° 33/2018.

c) a decretação de sigilo sob os presentes autos, uma vez que juntamos em anexo cópia de arrolamento de bens da devedora, conforme realizado pelo Fisco Federal.

Vale ressaltar que o valor dos débitos cobrados no presente executivo fiscal é de **R$ 3.187.904,83.**

☐	42 1 14 002150-55	10467 602518/2014-62	ATIVA AJUIZADA	SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA
☐	42 6 17 001419-24	04931 600905/2017-81	ATIVA NAO PRIORIZADA PARA AJUIZAMENTO	SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA
☐	42 1 18 005168-50	14751 720321/2017-01	ATIVA NAO PRIORIZADA PARA AJUIZAMENTO	SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA
☑	42 1 18 005395-59	14751 720320/2017-58	ATIVA AJUIZADA	SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA

Valor consolidado das inscrições selecionadas: R$ 3.187.904,83

Nestes termos, pede deferimento.

ARTHUR CESAR DE MOURA PEREIRA

Procurador da Fazenda Nacional

Ellen Simeão Araújo

Estagiária da Fazenda Nacional

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Inscrição Localizada

Inscrições Localizadas: 4
Inscrições Selecionadas: 1
Parâmetro de Localização: 73829811420
Seções Selecionadas: Dados Gerais

A T E N Ç Ã O
OS VALORES PRECEDIDOS PELAS CIFRAS CORRESPONDEM A:
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Inscrição 1 / 1

DADOS GERAIS DA INSCRIÇÃO

Devedor Principal:	JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA
CPF/CNPJ:	368.958.494-91
Inscrição:	42 1 18 005395-59
Nº Processo Administrativo:	14751 720320/2017-58
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Série da Inscrição:	IMPOSTO DE RENDA PESSOA FISICA
Natureza da Dívida:	TRIBUTARIA
Data Inscrição:	29/03/2018
Data Primeira Cobrança:	07/04/2018
Cadastro Nacional de Obras:	
Receita da Dívida:	3543-DIV.ATIVA-IRPF
Valor Inscrito:	R$ 1.955.285,48 (UFIR 1.837.501,59)
Valor Remanescente:	R$ 1.955.285,48 (UFIR 1.837.501,59)
Valor Consolidado:	R$ 3.187.904,83
Qtd. de Débitos:	8
Qtd. de Pagamentos:	0
Qtd. de Devedores:	2
Qtd. Parcelamentos:	0
Nº Agrupamento para Ajuizamento:	420018900276
Nº Processo Judicial:	
Nº Único de Processo Judicial:	8087906920184058200
Data de Protocolo:	28/09/2018
Data Distribuição:	
Órgão de Justiça:	SECAO JUDICIARIA - JOAO PESSOA

Juízo:	05ª Vara Federal de Execuções Fiscais
Data de Falência:	
PFN de Inscrição:	PARAIBA
PFN Responsável:	QUINTA REGIAO
Órgão de Origem:	RFB-RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Nº Auto de Infração:	
Devolução/Arquivamento:	
Nº do Imóvel (NIRF/ITR):	
Nº do Imóvel (RIP):	
Data da Extinção:	
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:	
Motivo da Extinção:	
Bloqueio Ajuizamento:	
Envio Análise do Órgão de Origem:	NAO

FIM DO RELATÓRIO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

OFÍCIO Nº 21/2022 **Em: 11/01/2022.**

Ilmo. Sr. SERVIDOR

Pelo presente, em atendimento ao OFÍCIO SEI Nº 7425/2022/ME, extraído dos Autos do **Processo nº 12883.100135/2022-89**, datado de 11/01/2022, estamos enviando a V.S. as cópias das **ESCRITURAS PÚBLICAS DOS IMÓVEIS REGISTRADOS NO LIVRO Nº 135- Folha 154 e no LIVRO 135- Folha 168** (CONSISTEM EM DOIS TERRENOS, LOTE 23 E 24, QUADRA G, LOCALIZADOS NO BAIRRO RECANTO DO POÇO, CABEDELO-PB), conforme solicitada no ofício supracitado.

Sem mais para o momento,

Sinceras saudações.

ROBSON ROGÉRIO ALEXANDRE MARTINS
Oficial de Registro de Imóveis

TALUÃ VASCONCELOS MAIA DE LUCENA
Serviço Notarial e Registral de Cabedelo PB
TABELIÃO SUBSTITUTO

Ilmo. Sr. LEANDERSON VIEIRA DA SILVA
Servidor SEF/DIL- PRFN5/PFN/RN
Ministério da Economia
Procuradora-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 5ª Região
Núcleo Regionalizado de Diligências
Recife-Pe
(AP)

farpen farpen
VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO
№ 234768 C
DOCUMENTO ORIGINAL DOCUMENTO ORIGINAL

LIVRO: 135
FOLHA: 168

ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA

SAIBAM os que o presente **Instrumento de Escritura de Compra e Venda** virem que, aos vinte e oito(28) dias do mês de fevereiro(02) do ano de dois mil (2000), nesta cidade de Cabedelo, Estado da Paraíba, República Federativa do Brasil, perante mim, compareceram as partes entre si justas e contratadas a saber: como OUTORGANTE(S) VENDEDOR(ES) Firma **ICOL INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÕES LTDA., estabelecida na Rodovia BR-230, nº 3371, Santa Terezinha-Campina Grande-PB, CGC nº 08.722.308/0001-52,** representada pelo seu diretor Presidente JOSEMAR ALVES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, industrial, CIC nº 020.500.134-34, RG nº 145594-SSP/PB, neste ato é representado pelo Dr. **JAIR BRANDÃO DE OLIVEIRA,** brasileiro, divorciado, advogado, OAB/PB nº 10.300 e CIC nº 368.958.494-91, residente na Rua Etelvina Macedo Mendonça nº 101-Torre, João Pessoa-PB, tudo conforme procuração pública do Cartório Souto Maior de Campina Grande-PB, livro 139, fls. 041, em 23/02/2000, aqui apresentada; e como OUTORGADO(S) COMPRADOR(ES) *SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, comerciante, portadora do CPF nº 738.298.114-20, RG nº 1.412.531-SSP/PB, residente na Rua Pastor José Ferreira da Silva nº 078-Bessa, João Pessoa-PB,* conhecidas de mim **Notária,** de acordo com a documentação que me foi apresentada, que dou fé. E perante mim, pelo(s) **VENDEDOR(ES)** foi-me dito que, por justo título de aquisição legal, é(são) senhor(es) e legítimo(s) possuidor(es), em pleno domínio e posse, e livre desembaraçado de quaisquer ônus e impostos do imóvel seguinte: **lote de terreno próprio nº 23(vinte e três) da quadra G, do Loteamento RECANTO DO POÇO, na Praia do poço, neste Município de Cabedelo/PB, medindo 14m00 de frente e fundos, por 30m00 de comprimento de ambos os lados, limitando-se pela frente com a Rua X; fundos com o lote 10; de um lado com o lote 22 e do outro lado com o lote 24, todos da mesma quadra e loteamento,** e devidamente registrado(a) no Registro de Imóveis desta Comarca, no Livro 2-I, fls. 175, Nº de Ordem R-01-2673, em data de 21/08/1980, que pela presente **Escritura** e pelo preço certo e ajustado de R$ **1.500,00(Hum mil e quinhentos reais)**, valor fiscal, também valor declarado, importância aquela recebida pelo vendedor, em moeda corrente nacional, que contaram e acharam exato, pelo que dando, como dão, aquele(s) plena e geral quitação, vendia(m) como, de fato ora vendido têm, ao OUTORGADO(S) COMPRADOR(ES) anteriormente mencionado(s), o(s) imóvel(is) descrito(s), e desde já cede(m) e transfere(m) ao(s) mesmo(s) outorgado(s) toda a posse, domínio, direito e ação que sobre o(s) aludido(s) imóvel(is) exercia(m), para que possa(m) o(s) mesmo(s) OUTORGADO(S) COMPRADOR(ES) dele(s) usar(em), gozar(em) e livremente dispor(em) como seu(s) que é fica(m) sendo, de hoje em diante, por força desta **Escritura** e da cláusula *"CONSTITUTI"*, obrigando-se o(s) OUTORGANTE(S) VENDEDOR(ES), por si e seus sucessores, a fazer cumprir esta venda sempre boa, firme e valiosa, respondendo pela evicção de direito, quando chamado(s) à autoria. Pelos OUTORGADO(S) COMPRADOR(ES) foi-me dito que aceita(m) a presente venda e **Escritura**, em todos os seus expressos termos, exibindo-me a Guia de Recolhimento do Imposto de Transmissão sob nº 010392, em data de 22/02/2000, sendo o valor declarado e o valor fiscal de R$ 1.500,00; foram dispensadas as certidões negativas de débitos fiscais, Estadual, Municipal e Federal todas em nome do(s) OUTORGANTE(S) VENDEDOR(ES) por vontade do(s)

OUTORGADO(S) COMPRADOR(ES), como também foram dispensadas as certidões de que trata a lei de nº 7.433/85. **DECLARAÇÃO- A Firma Vendedora declara para o fim especial de fazer prova perante este Ofício, que o imóvel ora transacionado, não faz parte do Ativo Permanente Circulante da Empresa, que explora exclusivamente atividade de compra e venda de imóveis, desmembramento ou loteamento de terrenos, razão pela qual faz uso da prerrogativa contida no subitem 6.1, da ordem de Serviço nº 207, de 08.04.99, que exime a firma vendedora a apresentar a CND/INSS, na presente transação imobiliária, isentando este Ofício Notarial e Registral de quaisquer responsabilidade civil e criminal, decorrente da presente declaração e efeitos da transação ora realizada**. Foi feita a comunicação ao Oficialato local. Assim o disseram e dou fé. A pedido das partes, lavrei esta **Escritura**, a qual feita e lhe(s) sendo lida, acharam-na conforme, outorgaram, aceitaram e assinaram, sendo dispensadas a presença de testemunhas, conforme Provimento da Corregedoria Geral da Justiça do Estado da Paraíba. Eu, **TÂNIA MARIA DORNELAS DE MELO - Tabeliã Pública do 1º Ofício de Notas** da Cidade de Cabedelo - Estado da Paraíba, fiz

LIVRO: 135
FOLHA: 154

ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA

SAIBAM os que o presente **Instrumento de Escritura de Compra e Venda** virem que, aos vinte e quatro(24) dias do mês de fevereiro(02) do ano de dois mil(2000), nesta cidade de Cabedelo, Estado da Paraíba, República Federativa do Brasil, perante mim, compareceram as partes entre si justas e contratadas a saber: como OUTORGANTE(S) VENDEDOR(ES) **Sr. RONILDO ALVES COELHO e sua esposa ADELMA GOMES LOPES COELHO, brasileiros, casados, ele economiário, portador do CPF nº 089.297.264-53, RG nº 209.482-PB, ela professora, CPF nº 087.051.194-72, RG nº 324.853-PB, residentes na Rua Maria Jaci Pinto Costa nº 76-Bessa, João Pessoa-PB;** e como OUTORGADO(S) COMPRADOR(ES) ***Sra. SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, comerciante, portadora do CPF nº 738.298.114-20, RG nº 1.412.531-SSP/PB, residente na Rua Pastor José Ferreira da Silva nº 078-Bessa, João Pessoa-PB,*** conhecidas de mim **Notária,** de acordo com a documentação que me foi apresentada, que dou fé. E perante mim, pelos **VENDEDORES** foi-me dito que, por justo título de aquisição legal, é(são) senhor(es) e legítimo(s) possuidor(es), em pleno domínio e posse, e livre desembaraçado de quaisquer ônus e impostos do imóvel seguinte: ***Lote de Terreno Próprio sob nº 24(vinte e quatro) da quadra "G ", do Loteamento RECANTO DO POÇO, na Praia do Poço, neste Município de Cabedelo/PB, medindo 14m00 de frente e fundos, por 30m00 de comprimento de ambos os lados, limita-se pela frente com a Rua X; fundos com o lote 09; de um lado com o lote 25 e do outro lado com o lote 23, todos da mesma quadra e loteamento***, e devidamente registrado(a) no Registro de Imóveis desta Comarca, no Livro 2-J1, fls. 168, Nº de Ordem R-01-9920, em data de 20/03/1990, que pela presente **Escritura** e pelo preço certo e ajustado de R$ **1.500,00(Hum mil e quinhentos reais**, valor fiscal, também valor declarado, importância aquela recebida pelo vendedor, em moeda corrente nacional, que contaram e acharam exato, pelo que dando, como dão, aquele(s) plena e geral quitação, vendia(m) como, de fato ora vendido têm, ao(s) OUTORGADO(S) COMPRADOR(ES) anteriormente mencionado(s), o(s) imóvel(is) descrito(s), e desde já cede(m) e transfere(m) ao(s) mesmo(s) outorgado(s) toda a posse, domínio, direito e ação que sobre o(s) aludido(s) imóvel(is) exercia(m), para que possa(m) o(s) mesmo(s) OUTORGADO(S) COMPRADOR(ES) dele(s) usar(em), gozar(em) e livremente dispor(em) como seu(s) que é fica(m) sendo, de hoje em diante, por força desta **Escritura** e da cláusula "*CONSTITUTI*", obrigando-se os OUTORGANTES VENDEDORES, por si e seus sucessores, a fazer cumprir esta venda sempre boa, firme e valiosa, respondendo pela evicção de direito, quando chamado(s) à autoria. Pelo OUTORGADO COMPRADOR foi-me dito que aceita(m) a presente venda e **Escritura**, em todos os seus expressos termos, exibindo-me a Guia de Recolhimento do Imposto de Transmissão nº 010274, em data de 28.01.2000, sendo o valor declarado e o valor fiscal de R$ 1.500,00; foram dispensadas as certidões negativas de débitos fiscais, Estadual, Municipal e Federal todas em nome dos OUTORGANTES VENDEDORES por vontade do OUTORGADO COMPRADOR, como também foram dispensadas as certidões de que trata a lei de nº 7.433/85. Foi feita a comunicação ao Oficialato local. Assim o disseram e dou fé. A pedido das partes, lavrei esta **Escritura**, a qual feita e lhe(s) sendo lida, acharam-na conforme, outorgaram, aceitaram e assinaram, sendo dispensadas a presença de testemunhas,

conforme Provimento da Corregedoria Geral da Justiça do Estado da Paraíba. Eu, **TÂNIA MARIA DORNELAS DE MELO - Tabeliã Pública do 1° Ofício de Notas** da Cidade de Cabedelo - Estado da Paraíba, fiz lavrar a presente **Escritura**. Dou fé, subscrevo e assino em público e raso que uso, nesta data.

EXMO.(A) SR.(A. JUIZ(A) FEDERAL DA 5ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA FEDERAL DA PARAÍBA

EXECUÇÃO FISCAL **Nº 0808790-69.2018.4.05.8200**

-

-

COMUNICADO DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO

SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA , já qualificada nos autos do processo sob referência, insatisfeito com a veneranda decisão, vem perante esse Douto Juízo, respeitosamente, comunicar o manejo de agravo de instrumento, com supedâneo nos artigos 1.015 e seguintes do Novo Código de Processo Civil - NCPC.

Na oportunidade, junta aos autos do processo a cópia do recurso manejado, devidamente protocolizada, comprovando a sua interposição (art. 1.018, NCPC).

Requer, assim, que, em virtude do que contém o art. 1.018, § 1º, do NCPC, esse honrado Juízo, após inteirar-se das razões do recurso, exerça a prerrogativa da retratação.

Pede deferimento.

João Pessoa - PB, 09 de novembro de 2021.

HALLISON NÓBREGA

OAB/PB - 16.753

Processo Judicial Eletrônico
Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Sua Petição foi finalizada com sucesso.

Número do Processo: 0813159-63.2021.4.05.0000

Informações do Processo

Jurisdição	Classe Judicial	Valor da Causa
TRF - 5ª Região	AGRAVO DE INSTRUMENTO	R$ 1.000,00

Assunto	Descrição Lei
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO|Liquidação / Cumprimento / Execução|Penhora / Depósito/ Avaliação|	

AGRAVANTE
Hallison Gondim de Oliveira Nobrega
SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA

AGRAVADO
FAZENDA NACIONAL

Protocolado em: 09/11/2021 17:53
Protocolado por: Hallison Gondim de Oliveira Nobrega

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª. REGIÃO

Ação de Execução

Proc. nº. 08088790-69.2018.4.05.8200

Agravante: **SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA**

Agravado: FAZENDA NACIONAL

SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA, brasileiro, solteira, do lar, RG 1.412.531 e CPF 738.298.114-20, residente na Av. Sape 434 – Manaíra – João Pessoa/PB CEP 58.038.380, ora intermediado por seu mandatário ao final firmado – instrumento procuratório acostado –, esse com endereço eletrônico e profissional inserto na referida procuração, a qual, em obediência à diretriz fixada no art. 77, inc. V, do CPC, indica-o para as intimações que se fizerem necessárias, comparece, com o devido respeito a Vossa Excelência, não se conformando com a decisão interlocutória de fls**.,** ***AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL*****,** supracitada, e, por essa razão, vem interpor o presente recurso de

AGRAVO DE INSTRUMENTO

C/C

PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO,

com guarida no art. 995, parágrafo único c/c art. 1.015, inc. I, um e outro do Código de Processo Civil, em razão das justificativas abaixo evidenciadas.

NOMES E ENDEREÇOS DOS ADVOGADOS

A Agravante informa os nomes e endereços dos advogados habilitados nos querela, aptos a serem intimados dos atos processuais (CPC, art. 1.016, inc. IV):

DA AGRAVANTE: Dr. Hallison Gondim de Oliveira Nobrega, brasileiro, divorciado, inscrito na OAB/PB 16.753, com escritório na Av. Capitão Jose Pessoa – 320, Jaguaribe – João Pessoa/PB

DA AGRAVADA: Dr. Micarton Andre Brasil Correia, Procurado da Fazenda Nacional no Estado da Paraiba -

DA TEMPESTIVIDADE

O recurso deve ser considerado como tempestivo. O patrono da parte Agravante fora intimado da decisão atacada na data, consoante se vê da certidão acostada. (CPC, art. 1.017, inc. I).

Dessarte, fora intimado em 14 de Outubro de 2021, por meio eletrônico (CPC, art. 231, inc. VII c/c 1.003, § 2º). Igualmente, visto que o lapso de tempo do recurso **em espécie é quinzenal (CPC, art. 1.003, § 5º)** e, por isso, atesta-se que o prazo processual fora devidamente obedecido.

FORMAÇÃO DO INSTRUMENTO

a) Preparo

(CPC, art. 1.007, caput c/c art. 1.017, § 1º)

O Recorrente deixa de acostar o comprovante de recolhimento do preparo, dado que lhes foram concedidos os benefícios da gratuidade da Justiça.

Com efeito, utiliza-se do preceito contido no art. 1017, § 1º, do CPC.

b) Peças obrigatórias e facultativas

Os autos do processo em espécie **<u>são</u> eletrônicos**.

Por isso, máxime em consonância do que disciplina o § 5º, do art. 1017, do Código de Processo Civil.

Diante disso, pleiteia-se o processamento do recurso, sendo esse distribuído a uma das Câmaras de Direito Privado deste Egrégio Tribunal Regional Federal (CPC, art. 1.016, caput), para que seja, inicialmente, e com urgência**, submetido para análise do *pedido de efeito suspensivo*. (CPC, art. 1.019, inc. I).**

Respeitosamente, pede deferimento.

João Pessoa, 09 de Novembro de 2021

Hallison Gondim de O. Nóbrega
Advogado OAB/PB 16.753

Marcio Nobrega da silva
Advogado OAB/PE 29.521

RAZÕES DO AGRAVO DE INSTRUMENTO

Agravante: Sandra Valentim Melo de Oliveira

Agravado: Fazenda Publica Federal

EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL

PRECLARO DESEMBARGADOR

DOS FATOS E DO DIREITO

(CPC, art. 1.016, inc. II)

(1) – CONSIDERAÇÕES DO PROCESSADO

A Agravado promoveu ação de execução de título extrajudicial em desfavor da Recorrente.

Citada, apresentou Exceção Prexecutividade na Execução.

Haja vista que a Agravante não apresentou bem à penhora, como garantia da execução, a exequente, ora Agravada, apresentou certidão do cartório de registro de imóvel, ocasião em que pediu a penhora junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Zona Cartório Eunápio Torres.

Determinou-se, ato seguinte, a intimação da executada acerca da pretensão de penhora.

Em longo arrazoado, demonstrou-se tratar-se de bem de família, eis que único e utilizado pela entidade familiar.

Por isso, pediu-se fosse afastada a constrição, em conta da impenhorabilidade absoluta, nos termos do **art. 1º, da Lei nº. 8009/90** (lei do bem de família).

Nada obstante o contundente acervo probatório, o magistrado de piso deferiu o pedido de penhora formulado pelo Agravado.

Ei, pois, a razão do presente recurso.

(2) – A DECISÃO RECORRIDA

De boa conduta processual que evidenciemos, de pronto, a decisão interlocutória atacada, para que esta Relatoria possa melhor se conduzir.

Decidiu o senhor magistrado, em seu último ato processual, ora hostilizado, in verbis:

(. . .)

> 9. Ademais, intimada para que comprovasse ser o imóvel penhorado residência sua ou de sua família (neste caso também com comprovação dos laços familiares que possuísse com os alegados habitantes do imóvel - filhos e pais -, a exemplo de contas de energia elétrica, água e esgoto, telefone e cartão de crédito), somente anexou documentos relativos a maio/2021 (id 4058200.7771778) e, ainda assim, apenas em nome próprio e de pessoa que alegou ser sua mãe, não havendo nenhum outro documento relativo a período anterior ou mesmo titulados pelos outros membros de sua família que alegou residir no bem.
>
> 10. Outrossim, ressalto que, como afirmou a exequente: *"no que tange à certidão emitida pelo Cartório Eunápio Torres (id. 4058200.6208970), em João Pessoa, não há qualquer referência à inexistência de outros em nome da executada, tratando-se, na realidade, de certificação de inteiro teor do imóvel lá constante"*.

11. Assim, os documentos não demonstram a residência permanente da executada ou de sua família no imóvel constritado nem que se trate ele de único imóvel seu a ensejar a proteção preceituada na Lei nº 8.009/1990.

12. **Ante o exposto:**

13. Rejeito a exceção de pré-executividade, mantendo, por conseguinte, a penhora que recai sobre o imóvel de ids 4058200.5869445 e 4058200.5869446

..... assinado digitalmente.

Eis, pois, a decisão interlocutória guerreada, a qual, sem sombra de dúvidas, permissa venia, merece ser reformada.

(3) – ERROR IN JUDICANDO

3.1. Impenhorabilidade: bem de família

A Exceção de Preexecutividade têm por objetivo afastar a constrição do imóvel objeto da penhora realizada conforme certidão do cartório de Registro Imobiliário da Zona Norte de João Pessoa.

A Agravante apresentou documentos que os apresenta como possuidor e titular direto daquele bem, máxime por meio das faturas de cobrança de luz, água e telefone, com diferentes datas e períodos, compreendendo todas enviadas ao endereço do imóvel penhorado tanto no nome **da Agravante quanto no nome da mãe da Agravante.**

Foi apresentando uma declaração da lavra da Sindica do condomínio onde localiza-se o apartamento que os ocupantes do **referido imóvel são os pais da Agravante ambos maiores de 70 anos**

Lado outro, constata-se, mediante certidões cartorárias, que o bem penhorado é o único imóvel que lhe pertence.

Desse modo, inconfundível que houvera penhora de bem de família e, por esse motivo, há de ser declarada nula, máxime por afronta ao **art. 833, inc. I, do CPC** e **art. 1º da Lei 8.099/90**.

Com efeito, encontra-se sobejamente comprovado que o imóvel **constrito é o único de propriedade da Executada, ora Agravante.**

Ademais, serve como utilidade pela entidade familiar, para moradia permanente, nos exatos termos da Lei nº. 8.009/90(art. 1º). Por esse ângulo, deve ser reconhecida sua impenhorabilidade **vez que se mostra como bem de família.**

Em texto de clareza solar, estabelece a **Lei 8009/90** que:

Lei nº. 8.009/90

Art. 1º - O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas nesta Lei.

Portanto, a norma regente da matéria preceitua que, mesmo diante de crédito de natureza existencial, como ocorre com o crédito tributário, há resistência ante valores de igual ou maior magnitude, como a proteção constitucional à casa, abrigo inviolável do cidadão, espaço de proteção à família. Esse diploma legal, com dito, trata de proteger valores sociais, tais como os aludidos ao direito à moradia e à manutenção da unidade familiar. (**CF/88, arts. 6º e art. 226 e parágrafos**)

Consoante a dicção do Estatuto de Ritos:

Art. 833. São impenhoráveis:

I - os bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução;

Deveras, sem qualquer esforço se nota que a constrição é nula; incapaz de produzir qualquer efeito.

Não podendo a execução prosseguir em relação ao único bem da Agravante devidamente provado com a certidão do cartório da Zona Norte positiva para o imóvel penhorado e negativa a existência de outro bem.

As demais certidões dos diversos cartórios e cidades demonstra a inexistência de outros imóveis em nome da Agravante.

O Juiz da Vara de Fazenda Publica Federal de João Pessoa não observou o fim da certidão descritiva do bem penhora que não há outros bens em nome da **Sra. Sandra Valentim Melo de Oliveira.**

A jurisprudência se encontra cimentada nessa mesma esteira de entendimento:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO.

> Penhora de bem imóvel. Comprovação de que o imóvel penhorado constitui residência do executado e de sua família. Inteligência dos artigos 1º, Caput, e 5º da Lei nº 8.009/90. Impenhorabilidade do bem constrito reconhecida. Decisão reformada. RECURSO PROVIDO, nesse ponto AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO. Penhora de vagas de garagem, com matrículas distintas às do imóvel declarado como sendo bem de família. Irresignação. Alegação do agravante de que as vagas de garagem também se enquadram no conceito de bem de família. A vaga de garagem que possui matrícula própria no registro de imóveis não constitui bem de família para efeito de penhora. Súmula nº 449 do STJ. Decisão mantida. RECURSO DESPROVIDO, nesse ponto. [...]

Portanto, há plausibilidade jurídica na alegação de ilegalidade na conduta do juizo de primeiro grau, vislumbrando-se a não observância do indispensável rigor procedimental.

O ***periculum in mora*** está presente na própria natureza da pretensão da parte sendo certo que, eventual deferimento tardio da presente medida poderá trazer consequências indesejadas ao patrimonio da Agravante e a saude de seus pais que residente no imovel objeto da penhora e em tratamento de diabetes – mormente em meio à crise hospitalar que estamos vivendo devido à pandemia do coronavírus.

Do exposto, concede-se a antecipação de tutela recursal suspendendo-se os efeitos da penhora e por conseguinte decretar a impenhorabilidade do bem objeto da discusão e, consequentemente, seja procedida a baixa no cartório do registro imobiliario que efetuou o registro.

Respeitosamente, pede deferimento.

João Pessoa, 09 de Novembro de 2021

Hallison Gondim de O. Nóbrega
Advogado OAB/PB 16.753

Marcio Nobrega da silva
Advogado OAB/PE 29.521

EXMO.(A) SR.(A. JUIZ(A) FEDERAL DA 5ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA FEDERAL DA PARAÍBA

EXECUÇÃO FISCAL **Nº 0808790-69.2018.4.05.8200**

EXQTE: UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)

EXCTDO(A): SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA e JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)** , nos autos da **EXECUÇÃO FISCAL** em epígrafe, por seu Procurador da Fazenda Nacional infrafirmado (art. 12 da LC 73/93 c/c o art. 37, I da Lei Federal 13.327/2016) vem, à presença de V. Exa., expor e requerer o que a seguir expende.

Ante a notícia de falecimento do executado **JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA** (id. *4058200.7076231*), inicialmente, **requer-se** a **intimação do seu espólio por seu herdeiro** (administrador provisório), o **Sr.** Jair Brandão de Oliveira Filho , RG 3369936 e CPF 117.414.354-12 **,** localizado **no endereço do imóvel penhorado** , nos termos do art. 779, II do NCPC c/c art. 1.797, II do CC, conforme já requerido na petição de id. *4058200.8635278* .

Requer-se, ainda, quando do cumprimento de tal diligência, que o oficial de justiça proceda à inquirição do(a) sobredito(a) herdeiro(a) acerca da existência de processo de inventário/arrolamento em nome do *de cujus* , colhendo informações sobre o respectivo número, nome do inventariante e Juízo em que tramita, com a devida certificação nos autos , a fim de viabilizar o prosseguimento da presente execução fiscal, ressaltando que os créditos fazendários **não** estão sujeitos à habilitação em inventário ou arrolamento (art. 29 da Lei 6.830/1980).

Quanto ao imóvel penhorado da executada Sandra Valentim Melo de Oliveira, seja **efetivada** a devida **reavaliação judicial** do mesmo e, após, a venda direta deste (art. 880 do CPC).

Nestes termos, pede e espera deferimento.

João Pessoa (PB), 18 de outubro de 2021.

WELLINGTON DE SERPA MONTEIRO

Procurador da Fazenda Nacional

Consultar Processo

Execução Fiscal (SIDA) 0808790-69.2018.4.05.8200

Número do Processo Judicial:	0808790-69.2018.4.05.8200
Classe:	Execução Fiscal (SIDA)
Classe CNJ:	1116 - Execução Fiscal
Assunto CNJ:	5922 - Retido na fonte 6017 - Dívida Ativa
Juízo:	05ª Vara Federal de Execuções Fiscais - JOAO PESSOA
Juízo do Tribunal:	PB5 - 5ª VARA FEDERAL - Secretaria Judiciária da Paraíba
Tipo de Juízo:	Vara Federal - Execução Fiscal
Procuradoria Responsável:	PFN - PARAIBA
Processo na mesa de trabalho de:	Procurador - WELLINGTON DE SERPA MONTEIRO - Defesa (Procuradores) - PARAIBA
Tipo de Processo:	Virtual
Valor Inicial da Execução:	R$ 0,00
Data:	18/10/2021
Valor Atualizado:	R$ 3.127.369,20
Data do Protocolo na Justiça:	28/09/2018
Acompanhamento Especial:	Não
Acompanhamento Digra:	Não
Pólo da União:	Polo Ativo
Quantidade de Volumes:	0
Quantidade de Documentos Apensos:	0
Observação:	
Data do cadastramento:	06/05/2019

Inteiro Teor | Alterar processo | Executar Tarefa

Atuações processuais

Atuação Processual	Procurador Responsável	Atendida por	Data
Petição Simples	MICARTON ANDRE BRASIL CORREIA		17/09/2021
Cota nos Autos - PFN - COTA DE VISTA	ADRIANO FALCAO NERI		18/02/2021
Petição Simples - PFN - IMPUGNAÇÃO À EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE	CAIO GRACO NUNES DE SA PEREIRA		05/11/2020
Outras Petições - Pedido de leilão judicial	LUIZ MARIO MAMEDE PINHEIRO NETO		20/08/2020

Inscrições

Inscrições SIDA	Processo Administrativo	APA	Valor Inicial de Ajuizamento	Data	Valor Atualizado	Situação da Inscrição	Descrição da Receita
* 42118005395-59	14751720320201758	420018900276	R$ 0,00	18/10/2021	R$ 3.127.369,20	ATIVA AJUIZADA	DIV.ATIVA-IRPF

* Procuradoria da inscrição diferente da Procuradoria do processo - informação da procuradoria da inscrição consta no hint.
Informações atualizadas no momento da consulta (fonte: SIDA).

Inscrição com falha	Situação da Inscrição
Não foram localizadas informações de inscrições com falha.	

Atos judiciais

Ato Judicial	Prazo	Vencimento	Anexo
Aviso/Comunicação Processual - Intimação	Não informado	15/03/2020	
Aviso/Comunicação Processual - Intimação	Não informado		
Aviso/Comunicação Processual - Intimação	Não informado		
Aviso/Comunicação Processual - Intimação	Não informado		
Aviso/Comunicação Processual - Intimação	Não informado		
Aviso/Comunicação Processual - Intimação	Não informado		

Processos vinculados

Processos Vinculados	Classe	Juízo
Não foram localizadas informações de processos.		

Processos administrativos

Visualizar

Partes

Nome da Parte	Pólo	CPF/CNPJ	Parte principal	Devedor DIGRA	Advogado
JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA	Polo Passivo	368.958.494-91	SIM	NÃO	
SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA	Polo Passivo	738.298.114-20		NÃO	

Matérias

Visualizar

Imprimir Dados Básicos ☐ Partes ☐ Inscrições Sida ☐ Processos Vinculados ☐ Processos Administrativos ☐ Atuações Processuais ☐ Atos Judiciais ☐ Matérias

Histórico

Visualizar

Voltar Extrato AJ

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
5º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
PROCESSO: **0808790-69.2018.4.05.8200 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA	EXECUTADO
SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA	EXECUTADO
Hallison Gondim de Oliveira Nobrega	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 14/10/2021 23:59, o(a) Sr(a) SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA foi intimado(a) acerca de Decisão registrado em 04/10/2021 17:11 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 21100417115103600000008795066 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 15/10/2021 00:01 - Seção Judiciária da Paraíba.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
5º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
PROCESSO: **0808790-69.2018.4.05.8200 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA	EXECUTADO
SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA	EXECUTADO
Hallison Gondim de Oliveira Nobrega	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 09/10/2021 07:45, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Decisão registrado em 04/10/2021 17:11 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 21100417115139400000008795067 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 09/10/2021 07:45 - Seção Judiciária da Paraíba.

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA e outro
ADVOGADO: Hallison Gondim De Oliveira Nobrega
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

DECISÃO

1. **Suma do feito no id 4058200.6708829.**

2. Há informação do falecimento de JAIR em 03/03/2021 (certidão de óbito de id 4058200.7076229).

3. Resta pendente de apreciação a exceção de pré-executividade de SANDRA (id 4058200.6208984) em que discorre sobre a impenhorabilidade do imóvel constritado tendo em vista ser o único que possui para residência sua e de sua família (filhos e pais), estando nele a residir desde 2010. Sob id 4058200.6208970, anexou certidões negativas dos ofícios imobiliários de Cabedelo/PB e desta Capital (Zona Sul).

4. Em atenção ao despacho de id 4058200.7542810, a excipiente instruiu seu pedido com novos documentos.

5. Em resposta (ids 4058200.6557232 e 4058200.8635278), a exequente-excepta refutou a alegação da excipiente sob o argumento de que ela é proprietária de outros imóveis, tal como os relacionados no id 4058200.3789200, além de que não fez prova de que o imóvel penhorado seja de fato bem de família. Adiante, requereu a regularização do polo passivo com a citação do herdeiro do executado - ***Jair Brandão de Oliveira Filho ,*** CPF nº 117.414.354-12 - residente no imóvel objeto da penhora.

6. **Decido** .

7. A pretensão da excipiente não está em conformidade com os documentos que instruem o feito em que pese a oportunidade que lhe foi conferida por este Juízo para comprovação de suas alegações.

8. Primeiro, a excipiente afirmou que reside no imóvel penhorado desde 2010. No entanto, foi citada pessoalmente em 30/04/2019 em endereço diverso (ids 4058200.3673965 e 4058200.3673966).

9. Ademais, intimada para que comprovasse ser o imóvel penhorado residência sua ou de sua família (neste caso também com comprovação dos laços familiares que possuísse com os alegados habitantes do imóvel - filhos e pais -, a exemplo de contas de energia elétrica, água e esgoto, telefone e cartão de crédito), somente anexou documentos relativos a maio/2021 (id 4058200.7771778) e, ainda assim, apenas em nome próprio e de pessoa que alegou ser sua mãe, não havendo nenhum outro documento relativo a período anterior ou mesmo titulados pelos outros membros de sua família que alegou residir no bem.

10. Outrossim, ressalto que, como afirmou a exequente: *"no que tange à certidão emitida pelo Cartório Eunápio Torres (id. 4058200.6208970), em João Pessoa, não há qualquer referência à inexistência de outros em nome da executada, tratando-se, na realidade, de certificação de inteiro teor do imóvel lá constante"* .

11. Assim, os documentos não demonstram a residência permanente da executada ou de sua família no imóvel constritado nem que se trate ele de único imóvel seu a ensejar a proteção preceituada na Lei nº 8.009/1990.

12. **Ante o exposto:**

13. Rejeito a exceção de pré-executividade, mantendo, por conseguinte, a penhora que recai sobre o imóvel de ids 4058200.5869445 e 4058200.5869446.

14. Sem condenação ao pagamento de honorários advocatícios, porquanto não cabíveis no caso de rejeição ou não acolhimento de exceção de pré-executividade, conforme precedentes do STJ (AgRg no Ag nº 1.265.469/SP; EREsp nº 1.048.043/SP e AgRg no Ag nº 1.259.216/SP).

15. Diante do falecimento de JAIR, concedo à exequente o prazo de 30 dias para que comprove a existência de bens a inventariar ou a partilhar, posto que pressuposto para substituição/sucessão do polo passivo por administrador provisório/ inventariante/sucessores conforme seja o caso [1] .

16. Decorrido esse prazo com ou sem resposta (item 15), retorne o feito concluso.

17. Prossiga a execução com relação a SANDRA .

18. Intimem-se.

João Pessoa, *data de validação no sistema* .

Assinado digitalmente

[1] A certidão de óbito informa que o falecido não deixou bens.

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA e outro
ADVOGADO: Hallison Gondim De Oliveira Nobrega
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

DECISÃO

1. **Suma do feito no id 4058200.6708829.**

2. Há informação do falecimento de JAIR em 03/03/2021 (certidão de óbito de id 4058200.7076229).

3. Resta pendente de apreciação a exceção de pré-executividade de SANDRA (id 4058200.6208984) em que discorre sobre a impenhorabilidade do imóvel constritado tendo em vista ser o único que possui para residência sua e de sua família (filhos e pais), estando nele a residir desde 2010. Sob id 4058200.6208970, anexou certidões negativas dos ofícios imobiliários de Cabedelo/PB e desta Capital (Zona Sul).

4. Em atenção ao despacho de id 4058200.7542810, a excipiente instruiu seu pedido com novos documentos.

5. Em resposta (ids 4058200.6557232 e 4058200.8635278), a exequente-excepta refutou a alegação da excipiente sob o argumento de que ela é proprietária de outros imóveis, tal como os relacionados no id 4058200.3789200, além de que não fez prova de que o imóvel penhorado seja de fato bem de família. Adiante, requereu a regularização do polo passivo com a citação do herdeiro do executado - ***Jair Brandão de Oliveira Filho ,*** CPF nº 117.414.354-12 - residente no imóvel objeto da penhora.

6. **Decido** .

7. A pretensão da excipiente não está em conformidade com os documentos que instruem o feito em que pese a oportunidade que lhe foi conferida por este Juízo para comprovação de suas alegações.

8. Primeiro, a excipiente afirmou que reside no imóvel penhorado desde 2010. No entanto, foi citada pessoalmente em 30/04/2019 em endereço diverso (ids 4058200.3673965 e 4058200.3673966).

9. Ademais, intimada para que comprovasse ser o imóvel penhorado residência sua ou de sua família (neste caso também com comprovação dos laços familiares que possuísse com os alegados habitantes do imóvel - filhos e pais -, a exemplo de contas de energia elétrica, água e esgoto, telefone e cartão de crédito), somente anexou documentos relativos a maio/2021 (id 4058200.7771778) e, ainda assim, apenas em nome próprio e de pessoa que alegou ser sua mãe, não havendo nenhum outro documento relativo a período anterior ou mesmo titulados pelos outros membros de sua família que alegou residir no bem.

10. Outrossim, ressalto que, como afirmou a exequente: *"no que tange à certidão emitida pelo Cartório Eunápio Torres (id. 4058200.6208970), em João Pessoa, não há qualquer referência à inexistência de outros em nome da executada, tratando-se, na realidade, de certificação de inteiro teor do imóvel lá constante"* .

11. Assim, os documentos não demonstram a residência permanente da executada ou de sua família no imóvel constritado nem que se trate ele de único imóvel seu a ensejar a proteção preceituada na Lei nº 8.009/1990.

12. **Ante o exposto:**

13. Rejeito a exceção de pré-executividade, mantendo, por conseguinte, a penhora que recai sobre o imóvel de ids 4058200.5869445 e 4058200.5869446.

14. Sem condenação ao pagamento de honorários advocatícios, porquanto não cabíveis no caso de rejeição ou não acolhimento de exceção de pré-executividade, conforme precedentes do STJ (AgRg no Ag nº 1.265.469/SP; EREsp nº 1.048.043/SP e AgRg no Ag nº 1.259.216/SP).

15. Diante do falecimento de JAIR, concedo à exequente o prazo de 30 dias para que comprove a existência de bens a inventariar ou a partilhar, posto que pressuposto para substituição/sucessão do polo passivo por administrador provisório/ inventariante/sucessores conforme seja o caso [1] .

16. Decorrido esse prazo com ou sem resposta (item 15), retorne o feito concluso.

17. Prossiga a execução com relação a SANDRA .

18. Intimem-se.

João Pessoa, *data de validação no sistema* .

Assinado digitalmente

[1] A certidão de óbito informa que o falecido não deixou bens.

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA e outro
ADVOGADO: Hallison Gondim De Oliveira Nobrega
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

DECISÃO

1. **Suma do feito no id 4058200.6708829.**

2. Há informação do falecimento de JAIR em 03/03/2021 (certidão de óbito de id 4058200.7076229).

3. Resta pendente de apreciação a exceção de pré-executividade de SANDRA (id 4058200.6208984) em que discorre sobre a impenhorabilidade do imóvel constritado tendo em vista ser o único que possui para residência sua e de sua família (filhos e pais), estando nele a residir desde 2010. Sob id 4058200.6208970, anexou certidões negativas dos ofícios imobiliários de Cabedelo/PB e desta Capital (Zona Sul).

4. Em atenção ao despacho de id 4058200.7542810, a excipiente instruiu seu pedido com novos documentos.

5. Em resposta (ids 4058200.6557232 e 4058200.8635278), a exequente-excepta refutou a alegação da excipiente sob o argumento de que ela é proprietária de outros imóveis, tal como os relacionados no id 4058200.3789200, além de que não fez prova de que o imóvel penhorado seja de fato bem de família. Adiante, requereu a regularização do polo passivo com a citação do herdeiro do executado - ***Jair Brandão de Oliveira Filho ,*** CPF nº 117.414.354-12 - residente no imóvel objeto da penhora.

6. **Decido** .

7. A pretensão da excipiente não está em conformidade com os documentos que instruem o feito em que pese a oportunidade que lhe foi conferida por este Juízo para comprovação de suas alegações.

8. Primeiro, a excipiente afirmou que reside no imóvel penhorado desde 2010. No entanto, foi citada pessoalmente em 30/04/2019 em endereço diverso (ids 4058200.3673965 e 4058200.3673966).

9. Ademais, intimada para que comprovasse ser o imóvel penhorado residência sua ou de sua família (neste caso também com comprovação dos laços familiares que possuísse com os alegados habitantes do imóvel - filhos e pais -, a exemplo de contas de energia elétrica, água e esgoto, telefone e cartão de crédito), somente anexou documentos relativos a maio/2021 (id 4058200.7771778) e, ainda assim, apenas em nome próprio e de pessoa que alegou ser sua mãe, não havendo nenhum outro documento relativo a período anterior ou mesmo titulados pelos outros membros de sua família que alegou residir no bem.

10. Outrossim, ressalto que, como afirmou a exequente: *"no que tange à certidão emitida pelo Cartório Eunápio Torres (id. 4058200.6208970), em João Pessoa, não há qualquer referência à inexistência de outros em nome da executada, tratando-se, na realidade, de certificação de inteiro teor do imóvel lá constante"* .

11. Assim, os documentos não demonstram a residência permanente da executada ou de sua família no imóvel constritado nem que se trate ele de único imóvel seu a ensejar a proteção preceituada na Lei nº 8.009/1990.

12. **Ante o exposto:**

13. Rejeito a exceção de pré-executividade, mantendo, por conseguinte, a penhora que recai sobre o imóvel de ids 4058200.5869445 e 4058200.5869446.

14. Sem condenação ao pagamento de honorários advocatícios, porquanto não cabíveis no caso de rejeição ou não acolhimento de exceção de pré-executividade, conforme precedentes do STJ (AgRg no Ag nº 1.265.469/SP; EREsp nº 1.048.043/SP e AgRg no Ag nº 1.259.216/SP).

15. Diante do falecimento de JAIR, concedo à exequente o prazo de 30 dias para que comprove a existência de bens a inventariar ou a partilhar, posto que pressuposto para substituição/sucessão do polo passivo por administrador provisório/ inventariante/sucessores conforme seja o caso [1] .

16. Decorrido esse prazo com ou sem resposta (item 15), retorne o feito concluso.

17. Prossiga a execução com relação a SANDRA .

18. Intimem-se.

João Pessoa, *data de validação no sistema* .

Assinado digitalmente

[1] A certidão de óbito informa que o falecido não deixou bens.

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (ÍZA) FEDERAL DA _ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO___ DA 5ª REGIÃO

A UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL, por seu procurador que a esta subscreve, intimada do despacho de id nº 4058200.7542810, vem perante Vossa Excelência expor e requerer o seguinte.

O art. 1º, da Lei Federal nº 8.009/90 estabelece a impenhorabilidade do imóvel residencial reconhecido como bem de família. Confira-se:

Art. 1º ***O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas nesta lei.***

Parágrafo único. A impenhorabilidade compreende o imóvel sobre o qual se assentam a construção, as plantações, as benfeitorias de qualquer natureza e todos os equipamentos, inclusive os de uso profissional, ou móveis que guarnecem a casa, desde que quitados.

Art. 5º Para os efeitos de impenhorabilidade, de que trata esta lei, considera-se residência um único imóvel utilizado pelo casal ou pela entidade familiar para moradia permanente.

Parágrafo único. Na hipótese de o casal, ou entidade familiar, ser possuidor de vários imóveis utilizados como residência, a impenhorabilidade recairá sobre o de menor valor, salvo se outro tiver sido registrado, para esse fim, no Registro de Imóveis e na forma do art. 70 do Código Civil.

Como se vê, somente se admite a impenhorabilidade de um único imóvel de propriedade do executado, utilizado pela entidade familiar para moradia permanente, e, havendo a utilização de mais de um imóvel para residência, a impenhorabilidade recairá sobre o bem de menor valor.

No caso dos autos, no entanto, **a alegação de impenhorabilidade do bem NÃO RESTOU COMPROVADA pela executada** .

Com efeito, a executada trouxe aos autos uma declaração da síndica do condomínio do imóvel penhorado afirmando que **a executada NÃO reside no referido imóvel** , mas apenas os seus pais.

Além disso, conforme já destacado na petição da Fazenda Nacional de id nº 4058200.6557232, **a executada é proprietária de vários outros imóveis** , conforme arrolamento de fls. 2-5 do id. 4058200.3789200, afastando a regra da impenhorabilidade prevista no art. 5º, da Lei nº 8.009/90.

Portanto, a executada não juntou **NENHUM DOCUMENTO** que demonstrasse que o imóvel penhorado é o único de sua propriedade e que é utilizado como moradia permanente **sua e de sua família** , de modo que as alegações da executada não merecem ser acolhidas para fins de desconstituição da penhora sobre o bem objeto da constrição judicial.

Por fim, quanto à regularização passiva da demanda, haja vista o falecimento do executado JAIR BRANDÃO DE OLIVEIRA, considerando as informações contidas nas petições de id nº 4058200.7076229 e 4058200.7771775 de que ainda não existe inventário dos bens, bem como a informação da certidão de óbito de que o executado era divorciado (id nº 4058200.7076231), requer a inclusão no polo passivo da execução fiscal do herdeiro do *de cujus*, com fulcro no art. 134, IV, do CTN, c/c art. 1797, II, do Código Civil, de seguinte teor:

CTN

Art. 134. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:

(...)

IV - o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio ;

CC

Art. 1.797. Até o compromisso do inventariante, a administração da herança caberá, sucessivamente :

I - ao cônjuge ou companheiro, se com o outro convivia ao tempo da abertura da sucessão;

II - ao herdeiro que estiver na posse e administração dos bens, e, se houver mais de um nessas condições, ao mais velho ;

III - ao testamenteiro;

IV - a pessoa de confiança do juiz, na falta ou escusa das indicadas nos incisos antecedentes, ou quando tiverem de ser afastadas por motivo grave levado ao conhecimento do juiz.

Diante do exposto, a União (Fazenda Nacional) requer:

a) a manutenção da penhora do imóvel constrito;

b) a citação do herdeiro do executado para integrar o polo passivo da execução: **Jair Brandão de Oliveira Filho** , RG 3369936 e CPF 117.414.354-12, residente no imóvel objeto da penhora.

Nestes termos.

Pede deferimento.

Fortaleza, 17 de setembro de 2021.

MICARTON ANDRÉ BRASIL CORREIA

Procurador da Fazenda Nacional

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA e outro
ADVOGADO: Hallison Gondim De Oliveira Nobrega
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

C E R T I D Ã O

CERTIFICO que decorreu "in albis" o prazo para manifestação da parte EXEQUENTE em face da intimação registrada neste feito eletrônico sob o identificador nº 8064678. Dou fé.

João Pessoa, (data de validação no sistema)

(*assinado eletronicamente*)

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
5º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
PROCESSO: **0808790-69.2018.4.05.8200 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA	EXECUTADO
SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA	EXECUTADO
Hallison Gondim de Oliveira Nobrega	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 19/06/2021 05:54, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Despacho registrado em 03/05/2021 17:14 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 21061613231239600000008087370 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 19/06/2021 05:54 - Seção Judiciária da Paraíba.

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA e outro
ADVOGADO: Hallison Gondim De Oliveira Nobrega
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

TERMO DE INTIMAÇÃO

Pelo presente e de ordem deste Juízo, fica a Fazenda Pública, na qualidade de parte exequente , **INTIMADA** , na pessoa de um dos seus procuradores, para ciência acerca do inteiro teor do ato judicial prolatado nestes autos no Id 4058200.7542810.

João Pessoa, (data de validação no sistema)

(assinado eletronicamente)

em anexo

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO FORO DA 5ª. VARA FEDERAL DA SECCÃO JUDICIÁRIA DE JOÃO PESSOA

Autos nº 0808790-69.2018.4.05.8200

SANDRA VALEMTIM MEO DE OLIVEIRA, devidamente qualificado nos autos em epígrafe, na **EXECUÇÃO FISCAL** que lhe promove a **UNIÃO FEDERAL**, também já devidamente qualificada**,** por seus advogados, vem respeitosamente a douta e sábia presença de Vossa Excelência, **nos autos da Execução com pedido EXCESSÃO DE PRE-EXECUTIVIDADE SOBRE BEM DE FAMILIA** do bem objeto da penhora e considerando o despacho do **ID 40582007542810** Expor e requerer o seguinte:

DOS COMPROVATES DE RESIDENCIA E HABITAÇÃO NO IMÓVEL

Por força da presente execução, o Executado, ora Requerente, viu constrito sua casa residencial , conforme autos de penhora e depósito, de fls. ....

Ocorre, no entanto, que referido bem é o único imóvel residencial da executado e serve-lhe de residência e de seus genitores, sendo, portanto, impenhorável nos termos do art. 1º da Lei 8.009/90.

A documentação anexa documentos comprobatórios em atendimento ao despacho do **ID 40582007542810** **comprova de forma inquestionável o alegado na peça de bloqueio.**

DA SUCESSÃO

Com relação à sucessão do Executado Jair Brandão de Oliveira, a Requerente informa que existe um filho de nome **Jair Brandão de Oliveira Filho**, brasileiro, solteiro, maio, RG 3369936 e CPF 117.414.354-12, residente no imóvel objeto da penhora.

Informar por oportuno que não foi aberta sucessão (inventario/arrolamento), em **face da morte de Jair Brandão de Oliveira, pela total inexistencia de bens.**

DO DIREITO

A penhora deve ser declarada ineficaz, pois que se trata de bem protegido pela Lei nº 8.009/90.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

Nesta seara, seria interessante citar a opinião do autor Gustavo Tepedino ao afirmar que pretendeu o constituinte, ao fixar cláusula geral e *"mediante o estabelecimento de princípios fundamentais introdutórios, definir uma nova ordem pública, da qual não se podem excluir as relações jurídicas privadas, que eleva ao ápice do ordenamento a tutela da pessoa humana, funcionalizando a atividade econômica privada aos valores existenciais e sociais ali definidos".*

nos termos do artigo acima referido. Os documentos trazidos aos autos, como contas telefônicas, contas de água e outros, demonstram o alegado. Além disso, as testemunham confirmam que o embargante residia no local com sua família. 3. Afasto a penhora que recaiu sobre o imóvel referido. 4. Remessa oficial improvida. (TRF-3 - REO: 44861 SP 0044861- 18.2006.4.03.9999, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL CONSUELO YOSHIDA, Data de Julgamento: 24/10/2013, SEXTA TURMA)

Resta nos concluir, portanto, que o processo de execução não deve servir como instrumento de flagelo do devedor, posto que lhe deva ser assegurados os direitos básicos outorgados por lei, como **o direito a ter moradia e, principalmente, o direito a ter uma vida digna,** o que se restabelecerá, no caso presente, desconstituindo-se o ato pelo qual foi constrito o bem de família, na medida em que se afigura direito indisponível.

Diante do exposto, serve a presente para reiterar:

1) O recebimento da Exceção de Pré-Executividade, haja vista preencher os requisitos para sua admissibilidade para:

2) O cancelamento definitivo da penhora realizada no imóvel objeto da **penhora o APARTAMENTO 601 TIPO A do Edifício Brisa do Mar, situado na Av. Sape, 434, Manaíra, contendo varanda, jardineira, sala de estar, circulação, dois quartos, sendo um suíte, quarto reversível, WC Banheiro social, cozinha, área de serviços WC e banheiro de Empregada, com área real de 78,93 m2 e área de uso comum, 56,72m2** conforme auto de penhora, avaliação e registro de penhora no Cartório Eunápio Torres.;

Assim, espera a Executada que à luz do direito e da justiça, reconheça Vossa Excelência a ilegalidade do ato constritivo do bem penhorado, frente a Lei invocada, determinando o desfazimento da constrição e o levantamento da penhora, por ser a medida mais justa verificada nestes autos.

E ao final, seja condenado a Excepta em custas e honorários advocatícios arbitrados em 20% sob o valor da causa;

Termos em que,

Pede Deferimento.

João Pessoa, 20 de Maio de 2021;

HALLISON GONDIM DE OLIVEIRA NÓBREGA

OAB/PB 16.753

Processo: **0808790-69.2018.4.05.8200**
Assinado eletronicamente por:
Hallison Gondim de Oliveira Nobrega - Advogado
Data e hora da assinatura: 21/05/2021 12:25:00
Identificador: 4058200.7771775
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
21052112234238000000007793967

SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA
AV SAPE, 434 / AP 601 - MANAÍRA
JOAO PESSOA / PB CEP: 58038380 (AG: 1)

CPF/CNPJ/RANI: 738.298.114-20

Grupo: CONVENCIONAL BAIXA TENSÃO / Subgrupo: B1
Classe: RES MTC B1 / Subclasse: RESIDENCIAL
Ligação: TRIFÁSICO
Roteiro: 12 - 6 - 638 - 4660 Nº Medidor: 00000304571

UNIDADE CONSUMIDORA (UC)
5/144111-2

CADASTRE SUA FATURA EM DÉBITO AUTOMÁTICO UTILIZANDO O CÓDIGO: 00001441112

VALOR DA FATURA R$ 81,60

VENCIMENTO 01/05/2021

REFERÊNCIA Mar / 2021

CONSUMO 33kWh

1,14 kWh
MÉDIA DIÁRIA
LEITURA
CONFIRMADA

SITUAÇÃO DE DÉBITOS

DESCRITIVO

CCI	Descrição	Quant	Tarifa c/ Tributos	Valor Total (R$)	Base Calc ICMS (R$)	Aliq ICMS	ICMS (R$)	Base Calc PIS/Cofins (R$)	PIS 0,6671% (R$)	Cofins 3,0729% (R$)
0601	Custo de Disponibilidade			77,89	77,89	25	19,47	59,10	0,39	1,81
0601	Adic. B Amarela			1,85	1,85	25	0,46	1,39	0,01	0,04
	LANÇAMENTOS E SERVIÇOS									
0804	JUROS DE MORA 01/2021			0,22	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0805	MULTA 01/2021			1,64	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
CCI: Código de Classificação do Item			TOTAL	81,60	79,74		19,93	60,49	0,40	1,85
Tarifa s/ Tributos		0,562110								

RESERVADO AO FISCO 6aca.0f2e.d362.e8a1.945c.603c.cb70.e333.

HISTÓRICO DE CONSUMO (kWh)

Mar/20	224
Abr/20	268
Mai/20	137
Jun/20	92
Jul/20	85
Ago/20	79
Set/20	73
Out/20	88
Nov/20	93
Dez/20	76
Jan/21	36
Fev/21	94
Média	127

*Faturamento pela média/mínimo

LEITURAS

Anterior	18/02/21	52575
Atual	19/03/21	52608
Consumo		33kWh
Período		29 dias
Constante do medidor		1

PRÓXIMA LEITURA 20/04/2021

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

Descrição	Valor (R$)	%
Serviços de Dist. da Energisa/PB	23,01	28,20
Compra de Energia	25,40	31,13
Serviço de Transmissão	4,36	5,34
Encargos Setoriais	4,79	5,87
Impostos Diretos e Encargos	24,04	29,46
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	**81,60**	**100,00**

Encargo de Uso do Sistema de Distribuição (Ref. 1/2021) R$ 34,39

INDICADORES DE QUALIDADE

(REFERÊNCIA 01/2021 - Conjunto Tambaú)

META	MENSAL	APURADO TRIMEST.	ANUAL
Horas que o cliente ficou sem energia - DIC	4,71	0,00	9,43	18,86
Vezes que o cliente ficou sem energia - FIC	3,11	0,00	6,22	12,45
Duração da maior interrupção de energia no período - DMIC	2,60	0,00		
Duração da interrupção individual em dia crítico - DIC RI	12,22			

LIMITE DE TENSÃO (V)	
NOMINAL	380
CONTRATADA	
LIMITE INFERIOR	350
LIMITE SUPERIOR	399

ATENÇÃO

- Para preservar sua saúde, a Energisa está pronta para te atender pelos canais virtuais: site, App Energisa ON e Whatsapp: (83) 99135-5540.

-Exclusão do ICMS pago na base de cálculo do PIS/COFINS, conforme Solução de Consulta Interna COSIT nº 13/2018 da Receita Federal O percentual de redução na base de cálculo das contribuições no faturamento esse mês será de (-98,4690%).
- Leitura confirmada.

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A - Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680
CNPJ 09.095.183/0001-40 Insc. Est. 16.015.823-0 -
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 060.863.863 - Emissão: 19/03/2021
Esta NOTA FISCAL / CONTA DE ENERGIA fica disponível para consulta



Ganhe mais facilidade pagando com o PIX!

Use seu app de pagamento favorito, escolha "pagar com PIX" e leia o código ao lado

Quer mais facilidade?
Abra sua Conta Voltz - Energisa e tenha vantagens exclusivas!

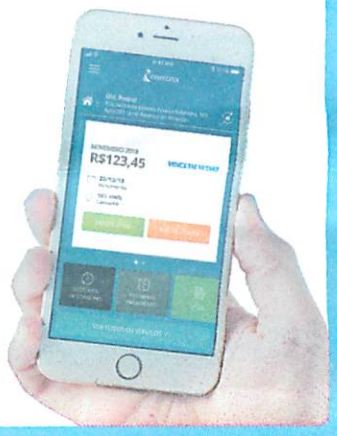
Entenda melhor em contavoltz.com/pix

Baixe o Energisa On no seu smartphone:

Mais comodidade e facilidade no seu relacionamento conosco.

Com o Energisa On você pode solicitar serviços, esclarecer dúvidas e muito mais.

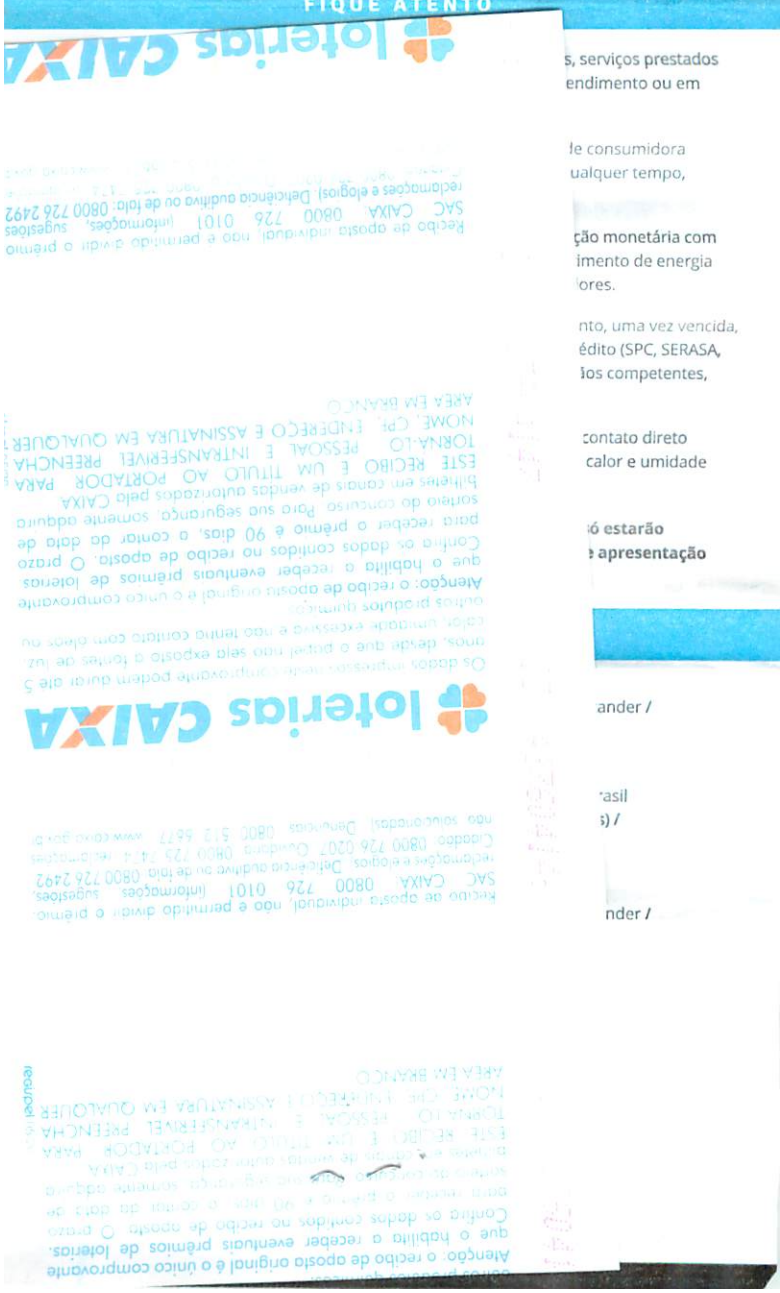
Disponível para Android e iOS em **energisa.com.br/energisaon**



/energisa
www.energisa.com.br
83 9 9135-5540
0800 083 0196

Central de Atendimento Energisa: 0800 083 0196
Atendimento Energisa para deficiente auditivo ou de fala: 0800 086 1234
Ouvidoria Energisa: 0800 083 8585 (horário comercial) - Necessário ter o número do protocolo de atendimento
ARPB - Agência de Regulação do Estado da Paraíba: 0800 727 0167 (ligação gratuita de telefones fixos e móveis)
ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica): 167 (ligação gratuita de telefones fixos e móveis)

FIQUE ATENTO



USE ADMINISTRADORA DE CONDOMÍNIOS

Recibo do Pagador
05/2021

Beneficiário final:
CONDOMINIO BRISA DO MAR (41.221.144/0001-55) Avenida Sape, 434 Manaira - Joao Pessoa PB 58038-380

Unidade
601

Composição da cobrança

Taxa de Condomínio	580,00
Taxa Extra Recuperação Estrutural - Parc. 4/4	150,00

Agência/Cod. Beneficiário
2857-6/69000-7

Nosso número
28749020134640634

Vencimento
10/05/2021

(=) Valor do documento
730,00

Multa/Juros/Descontos

(=) Valor pago

Pagador
SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA (73829811420)

N. Doc
1213766

Destaque Aqui

Autenticação mecânica no verso

BANCO DO BRASIL | **001-9** | 00190.00009 02874.902014 34640.634175 1 86160000073000

Local para pagamento
Pagável preferencialmente no banco Banco do Brasil

Agência/Cod. Beneficiário
2857-6/69000-7

Beneficiário final:
CONDOMINIO BRISA DO MAR (41.221.144/0001-55) Avenida Sape, 434 Manaira - Joao Pessoa PB 58038-380

Intermediado por:
PJBank Pagamentos SA
CNPJ: 18.191.228/0001-71

Nosso número
28749020134640634

Data do documento	Nº do Documento	Especie Doc.	Aceite	Data processamento
19/04/2021	1213766		N	30/04/2021

Uso do banco	Carteira	Moeda	Quantidade	(x) Valor
	17/027	R$		

Vencimento
10/05/2021

Instruções (*Todas as informações deste bloqueto são de exclusiva responsabilidade do beneficiário*)
Após vencimento: Multa 2,00%= R$14,60 Juros 0,200% a.d.= R$1,46/dia
Até dia 10/05/2021 conceder desconto de R$50,00, cobrar R$680,00.
Não pode ser substituído por ordem de pagamento, DOC/TED ou Depósito Bancário. Este recibo só será válido com Autenticação Mecânica/Comprovante de Pagto.

(=) Valor do documento
730,00

Multa/Juros/Descontos

(=) Valor

pjbank.com.br

Pagador **SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA (73829811420)**
Avenida Sapé, 434 Manaira
58038-389 João Pessoa-PB

Codigo de baixa:

Sacador/Avalista: CONDOMÍNIO BRISA DO MAR 41.221.144/0001-55

Autenticação mecânica - Ficha de compensação

DECLARAÇAO

Declaro sob as penas da Lei que a Sra. ***Sandra Valentim Melo de Oliveira***, brasileira, solteira, é proprietária do apartamento 601 tipo "A", no **CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO *BRISA DO MAR***, situado na Av. Sapé 434 – Manaíra, João Pessoa/PB, e que a mesma é a responsável pelo pagamento das taxas da unidade. Declaro ainda que atualmente reside no referido imóvel os seus genitores **Vanderly Antonio de Oliveira e Maria Jose Valentim de Melo,** ambos idosos e com mais de 70 anos de idade cada um e que a **Sra. Sandra Valentim Melo de Oliveira, é a responsável pelos cuidados médicos e físicos dos seus genitores**. Pelo que firmo a presente declaração.

João Pessoa, 20 de maio de 2021.

Alzinete Alencar Pimentel

Síndica

Ourocard

CTC RECIFE PE PL7

MARIA J V DE MELO
AV SAPE 434-APT 601
MANAIRA
58038-380 JOAO PESSOA - PB

Postagem : 15/04/2021 Vencimento: 25/04/2021

72131950690794800000081568301504 21

Cartão: Ourocard Facil Visa / N° 4854 **** **** 7609

Vencimento: 25/04/2021

Melhor data de compra: 13/05/2021
Sua próxima fatura fechará no dia: **12/05/2021**

R$ **Valor Total: 1.424,23**

Pagamento mínimo[1]: R$ 447,92

Limites

Limite total	**1.518**
Limite cartão	1.518
Limite compartilhado	1.518
(com outras linhas de crédito)	

Consulte seus limites disponíveis em bb.com.br

Resumo em Real

Saldo anterior	1.296,82
Pagamentos/Créditos	- 1.052,92
Compras/Débitos	1.180,33
Valor Total - R$	1.424,23
Saldo parcelado em faturas futuras	30,50

IOF e Encargos nesta fatura

IOF	
Saques e crédito rotativo	0,93
Pagamento de contas à vista	0,00
Encargos	
Saques na função crédito	0,00
Crédito rotativo	25,63
Pagamento de contas à vista	0,00

Encargos financeiros nessa fatura:

Crédito Rotativo*: 9,98% (CET 12,28% a.m. / 301,62% a.a.)

Crédito Parcelado*: 7,40% (CET 7,92% a.m. / 149,52% a.a.)

Juros de Mora: 1% - Multa por Atraso: 2%

Encargos financeiros para a próxima fatura:

Crédito Rotativo*: 10,90% (CET 13,22% a.m. / 343,61% a.a.)

Crédito Parcelado*: 7,40% (CET 7,92% a.m. / 149,52% a.a.)

Juros de Mora: 1% - Multa por Atraso: 2%

**Considerando valor base de R$ 1.000,00 de contratação para cálculo do CET.*

Deseja parcelar sua fatura[2]?

Você pode parcelar o valor total em até 24 vezes (entrada + 23 parcelas).

Parcelamento Mínimo
ENTRADA 519,83
+2X 517,15 (total R$ 1.554,13)
(Os juros para parcelamento desta fatura são de 8,99 %a.m. - CET 203,40 %a.a).

Parcelamento Máximo
ENTRADA 138,31
+23X 137,84 (total R$ 3.308,63)
(Os juros para parcelamento desta fatura são de 8,99 %a.m. - CET 192,94 %a.a).

1 - Opção sujeita a cobrança de taxas e encargos financeiros calculados sobre a diferença entre o **Valor Total** e o **Valor Pago.** Em caso de **pagamento mínimo,** o valor de encargos cobrados no próximo vencimento será de **R$ 106,42** (conforme CET na tabela de Encargos Financeiros).

2 - O verso desta fatura contém informações importantes sobre **pagamento mínimo e pagamento parcelado.**

Ponto pra Você / Livelo

Saldo em : **0**

Resgate seus pontos no site **livelo.com.br** ou pelo Aplicativo Livelo.

Mais segurança para você

Aumente a segurança das informações contidas em suas faturas, inibindo a impressão por meio da leitura do QR Code ao lado.

BANCO DO BRASIL | 001-9 | **00190.00009 02803.164017 18949.496667 1 000000**

Nome do Pagador /CPF/CNPJ/Endereço/Cidade/UF/CEP: MARIA J V DE MELO - CPF 58.815.444-04 AV SAPE 434-APT 601 - MANAIRA - 58038-380 - JOAO PESSOA - PB

Sacador / Avalista

Nosso Número	Nº do documento	Data de Vencimento	Valor Documento	Valor Pago
00000000118949496		25/04/2021	1.424,23	

Nome do Beneficiário CNPJ/CPF/Endereço
Banco do Brasil S.A. - CNPJ n°00.000.000/00001-91 SAUN Qd. 5 - Ed. BB - Torre I - 2º andar - 70040-912 Brasília (DF)

Agência / Código do Beneficiário: 4700-7 31027-91-10-9

Autenticação Mecânica

BANCO DO BRASIL | 001-9 | **00190.00009 02803.164017 18949.496667 1 000000**

Local de Pagamento: **Pagável em qualquer banco até o vencimento**

Data de Vencimento: **25/04/2021**

Nome do Beneficiário CNPJ/CPF/Endereço
Banco do Brasil S.A. - CNPJ n°00.000.000/00001-91 SAUN Qd. 5 - Ed. BB - Torre I - 2º andar - 70040-912 Brasília (DF)

Agência / Código do Beneficiário: 4700-7 31027-91-10-9

Data do documento	Nº do documento	Espécie DOC.	Aceite	Data processamento	Nosso Número
12/04/2021			N	12/04/2021	00000000118949496

Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	x	Valor	(=) Valor Documento
	66	R$				1.424,23

Informações de responsabilidade do Beneficiário

O VALOR DO DOCUMENTO ESTÁ PREENCHIDO COM O TOTAL DA FATURA. VOCÊ PODE UTILIZAR O MESMO BOLETO PARA PAGAR VALOR MENOR OU OPTAR PELO PARCELAMENTO, PAGANDO O VALOR DA ENTRADA INFORMADO NESTA FATURA. CONHEÇA OUTROS PLANOS DE PARCELAMENTO NO SITE BB.COM.BR/PARCELESUAFATURA NO APP BB, CAIXAS ELETRÔNICOS OU LIGUE PARA 0800 729 0001.

(-) Desconto / Abatimento

(+) Juros / Multa

(=) Valor Pago

Nome do Pagador /CPF/CNPJ/Endereço/Cidade/UF/CEP
MARIA J V DE MELO - CPF 58.815.444-04
AV SAPE 434-APT 601 - - MANAIRA - 58038-380 - JOAO PESSOA - PB

Sacador / Avalista

Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação

Instruções para pagamento

Pagamento mínimo:

- Mensalidades de parcelamentos anteriores existentes nesta fatura serão incluídas no valor do pagamento mínimo.
- O saldo não pago desta fatura deverá ser quitado ou parcelado até o próximo vencimento.
- Se não for contratado o parcelamento ou for pago um valor que seja menor que o valor mínimo da fatura e superior ao valor da entrada indicada no campo Parcelamento Máximo, alertamos que no 5º dia útil após o vencimento o saldo devedor será **parcelado automaticamente pelo BB em 24 vezes.**

Parcelamento da fatura:

- Se você possuir parcelamentos anteriores, a mensalidade que seria debitada nesta fatura já está incluída no valor da entrada.
- Para contratar o parcelamento efetue até o vencimento, de uma só vez, o pagamento no valor da entrada.
- Para outros planos, ou parcelamento após o vencimento, acesse bb.com.br, entre em contato através da Central de Relacionamento, agência ou mobile.

Detalhamento da Fatura

Data	Transações	País	Moeda	Valor
	01- MARIA J V DE MELO Cartao N. 7609			
	Pagamentos			
25/03	PGTO. COBRANCA 8347 000000200 200	30	R$	1.046,82 -
	Restaurantes			
16/03	PAG*RobertoAlvesDosSa JOAO PESSOA	BR	R$	149,00
	Compras diversas			
13/03	SUPERMERCADO BEM MAIS JOAO PESSOA	BR	R$	53,36
15/03	JUCA PANIFICADORA E CO JOAO PESSOA	BR	R$	55,48
22/03	SUPERMERCADO BEM MAIS JOAO PESSOA	BR	R$	62,47
22/03	MENOR PRECO JOAO PESSOA	BR	R$	39,04
26/03	DO DIA SUPERMERCADO JOAO PESSOA	BR	R$	23,86
26/03	DO DIA SUPERMERCADO JOAO PESSOA	BR	R$	201,59
26/03	DO DIA SUPERMERCADO JOAO PESSOA	BR	R$	494,08
27/03	SABOR DA MESA Joao Pessoa	BR	R$	44,99
07/04	NETO BOLOS TAMBAU Joao Pessoa	BR	R$	24,00
	Débitos diversos			
01/04	IOF DIAR ROT PF REF.03/21	BR	R$	0,93
	Anuidades			
09/04	ANUIDADE NACIONAL TIT-PARC 07/12	BR	R$	6,10
09/04	ISENCAO DE ANUIDADE TIT-PARC 07/12	BR	R$	6,10 -
	Encargos			
12/04	ENCARGOS FINANC ROTATIVO		R$	25,63
	Subtotal		R$	1.174,23
			US$	0,00
	Total		R$	1.174,23
			US$	0,00
	Parcelamentos Próxima Fatura			
	ANUIDADE NACIONAL TIT-PARC 08/12		R$	6,10
	Total parcelado para próxima Fatura		R$	6,10
			US$	0,00

Detalhamento da Fatura

Data	Transações	País	Moeda	Valor

Central de Atendimento BB
Atendimento 24 horas, 7 dias por semana
4004 0001 ou 0800 729 0001
(para serviços transacionais, saldos, extratos, pagamentos, resgates, transferências, demais transações, informações e dúvidas)

Serviço de Atendimento ao Consumidor SAC
Atendimento 24 horas, 7 dias por semana
0800 729 0722
(para atendimento de reclamações, cancelamentos, informações e dúvidas gerais)

Deficiente Auditivo ou de Fala
Atendimento 24 horas, 7 dias por semana
0800 729 0088

Ouvidoria BB
Atendimento em dias úteis, das 8 às 18 horas
0800 729 5678
(reclamações não solucionadas nos canais habituais de atendimento - agência, SAC e demais pontos) ou acesse bb.com.br

Tarifas
Tabela de tarifas disponível nas agências BB ou acesse bb.com.br



Como acontece?

1. Criminosos ligam para confirmar "movimentações suspeitas" em conta corrente ou cartão de crédito.
2. Em seguida, pedem que o cliente ligue para os números de telefone disponíveis no verso do cartão.
3. A chamada é desviada para uma central falsa, que solicita a digitação das senhas e o corte dos cartões ao meio.
4. Para concluir o golpe, a central falsa oferece o serviço de motoboy para pegar os cartões na casa da vítima.

FIQUE LIGADO!

O Banco do Brasil **não pede** senhas em ligações ou links por SMS ou WhatsApp!

É isso que eles vão buscar em sua casa!



Para inutilizar um cartão, sempre destrua o chip e a tarja!



www.bb.com.br/seguranca

Processo: **0808790-69.2018.4.05.8200**
Assinado eletronicamente por:
Hallison Gondim de Oliveira Nobrega - Advogado
Data e hora da assinatura: 21/05/2021 12:25:00
Identificador: 4058200.7771778
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpb.jus.br/pje/ConsultaDocumento/listView.seam
21052112240716900000007793970

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
5º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
PROCESSO: **0808790-69.2018.4.05.8200 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA	EXECUTADO
SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA	EXECUTADO
Hallison Gondim de Oliveira Nobrega	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 13/05/2021 23:59, o(a) Sr(a) SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA foi intimado(a) acerca de Despacho registrado em 03/05/2021 17:14 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 21050317143456600000007568994 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 14/05/2021 00:01 - Seção Judiciária da Paraíba.

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA e outro
ADVOGADO: Hallison Gondim De Oliveira Nobrega
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

DESPACHO

1. Síntese do feito no despacho de id 4058200.6708829.

2. Intime-se a executada-excipiente para que, no prazo de 10 dias, anexe aos autos documentos que comprovem ser o imóvel penhorado residência sua ou de sua família (neste caso também com comprovação dos laços familiares que guarde com os habitantes do imóvel), a exemplo de contas de energia elétrica, água e esgoto, telefone e cartão de crédito.

3. Intime-se o advogado subscritor da petição de id 4058200.7076229 para que, no mesmo prazo, informe sobre os sucessores do falecido, notadamente seus filhos em razão do teor da certidão de óbito que anexou (id 4058200.7076231).

4. Em seguida, intime-se a exequente para manifestação também no prazo de 10 dias, oportunidade em que deverá promover a regularização do polo passivo da demanda tendo em vista a certidão de óbito de id 4058200.7076231.

5. Cumpra-se.

João Pessoa, *data de validação no sistema* .

Assinado digitalmente

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA e outro
ADVOGADO: Hallison Gondim De Oliveira Nobrega
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

DESPACHO

1. Síntese do feito no despacho de id 4058200.6708829.

2. Intime-se a executada-excipiente para que, no prazo de 10 dias, anexe aos autos documentos que comprovem ser o imóvel penhorado residência sua ou de sua família (neste caso também com comprovação dos laços familiares que guarde com os habitantes do imóvel), a exemplo de contas de energia elétrica, água e esgoto, telefone e cartão de crédito.

3. Intime-se o advogado subscritor da petição de id 4058200.7076229 para que, no mesmo prazo, informe sobre os sucessores do falecido, notadamente seus filhos em razão do teor da certidão de óbito que anexou (id 4058200.7076231).

4. Em seguida, intime-se a exequente para manifestação também no prazo de 10 dias, oportunidade em que deverá promover a regularização do polo passivo da demanda tendo em vista a certidão de óbito de id 4058200.7076231.

5. Cumpra-se.

João Pessoa, *data de validação no sistema* .

Assinado digitalmente

5ª Vara - Privativa das Execuções Fiscais

Seção Judiciária da Paraíba

INSPEÇÃO 2021

Visto em Inspeção Ordinária Anual (art. 93, IX, da Constituição Federal; arts. 13, III e IV da Lei nº 5.010/66; arts. 1º a 16 do Provimento nº 1, de 25 de março de 2009, da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 5ª Região).

Ocorrência	Data Prazo
5V_DEMORA NO ANDAMENTO DO PROCESSO	09/07/2021

em anexo

EXCELENTISSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 5ª. VARA FEDERAL DA SECCÃO JUDICIARIA DA CIDADE DE JOÃO PESSOA

PROCESSO Nº: 0808790.69.2018.4.05.8200

JAIR BRANDÃO DE OLIVEIRA, acusado já devidamente qualificados nos autos da Ação Execução em epígrafe, que lhes **move FAZENDA PUBLICA NACIONAL,** por intermédio de seu defensor que esta subscreve, VEM, *mui respeitosamente*, à presença de Vossa Excelência, expor e requere o seguinte:

No dia 03 de Novembro de 2021, o executado Jair Brandão de Oliveira, faleceu vitima do COVID 19, conforme certidão de óbito anexa.

O Executado não possuía bens à inventariar, dessa forma, não há como habilitar o espolio na execução.

Requer a extinção do feito nos termos do art. 485 IX do CPC.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

João Pessoa, 04 de março de 2021.

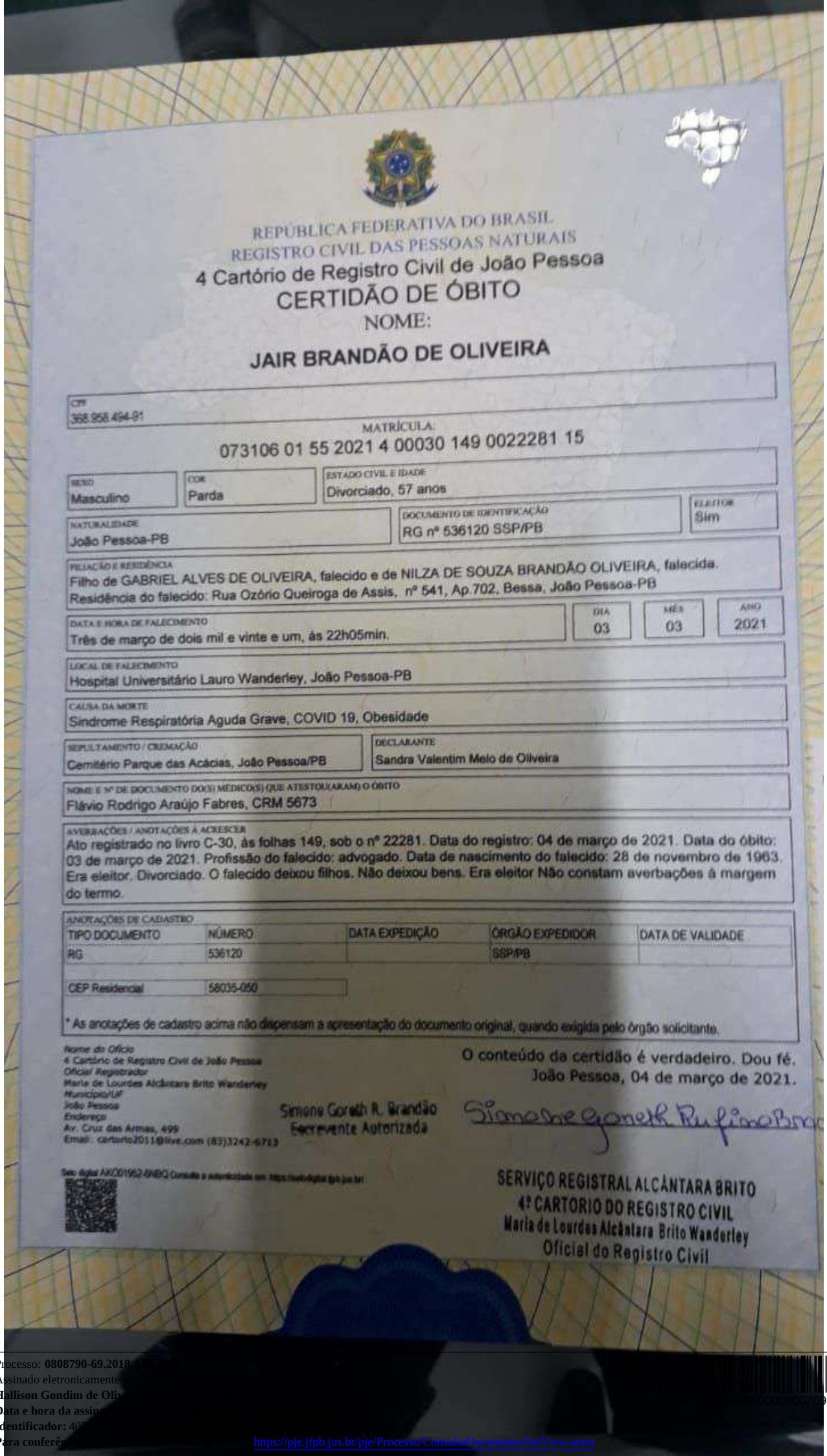
HALLISON GONDIM DE OLIVEIRA NÓBREGA

ADVOGADO

MÁRCIO NÓBREGA DA SILVA

ADVOGADO

Processo: **0808790-69.2018.4.05.8200**
Assinado eletronicamente por:
Hallison Gondim de Oliveira Nobrega - Advogado
Data e hora da assinatura: 05/03/2021 11:04:30
Identificador: 4058200.7076229
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
21030511034282800000007097527



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

4 Cartório de Registro Civil de João Pessoa

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:

JAIR BRANDÃO DE OLIVEIRA

CPF
368.958.494-91

MATRÍCULA:
073106 01 55 2021 4 00030 149 0022281 15

SEXO	COR	ESTADO CIVIL E IDADE	
Masculino	Parda	Divorciado, 57 anos	

NATURALIDADE	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	ELEITOR
João Pessoa-PB	RG nº 536120 SSP/PB	Sim

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA
Filho de GABRIEL ALVES DE OLIVEIRA, falecido e de NILZA DE SOUZA BRANDÃO OLIVEIRA, falecida.
Residência do falecido: Rua Ozório Queiroga de Assis, nº 541, Ap.702, Bessa, João Pessoa-PB

DATA E HORA DE FALECIMENTO	DIA	MÊS	ANO
Três de março de dois mil e vinte e um, às 22h05min.	03	03	2021

LOCAL DE FALECIMENTO
Hospital Universitário Lauro Wanderley, João Pessoa-PB

CAUSA DA MORTE
Síndrome Respiratória Aguda Grave, COVID 19, Obesidade

SEPULTAMENTO / CREMAÇÃO	DECLARANTE
Cemitério Parque das Acácias, João Pessoa/PB	Sandra Valentim Melo de Oliveira

NOME E Nº DE DOCUMENTO DO(S) MÉDICO(S) QUE ATESTOU(ARAM) O ÓBITO
Flávio Rodrigo Araújo Fabres, CRM 5673

AVERBAÇÕES / ANOTAÇÕES A ACRESCER
Ato registrado no livro C-30, às folhas 149, sob o nº 22281. Data do registro: 04 de março de 2021. Data do óbito: 03 de março de 2021. Profissão do falecido: advogado. Data de nascimento do falecido: 28 de novembro de 1963. Era eleitor. Divorciado. O falecido deixou filhos. Não deixou bens. Era eleitor Não constam averbações à margem do termo.

ANOTAÇÕES DE CADASTRO

TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	DATA EXPEDIÇÃO	ÓRGÃO EXPEDIDOR	DATA DE VALIDADE
RG	536120		SSP/PB	

CEP Residencial	58035-050

* As anotações de cadastro acima não dispensam a apresentação do documento original, quando exigida pelo órgão solicitante.

Nome do Ofício
4 Cartório de Registro Civil de João Pessoa
Oficial Registrador
Maria de Lourdes Alcântara Brito Wanderley
Município/UF
João Pessoa
Endereço
Av. Cruz das Armas, 499
Email: cartorio2011@live.com (83)3242-6713

Selo digital AKC01962-6NBQ Consulte a autenticidade em https://selodigital.tjpb.jus.br

Simone Goreth R. Brandão
Escrevente Autorizada

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
João Pessoa, 04 de março de 2021.

SERVIÇO REGISTRAL ALCÂNTARA BRITO
4º CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
Maria de Lourdes Alcântara Brito Wanderley
Oficial do Registro Civil

Processo: 0808790-69.2018
Assinado eletronicamente
Hallison Gondim de Oliv
Data e hora da assin
Identificador: 40
Para conferê
https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
1/1

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria da Fazenda Nacional da Paraíba

EXMO. SR. JUIZ DA(O) 05ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÕES FISCAIS

Execução Fiscal (SIDA) nº **0808790-69.2018.4.05.8200**
Exequente: **União (Fazenda Nacional)**
Executado: **JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA**
Executado: **SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA**

A **União (Fazenda Nacional)** , por intermédio do seu Procurador abaixo assinado, nos termos do despacho com id 6708829, item 8, expõe e requer:

Em que pese anexadas as certidões com id 6880060, remanescem as demais alegações da excepta, Fazenda Nacional, no sentido e que não está comprovada a natureza jurídica de bem de família do apartamento 601A do Edifício Brisa do Mar (Av. Sapé, 434, João Pessoa/PB).

Reitera-se a rejeição da exceção com os consectários de praxe.

João Pessoa, 18 de fevereiro de 2021.

Adriano Falcão Neri

Procurador da Fazenda Nacional

08087906920184058200

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
5º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
PROCESSO: **0808790-69.2018.4.05.8200 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA	EXECUTADO
SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA	EXECUTADO
Hallison Gondim de Oliveira Nobrega	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 30/01/2021 06:12, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Despacho registrado em 09/12/2020 18:44 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 21012713480318800000006914751 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 30/01/2021 06:12 - Seção Judiciária da Paraíba.

ID; 4058200.6880059

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA e outro
ADVOGADO: Hallison Gondim De Oliveira Nobrega
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

TERMO DE INTIMAÇÃO

Pelo presente e de ordem deste Juízo, fica a Fazenda Pública, na qualidade de parte exequente , **INTIMADA** , na pessoa de um dos seus procuradores, para **manifestação, no prazo de 10 (dez) dias , nos termos do item 8 do despacho id. 6708829** .

João Pessoa, (data de validação no sistema)

(assinado eletronicamente)

em anexo

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO FORO DA 5ª. VARA FEDERAL DA SECCÃO JUDICIÁRIA DE JOÃO PESSOA

Autos nº 0808790-69.2018.4.05.8200

SANDRA VALEMTIM MEO DE OLIVEIRA, devidamente qualificado nos autos em epígrafe, na **EXECUÇÃO FISCAL** que lhe promove a **UNIÃO FEDERAL**, também já devidamente qualificada**,** por seus advogados que a esta subscrevem (instrumento de procuração anexo), vem respeitosamente a douta e sábia presença de Vossa Excelência, **em virtude da arguição da EXCESSÃO DE PRE-EXECUTIVIDADE SOBRE BEM DE FAMILIA** do bem objeto da penhora de fls., e em atendimento do despacho desse juiz:

> "À luz dos demais imóveis que constam na relação de id 4058200.3789200, intime-se a excipiente para que, no prazo de 10 dias, anexe ao feito certidão negativa do(s) registro(s) de imóveis da Comarca de Gurinhém/PB, bem como do registro de imóveis da Zona Norte desta Capital (Cartório Eunápio Torres).....

Nesta oportunidade apresenta a Vossa Excelência as certidões requeridas.

Do exposto, espera a Executada que à luz do direito e da justiça, reconheça Vossa Excelência a ilegalidade do ato constritivo do bem penhorado, frente a Lei invocada, determinando o desfazimento da constrição e o levantamento da penhora, por ser a medida mais justa verificada nestes autos.

E ao final, seja condenado a Excepta em custas e honorários advocatícios arbitrados em 20% sob o valor da causa;

Termos em que,

Pede Deferimento.

João Pessoa, 25 de Janeiro de 2021

HALLISON GONDIM DE OLIVEIRA NÓBREGA

OAB/PB 16.753

MÁRCIO NÓBREGA DA SILVA

OAB/PE 29.521

Processo: **0808790-69.2018.4.05.8200**
Assinado eletronicamente por:
Hallison Gondim de Oliveira Nobrega - Advogado
Data e hora da assinatura: 25/01/2021 09:22:00
Identificador: 4058200.6880059
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
21012509193317700000006900871

CARTÓRIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE GURINHÉM-PB

Rua: Santo Antônio s/n – Centro Gurinhém-Pb

CERTIDÃO NEGATIVA

CERTIFICO, que depois da necessária busca no arquivo existente neste Cartório, revendo o livro registro de imóveis, até a presente data não consta nenhum registro de imóveis em nome do Sr. **SANDRA VALETIM MELO DE OLIVEIRA** portadora do CPF nº 738.298.114-20, comarca instalada em 08 de fevereiro de 1987, anteriormente pertencia a comarca de Pilar – PB.

Gurinhém, 21 de Dezembro de 2020

Vera Lucia Silvano Coutinho

Oficial do Registro de Imóveis

CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO
Comarca de Gurinhém-PB
Vera Lúcia Silvano Coutinho
Oficial do Registro de Imóveis Etc

CARTÓRIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE GURINHÉM-PB

Rua: Santo Antônio s/n – Centro Gurinhém-Pb

CERTIDÃO NEGATIVA

CERTIFICO, que depois da necessária busca no arquivo existente neste Cartório, revendo o livro registro de imóveis, até a presente data não consta nenhum registro de imóveis em nome do Sr. **JAIR BRANDÃO DE OLIVEIRA** portador do CPF nº 368.958.494-91, comarca instalada em 08 de fevereiro de 1987, anteriormente pertencia a comarca de Pilar – PB.

Gurinhém, 21 de Dezembro de 2020

Vera Lucia Silvano Coutinho

Oficial do Registro de Imóveis

CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO
Comarca de Gurinhém-PB
Vera Lúcia Silvano Coutinho
Oficial do Registro de Imóveis Etc

CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO
Comarca de Gurinhém-PB
Vera Lúcia Silvano Coutinho
Oficial do Registro de Imóveis Etc

ESTA CERTIDÃO É PARTE INTEGRANTE DE UM CONJUNTO COMPOSTO DE: 01 CERTIDÃ(ÕES).

C E R T I D Ã O

C E R T I F I C O autorizado pela lei e a pedido verbal de pessoa interessada que revendo o livro 2-CM1 de Registro Geral do 2º Oficio do Registro de Imóveis (Zona Norte) da Comarca desta Capital de meu cargo dele as fls. 141 sob o número de Ordem R-7-41.249, desta data de 26 de junho de 2020, consta Transcrição: Apartamento No. 601 Tipo ´A´ do Edifício Brisa do Mar, situado a Avenida Sapé, No. 434, Manaíra, nesta cidade, contendo varanda, jardineira, sala de estar/jantar, circulação, dois, quartos, sendo um suíte, quarto reversível, WC banheiro social, cozinha, área de serviço, WC e banheiro de empregada e uma vaga de garagem, com área real privativa de 78,93m2, área de uso comum de 56,76m2, fração ideal de 2,45%, cota ideal do terreno de 30,87m2 e área real de 135,69m2, de propriedade de SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, geografa, portadora da CI n.º 1.412.531-2ª Via-SSP-PB e CPF n.º 738.298.114-20, residente na Av. Cel. Miguel Sátiro, n.º 280, apto. 2001, Cabo Branco, nesta capital. Certifico que pelo Ofício n.º OPE.0016.000616-5/2016, datado de 27 de maio de 2016, expedido pelo Juízo Federal da 16ª Vara Federal na Paraíba, Seção Judiciária de João Pessoa, foi procedida a INDISPONIBILIDADE do imóvel Apartamento No. 601 Tipo ´A´ do Edifício Brisa do Mar, situado a Avenida Sapé, No. 434, Manaíra, nesta cidade, de propriedade da Sra. SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, geografa, portadora da CI n.º 1.412.531-2ª Via-SSP-PB e CPF n.º 738.298.114-20, residente na Av. Cel. Miguel Sátiro, n.º 280, apto. 2001, Cabo Branco, nesta capital, nos autos do Processo n.º 0001029-88.2016.4.05.8200, que tramitam no referido Juízo em SEGREDO DE JUSTIÇA. Certifico que pelo Ofício datado de 06 de abril de 2018, com requisição nº 18.00.00.65.30, expedido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em João Pessoa, foi procedido o ARROLAMENTO do imóvel Apartamento No. 601 Tipo ´A´ do Edifício Brisa do Mar, situado a Avenida Sapé, No. 434, Manaíra, nesta cidade, de propriedade de SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, geografa, portadora da CI n.º

Selo Digital
AKU51618-PU4S
Consulte a autenticidade em
https://selodigital.tjpb.jus.br

ESTA CERTIDÃO É PARTE INTEGRANTE DE UM CONJUNTO COMPOSTO DE: 01 CERTIDÃ(ÕES).

1.412.531-2ª Via-SSP-PB e CPF n.º 738.298.114-20, residente na Av. Cel. Miguel Sátiro, n.º 280, apto. 2001, Cabo Branco, nesta capital, nos termos dos arts. 64 e 64-A, da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997 e no § 5º do Art. 64 da Lei nº9.532 de 10 de dezembro de 1997. Certifico que nos termos do Auto de Penhora, datado de 18 de junho de 2020, expedido pelo Juízo Federal da 5ª Vara da Seção Judiciária da Paraíba - Justiça Federal de Primeira Instancia, foi procedida a PENHORA no imóvel Apartamento No. 601 Tipo ´A´ do Edifício Brisa do Mar, situado a Avenida Sapé, No. 434, Manaíra, nesta cidade, nos autos da Ação de Execução Fiscal, Processo n.º 0808790-69.2018.4.05.8200, movida pela FAZENDA NACIONAL, contra SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA E OUTRO, cujo imóvel é de propriedade de SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, geografa, portadora da CI n.º 1.412.531-2ª Via-SSP-PB e CPF n.º 738.298.114-20. Certifico mais que até a presente data não consta nenhum outro imóvel matriculado em nome SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA, acima qualificada. Eu, (____) Jailson de Oliveira Santos, o digitei o referido é verdade, dou fé.

João Pessoa, 17 de dezembro de 2020

O Oficial do Registro

Eunapio Torres
6º SERVIÇO NOTARIAL E 2º REGISTRAL
Belª Maria Emília Coutinho Torres de Freitas
Tabelião-Oficial do Registro de Imóveis
Belª Maria de Lourdes Coutinho Torres de Freitas
Bel. Francisco Evangelista de Freitas Júnior
Substitutos
Av. Com. Renato Ribeiro Coutinho, Nº 300
Altiplano Cabo Branco

Processo: **0808790-69.2018.4.05.8200**
Assinado eletronicamente por:
Hallison Gondim de Oliveira Nobrega - Advogado
Data e hora da assinatura: 25/01/2021 09:22:00
Identificador: 4058200.6880060
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
21012509204407600000006900872

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
5° VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
PROCESSO: **0808790-69.2018.4.05.8200 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA	EXECUTADO
SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA	EXECUTADO
Hallison Gondim de Oliveira Nobrega	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO DE RETIFICAÇÃO

Certifico que, em 08/01/2021, procedi à retificação de autuação deste processo para fazer constar:

Data de alteração	Item	Operação realizada	Situação anterior	Situação atual	Usuário responsável
08/01/2021 13:40	Prioridade	Inclusão		Grande Devedor	WALMIR GOMES ARAUJO

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
5º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
PROCESSO: **0808790-69.2018.4.05.8200 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA	EXECUTADO
Hallison Gondim de Oliveira Nobrega	ADVOGADO
JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA	EXECUTADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 15/12/2020 10:36, o(a) Sr(a) SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA foi intimado(a) acerca de Despacho registrado em 09/12/2020 18:44 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 20120918444544300000006770783 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 15/12/2020 10:36 - Seção Judiciária da Paraíba.

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA e outro
ADVOGADO: Hallison Gondim De Oliveira Nobrega
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

DESPACHO

1. Trata-se de execução fiscal ajuizada em 26/09/2018 em desfavor de SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA e de JAIR BRANDÃO DE OLIVEIRA (ambos com os nomes inscritos na CDA nº 42 1 18 005395-59) para a cobrança do crédito tributário relativo ao período de 2012/2015 (vencimento mais remoto em 30/04/2013) e constituído por auto de infração de 20/12/2017.

2. O despacho inicial foi prolatado em 08/10/2018 (id 4058200.2915546), com a citação dos executados por oficial de justiça em 2018 e 2019 (ids 4058200.3027112 e 4058200.3027112).

3. Em seguida à citação dos executados, a exequente, em 21/05/2019 (ids 4058200.3789197 e 4058200.3789200), requereu a penhora de bens de SANDRA, cujo pedido, deferido (id 4058200.4517428), resultou na penhora do apartamento nº 601/A, do Ed. Brisa do Mar, localizado na Av. Sapé, nº 434, Manaíra, nesta Capital, em 18/06/2020 (ids 4058200.5869445 e 4058200.5869446), de que intimada a executada. Não houve a oposição de embargos pela executada (id 4058200.6123508).

4. Após se habilitar no feito (ids 4058200.6062778 e 4058200.6062780), a executada opôs exceção de pré-executividade (id 4058200.6208984) em que discorre sobre a impenhorabilidade do imóvel constritado tendo em vista ser o único que possui para residência sua e de sua família (filhos e pais), estando nele a residir desde 2010. Sob id 4058200.6208970, anexou certidões negativas dos ofícios imobiliários de Cabedelo/PB e desta Capital (Zona Sul).

5. Em resposta (id 4058200.6557232), a exequente refutou a alegação da excipiente sob o argumento de que ela é proprietária de outros imóveis, tal como relacionados no id 4058200.3789200.

6. **Delibero:**

7. À luz dos demais imóveis que constam na relação de id 4058200.3789200, intime-se a excipiente para que, no prazo de 10 dias, anexe ao feito certidão negativa do(s) registro(s) de imóveis da Comarca de Gurinhém/PB, bem como do registro de imóveis da Zona Norte desta Capital (Cartório Eunápio Torres).

8. Com a resposta, manifeste-se a exequente em igual prazo.

9. Oportunamente, retornem os autos conclusos.

Observação: o executado JAIR não possui representação técnica no feito.

João Pessoa, *data de validação no sistema* .

Assinado digitalmente

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA e outro
ADVOGADO: Hallison Gondim De Oliveira Nobrega
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

DESPACHO

1. Trata-se de execução fiscal ajuizada em 26/09/2018 em desfavor de SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA e de JAIR BRANDÃO DE OLIVEIRA (ambos com os nomes inscritos na CDA nº 42 1 18 005395-59) para a cobrança do crédito tributário relativo ao período de 2012/2015 (vencimento mais remoto em 30/04/2013) e constituído por auto de infração de 20/12/2017.

2. O despacho inicial foi prolatado em 08/10/2018 (id 4058200.2915546), com a citação dos executados por oficial de justiça em 2018 e 2019 (ids 4058200.3027112 e 4058200.3027112).

3. Em seguida à citação dos executados, a exequente, em 21/05/2019 (ids 4058200.3789197 e 4058200.3789200), requereu a penhora de bens de SANDRA, cujo pedido, deferido (id 4058200.4517428), resultou na penhora do apartamento nº 601/A, do Ed. Brisa do Mar, localizado na Av. Sapé, nº 434, Manaíra, nesta Capital, em 18/06/2020 (ids 4058200.5869445 e 4058200.5869446), de que intimada a executada. Não houve a oposição de embargos pela executada (id 4058200.6123508).

4. Após se habilitar no feito (ids 4058200.6062778 e 4058200.6062780), a executada opôs exceção de pré-executividade (id 4058200.6208984) em que discorre sobre a impenhorabilidade do imóvel constritado tendo em vista ser o único que possui para residência sua e de sua família (filhos e pais), estando nele a residir desde 2010. Sob id 4058200.6208970, anexou certidões negativas dos ofícios imobiliários de Cabedelo/PB e desta Capital (Zona Sul).

5. Em resposta (id 4058200.6557232), a exequente refutou a alegação da excipiente sob o argumento de que ela é proprietária de outros imóveis, tal como relacionados no id 4058200.3789200.

6. **Delibero:**

7. À luz dos demais imóveis que constam na relação de id 4058200.3789200, intime-se a excipiente para que, no prazo de 10 dias, anexe ao feito certidão negativa do(s) registro(s) de imóveis da Comarca de Gurinhém/PB, bem como do registro de imóveis da Zona Norte desta Capital (Cartório Eunápio Torres).

8. Com a resposta, manifeste-se a exequente em igual prazo.

9. Oportunamente, retornem os autos conclusos.

Observação: o executado JAIR não possui representação técnica no feito.

João Pessoa, *data de validação no sistema* .

Assinado digitalmente

EXMO. SR. JUIZ DA(O) 05ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÕES FISCAIS

Execução Fiscal (SIDA) nº **0808790-69.2018.4.05.8200**
Exequente: **União (Fazenda Nacional)**
Executado: **JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA**
Executado: **SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA**

A UNIÃO (FAZENDA NACIONAL), por intermédio de seu Procurador Judicial signatário, vem, a tempo e modo, expor e requerer o que segue:

Trata-se de petição na qual a parte adversa alega, em síntese, o caráter familiar do bem imóvel constituído pelo apartamento 601A do Edifício Brisa do Mar (Av. Sapé, 434, João Pessoa/PB).

De imediato, há de observar duas constatações dos autos. Primeiro, observando-se o endereço constante da inicial e o mandado de citação de id. 4058200.3673966 (devidamente cumprido), tem-se que a devedora SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA não reside efetivamente no imóvel acima qualificado. Segundo, com base no arrolamento de fls. 2-5 do id. 4058200.378920, tem que a mesma executada ostenta diversos bens imóveis.

Ora, o fato de a parte não residir no imóvel cujo caráter familiar se alega, bem como a constatação de pluralidade patrimonial, afastam por completo a argumentação de ora combatida.

Frise-se que as certidões juntadas pela excipiente não têm o condão de obstar a penhora sobre o bem questionado, haja vista que, além de conflitantes com outras certificações juntadas aos fólios, não se referem a todos os cartórios das localidades nas quais se constatou a existência de imóveis (vide arrolamento de fls. 2-5 do id. 4058200.378920). Aliás, no que tange à certidão emitida pelo Cartório Eunápio Torres (id. 4058200.6208970), em João Pessoa, não há qualquer referência à inexistência de outros em nome da executada, tratando-se, na realidade, de certificação de inteiro teor do imóvel lá constante.

Enfim, não incumbe à Fazenda Nacional comprovar a higidez da constrição realizada, sendo ônus da parte executada acostar aos autos arcabouço probatório que desmereça o ato de penhora.

Pelo explicitado, pugna-se pela rejeição das pretensões.

Termos em que, pede deferimento.

Campina Grande, 5 de novembro de 2020.

CAIO GRACO NUNES DE SA PEREIRA
Procurador(a) da Fazenda Nacional

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
5º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
PROCESSO: **0808790-69.2018.4.05.8200 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA	EXECUTADO
Hallison Gondim de Oliveira Nobrega	ADVOGADO
JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA	EXECUTADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 10/10/2020 00:21, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Ato Ordinatório registrado em 06/10/2020 17:01 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 20100617010646100000006424212 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 10/10/2020 00:21 - Seção Judiciária da Paraíba.

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA e outro
ADVOGADO: Hallison Gondim De Oliveira Nobrega
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

ATO ORDINATÓRIO

Em conformidade com o disposto na Portaria nº PTA.0005.000008-7/2016, de 15 de dezembro de 2016, do Juízo Federal da 5ª Vara - Privativa das Execuções Fiscais - Seção Judiciária da Paraíba, **abro vista do presente feito eletrônico à parte EXEQUENTE** para, querendo, manifestar-se acerca da Exceção de Pré-Executividade apresentada pela parte executada.

João Pessoa, data de validação no sistema.
(assinado eletronicamente)

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA e outro
ADVOGADO: Hallison Gondim De Oliveira Nobrega
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

ATO ORDINATÓRIO

Em conformidade com o disposto na Portaria nº PTA.0005.000008-7/2016, de 15 de dezembro de 2016, do Juízo Federal da 5ª Vara - Privativa das Execuções Fiscais - Seção Judiciária da Paraíba, **abro vista do presente feito eletrônico à parte EXEQUENTE** para, querendo, manifestar-se acerca da Exceção de Pré-Executividade apresentada pela parte executada.

João Pessoa, data de validação no sistema.
(assinado eletronicamente)

EM ANEXO.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO FORO DA 5ª. VARA FEDERAL DA SECCÃO JUDICIÁRIA DE JOÃO PESSOA

Autos nº 0808790-69.2018.4.05.8200

SANDRA VALEMTIM MEO DE OLIVEIRA, devidamente qualificado nos autos em epígrafe, na **EXECUÇÃO FISCAL** que lhe promove a **UNIÃO FEDERAL**, também já devidamente qualificada**,** por seus advogados que a esta subscrevem (instrumento de procuração anexo), vem respeitosamente a douta e sábia presença de Vossa Excelência, **arguir a EXCESSÃO DE PRE-EXECUTIVIDADE SOBRE BEM DE FAMILIA** do bem objeto da penhora de fls. nos seguintes termos:

I - Do Cabimento da Exceção de Pré-Executividade

Conforme entendimento doutrinário e jurisprudencial, o instituto da Exceção de Pré-Executividade, **pode ser argüido à qualquer tempo, por simples petição, independente de segurança do Juízo, desde que desnecessária qualquer dilação probatória**, ou seja, por prova documental inequívoca, comprovando a inviabilidade da Execução, assim

BEM DE **FAMÍLIA**. **EXCEÇÃO** DE **PRÉ-EXECUTIVIDADE**. MATÉRIA. ORDEM PÚBLICA. CONHECIMENTO. A **exceção** de **pré-executividade** tem cabimento em face de questões que podem ser conhecidas de plano pelo magistrado, inclusive de ofício, como a impenhorabilidade de **bem** de **família**. A decisão que não conheceu da **exceção** de **pré-executividade**, ao argumento de que se tratava de impugnação à penhora intempestiva, deve ser reformada, sobretudo porque o conteúdo do incidente veicula matéria de ordem pública, que pode ser suscitada após o transcurso do prazo para a apresentação de impugnação à penhora

A exceção de pré-executividade é uma espécie excepcional de defesa especifica do processo de execução, ou seja, independente de embargos do devedor, que é ação de conhecimento incidental à execução, o executado pode promover a sua defesa pedindo a extinção do processo, por falta do preenchimento dos requisitos legais.

IMPENHORABILIDADE DE **BEM** DE **FAMÍLIA**. **EXCEÇÃO** DE **PRÉ-EXECUTIVIDADE**. Torna-se despicienda qualquer incursão nos entendimentos existentes a respeito das matérias que podem ser levantadas pela via da objeção de **pré-executividade**, porquanto a matéria suscitada - impenhorabilidade do **bem** de **família** - é de ordem pública, podendo ser argüida por simples petição, em qualquer fase processual e Grau de Jurisdição e, inclusive, ser conhecida de ofício pelo juiz. PENHORA DE **BEM** DE **FAMÍLIA**. OBRIGAÇÃO DECORRENTE DE FIANÇA CONCEDIDA EM CONTRATO DE LOCAÇÃO. NOVA **EXCEÇÃO** À IMPENHORABILIDADE. INCISO VII ACRESCENTADO AO ART. 3º DA LEI 8.009 /90 PELA LEI DO INQUILINATO . O art. 82 da Lei do Inquilinato acrescentou uma nova **exceção** à proteção concedida ao **bem** de **família** (art. 3º , VII da Lei 8.009 /90), tornando possível a penhora do **bem** dado em garantia pelo fiador no contrato de locação, ainda que se trate de imóvel destinado à sua residência ou de sua **família**. RECURSO PROVIDO EM PART

E ainda, no JFSE, bem como TRF3ª Região possuem o entendimento do Nosso Egrégio Tribunal de Justiça é igualmente seguido:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ***EXECUÇÃO FISCAL. DEFESA. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE****. LIMITES. MATÉRIAS DE ORDEM PÚBLICA E PRESCINDIBILIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA ORIENTAÇÃO DO ENUNCIADO DA SÚMULA Nº 393 DO*

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ***PARCELAMENTO DA DÍVIDA*** *EM MOMENTO ANTERIOR AO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL.* ***SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO FISCAL. ART. 151, INCISO VI, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. TÍTULO EXECUTIVO DESTITUÍDO DE EXIGIBILIDADE.*** *NULIDADE. INADMISSIBILIDADE DA PROPOSITURA DA AÇÃO EXECUTIVA. CONHECIMENTO DA EXCEÇÃO PARA DEFERIR O PEDIDO, EXTINGUINDO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. 1. Cabível a exceção de pré-executividade fora do âmbito dos embargos e sem segurança do juízo, quando excepcionalmente versar a questão sobre matéria de ordem pública, assim considerada aquela que o Juiz pode conhecer de ofício, a qualquer tempo e grau de jurisdição. [...] 4.* ***O Parcelamento da dívida é modalidade de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, prevista no art. 151, VI, do Código Tributário Nacional. 5. Diante de tal situação, resta impedido o ajuizamento de execução fiscal visando a cobrança do respectivo crédito, vez que o título executivo encontra-se destituído de exigibilidade.*** *Precedentes. [...] 7.* ***Conhecimento da exceção para deferir o pedido, extinguindo o feito sem resolução do mérito****. (Processo Nº 0004657-97.2012.4.05.8500. Classe: 99 - Execução Fiscal Exequente: União X Maia & Menezes Consultoria E Gestao Empresarial Ltda, Juiz Federal Ronivon De Aragao, Publicado No Diário Da Justiça De 13/12/2013) (grifo meu)*

ALEGAÇÃO DE PENHORA SOBRE **BEM** DE **FAMÍLIA**. **EXCEÇÃO** DE **PRÉ-EXECUTIVIDADE**. ARGUIÇÃO POR SIMPLES PETIÇÃO. ADMISSIBILIDADE. 1. A alegação de **bem** de **família** e, consequentemente, sua impenhorabilidade, consoante remansoso entendimento jurisprudencial pátrio, é matéria que pode ser alega a qualquer tempo, e apresentada, inclusive, por meio de simples petição nos autos da execução, não estando sujeita à preclusão. 2. Independentemente da denominação dada ao instrumento processual que ventile tese de **bem** de **família**, deverá o juízo competente analisar o incidente, inclusive, com a condução da instrução probatória que for necessária, mediante exame de documentos coligidos nos autos, ainda, solicitando a juntada de novos documentos, seja para deferir ou rejeitar a alegação. Agravo de Instrumento conhecido e parcialmente provido.

BEM DE **FAMÍLIA**. **EXCEÇÃO** DE **PRÉ-EXECUTIVIDADE**. CABIMENTO.CABIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO.

Fundamentado no art. 527 , II , do CPC , 2ª parte, admissível o recebimento do recurso como Agravo de Instrumento.POSSIBILIDADE DE DECISÃO MONOCRÁTICA. Com base no art. 557 , § 1º-A , do CPC , o Relator está autorizado a dar provimento monocraticamente ao recurso. Primazia da ratio essendi.DA **EXCEÇÃO** DE **PRÉ-EXECUTIVIDADE**.É cabível a argüição da impenhorabilidade do **bem** de **família** através da **exceção** de **pré-executividade**, pois a impenhorabilidade prevista na Lei nº 8.009 /90 é oponível sob qualquer forma e em qualquer grau de jurisdição, haja vista ser matéria de ordem pública.AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Agravo de Instrumento Nº 70032817207, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Gelson Rolim Stocker, Julgado em 20/10/2009)

Portanto, cabível a apresentação de Exceção de Pré-Executividade no caso em apreço, conforme igualmente restará demonstrado

DOS FATOS

Por força da presente execução, o Executado, ora Requerente, viu constrito sua casa residencial , conforme autos de penhora e depósito, de fls. ....

A penhora deve ser declarada ineficaz, pois que se trata de bem protegido pela Lei nº 8.009/90.

Referido imóvel, objeto da penhora é o único bem do Executado. Trata-se de imóvel de residência da família e como tal, é impenhorável, não responderá por qualquer tipo de dívida.

Nos presentes autos, foi **penhorado o APARTAMENTO 601 TIPO A do Edificio Brisa do Mar, situado na Av. Sape, 434, Manaira, contendo varanda, jardineira, sala de estar, circulação, dois quartos, sendo um suíte, quarto reversível, WC Baheiro social, cozinha, área de serviços WC e banheiro de Empregada, com área real de 78,93 m2 e área de uso comum, 56,72m**2nforme autor de penhora e avaliação e registro de penhora o Cartório Eunapio Torres.

Ocorre, no entanto, que referido bem é o único imóvel residencial do executado e serve-lhe de residência e de seus genitores, sendo, portanto, impenhorável nos termos do art. 1º da Lei 8.009/90.

> **"Art. 1º O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas nesta lei."** (Grifamos).

Também o art. 5º e seu parágrafo único, da mesma lei, fazem referência ao casal e à entidade familiar, verbis:

"Art. 5º Para os efeitos de impenhorabilidade, de que trata esta lei, considera-se residência um único imóvel utilizado pelo casal ou pela entidade familiar para moradia permanente".

Cumpre pontuar que o **executada** e reside com sua família no referido imóvel desde 2010.

Ressalta-se que o bem penhorado nos autos de execução é o único imóvel residencial do executado, o que lhe garante, assim, os benefícios da Lei 8.009/90.

Nesse ínterim, pode-se verificar através da certidão emitida pelos Cartórios de Registros de Imóveis, juntada pela Exequente União Federal, que de fato o imóvel em questão é o único que pertence ao executada, o que também pode se verificar pelo teor da certidão do oficial de justiça, onde efetivamente reside também **na companhia de dois filhos e seus pais.**

A referência é constante, assim, no sentido de abranger-se, com a proteção legal a família ou entidade equiparada.

Assim, é imperioso, quando se invoca a proteção legal referida, demonstrar-se, não só que o imóvel é o único que possui o devedor, mas, também, **que é destinado à residência familiar.**

Além disso, todas estas situações foram constatadas **por meio do Oficial de Justiça quando da Penhora**, através de mandado já anexado aos autos.

Não obstante, a alegação de impenhorabilidade do referido bem, por se tratar de matéria de ordem pública, de natureza constitucional, que não sofre os efeitos da preclusão, **pode ser feita a qualquer tempo e fase do processo, até a extinção da execução**.

Ora, Excelência, como se pode observar, o prosseguimento do feito implicará na realização de medidas que tornarão definitiva a expropriação do único imóvel do executado e no qual reside.

No sentido de que o bem de família não poderá ser objeto de penhora e nem ao menos de transação, por se tratar de matéria regida por norma de caráter público e, por isso, insuscetível de disposição, César Fiúza estatui que:

"O objetivo do legislador foi o de garantir a cada individuo, quando nada, um teto onde morar mesmo que em detrimento dos credores. Em outras palavras, ninguém tem o direito de jogar quem quer que seja na rua para satisfazer um crédito. Por isso o imóvel residencial foi considerado impenhorável. Trata-se aqui, do principio da dignidade da pessoa humana. O valor personalidade tem preeminência neste caso, devendo prevalecer em face de um direito de crédito inadimplido."

Cumpre ressaltar a importância que o Principio da Dignidade da Pessoa Humana assume no ordenamento jurídico, devendo-se estendê-lo não como forma supletiva das lacunas da lei, mas sim como fonte normativa, apta a exercer sua imperatividade e cogência nas relações jurídicas.

Nesse sentido, a Carta Magna dispõe que:

Art. 1º "A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

III- a dignidade da pessoa humana";

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

Nesta seara, seria interessante citar a opinião do autor Gustavo Tepedino ao afirmar que pretendeu o constituinte, ao fixar cláusula geral e *"mediante o estabelecimento de princípios fundamentais introdutórios, definir uma nova ordem pública, da qual não se podem excluir as relações jurídicas privadas, que eleva ao ápice do ordenamento a tutela da pessoa humana, funcionalizando a atividade econômica privada aos valores existenciais e sociais ali definidos".*

Humberto Theodoro Júnior, ao descrever os princípios informativos do processo de execução, elucida de maneira brilhante a matéria:

"É aceito pela melhor doutrina e prevalece na jurisprudência o entendimento de que a execução não deve levar o executado a uma situação incompatível com a dignidade humana. Não pode a execução ser utilizada como instrumento para causar a ruína, a fome e o desabrigo do devedor e sua família, gerando situações incompatíveis com a dignidade da pessoa humana. Nesse sentido, institui o código a impenhorabilidade de certos bens como provisões de alimentos, salários, instrumentos de trabalho, pensões, seguros de vida, etc.

(...) a execução deve ser útil ao credor, e, por isso, não se permite sua transformação em instrumento de simples castigo ou sacrifício do devedor."

Nesse sentido, colacionamos os seguintes julgados:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO. EXECUÇÃO FISCAL. BEM IMÓVEL PENHORADO. ÚNICO DE PROPRIEDADE DO EXECUTADO. CARACTERIZADO BEM DE FAMÍLIA. IMPENHORÁVEL. 1 - O executado apresentou, em sede de execução fiscal, suas três ultimas declarações de Imposto de Renda, nas quais consta o imóvel penhorado como sendo o único de sua propriedade, o que denota sua característica de bem de família. 2 – O bem imóvel residencial

caracterizado como bem de família, isto é, aquele utilizado como moradia para a família do proprietário, é impenhorável e não servirá de garantia para qualquer dívida fiscal, nos moldes do art. 1º, da Lei nº 8.009/90, ressalvadas as hipóteses previstas no referido diploma legal. 3 - O Eg. Superior Tribunal de Justiça vem ampliando o conceito de "bem de família" abrangendo o imóvel onde residam os parentes do devedor ou, ainda, aquele único bem que esteja alugado e cujo rendimento contribua para o sustento do proprietário e sua família. 4 - Restou configurada a impenhorabilidade do imóvel em questão, por se tratar de bem de família, competindo ao exequente a localização de outros imóveis em nome do executado a fim de garantir a execução. 5 - Agravo Interno desprovido. (TRF-2, Relator: Desembargador Federal RENATO CESAR PESSANHA DE SOUZA, Data de Julgamento: 18/05/2010, TERCEIRA TURMA ESPECIALIZADA)

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA. BEM DE FAMÍLIA. ART. IMPENHORABILIDADE. 1º, LEI Nº 8.009/90. COMPROVAÇÃO. LEVANTAMENTO DA CONSTRIÇÃO. 1. O artigo 1º da Lei 8.009/90 estabeleceu a impenhorabilidade do bem de família com o objetivo de assegurar o direito de moradia e garantir que o imóvel não seja retirado do domínio do beneficiário. Referido instituto tem por finalidade ser mais um meio de proteção da família, garantindo-lhe, através disso, um teto relativamente intocável. O instituto e sua finalidade estão de pleno acordo com o disposto no art. 226, caput, da Constituição Federal de 1988, que eleva a família à condição de base da sociedade e merecedora de proteção especial do próprio Estado. 2. No caso vertente, o embargante comprovou que o imóvel localizado na rua Afrânio Ferreira Junior, nº 280, Jardim Santa Marcelina, em Campinas/SP, é bem de família, nos termos do artigo acima referido. Os documentos trazidos aos autos, como contas telefônicas, contas de água e outros, demonstram o alegado. Além disso, as testemunham confirmam que o embargante residia no local com sua família. 3. Afasto a penhora que recaiu sobre o imóvel referido. 4. Remessa oficial improvida. (TRF-3 - REO: 44861 SP 0044861-18.2006.4.03.9999, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL CONSUELO YOSHIDA, Data de Julgamento: 24/10/2013, SEXTA TURMA)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA. BEM DE FAMÍLIA. LEI Nº 8.009/90. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. I - A Leinº 8.009/90 excepciona o bem de família, assim compreendido como a residência, o único imóvel utilizado pela entidade familiar para moradia permanente, da constrição judicial por dívida. II - A concessão do beneplácito depende da comprovação nos autos de dois requisitos, embora não em conjunto: a) que o bem penhorado seja o único imóvel de propriedade do executado; ou b) existindo outros imóveis de propriedade do executado, que o bem penhorado constitua a moradia da entidade familiar. Precedentes do STJ. (...) TRIBUNAL - TERCEIRA REGIÃO AC - APELAÇÃO CIVEL – 812891 DJU DATA:31/01/2007 JUIZA ALDA BASTO (grifamos e suprimimos)

Resta nos concluir, portanto, que o processo de execução não deve servir como instrumento de flagelo do devedor, posto que lhe deva ser assegurados os direitos básicos outorgados por lei, como **o direito a ter moradia e, principalmente, o direito a ter uma vida digna,** o que se restabelecerá, no caso presente, desconstituindo-se o ato pelo qual foi constrito o bem de família, na medida em que se afigura direito indisponível.

1) O recebimento da Exceção de Pré-Executividade, haja vista preencher os requisitos para sua admissibilidade para:

a) caso **não baste a narrativa do Oficial de Justiça,** que efetuou a penhora e deixou a Requerente como depositaria do bem contristado, e fez a intimação da penhora , seja feita **expedição de mandado de vistoria** a ser cumprido por Oficial de Justiça

b) o cancelamento definitivo da penhora realizada no imóvel objeto da **penhora o APARTAMENTO 601 TIPO A do Edifício Brisa do Mar, situado na Av. Sape, 434, Manaíra, contendo varanda, jardineira, sala de estar, circulação, dois quartos, sendo um suíte, quarto reversível, WC Banheiro social, cozinha, área de serviços WC e banheiro de Empregada, com área real de 78,93 m2 e área de uso comum, 56,72m2** conforme auto de penhora, avaliação e registro de penhora no Cartório Eunápio Torres.;

Do exposto, espera a Executada que à luz do direito e da justiça, reconheça Vossa Excelência a ilegalidade do ato constritivo do bem penhorado, frente a Lei invocada, determinando o desfazimento da constrição e o levantamento da penhora, por ser a medida mais justa verificada nestes autos.

E ao final, seja condenado a Excepta em custas e honorários advocatícios arbitrados em 20% sob o valor da causa;

Termos em que,

Pede Deferimento.

João Pessoa, 28 de Agosto de 2020

HALLISON GONDIM DE OLIVEIRA NÓBREGA

OAB/PB 16.753

Processo: **0808790-69.2018.4.05.8200**
Assinado eletronicamente por:
Hallison Gondim de Oliveira Nobrega - Advogado
Data e hora da assinatura: 31/08/2020 15:26:00
Identificador: 4058200.6208984
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20083115240805100000006227777

CERTIDÃO NEGATIVA DE IMÓVEIS

TÂNIA MARIA DORNELAS DE MELO - OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS DA CIDADE DE CABEDELO - ESTADO DA PARAÍBA, na forma da lei, **CERTIFICA**, a pedido verbal de pessoa interessada, que revendo os livros e anotações existentes, deles constatei que, até a presente data, **NÃO CONSTA** a existência de imóvel, em nome de: **SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA – CPF:738298114-20.** O referido é verdade. Dou fé.

Cabedelo – PB, 04 de Maio de 2020

OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS

20 (R.M)

Robson Rogério Alexandre Martins
FIGUEIREDO DORNELAS
Serviço Notarial e Registral
PREPOSTO

Figueirêdo Dornelas Serviço Notarial e Registral
1º Ofício de Notas e Privativo de Registro Imobiliário
Rua Aderbal Piragibe, 05 - Centro - CEP: 58310-000 - Cabedelo - PB
REGISTRO DE IMÓVEIS
CERTIDÃO NEGATIVA
Cabedelo-PB, 04/05/2020 10:30:30
Robson Rogério Alexandre Martins - Preposto
EMOL:R$ ***24,54 FARPEN:R$ **1,37 FEPJ:R$ **4,90 ISS:R$ **,**
COD.CONTROLE: 2020-002441
SELO DIGITAL: AJW67953-LKHO
Confira a autenticidade em https://selodigital.tjpb.jus.br

Figueirêdo Dornelas CABEDELO PARAÍBA Serviço Notarial e Registral

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO



VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

CERTIDÃO NEGATIVA DE BENS

CERTIFICO, o Bel. Walter Ulysses de Carvalho, Oficial do Registro de Imóveis da Zona Sul, da Comarca desta capital, conforme pedido n° 178.753, por virtude da Lei, etc. a pedido verbal de pessoa interessada e autorizado por Lei, que, procedido buscas no Livro 5° Indicador Pessoal do Registro de Imóveis, da Zona Sul da Comarca desta Capital, do meu cargo, deles, **NÃO CONSTA,** inscrição imobiliária, em nome de: **SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA, CPF: 738.298.114-20.** O referido é verdade; dou fé. _____

João Pessoa-PB, 30 de abril de 2020.

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba
Selo Digital de Fiscalização
Normal
AJY18987-VIAS
Confira os dados do ato em:
corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital

Oficial do Registro

Marcos Vinitius Farias Brito
Escrevente Substituto

CARLOS ULYSSES SERVIÇOS NOTARIAL E REGISTRAL
1° OFÍCIO
DE NOTAS
TEL.: 3222-0393
JOÃO PESSOA
PARAÍBA

Selo Digital
AJZ06575-CF85
Consulte a autenticidade em
https://selodigital.tjpb.jus.br

ESTA CERTIDÃO É PARTE INTEGRANTE DE UM CONJUNTO COMPOSTO DE: 01 CERTIDÃ(ÕES).

C E R T I D Ã O

C E R T I F I C O autorizado pela lei e a pedido verbal de pessoa interessada que revendo o livro 2-CM1 de Registro Geral do 2o. Oficio do Registro de Imóveis (Zona Norte) da Comarca desta Capital de meu cargo dele as fls. 141 sob o número de Ordem R-6-41.249, desta data de 26 de abril de 2018, consta Transcrição: Apartamento No. 601 Tipo ´A´ do Edifício Brisa do Mar, situado a Avenida Sapé, No. 434, Manaíra, nesta cidade, contendo varanda, jardineira, sala de estar/jantar, circulação, dois, quartos, sendo um suíte, quarto reversível, WC banheiro social, cozinha, área de serviço, WC e banheiro de empregada e uma vaga de garagem, com área real privativa de 78,93m2, área de uso comum de 56,76m2, fração ideal de 2,45%, cota ideal do terreno de 30,87m2 e área real de 135,69m2, de propriedade de SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, geografa, portadora da CI n.º 1.412.531-2ª Via-SSP-PB e CPF n.º 738.298.114-20, residente na Av. Cel. Miguel Sátiro, n.º 280, apto. 2001, Cabo Branco, nesta capital, Certifico mais que pelo Ofício n.º OPE.0016.000616-5/2016, datado de 27 de maio de 2016, expedido pelo Juízo Federal da 16ª Vara Federal na Paraíba, Seção Judiciária de João Pessoa, foi procedida a INDISPONIBILIDADE do imóvel acima, nos autos do Processo n.º 0001029-88.2016.4.05.8200, que tramitam no referido Juízo em SEGREDO DE JUSTIÇA, Pelo Ofício datado de 06 de abril de 2018, com requisição nº 18.00.00.65.30, expedido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em João Pessoa, foi procedido o ARROLAMENTO do imóvel acima, nos termos dos arts. 64 e 64-A, da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997 e no § 5º do Art. 64 da Lei nº9.532 de 10 de dezembro de 1997, Eu, ( ) Flavio Jose Silva da Costa, o digitei o referido é verdade, dou fé

João Pessoa, 04 de maio de 2020

O Oficial do Registro

Eunapio Torres
6º SERVIÇO NOTARIAL E 2º REGISTRAL
Belª Maria Emília Coutinho Torres de Freitas
Tabelião-Oficial do Registro de Imóveis
Belª Maria de Lourdes Coutinho Torres de Freitas
Bel. Francisco Evangelista de Freitas Júnior
Substitutos
Av. Com. Renato Ribeiro Coutinho, Nº 300
Altiplano Cabo Branco

Eunápio Torres

Processo: **0808790-69.2018.4.05.8200**
Assinado eletronicamente por:
Hallison Gondim de Oliveira Nobrega - Advogado
Data e hora da assinatura: 31/08/2020 15:26:00
Identificador: 4058200.6208970
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

20083115225282900000006227763

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA e outro
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

MANDADO DE PENHORA, AVALIAÇÃO E REGISTRO OU BLOQUEIO DE BENS (BEM INDICADO)

VALOR DA DÍVIDA(*): R$ 2.808.970,52 (ATUALIZADO EM: 10/08/2018)
C D A (S): 42 1 18 005395-59
DEVEDOR(ES): SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA e outro
CPF Nº: 738.298.114-20
ENDEREÇO DO(A) DEVEDOR(A): RUA OZORIO QUEIROGA DE ASSIS, 541, APTO 702, BESSA, JOÃO PESSOA/PB, CEP: 58035-050
BEM(NS) INDICADO(S):
1) Apartamento nº 203 do Condomínio Enseada do Atlântico, situado na Av. Gov. Argemiro de Figueiredo, nº 880, Jardim Oceania, João Pessoa/PB;
2) Apartamento nº 2101 do Edifício Porto Real Residence, situado na Rua Giacomo Porto, Miramar, João Pessoa/PB;
3) Apartamento nº 601-A do Edifício Brisa do Mar, situado na Avenida Sapé, nº 434, Manaíra, João Pessoa/PB (Registro R3, Matrícula 41.249);
4) Veículo TOYOTA/ETIOS HB XLS 2013/2013, placas OGB3845, Renavam 00539154105, Chassi 9BRK29BT2D0007416;
5) Terreno/fração localizado no logradouro: Lote 24, Quadra G, S/N, Bairro Recanto do Po o, Cabedelo/PB, CEP: 58310-000, Livro 135, Folha 154;
6) Terreno/fração localizado no logradouro: Lote 23, Quadra G, S/N, Bairro Recanto do Po o, Cabedelo/PB, CEP: 58310-000, Livro 135, Folha 168;

O Juízo Federal da 5ª Vara, na forma da lei etc, **MANDA** a qualquer Oficial de Justiça Avaliador a quem for este apresentado, passado nos autos em epígrafe que, em seu cumprimento, dirija-se ao(s) endereço(s) indicado(s) ou a outro local e, sendo aí:

Proceda à **PENHORA OU ARRESTO** do(s) bem(ns) acima descrito(s), pertencente(s) à(s) parte(s) executada(s) , ou, não sendo possível a penhora deste(s), proceda à **PENHORA OU ARRESTO** em outro(s) bem(ns) também pertencente(s) à(s) parte(s) executada(s), tantos quantos bastem, para a satisfação da dívida no valor acima **(*sujeito a atualização)** , mais os acréscimos legais, na forma dos artigos 10 e 11 da **LEF** , lavrando o competente termo . **NOMEIE DEPOSITÁRIO, INTIMANDO-O** a não abrir mão do depósito, sem prévia autorização do Juízo. Efetive a **AVALIAÇÃO** e dê ciência ao(s) executado(s) para que se manifeste(m), querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre o valor atribuído ao(s) bem(ns) penhorado(s) . Recaindo a penhora sobre imóvel , intime o(s) cônjuge(s) do(s) executado(s), quando casado(s), e intime o Oficial do Registro Imobiliário competente, a quem se fará entrega da contrafé e cópia do termo ou do auto de penhora ou arresto, para que proceda ao **REGISTRO** (arts. 7º e 14, I, da **LEF**). Recaindo a penhora em veículo também efetive o registro da referida constrição por intermédio do aplicativo RENAJUD. Recaindo, por fim, em ações, debêntures, quota ou qualquer título, crédito ou direito societário nominativo , a entrega da contrafé far-se-á à Junta Comercial, Bolsa de Valores ou na Sociedade Comercial (art. 14, III, da **LEF**). **MANDA** , ainda, que proceda a buscas nos órgãos competentes, no sentido de localizar bens em nome do(s) executado(a)(s), para fins de penhora ou arresto e, uma vez constatada a existência de veículos automotores e não sendo estes localizados, fica, desde já, autorizado a proceder ao **BLOQUEIO** acautelatório do(s) referido(s) bem(ns) por intermédio do aplicativo RENAJUD. **CIENTIFIQUE** o(a)(s) executado(a)(s) de que dispõe(m) do prazo de 30 (trinta) dias para opor Embargos à Execução, contados a partir da data da penhora , sob pena de se presumirem por ele(s) aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pelo(a) exeqüente, e de que este Juízo funciona no endereço abaixo indicado, de segunda a sexta-feira no horário das 9 às 18 horas. **ADVIRTA(M)-SE** , por fim, o(s) executado(s), de que a não indicação ou ocultação dos bens do seu patrimônio passíveis de penhora poderá caracterizar **CONDUTA ATENTATÓRIA À DIGNIDADE DA JUSTIÇA** , ensejando a imposição de multa, além da busca e apreensão dos bens eventualmente localizados, nos termos do art. 774, V e parágrafo único do NCPC.

ATENÇÃO : Em caso de parcelamento da dívida na via administrativa, tal fato deverá ser imediatamente

1/2

comunicado a este Juízo, sob pena de se prosseguir com a execução.

ENDEREÇO DO JUÍZO: Seção Judiciária da Paraíba - 5ª Vara Federal - Fórum Juiz Federal Ridalvo Costa, situado à Rua João Teixeira de Carvalho, 480 - 3º Andar - Conjunto Pedro Gondim, nesta Capital - João Pessoa/PB - CEP: 58.031-900.

CUMPRA-SE , na forma e sob as penas da lei, ficando o Oficial de Justiça autorizado a proceder na forma do art. 212, §2º, do Novo Código de Processo Civil, inclusive com emprego de força policial e arrombamento, se necessário.

Eu, Servidor(a) da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária da Paraíba, conferi e subscrevo eletronicamente o presente mandado, por ordem do(a) MM(ª) Juiz(a) Federal.

João Pessoa, (data de validação no Sistema)

(*assinado eletronicamente*)

CÁSSIO
993167123

Processo: 0808790-69.2018.4.05.8200
Assinado eletronicamente por:
WALMIR GOMES ARAGÃO - Servidor Geral
Data e hora da assinatura: 19/03/2020 16:53:14
Identificador: 4058200.6208978
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20083115225999100000006227771

Processo: 0808790-69.2018.4.05.8200
Assinado eletronicamente por:
WALMIR GOMES ARAGÃO - Servidor Geral
Data e hora da assinatura: 19/03/2020 16:53:14
Identificador: 4058200.6208978
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20083115225999100000006227771

Hallison Gondim de Oliveira Nobrega - Advogado
Data e hora da assinatura: 31/08/2020 15:26:00

Exmo. Sr. Juiz

A UNIÃO/FAZENDA NACIONAL, por seu procurador, vem informar que concorda com a avaliação de id. 5869446 e requerer a realização de leilão judicial para alienação do(s) bem(ns) penhorado(s), adiantando, desde já, que não tem interesse na adjudicação do(s) mesmo(s).

Termos em que espera deferimento.

LUIZ MARIO MAMEDE PINHEIRO NETO

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
5º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
PROCESSO: **0808790-69.2018.4.05.8200 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA	EXECUTADO
Hallison Gondim de Oliveira Nobrega	ADVOGADO
JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA	EXECUTADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 15/08/2020 07:32, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Ato Ordinatório registrado em 13/08/2020 16:38 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 20081316383662900000006142105 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 15/08/2020 07:32 - Seção Judiciária da Paraíba.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
5° VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
PROCESSO: **0808790-69.2018.4.05.8200 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA	EXECUTADO
Hallison Gondim de Oliveira Nobrega	ADVOGADO
JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA	EXECUTADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO DE RETIFICAÇÃO

Certifico que, em 13/08/2020, procedi à retificação de autuação deste processo para fazer constar:

Data de alteração	Item	Operação realizada	Situação anterior	Situação atual	Usuário responsável
13/08/2020 16:25	Parte - Polo Passivo	Inclusão	SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA (EXECUTADO), JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA (EXECUTADO)	Hallison Gondim de Oliveira Nobrega (ADVOGADO), SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA (EXECUTADO), JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA (EXECUTADO)	WALMIR GOMES ARAUJO

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA e outro
ADVOGADO: Hallison Gondim De Oliveira Nobrega
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

ATO ORDINATÓRIO

Em conformidade com o disposto na Portaria nº PTA.0005.000008-7/2016, de 15 de dezembro de 2016, do Juízo Federal da 5ª Vara - Privativa das Execuções Fiscais - Seção Judiciária da Paraíba, diante da penhora realizada nos autos bem como do decurso do prazo para embargos , **abro vista do presente feito eletrônico à parte EXEQUENTE** para que requeira o que entender de direito.

João Pessoa, data de validação no sistema.

(assinado eletronicamente)

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA e outro
ADVOGADO: Hallison Gondim De Oliveira Nobrega
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

ATO ORDINATÓRIO

Em conformidade com o disposto na Portaria nº PTA.0005.000008-7/2016, de 15 de dezembro de 2016, do Juízo Federal da 5ª Vara - Privativa das Execuções Fiscais - Seção Judiciária da Paraíba, diante da penhora realizada nos autos bem como do decurso do prazo para embargos , **abro vista do presente feito eletrônico à parte EXEQUENTE** para que requeira o que entender de direito.

João Pessoa, data de validação no sistema.

(assinado eletronicamente)

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA e outro
ADVOGADO: Hallison Gondim De Oliveira Nobrega
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

C E R T I D Ã O

CERTIFICO que, em consulta ao Sistema PJe, não localizei Embargos à Execução opostos pela parte executada, tendo decorrido "in albis", portanto, o prazo legal para oferecimento de embargos. Dou fé.

João Pessoa, (data de validação no sistema)

(*assinado eletronicamente*)

em anexo.

Excelentíssimo(a) Sr.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito da(o) 5º Vara Federal da Seção Judiciária de João Pessoa/PB.

1

SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA ,já qualificada nos autos do processo em epígrafe, por intermédio de seu advogado, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência requerer a juntada do instrumento particular de procuração (doc. 01), bem como a concessão de vista dos autos para análise, pelo prazo legal de cinco (05) dias, conforme disposição do artigo 107, inciso II, do Código de Processo Civil.

Assim, requer prosseguimento do feito.

P. e Espera Deferimento.

João Pessoa PB, 31 de julho de 2020.

Hallison Gondim de Oliveira Nobrega
Advogado OAB/PB 16.753 – RN 972-A – PE 1563-A – BA 39042

Processo: **0808790-69.2018.4.05.8200**
Assinado eletronicamente por:
Hallison Gondim de Oliveira Nobrega - Advogado
Data e hora da assinatura: 31/07/2020 14:12:08
Identificador: 4058200.6062778
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20073114110761300000006081150

Procuração

Parte Outorgante	**Sandra Valentim Melo de Oliveira, brasileira, solteira, belª em direito, CPF: 738.298.144.20, residente à Rua Ozorio Queiroga de Assis,541, apt 702, Bessa, João Pessoa/PB.**
Parte Outorgada	➢ **HALLISON GONDIM DE OLIVEIRA NÓBREGA**, divorciado, inscrito na OAB/PB 16.753**;** RN 972-A; PE 1563-A; BA 39042; ➢ **MARCIO NÓBREGA DA SILVA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/PE 21.951 **todos brasileiros e Advogados com Escritório Principal na Cidade de JOÃO PESSOA PB, na Av. Capitão José Pessoa, 320 – Jaguaribe - CEP 58015-170.**

Pelo presente instrumento de **PROCURAÇÃO**, a retro **Parte Outorgante** nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados (**PARTE OUTORGADA** acima), **conferindo**-lhes os poderes da cláusula "*ad judicia et extra*", em qualquer instância ou Tribunal, para, em conjunto ou separadamente, defender interesses nas ações que propuser ou contra si forem propostas ou já em andamento, além de transigir, acordar, receber e dar quitação, celebrar acordos (inclusive *extras judiciais*), firmar e ratificar termos e compromissos, e praticar todos os demais atos em direito permitidos, por mais especiais que sejam, até substabelecer, com ou sem reservas de poderes, no todo ou em parte, podendo, ainda, receber Alvará Judicial de Pagamentos junto a quaisquer instituições públicas e/ou privadas (inclusive Estabelecimentos Bancários e/ou Financeiros e Seguradoras), passando recibo e dando quitação.

JOÃO PESSOA, 31 de julho de 2020.

Sandra Valentim Melo de Oliveira

SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA
OUTORGANTE

Processo: **0808790-69.2018.4.05.8200**
Assinado eletronicamente por:
Hallison Gondim de Oliveira Nobrega - Advogado
Data e hora da assinatura: 31/07/2020 14:12:08
Identificador: 4058200.6062780
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20073114110761400000006081152

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA e outro
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

ANEXAÇÃO DE DOCUMENTOS

Peço vênia para, neste ato, anexar ao presente feito eletrônico o(s) seguinte(s) documento(s): resposta do Cartório Eunápio Torres. Dou fé.

João Pessoa, (data de validação no sistema)

(*assinado eletronicamente*)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo
Código de rastreabilidade: 81520203143289
Nome original: OF0475-2020-MD.pdf
Data: 30/06/2020 10:37:22
Remetente:
MARIA EMILIA COUTINHO TORRES DE FREITAS
f) 07.211-6 - 6º Tabelionato de Notas e 2º de Registro de Imóveis da Comarca de João Pesso
Tribunal de Justiça da Paraíba
Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para conhecimento.
Assunto: Em resposta ao Auto de Penhora, referente ao Processo n.º 0808790-69.2018.4.05.8
200

Eunápio Torres
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

Titular: Belª. Maria Emília Coutinho Torres de Freitas

Ofício n.º 0475/2020/MD

João Pessoa, 29/06/2020.

Excelentíssimo Senhor Juiz

Em resposta ao Auto de Penhora, referente ao Processo n.º 0808790-69.2018.4.05.8200, datado de 18/06/2020 e recebido em 25/06/2020, informamos a Vossa Excelência que foi dado inteiro cumprimento à determinação contida no referido expediente, conforme certidão em anexo.

Nesta oportunidade, consignamos os votos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente

O Oficial do Registro

Ao Excelentíssimo Senhor Juiz Federal
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
5ª VARA PRIVATIVA DAS EXECUÇÕES FISCAIS

EUNÁPIO TORRES - 6º NOTARIAL E 2º REGISTRAL
Rua Com. Renato Ribeiro Coutinho, 300, Altiplano Cabo Branco,
João Pessoa / PB - Tel: (083)3219-1234 - Fax: (083)252-2322
CGC: 09.362.310/0001-20 - www.eunapiotorres.com.br

ESTA CERTIDÃO É PARTE INTEGRANTE DE UM CONJUNTO COMPOSTO DE: 01 CERTIDÃ(ÕES).

CERTIDAO DE INTEIRO TEOR

C E R T I F I C O autorizado pela lei e a pedido verbal de pessoa interessada que revendo o Livro 2CM1 de Registro Geral do 2º Oficio do Registro de Imóveis (Zona Norte) da Comarca desta Capital de meu cargo dele as fls. 141 sob o numero de Ordem 41.249 desta data de 08 de novembro de 1993, consta Transcrição: Apartamento No. 601 Tipo ´A´ do Edifício Brisa do Mar, situado a Avenida Sapé, No. 434, Manaíra, nesta cidade, contendo varanda, jardineira, sala de estar/jantar, circulação, dois, quartos, sendo um suíte, quarto reversível, WC banheiro social, cozinha, área de serviço, WC e banheiro de empregada e uma vaga de garagem, com área real privativa de 78,93m2, área de uso comum de 56,76m2, fração ideal de 2,45%, cota ideal do terreno de 30,87m2 e área real de 135,69m2. PROPRIETÁRIO: S.C Construções LTDA, com sede nesta capital, inscrito no CGC n.º 12.684.379/0001-85, representado neste ato pelos socios Antonio Medeiros Sobral, brasileiro, casado, portador do CPF n.º 072.510.097-49, Clara Germana Tavares Amorim Albuquerque, brasileira, casada, portadora do CPF n.º 264.064.114-04, neste ato representado por Sergio Gonçalves Cavalcanti de Albuquerque, brasileiro, casado, portador do CPF n.º 110.523.764-87, conforme procuração lavrada em notas do 4º Oficio, Cartório Travassos, Livro 147, fls. 101, datado de 25.08.88, e Jose Madruga Bezerra Cavalcanti, brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF n.º 004.719.924-53. TITULO ANTERIOR: Livro 2-CD, fls. 153, n.º de ordem AV.7.35.983, zona norte, dou fé.

R-1-41.249 em 08.11.1993.

Pela escritura de compra e venda, datada de 14.10.93, lavrada no Cartório Decarlinto, 10º Oficio de notas desta cidade, no Livro 94, fls. 11, os proprietários do imóvel acima matriculado venderam pelo valor de Cr$ 2.600.000,00 sem condições ao Sr. AMERICO SERGIO MAIA e sua mulher GRAÇA MARIA DE OLIVEIRA MAIA, brasileiros, casados, portadores do CPF n.º 003.041.314-15 e 112.406.794-91, residentes nesta cidade, dou fé.

ESTA CERTIDÃO É PARTE INTEGRANTE DE UM CONJUNTO COMPOSTO DE: 01 CERTIDÃ(ÕES).

R-2-41.249 em 09.05.2002.

Pela carta de adjudicação, datada de 24.11.2000, extraída dos autos do inventário, julgado por sentença pelo Juizo de Direito da 9ª Vara Civel desta comarca, e expediente do Cartório Guedes Monteiro, 9º Oficio Civel desta capital, o qual transitou em julgado em data de 15.08.2000, o imóvel acima foi adquirido pela herdeira: GRAÇA MARIA DE OLIVEIRA MAIA, brasileira, viúva-meeira, advogada, CPF n.º 112.406.794-91 e CI n.º 285.946-SSP-PB, residente à Rua Adolfo Loureiro, 272, Cabo Branco, nesta capital, por adjudicação do espólio de Americo Sergio Maia, cujo imóvel foi avaliado em Cr$ 25.000,00, dou fé.

R-3-41.249 em 13.08.2004.

Pela escritura pública de compra e venda, datada de 06.07.2004, lavrada no Cartório Carlos Neves, 7º Oficio de notas desta capital, no livro 127, fls. 14, a proprietária, representada por seu bastante procurador RD Incorporações LTDA, inscrita no CGC n.º 01.567.287/0001-07, conforme procuração lavrada no Cartório Distrital do 5º Oficio de Tambaú, nesta cidade, no Livro 55, fls. 90, em 26.06.2004, vendeu o imóvel pelo valor de R$ 53.500,00 sem condições à ALEXANDRE ANTONIO BEZERRA DE MEDEIROS, brasileiro, divorciado, corretor de imóveis, portador da CI n.º 1.657.478-SSP-PB e CPF n.º 907.667.254-72, residente nesta cidade, dou fé.

R-4-41.249 em 25.08.2009.

Pela escritura pública de compra e venda, datada de 25.08.2009, lavrada no Cartório Eunápio Torres, 6º Oficio de notas desta capital, no Livro 186, fls. 091, os proprietários venderam o imóvel acima a Sra. SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, geografa, portadora da CI n.º 1.412.531-2ª Via-SSP-PB e CPF n.º 738.298.114-20, residente na Av. Cel. Miguel Sátiro, n.º 280, apto. 2001, Cabo Branco, nesta capital, pelo valor real e fiscal de R$ 132.000,00 sem condições, dou fé.

ESTA CERTIDÃO É PARTE INTEGRANTE DE UM CONJUNTO COMPOSTO DE: 01 CERTIDÃ(ÕES).

AV-5-41.249 em 02.06.2016

Certifico que pelo Ofício n.º OPE.0016.000616-5/2016, datado de 27 de maio de 2016, expedido pelo Juízo Federal da 16ª Vara Federal na Paraíba, Seção Judiciária de João Pessoa, foi procedida a INDISPONIBILIDADE do imóvel Apartamento No. 601 Tipo ´A´ do Edifício Brisa do Mar, situado a Avenida Sapé, No. 434, Manaíra, nesta cidade, de propriedade da Sra. SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, geografa, portadora da CI n.º 1.412.531-2ª Via-SSP-PB e CPF n.º 738.298.114-20, residente na Av. Cel. Miguel Sátiro, n.º 280, apto. 2001, Cabo Branco, nesta capital, nos autos do Processo n.º 0001029-88.2016.4.05.8200, que tramitam no referido Juízo em SEGREDO DE JUSTIÇA. O referido é verdade e dou fé. O Oficial_____

R-6-41.249 em 26.04.2018

Pelo Ofício datado de 06 de abril de 2018, com requisição nº 18.00.00.65.30, expedido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em João Pessoa, foi procedido o ARROLAMENTO do imóvel Apartamento No. 601 Tipo ´A´ do Edifício Brisa do Mar, situado a Avenida Sapé, No. 434, Manaíra, nesta cidade, de propriedade de SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, geografa, portadora da CI n.º 1.412.531-2ª Via-SSP-PB e CPF n.º 738.298.114-20, residente na Av. Cel. Miguel Sátiro, n.º 280, apto. 2001, Cabo Branco, nesta capital, nos termos dos arts. 64 e 64-A, da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997 e no § 5º do Art. 64 da Lei nº9.532 de 10 de dezembro de 1997, PERMANECENDO Indisponibilidade constante no AV-5-41.249. O referido é verdade e dou fé. O Oficial_____

R-7-41.249 em 29.06.2020

Nos termos do Auto de Penhora, datado de 18 de junho de 2020, expedido pelo Juízo Federal da 5ª Vara da Seção Judiciária da Paraíba - Justiça Federal de Primeira Instancia, foi procedida a PENHORA no imóvel Apartamento No. 601 Tipo ´A´ do Edifício Brisa do Mar,

Selo Digital
AJZ12709-EMC8
Consulte a autenticidade em
https://selodigital.tjpb.jus.br

ESTA CERTIDÃO É PARTE INTEGRANTE DE UM CONJUNTO COMPOSTO DE: 01 CERTIDÃ(ÕES).

situado a Avenida Sapé, No. 434, Manaíra, nesta cidade, nos autos da Ação de Execução Fiscal, Processo n.º 0808790-69.2018.4.05.8200, movida pela FAZENDA NACIONAL, contra SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA E OUTRO, cujo imóvel é de propriedade de SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, geografa, portadora da CI n.º 1.412.531-2ª Via-SSP-PB e CPF n.º 738.298.114-20, PERMANECENDO Indisponibilidade constante no AV-5-41.249 E ARROLAMENTO DO R-6. Eu (_____) Lucas Correia C. Barreto, o digitei. O referido é verdade e dou fé. O Oficial_____

João Pessoa, 29 de junho de 2020

O Oficial do Registro

Eunápio Torres

Processo: **0808790-69.2018.4.05.8200**
Assinado eletronicamente por:
ANA MARIA MEDEIROS OASHI - Servidor Geral
Data e hora da assinatura: 30/06/2020 15:29:27
Identificador: 4058200.5886544
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

EUNÁPIO TORRES - 6º NOTARIAL E 2º REGISTRAL
Av. Dom. Renato Ribeiro Coutinho, 300 - Altiplano Cabo Branco - João Pessoa / PB
Telefone: (83) 3219-1234 - CNPJ: 09.362.310/0001-20 - www.eunapiotorres.com.br

20063015290930700000005904394

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO.

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA e outro
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CERTIDÃO

Certifico que procedi à penhora e avaliação do bem indicado, **item 3** , Apartamento nº 601-A do Edifício Brisa do Mar, situado à Avenida Sapé, nº 434, Manaíra, nesta capital, conforme Auto de Penhora / Auto de Depósito / Auto de Avaliação anexo, bem como intimei a executada Sandra Valentim Melo de Oliveira, fone: 98891-7814 da penhora realizada, dando-lhe conhecimento de todo o conteúdo e inteiro teor do presente mandado, a qual exarou seu ciente, recebendo contrafé que lhes entreguei. Nomeei depositária a Sra. Sandra Valentim Melo de Oliveira que aceitou o encargo. Procedi ao registro da penhora no Cartório Eunápio Torres, entregando contrafé e cópia do Auto de Penhora. Na oportunidade a executada informou que possui apenas o imóvel penhorado, entregando certidões dos Cartórios de Registro de Imóveis de João Pessoa e Cabedelo/PB, que seguem anexos (docs. 01 a 03). Deixei de penhorar o **item 4** , Veículo TOYOTA/ETIOS HB XLS 2013/2013, placa OGB3845, Renavam 00539154105, chassi 9BRK29BT2D0007416, por ter sido informado pela executada que em razão de Decisão/Sentença do Processo Nº 005050-15.2013.4.05.8200 - CLASSE 163, em tramitação nesta Justiça Federal, foi determinado o seqüestro do carro pela Polícia Federal, sendo o veículo entregue ao referido órgão, também anexos cópia da Decisão e Sentença (doc. 04). Também foi solicitado por esse Oficial de Justiça certidões aos Cartórios de Registro de Imóveis de João Pessoa e Cabedelo/PB, onde foi constatado que a titularidade dos imóveis dos **itens 1, 2, 5 e 6** pertencem a terceiros, que seguem anexos (docs. 05 a 07).

Diante do exposto, devolvo o presente mandado. Dou fé.

João Pessoa, 29 de junho de 2020.

CÁSSIO TIMÓTHEO DE SOUZA

Oficial de Justiça Avaliador Federal

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA e outro
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

MANDADO DE PENHORA, AVALIAÇÃO E REGISTRO OU BLOQUEIO DE BENS (BEM INDICADO)

VALOR DA DÍVIDA(*): R$ 2.808.970,52 (ATUALIZADO EM: 10/08/2018)
C D A (S): 42 1 18 005395-59
DEVEDOR(ES): SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA e outro
CPF Nº: 738.298.114-20
ENDEREÇO DO(A) DEVEDOR(A): RUA OZORIO QUEIROGA DE ASSIS, 541, APTO 702, BESSA, JOÃO PESSOA/PB, CEP: 58035-050
BEM(NS) INDICADO(S):
1) Apartamento nº 203 do Condomínio Enseada do Atlântico, situado na Av. Gov. Argemiro de Figueiredo, nº 880, Jardim Oceania, João Pessoa/PB;
2) Apartamento nº 2101 do Edifício Porto Real Residence, situado na Rua Giacomo Porto, Miramar, João Pessoa/PB;
3) Apartamento nº 601-A do Edifício Brisa do Mar, situado na Avenida Sapé, nº 434, Manaíra, João Pessoa/PB (Registro R3, Matrícula 41.249);
4) Veículo TOYOTA/ETIOS HB XLS 2013/2013, placas OGB3845, Renavam 00539154105, Chassi 9BRK29BT2D0007416;
5) Terreno/fração localizado no logradouro: Lote 24, Quadra G, S/N, Bairro Recanto do Po o, Cabedelo/PB, CEP: 58310-000, Livro 135, Folha 154;
6) Terreno/fração localizado no logradouro: Lote 23, Quadra G, S/N, Bairro Recanto do Po o, Cabedelo/PB, CEP: 58310-000, Livro 135, Folha 168;

O Juízo Federal da 5ª Vara, na forma da lei etc, **MANDA** a qualquer Oficial de Justiça Avaliador a quem for este apresentado, passado nos autos em epígrafe que, em seu cumprimento, dirija-se ao(s) endereço(s) indicado(s) ou a outro local e, sendo aí:

Proceda à **PENHORA OU ARRESTO** do(s) bem(ns) acima descrito(s), pertencente(s) à(s) parte(s) executada(s) , ou, não sendo possível a penhora deste(s), proceda à **PENHORA OU ARRESTO** em outro(s) bem(ns) também pertencente(s) à(s) parte(s) executada(s), tantos quantos bastem, para a satisfação da dívida no valor acima **(*sujeito a atualização)** , mais os acréscimos legais, na forma dos artigos 10 e 11 da **LEF** , lavrando o competente termo . **NOMEIE DEPOSITÁRIO, INTIMANDO-O** a não abrir mão do depósito, sem prévia autorização do Juízo. Efetive a **AVALIAÇÃO** e dê ciência ao(s) executado(s) para que se manifeste(m), querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre o valor atribuído ao(s) bem(ns) penhorado(s) . Recaindo a penhora sobre imóvel , intime o(s) cônjuge(s) do(s) executado(s), quando casado(s), e intime o Oficial do Registro Imobiliário competente, a quem se fará entrega da contrafé e cópia do termo ou do auto de penhora ou arresto, para que proceda ao **REGISTRO** (arts. 7º e 14, I, da **LEF**). Recaindo a penhora em veículo também efetive o registro da referida constrição por intermédio do aplicativo RENAJUD. Recaindo, por fim, em ações, debêntures, quota ou qualquer título, crédito ou direito societário nominativo , a entrega da contrafé far-se-á à Junta Comercial, Bolsa de Valores ou na Sociedade Comercial (art. 14, III, da **LEF**). **MANDA** , ainda, que proceda a buscas nos órgãos competentes, no sentido de localizar bens em nome do(s) executado(a)(s), para fins de penhora ou arresto e, uma vez constatada a existência de veículos automotores e não sendo estes localizados, fica, desde já, autorizado a proceder ao **BLOQUEIO** acautelatório do(s) referido(s) bem(ns) por intermédio do aplicativo RENAJUD. **CIENTIFIQUE** o(a)(s) executado(a)(s) de que dispõe(m) do prazo de 30 (trinta) dias para opor Embargos à Execução, contados a partir da data da penhora , sob pena de se presumirem por ele(s) aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pelo(a) exeqüente, e de que este Juízo funciona no endereço abaixo indicado, de segunda a sexta-feira no horário das 9 às 18 horas. **ADVIRTA(M)-SE** , por fim, o(s) executado(s), de que a não indicação ou ocultação dos bens do seu patrimônio passíveis de penhora poderá caracterizar **CONDUTA ATENTATÓRIA À DIGNIDADE DA JUSTIÇA** , ensejando a imposição de multa, além da busca e apreensão dos bens eventualmente localizados, nos termos do art. 774, V e parágrafo único do NCPC.

ATENÇÃO : Em caso de parcelamento da dívida na via administrativa, tal fato deverá ser imediatamente

Sandra Valentim Melo de Oliveira

comunicado a este Juízo, sob pena de se prosseguir com a execução.

ENDEREÇO DO JUÍZO: Seção Judiciária da Paraíba - 5ª Vara Federal - Fórum Juiz Federal Ridalvo Costa, situado à Rua João Teixeira de Carvalho, 480 - 3º Andar - Conjunto Pedro Gondim, nesta Capital - João Pessoa/PB - CEP: 58.031-900.

CUMPRA-SE , na forma e sob as penas da lei, ficando o Oficial de Justiça autorizado a proceder na forma do art. 212, §2º, do Novo Código de Processo Civil, inclusive com emprego de força policial e arrombamento, se necessário.

Eu, Servidor(a) da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária da Paraíba, conferi e subscrevo eletronicamente o presente mandado, por ordem do(a) MM(ª) Juiz(a) Federal.

João Pessoa, (data de validação no Sistema)

(*assinado eletronicamente*)

ET Eunapio Torres
6º SERVIÇO NOTARIAL E 2º REGISTRAL
Belª Maria Emília Coutinho Torres de Freitas
Tabeliã-Oficial do Registro de Imóveis
Belª Maria de Lourdes Coutinho Torres de Freitas
Bel. Francisco Evangelista de Freitas Júnior
Substitutos
Av. Com. Renato Ribeiro Coutinho, Nº 300
Altiplano Cabo Branco

25/06/2020

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária da Paraíba
5ª VARA

[redacted]

Processo nº 0808790-69.2018.4.05.8200

Ao(s) 18 dia (s) do mês de junho do ano de 2020, nesta cidade, dirigi-me a Rua Ozório Queiroga de Assis, 541, Apto. 702, Edifício Águas de Meron, Bessa, em cumprimento ao presente, expedido pelo MMº(ª) Juiz(a) Federal da Seção Judiciária da Paraíba, nos autos do processo promovido(a) pelo(a) FAZENDA NACIONAL contra JAIR BRANDÃO DE OLIVEIRA E OUTRO procedi à **PENHORA** do seguinte bem:

Apartamento sob nº 601, tipo A, do Edifício Brisa do Mar, situado na Avenida Sapé, nº 434, no bairro de Manaíra, nesta cidade, contendo: Varanda, jardineira, sala de estar/jantar, circulação, dois quartos, sendo uma suíte, quarto reversível, WC banheiro social, cozinha, WC e banheiro de empregada e uma vaga de garagem, com área real privativa de 78,93m², área de uso comum de 56,76m², fração ideal de 2,45%, cota ideal do terreno de 30,87m² e área real de 135,69m².

O imóvel está registrado no Cartório Eunápio Torres, Serviço Notarial e Registral, no Livro 2-CM1 de registro Geral do 2º Ofício do Registro de imóveis (Zona norte) da Comarca desta capital, às fls. 141, sob o número de Ordem R-6-41.249, datado de 26 de abril de 2018.

Tudo para garantia da dívida referida no Mandado supra, juros, multa de mora e demais encargos. E, para constar, eu, Oficial de Justiça Avaliador abaixo assinado, lavrei o presente Auto.

Ressalvas:

CÁSSIO TIMÓTHEO DE SOUZA
Oficial de Justiça Avaliador Federal

[redacted]

Ao(s) 18 dia (s) do mês de junho do ano de 2020, feita a penhora de que trata o Auto retro, dela assumiu o encargo de **DEPOSITÁRIO** o(a) Senhor(a) SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA, residente na Rua Ozório Queiroga de Assis, 541, Apto. 702, Edifício Águas de Meron, Bessa, nesta capital, CPF 738.298.114-20, que, como **FIEL DEPOSITÁRIO**, sujeitou-se às penas da lei. E, para constar, eu, Oficial de Justiça Avaliador Federal, lavro o presente Auto, que assino com o Depositário.

CÁSSIO TIMÓTHEO DE SOUZA
Oficial de Justiça Avaliador Federal

Sandra Valentim Melo de Oliveira
DEPOSITÁRIO

[redacted]

CERTIFICO, eu, Oficial de Justiça Avaliador, que logo após o presente ato, **INTIMEI** da penhora(s) executado(s) SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA, para, no prazo de lei, apresentar (em), querendo, os Embargos que tiver(em) a opor. O referido é verdade. Dou fé.

Em 18 de junho de 2020.

CÁSSIO TIMÓTHEO DE SOUZA
Oficial de Justiça Avaliador Federal

18/06/2020

[redacted]

Em cumprimento ao r. Mandado de Citação, Penhora, Avaliação e Registro, procedi à avaliação do(s) bem(ns) descrito(s) no Auto de Penhora retro, conforme segue:

Apartamento sob nº 601, tipo A, do Edifício Brisa do Mar, situado na Avenida Sapé, nº 434, no bairro de Manaíra, nesta cidade, contendo: Varanda, jardineira, sala de estar/jantar, circulação, dois quartos, sendo uma suíte, quarto reversível, WC banheiro social, cozinha, WC e banheiro de empregada e uma vaga de garagem, com área real privativa de 78,93m², área de uso comum de 56,76m², fração ideal de 2,45%, cota ideal do terreno de 30,87m² e área real de 135,69m². O imóvel foi avaliado conforme pesquisa de preço de mercado vigente através de sites de imóveis.

TOTAL DA AVALIAÇÃO:
R$ 270.000,00 (Duzentos e setenta mil reais)

João Pessoa, 18 de junho de 2020.

CÁSSIO TIMÓTHEO DE SOUZA
Oficial de Justiça Avaliador Federal

CARLOS ULYSSES

SERVIÇO NOTARIAL DO 1º OFÍCIO E REGISTRAL IMOBILIÁRIO DA ZONA SUL

TITULAR: Bel. Walter Ulysses de Carvalho

CERTIDÃO NEGATIVA DE BENS

CERTIFICO, o Bel. Walter Ulysses de Carvalho, Oficial do Registro de Imóveis da Zona Sul, da Comarca desta capital, conforme pedido nº 178.753, por virtude da Lei, etc. a pedido verbal de pessoa interessada e autorizado por Lei, que, procedido buscas no Livro 5º Indicador Pessoal do Registro de Imóveis, da Zona Sul da Comarca desta Capital, do meu cargo, deles, **NÃO CONSTA,** inscrição imobiliária, em nome de: **SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA, CPF: 738.298.114-20.** O referido é verdade; dou fé.

João Pessoa-PB, 30 de abril de 2020.

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba
Selo Digital de Fiscalização
Normal
AJY18987-VIAS
Confira os dados do ato em:
corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital

Oficial do Registro

Marcos Vinitius Farias Brito
Escrevente Substituto

CARLOS ULYSSES SERVIÇOS NOTARIAL E REGISTRAL - 1º OFÍCIO DE NOTAS TEL.: 3222-0393 JOÃO PESSOA PARAÍBA

Selo Digital
AJZ06575-CF85
Consulte a autenticidade em
https://selodigital.tjpb.jus.br

ESTA CERTIDÃO É PARTE INTEGRANTE DE UM CONJUNTO COMPOSTO DE: 01 CERTIDÃ(ÕES).

C E R T I D Ã O

C E R T I F I C O autorizado pela lei e a pedido verbal de pessoa interessada que revendo o livro 2-CM1 de Registro Geral do 2o. Oficio do Registro de Imóveis (Zona Norte) da Comarca desta Capital de meu cargo dele as fls. 141 sob o número de Ordem R-6-41.249, desta data de 26 de abril de 2018, consta Transcrição: Apartamento No. 601 Tipo 'A' do Edifício Brisa do Mar, situado a Avenida Sapé, No. 434, Manaíra, nesta cidade, contendo varanda, jardineira, sala de estar/jantar, circulação, dois, quartos, sendo um suíte, quarto reversível, WC banheiro social, cozinha, área de serviço, WC e banheiro de empregada e uma vaga de garagem, com área real privativa de 78,93m2, área de uso comum de 56,76m2, fração ideal de 2,45%, cota ideal do terreno de 30,87m2 e área real de 135,69m2, de propriedade de SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, geografa, portadora da CI n.º 1.412.531-2ª Via-SSP-PB e CPF n.º 738.298.114-20, residente na Av. Cel. Miguel Sátiro, n.º 280, apto. 2001, Cabo Branco, nesta capital, Certifico mais que pelo Ofício n.º OPE.0016.000616-5/2016, datado de 27 de maio de 2016, expedido pelo Juízo Federal da 16ª Vara Federal na Paraíba, Seção Judiciária de João Pessoa, foi procedida a INDISPONIBILIDADE do imóvel acima, nos autos do Processo n.º 0001029-88.2016.4.05.8200, que tramitam no referido Juízo em SEGREDO DE JUSTIÇA, Pelo Ofício datado de 06 de abril de 2018, com requisição nº 18.00.00.65.30, expedido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em João Pessoa, foi procedido o ARROLAMENTO do imóvel acima, nos termos dos arts. 64 e 64-A, da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997 e no § 5º do Art. 64 da Lei nº9.532 de 10 de dezembro de 1997, Eu, Flavio Jose Silva da Costa, o digitei o referido é verdade, dou fé

João Pessoa, 04 de maio de 2020

O Oficial do Registro

Eunapio Torres
6º SERVIÇO NOTARIAL E 2º REGISTRAL
Belª Maria Emília Coutinho Torres de Freitas
Tabelião-Oficial do Registro de Imóveis
Belª Maria de Lourdes Coutinho Torres de Freitas
Bel. Francisco Evangelista de Freitas Júnior
Substitutos
Av. Com. Renato Ribeiro Coutinho, Nº 300
Altiplano Cabo Branco

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Figueiredo Dornelas Serviço Notarial e Registral

Comarca de Cabedelo

Tânia Maria Dornelas de Melo - Titular
Roberto Régio de Melo Andrade - Thanyson Dornelas de Melo - Substitutos
Sthefany Dornelas de Melo - Robson Rogério Alexandre Martins - Substitutos

(3)

CERTIDÃO NEGATIVA DE IMÓVEIS

TÂNIA MARIA DORNELAS DE MELO - OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS DA CIDADE DE CABEDELO - ESTADO DA PARAÍBA, na forma da lei, **CERTIFICA**, a pedido verbal de pessoa interessada, que revendo os livros e anotações existentes, deles constatei que, até a presente data, **NÃO CONSTA** a existência de imóvel, em nome de: **SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA – CPF:738298114-20.** O referido é verdade. Dou fé.

Cabedelo – PB, 04 de Maio de 2020

OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS

20 (R.M)

Robson Rogério Alexandre Martins
FIGUEIREDO DORNELAS
Serviço Notarial e Registral
PREPOSTO

Figueirêdo Dornelas Serviço Notarial e Registral
1º Ofício de Notas e Privativo de Registro Imobiliário
Rua Aderbal Piragibe, 05 - Centro - CEP: 58310-000 - Cabedelo - PB
REGISTRO DE IMÓVEIS
CERTIDÃO NEGATIVA
Cabedelo-PB, 04/05/2020 10:30:30
Robson Rogério Alexandre Martins - Preposto
EMOL:R$ ***24,54 FARPEN:R$ **1,37 FERJ:R$ **4,90 ISS:R$ **,**
COD.CONTROLE: 2020-002441
SELO DIGITAL: AJW67953-LKHO
Confira a autenticidade em https://selodigital.tjpb.jus.br

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
2ª VARA FEDERAL

Justiça Federal
Fl. 319
Seção da Paraíba

PROCESSO Nº 005050-15.2013.4.05.8200 - CLASSE 163 – REPRESENTAÇÃO – JUIZ S
AUTOR: DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NA PARAÍBA

DECISÃO

Cuida-se de **Representação** formulada pelo **Departamento de Polícia Federal na Paraíba**, visando (fls 247/268):

a) **Prisão Preventiva** de Jair Brandão de Oliveira, Sandra Valentim Melo de Oliveira, Maria da Silva Santos e Rosa Cristina Cardoso da Silva;

b) **Busca e Apreensão** em endereços residenciais e comerciais de *"produto/proveito do crime, bem como os documentos e equipamentos utilizados para a falsificação dos documentos falsos utilizados ou que armazenem dados que possam confirmar a ligação existente entre os membros da organização criminosa. É ainda essencial a apreensão de documentos que detenham dados que auxiliem na localização dos bens que possam ter sido ocultados e possam vir a confirmar a relação entre membros e colaboradores da Organização Criminosa e suas atividades ilícitas"*;

c) **Sequestro de Bens Móveis e Imóveis** em nome de Sandra Valentim Melo de Oliveira;

d) **Condução Coercitiva** para Inquirição na Esfera Policial de Raquel Dutra Melo e Silva, Célia Maria de Menezes Freire, Jonathan Oliveira de Pontes, Edmílson Eugênio da Silva e Rosa Emmanuelle Eugênio de Lucena;

e) **Bloqueio das contas bancárias** em nome de Jair Brandão de Oliveira, Sandra Valentim Melo de Oliveira, Jonathan Oliveira de Pontes, Maria da Silva Santos e Rosa Cristina Cardoso da Silva;

f) **Bloqueio das contas bancárias** *"em nome das pessoas fictícias criadas pelo ORCRIM para recebimento dos valores pagos pelo INSS"*;

g) **Afastamento Cautelar** de Raquel Dutra Melo da Silva da Titularidade do Cartório de Ofício e Notas do Município de Capim (PB);

h) **Compartilhamento das Provas** com a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS.

Consta na Representação:

"O presente Inquérito Policial foi instaurado para apurar notícia de fraudes contra o INSS que vieram a tona após as investigações da Operação CARPE DIEM deflagrada pela Polícia Federal em Minas Gerais. A partir da compreensão do modo de agir da quadrilha mineira foi realizada pela APEGR busca nos sistemas DATAPREV de modo a verificar se outras quadrilhas também se utilizavam do mesmo *"modus operandi"* para fraudar a Previdência Social.
Entre outras tantas, descobriram-se as fraudes investigadas nestes autos, que vêm sendo realizadas por organização criminosa baseada nesta cidade de João Pessoa/PB.

Justiça Federal
Fl. 328
Seção da Paraíba

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
2ª VARA FEDERAL

serventias responsáveis pelo registro dos imóveis somente sejam encaminhados após a realização das diligências de busca e apreensão, caso autorizadas por esse juízo.

2.1 -Sequestro de bens móveis- Veículos

Veículos em nome da investigada SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA cujo seqüestro é aqui pleiteado.

ITEM	Veículo
2.1.1	VW/SAVEIRO 1.6 CS
2.1.2	MMC/Pajero TR4
2.1.3	TOYOTA HILUX 4X4 SRV
2.1.4	TOYOTA ETIOS XLS

2.2 Sequestro de Imóveis

Os imóveis relacionados abaixo foram adquiridos pela ORCRIM em nome da investigada SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA. A casa citada no item 2.2.3 foi adquirida pelo investigado JAIR BRANDÃO em doação para o investigado JONATHAN OLIVEIRA DE PONTES.

2.2.1. O apartamento 601 do edifício BRISA DO MAR situado na avenida Sapé 434, Bairro Manafra, João PessoaIPB foi adquirido pela quadrilha no ano de 2009 e colocado em nome da investigada SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA, como aliás foi feito com muitos dos imóveis e veículos adquiridos e utilizados pela Organização Criminosa, conforme Relatório de Inteligência 281/2014, às fls. 834.

2.2.2. O luxuoso apartamento 302-A do Edifício ROYAL RIVIERA RESIDENCE situado na rua da Enseada, 73, Bairro Ponta de Campina, cidade de Cabedelo/PB, foi adquirido pela Organização Criminosa em nome da investigada SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA. O imóvel é utilizado como residência da investigada SANDRA VALENTIM, sendo que o investigado JAIR BRANDÃO DE OLIVEIRA foi visto frequentando e pernoitando no imóvel. A Informação de Inteligência Policial 279/2014 (às fls. 776 dos autos) amparada em dados fornecidos pela construtora, ressalta que o imóvel foi adquirido à época por R$794.000,00 com pagamentos em dinheiro e mensais e em apenas 01 (um) mês a investigada pagou R$103.613,37. O representante legal da empresa construtora informou que "os pagamentos foram efetivados nas datas constantes dos relatórios, através de boletos bancários ou depósitos nas contas da Vertical Engenharia, na Caixa Econômica Federal ou UNICRED

2.2.3 A casa localizada na rua Prefeito Oswaldo Pessoa 361, Jaguaribe, João Pessoa/PB foi adquirida pelo investigado JAIR BRANDÃO DE OLIVEIRA e colocada em nome do investigado JONATHAN OLIVEIRA DE PONTES, quando este era menor, conforme Relatório 650/2014 de fls. 847.

2.2.4 Os Lotes 7, 14, 15 e 16 do CONDOMÍNIO LAGOS COUNTRY e RESORT localizado na BR230, km 84,5 - Município de GurinhémIPB foram adquiridos pela quadrilha em nome da investigada SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA. Os terrenos citados não foram registrados no Cartório responsável. A empreendedora LAGOS EMPREENDIMENTOS, entretanto informou a aquisição em nome da investigada, conforme documentos anexados a Informação de Inteligência 143/20 14, às fls. 766 dos autos principais.

2.2.5 Apartamento 203 do Condomínio ENSEADA DO ATLANTICO situado na avenida Governador Argemiro de Figueiredo 880, Bairro Jardim Oceania/Bessa, João Pessoa/PB, apartamento adquirido pela ORCRIM e que estaria em nome da investigada SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA. Este imóvel aparece como um dos bens do investigado JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA em um pen drive apreendido em poder de JAIR quando de sua prisão em flagrante delito no ano de 2012 na cidade do Crato/CE em companhia da investigada MARIA DA SILVA SANTOS. (Informação 142/2014, às fls. 753 dos autos). As informações colhidas entre os demais moradores do prédio e também junto a Administradora do Condomínio não deixam dúvida de que a organização criminosa adquiriu o imóvel em nome de SANDRA VALENTIM, como demonstra a Informação de Inteligência 216/2014 às fls. 1088). Sabe-se ainda que o apartamento aqui citado está alugado para terceiros, sem relação com a ORCRIM.

2.2.6 Apartamento 2101 do Edifício PORTO REAL RESIDENCE situado na Rua Dr. Giácomo Porto lote 408, Bairro Miramar, João PessoaIPB. O presente apartamento, ainda em construção, foi adquirido pela organização criminosa diretamente da Construtora ECOM Construções LTDA pelo valor de R$1.360.916,54 em outubro de 2012. A Construtora informou que quem comparecia para pagar as prestações era o investigado JAIR BRANDÃO mas sempre com cheques da investigada SANRA VALENTIM. (os detalhes acerca da aquisição deste imóvel pela quadrilha encontram-se às fls. 9 e seguintes na Informação de Inteligência 212/2014)

JUSTIÇA FEDERAL Fls. 502 SEÇÃO DA PARAÍBA

PROCESSO N. 0005051-97.2013.4.05.8200
CLASSE: 240 - (AÇÃO PENAL)
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RÉUS: JAIR BRANDÃO DE OLIVEIRA, SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA, MARIA DOS SANTOS SILVA e ROSA CRISTINA CARDOSO SEIXAS

SENTENÇA - Tipo D

RELATÓRIO

01. Trata-se de ação penal movida pelo Ministério Público Federal contra **JAIR BRANDÃO** DE OLIVEIRA, **SANDRA VALENTIM** MELO DE OLIVEIRA, **MARIA DA SILVA** SANTOS e **ROSA CRISTINA** CARDOSO SEIXAS, imputando-lhes a prática dos seguintes delitos:

a) ao primeiro: o art. 2.°, § 4°, inc. II, da Lei n.° 12.850/2013; o art. 171, *caput*, § 3°, do CP, c/c art. 29, do CP (por 29 vezes), contra o INSS, e (por 88 vezes) contra a CEF; art. 299 c/c art. 29, do CP (por 8 vezes); art. 297 c/c art. 29, do CP (por 21 vezes); art. 1.°, *caput*, e § 4°, da Lei n° 9.613/98 c/c art. 29 do CP;

b) segunda acusada: o art. 2.°, § 4°, inc. II, da Lei n.° 12.850/2013; art. 171, *caput*, § 3°, do CP, c/c art. 29, do CP (por uma vez) contra o INSS; art. 299 c/c art. 29 do CP (por uma vez); art. 1°, *caput* e § 4°, da Lei n° 9.613/98, c/c art. 29, do CP;

c) terceira acusada: o art. 2.°, § 4°, inc. II, da Lei n.° 12.850/2013; art. 171, *caput*, § 3°, do CP, c/c art. 29, do CP (por 25 vezes), contra o INSS, e (por 13 vezes) contra a CEF; art. 299 c/c art. 29 do CP (por cinco vez); art. 297 c/c art. 29, do CP (por 21 vezes);

d) quarta acusada: o art. 2.°, § 4°, inc. II, da Lei n.° 12.850/2013; o art. 171, *caput*, § 3°, do CP, c/c art. 29, do CP (por uma vez) contra o INSS, e (por uma vez) contra a CEF; art. 299 c/c art. 29 do CP (por uma vez).

02. Segundo a denúncia:

• A Policia Federal de Minas Gerais desencadeou a denominada "Operação Carpe Diem", na qual se constatou a existência de fraudes na obtenção de inúmeros benefícios previdenciários, do tipo pensão por morte, em vários estados da Federação, inclusive na Paraíba/PB;

• A partir desta informação, a Policia Federal da Paraíba iniciou investigação criminal, da qual originou a denominada "operação clone", em que se descobriu um esquema de falsificação de documentos com o escopo de obtenção de benefícios previdenciários, especificamente pensão por morte. Aduz que referido esquema causou um prejuízo de R$11.421.570,25(onze milhões, quatrocentos e vinte e um mil, quinhentos e setenta reais e vinte e cinco centavos);

JUSTIÇA FEDERAL Fls. 538 SEÇÃO DA PARAÍBA

PROCESSO N. 0005051-97.2013.4.05.8200

119. Pelo exposto, portanto, é o caso de proceder à emendatio libelli e condenar os réus JAIR BRANDÃO, SANDRA VALENTIM e MARIA DA SILVA SANTOS nas penas do art. 288 do Código Penal.

Do crime de lavagem de dinheiro

120. Para a caracterização da lavagem de dinheiro, além da existência de um delito antecedente, cujo capital resultante de sua prática busque-se ocultar, não se prescinde da presença do propósito do agente em dar uma aparência de licitude na utilização do capital obtido de forma ilícita.

121. Decerto, no crime de lavagem de dinheiro, a conduta do agente consiste em dar um aspecto lícito ao capital obtido de forma espúria, de modo que sem a presença desse especial fim de agir, não há que se falar em seu cometimento.

122. A conduta de "lavar dinheiro" está composta por várias fases, vários atos. Há uma complexidade de comportamentos, geralmente ligados e fracionados, direcionados à finalidade única de converter os valores e bens ilícitos em capitais ou bens plenamente disponíveis por seus titulares.

123. Com efeito, o processo de branqueamento de capitais encadeia-se em três fases (alternativas ou cumulativas), quais sejam: a conversão, a dissimulação e a integração[11].

124. Na conversão, busca-se inserir o capital no mercado, de modo a fracioná-lo, e, assim, desvinculá-lo de sua origem ilícita. Na dissimulação, por sua vez, visa-se a apagar o rastro de ilicitude por meio da realização de negócios, transações, a fim de dissimular ou ocultar a proveniência espúria, tanto que essa fase é conhecida como a lavagem propriamente dita. Por fim, na integração, os ativos, após lavados, são reinseridos no sistema produtivo, e se perfazem, normalmente, pela constituição de empresas ou mesmo aquisição de bens.

125. Na espécie, não vislumbro o dolo de ocultação reclamado pelo tipo em comento.

126. Sob a ótica do MPF, os réus JAIR BRANDÃO e SANDRA VALENTIM adquiriram os seguintes bens como forma de ocultar capital obtido ilicitamente: i) apartamento no edf. Rio Arauá (fls. 947/966 - IPL); ii) 04 (quatro) terrenos no Condomínio Lagos Country (fls. 766/769 - IPL); iii) apartamento no edf. Brisa do Mar (fls. 834/845 - IPL); iv) apartamento no Condomínio Enseada do Atlântico (fls. 1088/1120 - IPL); v) apartamento no edf. Royal Riviera Residence (fls. 726/829 - IPL); vi) apartamento no edf. Porto Real Residence; vii) veículo VW/Saveiro - placa MOM-8172; viii) veículo MMC/Pajeiro - placa OGA-8420; ix) veículo Toyota Hillux 4x4 SRV - placa NPY-2572; e x) veículo Toyota Etios XLS - placa - OGB-3845.

[11] SOUZA NETTO, José Laurindo. *Lavagem de Dinheiro.* Curitiba: Juruá Editora, 2004, p. 42.

JUSTIÇA FEDERAL Fls. 555 SEÇÃO DA PARAÍBA

PROCESSO N. 0005051-97.2013.4.05.8200

342. Oficie-se ao INSS, determinando a suspensão do pagamento das pensões n.º 111.660.053-3 e 123.721.947-4, cujos titulares são as pessoas fictícias Francisco Luiz de Oliveira Neto e Antônio Torres Brandão Neto.

343. Transitada em julgado a presente sentença, após a devida certificação, adote a secretaria da vara as seguintes providências:

- a avaliação e posterior leilão dos seguintes bens sequestrados:

  i) 04 (quatro) terrenos no Condomínio Lagos Country (fls. 766/769 - IPL); ii) apartamento no edf. Brisa do Mar (fls. 834/845 - IPL); iii) apartamento no Condomínio Enseada do Atlântico (fls. 1088/1120 - IPL); iv) apartamento no edf. Porto Real Residence (fls. 968/1016-IPL);

- envio dos automóveis para leilão:

  i) veículo VW/Saveiro - placa MOM-8172 (avaliação - fl. 2655-IPL; ii) veículo MMC/Pajeiro - placa OGA-8420 (avaliação - fl. 2876); iii) veículo Toyota Etios XLS - placa - OGB-3845 (fl. 2869 - IPL).

- lançar o nome dos acusados JAIR BRANDÃO DE OLIVEIRA, SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA, MARIA DA SILVA SANTOS no rol dos culpados;

- oficiar ao TRE/PB para os fins do art. 15, III, da Constituição Federal;

- remeter os autos à distribuição para que sejam alteradas as situações de JAIR BRANDÃO DE OLIVEIRA "Condenado - preso"; SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA "condenado - solto;" MARIA DA SILVA SANTOS "Condenado - solto" e ROSA CRISTINA CARDOSO SEIXAS "absolvido"

- quanto aos demais bens apreendidos durante as investigações (os celulares, aparelhos eletrônicos e unidades de armazenamento de mídia) devem ser devolvidos aos réus. Devolvam-se também os demais documentos e objetos não relacionados aos fatos em comento.

344. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

João Pessoa, 03 de março de 2017.

MANUEL MAIA DE VASCONCELOS NETO
Juiz Federal Titular da 16ª Vara

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

(5)

ESTADO DA PARAÍBA

FIGUEIREDO DORNELAS SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

COMARCA DE CABEDELO

TITULAR: TÂNIA MARIA DORNELAS DE MELO

SUBSTITUTOS: ROBERTO REGIO DE MELO ANDRADE - THANYSON DORNELAS DE MELO

STHEFANY DORNELAS DE MELO - MARCUS ANTHONY DORNELAS DE MELO

Rua Monsenhor Walfredo Leal, 123 – Centro – CEP 58310-000 – Tel/Fax: (0xx83) 3228-1142 / 3228-3805 – Cabedelo – PB

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

PROTOCOLO

2020-000086

TANIA MARIA DORNELAS DE MELO, Titular do Registro de Imóveis da cidade de Cabedelo, Estado Paraiba, na forma da Lei, **CERTIFICA**, a pedido verbal de pessoa interessada, que pesquisando nos Livros de Registro de Imóveis encontrou o imóvel abaixo caracterizado, transcrevendo, no presente documento, os registros, averbações e anotações concementes ao bem especificado.

MATRICULA: 18.645

IMOVEL: LOTE DE TERRENO PROPRIO, SOB LETRA "S" DA QUADRA "G" NO MUNICIPIO DE CABEDELO. REGISTRO DE IMOVEIS: NO MUNICIPIO DE CABEDELO, MATRICULA 018622 R/A: 0001, LIVRO: 2-A2 FOLHA: 001, MATRICULA 009920 R/A: 0002, LIVRO: 2-J1 FOLHA: 168, EM 29/02/2000. PROPRIETARIO: SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSAO COMERCIANTE, CPF: 738298114-20, IDENTIDADE: 1412531 SSP/PB, ENDERECO: R PASTOR JOSE F. DA SILVA 078 JOAO PESSOA/PB. DOU FÉ. CABEDELO (PB), 10 DE MARCO DE 2000. OFICIAL.

DATA: 10 DE MARÇO DE 2000.
AV-01-018645-PROCEDE-SE A ESTA AVERBACAO DE ACORDO COM ALVARA DE REMEMBRAMENTO, PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO, NR. 085/2000 E PLANTA APROVADA, DATADO DE 03 MARCO DE 2000. DOU FÉ. CABEDELO (PB), 10 DE MARCO DE 2000. OFICIAL.

DATA: 22 DE MARÇO DE 2000.
R-02-018645-DE ACORDO COM CONTRATO DE MUTUO PARA CONSTRUCAO COM GARANTIA HIPOTECARIA, NR. 8.0037.0000682-4 - FGTS, DATADO DE 20 MARCO DE 2000, O IMOVEL ACIMA MATRICULADO FOI DADO EM GARANTIA HIPOTECARIA POR SEUS PROPRIETARIOS À CAIXA ECONOMICA FEDERAL.. DOU FÉ. CABEDELO (PB), 22 DE MARCO DE 2000. OFICIAL.

DATA: 21 DE SETEMBRO DE 2000.
AV-03-018645-PROCEDE-SE A ESTA AVERBACAO DE ACORDO COM CARTA DE HABITE-SE, PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO, NR 484/2000, PROC. 4698/2000, DATADO DE 21 SETEMBRO DE 2000, PARA CONSTAR QUE FOI CONSTRUIDO FOI CONSTRUIDO O PREDIO RESIDENCIAL QUE TOMOU O NR 92 (NOVENTA E DOIS), SITUADO NA RUA PROJETADA "X", COM UMA AREA CONSTRUIDA DE 182,00M2, DE ALVENARIA, COBERTO DE TELHAS E LAJES, CONTENDO GARAGEM, SALA UNICA, TRES QUARTOS, SENDO DOIS SUITES, COZINHA, CIRCULACAO, AREA DE SERVICO, WC SOCIAL, DESPENSA DE EMPREGADA COMPLETA, INSTALACAO DE AGUA E LUZ ELETRICA, ENCONTANDO-SE AINDA HIPOTECADO A CEF, CONFORME R-02-18.645, EM DATA DE 22/03/2000, DE PROPRIEDADE DA SRA SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA; SENDO APRESENTADOS AINDA O ALVARA NR 086/2000 E A CERTIDAO NEGATIVA DE DEBITOS COM O INSS/CND. DOU FÉ. CABEDELO (PB), 21 DE SETEMBRO DE 2000. OFICIAL.

DATA: 10 DE AGOSTO DE 2009.
AV-04-018645-PROCEDE-SE A ESTA AVERBACAO DE ACORDO COM AUTORIZACAO DE BAIXA DE HIPOTECA, CAIXA ECONOMICA FEDERAL, AQUI APRESENTADA, DATADO DE 03 AGOSTO DE 2009, PARA CONSTAR A BAIXA DA HIPOTECA REFERENTE AO IMÓVEL CONSTANTE DA PRESENTE MATRÍCULA, PASSANDO AO PATRIMONIO IMOBILIARIO DE SUA ATUAL PROPRIETARIA, SRA SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA, LIVRE E DESEMBARACADO DE ONUS, SEM NENHUMA CLAUSULA DE INALIENABILIDADE. DOU FÉ. CABEDELO (PB), 10 DE AGOSTO DE 2009. OFICIAL.

DATA: 26 DE AGOSTO DE 2009.
R-05-018645-DE ACORDO COM ESCRITURA PUBLICA DE COMPRA E VENDA, NESTE SERVICO NOTARIAL E REGISTRAL, LIVRO 180, FLS 192, DATADO DE 13 AGOSTO DE 2009, O IMOVEL ACIMA MATRICULADO FOI ADQUIRIDO POR ALEXANDRE ANTONIO BEZERRA DE MEDEIROS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSAO CORRETOR, CPF: 907667254-72, IDENTIDADE: 1657478-SSP/PB, ENDERECO: R PROF SALATIEL F. DE MEDEIROS 92 CABEDELO/PB. PELO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS). DOU FÉ. CABEDELO (PB), 26 DE AGOSTO DE 2009. OFICIAL.

DATA: 13 DE MARÇO DE 2014.
AV-06-018645-PROCEDE-SE A ESTA AVERBACAO DE ACORDO COM ALVARA DE DESMEMBRAMENTO, PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO, NR 2014/00059.8, DATADO DE 12 MARCO DE 2014, PARA CONSTAR QUE O IMOVEL ACIMA

MATRICULADO FOI "DESMEMBRADO", ORIGINANDO OS LOTES NRS 23 E 24, MATRICULADOS RESPECTIVAMENTE SOB NRS 28.304 E 28.305. M-A-T-R-I-C-U-L-A—E-N-C-E-R-R-A-D-A. DOU FÉ. CABEDELO (PB), 13 DE MARCO DE 2014. OFICIAL.

Cabedelo - PB, 06 de Maio de 2020

ROBSON ROGÉRIO ALEXANDRE MARTINS
PREPOSTO

Robson Rogério Alexandre Martins
FIGUEIREDO DORNELAS
Serviço Notarial e Registral
PREPOSTO

VALIDO EM TODO TERRITORIO NACIONAL QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Figueiredo Dornelas Serviço Notarial e Registral

Comarca de Cabedelo

Tânia Maria Dornelas de Melo - Titular
Roberto Régio de Melo Andrade - Thanyson Dornelas de Melo - Substitutos
Sthefany Dornelas de Melo - Robson Rogério Alexandre Martins - Substitutos

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

PROTOCOLO
2020-000083

TANIA MARIA DORNELAS DE MELO, Titular do Registro de Imóveis da cidade de Cabedelo, Estado Paraiba, na forma da Lei, **CERTIFICA**, a pedido verbal de pessoa interessada, que pesquisando nos Livros de Registro de Imóveis encontrou o imóvel abaixo caracterizado, transcrevendo, no presente documento, os registros, averbações e anotações concernentes ao bem especificado.

MATRICULA: 28.304

IMOVEL: LOTE DE TERRENO PROPRIO (DESMEMBRADO DO LOTE "S") NA PRAIA DO POCO, BENEFICIADO COM A CASA SOB NR 92, CONTENDO UMA AREA DE 182,00M2, DE ALVENARIA, COBERTO DE LAJES, GARAGEM, SALA UNICA, TRES QUARTOS, SENDO DOIS SUITES, COZINHA, CIRCULACAO, AREA DE SERVICO, WC SOCIAL, DESPENSA DE EMPREGADA COMPLETA, INSTALACAO DE AGUA E LUZ ELETRICA, SOB O NO. 23 DA QUADRA "G" LOTEAM. RECANTO DO POCO NO MUNICIPIO DE CABEDELO, ASSIM CARACTERIZADO: MEDINDO 18,00M, LIMITANDO-SE PELA FRENTE COM A RUA PROFESSOR SALATIEL FERNANDES DE MEDEIROS, 17,00M, LIMITANDO-SE COM OS LOTES 09 E 10, 30,00M PELO LADO DIREITO, LIMITANDO-SE COM O LOTE 22 E PELO LADO ESQUERDO MEDE 24,18M MAIS UMA REENTRANCIA DE 2,00M MAIS UM SEGMENTO DE 6,00M, LIMITANDO-SE COM O LOTE 24, COM UMA AREA TOTAL DE 552,00M2. REGISTRO DE IMOVEIS: NO MUNICIPIO DE CABEDELO, MATRICULA 018645, EM 13/03/2014, LIVRO -, FOLHA 001. PROPRIETARIO: ALEXANDRE ANTONIO BEZERRA DE MEDEIROS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSAO CORRETOR, CPF: 907667254-72, IDENTIDADE: 16574778-SSP/PB, ENDERECO: R PROF SALATIEL F. DE MEDEIROS 92 CABEDELO/PB. DOU FÉ. CABEDELO (PB), 13 DE MARCO DE 2014. OFICIAL.

DATA: 13 DE MARÇO DE 2014.

AV-01-028304-PROCEDE-SE A ESTA AVERBACAO DE ACORDO COM ALVARA DE DESMEMBRAMENTO, PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO, NR 2014/000059.8, DATADO DE 12 MARCO DE 2014, PARA CONSTAR QUE O IMOVEL ACIMA MATRICULADO FOI DESMEMBRADO, CONFORME O ENUNCIADO. DOU FÉ. CABEDELO (PB), 13 DE MARCO DE 2014. OFICIAL.

Cabedelo - PB,06 de Maio de 2020

ROBSON ROGÉRIO ALEXANDRE MARTINS
PREPOSTO

Robson Rogério Alexandre Martins
FIGUEIREDO DORNELAS
Serviço Notarial e Registral
PREPOSTO

Figueirêdo Dornelas Serviço Notarial e Registral
1º Ofício de Notas e Privativo de Registro Imobiliário
Rua Aderbal Piragibe, nº 05, Centro, CEP 58310-000 - Cabedelo - PB
REGISTRO DE IMÓVEIS

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR
Cabedelo-PB, 06/05/2020 10:16:47
Robson Rogério Alexandre Martins - Preposto
EMOL:R$ XXXXX,00 FARPEN:R$ XX,00 FEPJ:R$ XX,00 ISS:R$ X,00
COD.CONTROLE: 2020-002473
SELO DIGITAL: AIJ18391-8UU5
Confira a autenticidade em https://selodigital.tjpb.jus.br

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Emitido por: RODRIGO LINDEMBERG MIRANDA MELO no dia 06/05/2020 às 10:14:34

Rua Aderbal Piragibe, nº 05 - Centro - Cabedelo - PB - Fones: (83) 3228-1142 / 3228-3805

NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Figueiredo Dornelas Serviço Notarial e Registral

Comarca de Cabedelo

Tânia Maria Dornelas de Melo - Titular
Roberto Régio de Melo Andrade - Thanyson Dornelas de Melo - Substitutos
Sthefany Dornelas de Melo - Robson Rogério Alexandre Martins - Substitutos

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

PROTOCOLO
2020-000084

TANIA MARIA DORNELAS DE MELO, Titular do Registro de Imóveis da cidade de Cabedelo, Estado Paraiba, na forma da Lei, **CERTIFICA**, a pedido verbal de pessoa interessada, que pesquisando nos Livros de Registro de Imóveis encontrou o imóvel abaixo caracterizado, transcrevendo, no presente documento, os registros, averbações e anotações concernentes ao bem especificado.

MATRICULA: 28.305

IMOVEL: LOTE DE TERRENO PROPRIO (DESMEMBRADO DO LOTE "S") NA PRAIA DO POCO, SOB O NO. 024 DA QUADRA "G" LOTEAM. RECANTO DO POCO NO MUNICIPIO DE CABEDELO, ASSIM CARACTERIZADO: MEDINDO 10,00M, LIMITANDO-SE PELA FRENTE COM A RUA PROFESSOR SALATIEL FERNANDES DE MEDEIROS, 11,00M, LIMITANDO-SE COM O LOTE 09, 30,00M PELO LADO ESQUERDO, LIMITANDO-SE COM O LOTE 25 E PELO LADO DIREITO MEDE 24,18M MAIS UMA REENTRANCIA DE 2,00M MAIS UM SEGMENTO DE 6,00M, LIMITANDO-SE COM O LOTE 23, COM UMA AREA TOTAL DE 288,00M2. REGISTRO DE IMOVEIS: NO MUNICIPIO DE CABEDELO, MATRICULA 018645, EM 13/03/2014, LIVRO - , FOLHA 001. PROPRIETARIO: ALEXANDRE ANTONIO BEZERRA DE MEDEIROS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSAO CORRETOR, CPF: 907667254-72, IDENTIDADE: 16574778-SSP/PB, ENDERECO: R PROF SALATIEL F. DE MEDEIROS 92 CABEDELO/PB. DOU FÉ. CABEDELO (PB), 13 DE MARCO DE 2014. OFICIAL.

DATA: 13 DE MARÇO DE 2014.

AV-01-028305-PROCEDE-SE A ESTA AVERBACAO DE ACORDO COM ALVARA DE DESMEMBRAMENTO, PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO, NR 2014/000059.8, DATADO DE 12 MARCO DE 2014, PARA CONSTAR QUE O IMOVEL ACIMA MATRICULADO FOI DESMEMBRADO, CONFORME O ENUNCIADO. DOU FÉ. CABEDELO (PB), 13 DE MARCO DE 2014. OFICIAL.

Cabedelo - PB, 06 de Maio de 2020

ROBSON ROGÉRIO ALEXANDRE MARTINS
PREPOSTO

Robson Rogério Alexandre Martins
FIGUEIREDO DORNELAS
Serviço Notarial e Registral
PREPOSTO

Figueirêdo Dornelas Serviço Notarial e Registral
1º Ofício de Notas e Privativo de Registro Imobiliário
Rua Aderbal Piragibe, 05 - Centro - CEP: 58310-000 - Cabedelo - PB
Fone/Fax: (83) 3228-1142

REGISTRO DE IMÓVEIS
CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR
Cabedelo-PB, 06/05/2020 10:16:47
Robson Rogério Alexandre Martins - Preposto
EMOL:R$ XXXXX0,00 FARPEN:R$ XX0,00 FEPJ:R$ XX0,00 ISS:R$ XX,00
COD.CONTROLE: 2020-002473
SELO DIGITAL: AIJ18391-8UU5
Confira a autenticidade em https://selodigital.tjpb.jus.br

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Emitido por: RODRIGO LINDEMBERG MIRANDA MELO no dia 06/05/2020 às 10:14:54

Rua Aderbal Piragibe, nº 05 - Centro - Cabedelo - PB - Fones: (83) 3228-1142 / 3228-3805

ATO OFICIAL PELO TRIBUNAL DE PRESTÍGIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Eunápio Torres
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
Titular: Belª. Maria Emília Coutinho Torres de Freitas

ESTA CERTIDÃO É PARTE INTEGRANTE DE UM CONJUNTO COMPOSTO DE: 01 CERTIDÃ(ÕES).

CERTIDAO DE INTEIRO TEOR

C E R T I F I C O autorizado pela lei e a pedido verbal de pessoa interessada que revendo a Matrícula 113.679 de Registro Geral do 2º Ofício do Registro de Imóveis (Zona Norte) da Comarca desta Capital de meu cargo sob o numero de Ordem 113.679 data de 11 de julho de 2014, consta Transcrição: UNIDADE AUTÔNOMA DE Nº 2101, DO CONJUNTO RESIDENCIAL PORTO REAL, situado a rua Giacomo Porto, sob nº 99, esquina com a rua Hildebrando Tourinho, no bairro Miramar, nesta cidade, Composta de: sala de estar/jantar, terraço panorâmico, lavabo, escritório com BWC, 04 (quatro) suítes, sendo 01 (um) suíte máster com closet e varanda, sala de estar intimo, circulação, cozinha, área de serviço, um quarto de serviço, 01 (um) bwc de serviço e 04 (quatro) vagas de garagens cobertas, com área real privativa da unidade de 315,230m2, área real de uso comum pertinente a unidade de 46,9200m2, área real total da unidade de 559,3175m2, área equivalente de construção total da unidade de 394,5197m2, coeficiente de proporcionalidade da unidade de 0,0152, fração ideal de 197,1675m2 e cota ideal do terreno de 77,8819m2. PROPRIETÁRIO: ECOM CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.745.917/0001-79, com sede na Rua Dep.Odon Bezerra, n.º 184, sala E-313, Centro, nesta Capital, neste ato representada por seu sócio-diretor o Sr. Rafael Mendonça Maia, brasileiro, solteiro, empresário, CPF n.º 054.199.744-01 e CI n.º 2.781.865-SSP/PB, residente e domiciliado na Rua Padre Ayres, n.º 588/2501, Miramar, nesta Cidade. TÍTULO ANTERIOR: Matricula AV.6.83.296 em 11.07.2014, Zona Norte. O referido é verdade e dou fé,

AV-1-113.679 em 02.06.2016
Certifico que pelo Ofício n.º OPE.0016.000616-5/2016, datado de 27 de maio de 2016, expedido pelo Juízo Federal da 16ª Vara Federal na Paraíba, Seção Judiciária de João Pessoa, foi procedida a INDISPONIBILIDADE do imóvel UNIDADE AUTÔNOMA DE Nº 2101, DO CONJUNTO RESIDENCIAL PORTO REAL, situado a rua Giacomo Porto, sob nº 99, esquina com a rua Hildebrando Tourinho, no bairro Miramar, nesta cidade, de propriedade da ECOM CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.745.917/0001-79, com sede na Rua Dep.Odon Bezerra, n.º 184, sala E-313, Centro, nesta Capital, nos autos do Processo n.º 0001029-88.2016.4.05.8200, que tramitam no referido

Selo Digital
AJR21635-LUO6
Consulte a autenticidade em
https://selodigital.tjpb.jus.br

ESTA CERTIDÃO É PARTE INTEGRANTE DE UM CONJUNTO COMPOSTO DE: 01 CERTIDÃ(ÕES).

Juízo em SEGREDO DE JUSTIÇA. Eu ( ), Lucas Correia C. Barreto, o digitei. O referido é verdade e dou fé. O Oficial_____

João Pessoa, 07 de maio de 2020

O Oficial do Registro

Eunapio Torres
6º SERVIÇO NOTARIAL E 2º REGISTRAL
Belª Maria Emília Coutinho Torres de Freitas
Tabelião-Oficial do Registro de Imóveis
Belª Maria de Lourdes Coutinho Torres de Freitas
Bel. Francisco Evangelista de Freitas Júnior
Substitutos
Av. Com. Renato Ribeiro Coutinho, Nº 300
Altiplano Cabo Branco

Eunápio Torres
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
Titular: Belª. Maria Emília Coutinho Torres de Freitas

ESTA CERTIDÃO É PARTE INTEGRANTE DE UM CONJUNTO COMPOSTO DE: 01 CERTIDÃ(ÕES).

CERTIDAO DE INTEIRO TEOR

C E R T I F I C O autorizado pela lei e a pedido verbal de pessoa interessada que revendo a Matrícula 65.889 de Registro Geral do 2º Ofício do Registro de Imóveis (Zona Norte) da Comarca desta Capital de meu cargo sob o numero de Ordem 65.889 data de 13 de fevereiro de 2004, consta Transcrição: APARTAMENTO TIPO 'C' sob n.º 203, do Residencial ENSEADA DO ATLÂNTICO, situado à Avenida Governador Argemiro de Figueiredo, n.º 880, no bairro Jardim Oceania, nesta cidade, composto de: Suíte de casal, suíte 01, quarto simples, WC social, circulação social, estar com varanda, sala de jantar, cozinha, quarto de empregada com WC, área de serviço e duas vagas de garagem, com área de construção privativa de 123,41m2, área de uso comum com garagem de 32,58m2, área de construção global de 155,99m2, fração ideal de 0,0731 e cota ideal do terreno de 73,10m2, edificado em terreno foreiro ao Domínio da União. PROPRIETÁRIO: Firma MEGA CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA, com sede nesta cidade, inscrita no CGC n.º 03.880.896/0001-39, devidamente representada por seus sócios Rinaldo Galvão de Oliveira, CPF n.º 005.188.404-68 e Lourival Batista Cabral, CPF n.º 023.230.874-87, ambos brasileiros, residentes nesta cidade. TÍTULO ANTERIOR: Livro 2-BU1, as fls. 188, sob o numero de Ordem 30.546, Zona Norte. Dou fé

R-1-65.889 em 19.06.2015.
Pela Escritura Pública de Compra e Venda, datada de 25.05.2015, lavrada no Cartório Eunápio Torres, 6º Oficio de notas desta capital, no Livro 233, fls. 34, a proprietária vendeu o imóvel acima à Sra. LUCIANA ARAÚJO SILVA, brasileira, solteira, empresária, portadora da CI n.º 1.901.316-2ª via-SSP-PB e CPF n.º 034.835.904-71, residente e domiciliada na Rua Adália Suassuna Barreto, 280, apto. 108, bairro dos Estados, nesta capital, pelo valor real de R$ 112.900,00 e fiscal de R$ 374.376,00 sem condições. O referido é verdade e dou fé. O Oficial

AV-2-65.889 em 02.06.2016
Certifico que pelo Ofício n.º OPE.0016.000616-5/2016, datado de 27 de maio de 2016, expedido pelo Juízo Federal da 16ª Vara Federal na Paraíba, Seção Judiciária de João

ESTA CERTIDÃO É PARTE INTEGRANTE DE UM CONJUNTO COMPOSTO DE: 01 CERTIDÃ(ÕES).

Pessoa, foi procedida a INDISPONIBILIDADE do imóvel APARTAMENTO TIPO 'C' sob n.º 203, do Residencial ENSEADA DO ATLÂNTICO, situado à Avenida Governador Argemiro de Figueiredo, n.º 880, no bairro Jardim Oceania, nesta cidade, de propriedade da Sra. LUCIANA ARAÚJO SILVA, brasileira, solteira, empresária, portadora da CI n.º 1.901.316-2ª via-SSP-PB e CPF n.º 034.835.904-71, residente e domiciliada na Rua Adália Suassuna Barreto, 280, apto. 108, bairro dos Estados, nesta capital, nos autos do Processo n.º 0001029-88.2016.4.05.8200, que tramitam no referido Juízo em SEGREDO DE JUSTIÇA. O referido é verdade e dou fé. O Oficial

AV-3-65.889 em 14.03.2017
Certifico que pelo Ofício n.º OPE.0016.000140-3/2017, datado de 17 de fevereiro de 2017, expedido pelo Juízo Federal da 16ª Vara da Seção Judiciária de João Pessoa - Justiça Federal na Paraíba, foi procedido o LEVANTAMENTO da INDISPONIBILIDADE, constante no AV-2-65.889, proferida nos autos do Incidente de Restituição de Coisas Apreendidas, Processo n.º 0003513-76.2016.405.8200, ficando o imóvel APARTAMENTO TIPO 'C' sob n.º 203, do Residencial ENSEADA DO ATLÂNTICO, situado à Avenida Governador Argemiro de Figueiredo, n.º 880, no bairro Jardim Oceania, nesta cidade, livre do ônus que o gravava. O referido é verdade e dou fé. O Oficial

R-4-65.889 em 10/10/2017.
Pela Escritura Pública de Compra e Venda, datada de 03/10/2017, lavrada no Cartório Travassos, 4º Ofício de Notas desta Capital, no Livro 326, fls. 063, a proprietária VENDEU o imóvel acima pelo valor real de R$ 295.000,00, sendo o valor fiscal de R$ 475.600,00, sem condições, a DOMENICO SABATO ACCETTA, brasileiro, empresário, maior e capaz, e seu cônjuge ALESSANDRA DA SILVA ACCETTA, brasileira, bacharel em direito, maior e capaz, casados entre si sob o regime da separação de bens na data de 29/10/2016, portadores respectivamente das cédulas de identidade nº 04.760.989-6-DIC-RJ e 20.184.596-3-DIC-RJ, inscritos nos CPF nº 584.353.527-49 e 056.427.657-01, residentes e domiciliados na Av. Oswaldo Cruz nº 87, Apto 108, Flamengo, Rio de Janeiro-PB, neste ato representados pelo seu procurador, Alex Sebastião da Silva, brasileiro, solteiro, técnico de informática, maior e capaz, portador da cédula de identidade nº 128377298-DIC-RJ, inscrito

Selo Digital
AJR21636-7MS6
Consulte a autenticidade em
https://selodigital.tjpb.jus.br

ESTA CERTIDÃO É PARTE INTEGRANTE DE UM CONJUNTO COMPOSTO DE: 01 CERTIDÃ(ÕES).

no CPF nº 087.078.887-67, residente e domiciliado na Rua Luiza Dantas de Medeiros nº 261, Apto 204, Bloco D, José Américo, nesta Capital, conforme procurações lavradas no 10º Serviço Notarial desta Comarca, no Livro 0748, às fls. 020, em data de 17/02/2017. Eu (), Lucas Correia C. Barreto, o digitei. O referido é verdade e dou fé. O Oficial

João Pessoa, 07 de maio de 2020

O Oficial do Registro

Eunapio Torres
6º SERVIÇO NOTARIAL E 2º REGISTRAL
Belª Maria Emília Coutinho Torres de Freitas
Tabelião-Oficial do Registro de Imóveis
Belª Maria de Lourdes Coutinho Torres de Freitas
Bel. Francisco Evangelista de Freitas Júnior
Substitutos
Av. Com. Renato Ribeiro Coutinho, Nº 300
Altiplano Cabo Branco

5ª Vara - Privativa das Execuções Fiscais

Seção Judiciária da Paraíba

INSPEÇÃO 2020

Visto em Inspeção Ordinária Anual (art. 93, IX, da Constituição Federal; arts. 13, III e IV da Lei nº 5.010/66; arts. 1º a 16 do Provimento nº 1, de 25 de março de 2009, da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 5ª Região).

Ocorrência	Data Prazo
5V_PROCESSO EM ORDEM	

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
5º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
PROCESSO: **0808790-69.2018.4.05.8200 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA	EXECUTADO
JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA	EXECUTADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 15/03/2020 23:59, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Decisão registrado em 09/03/2020 17:37 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 20030917371611600000005356333 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 15/03/2020 23:59 - Seção Judiciária da Paraíba.

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA e outro
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

D E C I S Ã O

1. Diante da certidão id. 5340064 e c onsiderando que dista mais de 40 km desta Seccional a localidade de situação do endereço no qual deve ser efetivada a diligência determinada por este Juízo, enfatizo a necessidade de expedição de Carta Precatória endereçada à Comarca que atende a referida localidade, para cumprimento do mencionado ato processual.

2. É importante esclarecer que o espaço territorial de atuação dos Oficiais de Justiça Avaliadores da Justiça Federal está limitado a uma distância de 40 Km da sede desta Seccional, conforme preceitua a Resolução nº 06/1995 do TRF-5ª Região c/c Portaria 11/2017 da DF-SJPB, estando qualquer ação acima desse limite condicionada à prévia disponibilidade orçamentária da SJPB para fins de pagamento de diárias.

3. Por sua vez, o Novo CPC, em um capítulo específico de Cartas, inseriu um ônus às partes na realização do ato processual objeto da Carta Precatória, in verbis:

> Art. 266. Serão praticados de ofício os atos requisitados por meio eletrônico e de telegrama, devendo a parte depositar, contudo, na secretaria do tribunal ou no cartório do juízo deprecante, a importância correspondente às despesas que serão feitas no juízo em que houver de praticar-se o ato.
>
> Art. 267. O juiz recusará cumprimento a carta precatória ou arbitral, devolvendo-a com decisão motivada, quando:
>
> I - a carta não estiver revestida dos requisitos legais;
>
> (...)

4. O CNJ editou a Resolução nº 153/2012 para regulamentar os casos em que há isenção das custas para a Fazenda Pública, conforme art. 39 da Lei 6.830/80. Embora o entendimento deste Juízo seja de acordo com a resolução, que prevê a necessidade de inclusão de verba orçamentária pelo Tribunal responsável por custear as despesas processuais nos casos de isenção, o que se observa, na prática, é o reiterado descumprimento das precatórias, sem que haja o devido recolhimento antecipado das custas.

5. O STJ também endossa o entendimento de que o recolhimento deve ser antecipado (ainda que não tenha se pronunciado diretamente sobre a ilegalidade da resolução do CNJ):

> PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015 NÃO CONFIGURADA. EXECUÇÃO FISCAL. CUMPRIMENTO DE CARTA PRECATÓRIA. CUSTAS COM OFICIAL DE JUSTIÇA. ADIANTAMENTO PELA UNIÃO. 1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015. 2. O acórdão recorrido consignou: "O artigo 264 do Código de Processo Civil elenca três meios de expedição das cartas de ordem e precatória, quais sejam: (1) por meio eletrônico; (2) por telefone; (3) por telegrama. O diploma processual em comento ressalta, ainda, em seu artigo 263, o meio preferencial para a realização de tal expedição, in verbis: (...) Neste contexto cumpre destacar o disposto no artigo 266 do mesmo Código de Processo Civil: (...) **Nota-se, assim, que nas hipóteses de carta precatória expedida por telegrama ou por meio eletrônico - sendo este último o meio preferencial para a expedição das cartas - o depósito**

dos valores correspondentes às despesas deverá ser feito junto ao juízo deprecante. Disto se extrai que, em se tratando de expedição de carta precatória, a regra a ser observada é a antecipação das custas junto à secretaria do tribunal ou do cartório do juízo deprecante. Com efeito, sedimenta-se no âmbito desta Segunda Turma entendimento no sentido de que, em hipóteses como a dos autos, **a União deverá antecipar as despesas decorrentes do ato mediante depósito na Secretaria do juízo deprecante"** (fl. 353, e-STJ). 3. A questão discutida nos autos foi submetida à Primeira Seção do STJ, nos termos do art. 543-C do CPC/73 - Recurso Especial 11.114.687/SP - sistemática dos recursos representativos da controvérsia, **ocasião em que se firmou o entendimento de que "a isenção do pagamento de custas e emolumentos e a postergação do custeio das despesas processuais (artigos 39, da Lei 6.830/80, e 27, do CPC), privilégios de que goza a Fazenda Pública, não dispensam o pagamento antecipado das despesas com o transporte dos oficiais de justiça ou peritos judiciais, ainda que para cumprimento de diligências em execução fiscal ajuizada perante a Justiça Federal"** . 4. A orientação do Tribunal a quo encontra-se em sintonia com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, firmada em Recurso Representativo da Controvérsia, pelo que deve ser mantida. 5. Recurso Especial não provido. (RESP - RECURSO ESPECIAL - 1737360 2018.00.97405-4, HERMAN BENJAMIN - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:23/11/2018 .DTPB). (grifos nossos)

6. A negativa em cumprir as precatórias vem causando demoras excessivas na prestação jurisdicional, motivo pelo qual, ressalvado o entendimento deste Juízo, doravante deverá a Fazenda Pública recolher antecipadamente as despesas com oficiais de justiça, considerando que a execução se processa no interesse do credor.

7. INTIME-SE **a parte exequente** para que, no prazo de 30 (trinta) dias, providencie a juntada do comprovante de pagamento de despesas referentes ao custeio do transporte dos oficiais de justiça, observando as informações disponíveis no sítio eletrônico do Tribunal respectivo a que o Juízo Deprecado estiver vinculado.

8. Apresentada prova do pagamento, expeça-se Carta Precatória endereçada à Comarca que atende a localidade de situação do endereço da diligência, a fim de que se dê integral cumprimento ao ato processual.

9. Intime-se.

João Pessoa, (data de validação no sistema)

(assinado eletronicamente)

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA e outro
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

D E C I S Ã O

1. Diante da certidão id. 5340064 e c onsiderando que dista mais de 40 km desta Seccional a localidade de situação do endereço no qual deve ser efetivada a diligência determinada por este Juízo, enfatizo a necessidade de expedição de Carta Precatória endereçada à Comarca que atende a referida localidade, para cumprimento do mencionado ato processual.

2. É importante esclarecer que o espaço territorial de atuação dos Oficiais de Justiça Avaliadores da Justiça Federal está limitado a uma distância de 40 Km da sede desta Seccional, conforme preceitua a Resolução nº 06/1995 do TRF-5ª Região c/c Portaria 11/2017 da DF-SJPB, estando qualquer ação acima desse limite condicionada à prévia disponibilidade orçamentária da SJPB para fins de pagamento de diárias.

3. Por sua vez, o Novo CPC, em um capítulo específico de Cartas, inseriu um ônus às partes na realização do ato processual objeto da Carta Precatória, in verbis:

> Art. 266. Serão praticados de ofício os atos requisitados por meio eletrônico e de telegrama, devendo a parte depositar, contudo, na secretaria do tribunal ou no cartório do juízo deprecante, a importância correspondente às despesas que serão feitas no juízo em que houver de praticar-se o ato.
>
> Art. 267. O juiz recusará cumprimento a carta precatória ou arbitral, devolvendo-a com decisão motivada, quando:
>
> I - a carta não estiver revestida dos requisitos legais;
>
> (...)

4. O CNJ editou a Resolução nº 153/2012 para regulamentar os casos em que há isenção das custas para a Fazenda Pública, conforme art. 39 da Lei 6.830/80. Embora o entendimento deste Juízo seja de acordo com a resolução, que prevê a necessidade de inclusão de verba orçamentária pelo Tribunal responsável por custear as despesas processuais nos casos de isenção, o que se observa, na prática, é o reiterado descumprimento das precatórias, sem que haja o devido recolhimento antecipado das custas.

5. O STJ também endossa o entendimento de que o recolhimento deve ser antecipado (ainda que não tenha se pronunciado diretamente sobre a ilegalidade da resolução do CNJ):

> PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015 NÃO CONFIGURADA. EXECUÇÃO FISCAL. CUMPRIMENTO DE CARTA PRECATÓRIA. CUSTAS COM OFICIAL DE JUSTIÇA. ADIANTAMENTO PELA UNIÃO. 1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015. 2. O acórdão recorrido consignou: "O artigo 264 do Código de Processo Civil elenca três meios de expedição das cartas de ordem e precatória, quais sejam: (1) por meio eletrônico; (2) por telefone; (3) por telegrama. O diploma processual em comento ressalta, ainda, em seu artigo 263, o meio preferencial para a realização de tal expedição, in verbis: (...) Neste contexto cumpre destacar o disposto no artigo 266 do mesmo Código de Processo Civil: (...) **Nota-se, assim, que nas hipóteses de carta precatória expedida por telegrama ou por meio eletrônico - sendo este último o meio preferencial para a expedição das cartas - o depósito**

> **dos valores correspondentes às despesas deverá ser feito junto ao juízo deprecante. Disto se extrai que, em se tratando de expedição de carta precatória, a regra a ser observada é a antecipação das custas junto à secretaria do tribunal ou do cartório do juízo deprecante.** Com efeito, sedimenta-se no âmbito desta Segunda Turma entendimento no sentido de que, em hipóteses como a dos autos, **a União deverá antecipar as despesas decorrentes do ato mediante depósito na Secretaria do juízo deprecante"** (fl. 353, e-STJ). 3. A questão discutida nos autos foi submetida à Primeira Seção do STJ, nos termos do art. 543-C do CPC/73 - Recurso Especial 11.114.687/SP - sistemática dos recursos representativos da controvérsia, **ocasião em que se firmou o entendimento de que "a isenção do pagamento de custas e emolumentos e a postergação do custeio das despesas processuais (artigos 39, da Lei 6.830/80, e 27, do CPC), privilégios de que goza a Fazenda Pública, não dispensam o pagamento antecipado das despesas com o transporte dos oficiais de justiça ou peritos judiciais, ainda que para cumprimento de diligências em execução fiscal ajuizada perante a Justiça Federal"** . 4. A orientação do Tribunal a quo encontra-se em sintonia com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, firmada em Recurso Representativo da Controvérsia, pelo que deve ser mantida. 5. Recurso Especial não provido. (RESP - RECURSO ESPECIAL - 1737360 2018.00.97405-4, HERMAN BENJAMIN - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:23/11/2018 .DTPB). (grifos nossos)

6. A negativa em cumprir as precatórias vem causando demoras excessivas na prestação jurisdicional, motivo pelo qual, ressalvado o entendimento deste Juízo, doravante deverá a Fazenda Pública recolher antecipadamente as despesas com oficiais de justiça, considerando que a execução se processa no interesse do credor.

7. INTIME-SE **a parte exequente** para que, no prazo de 30 (trinta) dias, providencie a juntada do comprovante de pagamento de despesas referentes ao custeio do transporte dos oficiais de justiça, observando as informações disponíveis no sítio eletrônico do Tribunal respectivo a que o Juízo Deprecado estiver vinculado.

8. Apresentada prova do pagamento, expeça-se Carta Precatória endereçada à Comarca que atende a localidade de situação do endereço da diligência, a fim de que se dê integral cumprimento ao ato processual.

9. Intime-se.

João Pessoa, (data de validação no sistema)

(assinado eletronicamente)

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA e outro
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

C E R T I D Ã O

CERTIFICO que deixei de incluir no mandado de Penhora e Avaliação (id. 5339738) os dois primeiros bens indicados no Termo de Arrolamento de bens (id. 3789200), porque os referidos bens estão localizados no Município de Gurinhém/PB. Dou fé.

João Pessoa, (data de validação no sistema)

(*assinado eletronicamente*)

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA e outro
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

MANDADO DE PENHORA, AVALIAÇÃO E REGISTRO OU BLOQUEIO DE BENS (BEM INDICADO)

VALOR DA DÍVIDA(*): R$ 2.808.970,52 (ATUALIZADO EM: 10/08/2018)
C D A (S): 42 1 18 005395-59
DEVEDOR(ES): SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA e outro
CPF Nº: 738.298.114-20
ENDEREÇO DO(A) DEVEDOR(A): RUA OZORIO QUEIROGA DE ASSIS, 541, APTO 702, BESSA, JOÃO PESSOA/PB, CEP: 58035-050
BEM(NS) INDICADO(S):
1) Apartamento nº 203 do Condomínio Enseada do Atlântico, situado na Av. Gov. Argemiro de Figueiredo, nº 880, Jardim Oceania, João Pessoa/PB;
2) Apartamento nº 2101 do Edifício Porto Real Residence, situado na Rua Giacomo Porto, Miramar, João Pessoa/PB;
3) Apartamento nº 601-A do Edifício Brisa do Mar, situado na Avenida Sapé, nº 434, Manaíra, João Pessoa/PB (Registro R3, Matrícula 41.249);
4) Veículo TOYOTA/ETIOS HB XLS 2013/2013, placas OGB3845, Renavam 00539154105, Chassi 9BRK29BT2D0007416;
5) Terreno/fração localizado no logradouro: Lote 24, Quadra G, S/N, Bairro Recanto do Po o, Cabedelo/PB, CEP: 58310-000, Livro 135, Folha 154;
6) Terreno/fração localizado no logradouro: Lote 23, Quadra G, S/N, Bairro Recanto do Po o, Cabedelo/PB, CEP: 58310-000, Livro 135, Folha 168;

O Juízo Federal da 5ª Vara, na forma da lei etc, **MANDA** a qualquer Oficial de Justiça Avaliador a quem for este apresentado, passado nos autos em epígrafe que, em seu cumprimento, dirija-se ao(s) endereço(s) indicado(s) ou a outro local e, sendo aí:

Proceda à **PENHORA OU ARRESTO** **do(s) bem(ns) acima descrito(s), pertencente(s) à(s) parte(s) executada(s)** , ou, não sendo possível a penhora deste(s), proceda à **PENHORA OU ARRESTO** em outro(s) bem(ns) também pertencente(s) à(s) parte(s) executada(s), tantos quantos bastem, para a satisfação da dívida no valor acima **(*sujeito a atualização)** , mais os acréscimos legais, na forma dos artigos 10 e 11 da **LEF** , lavrando o competente termo . **NOMEIE DEPOSITÁRIO, INTIMANDO-O** a não abrir mão do depósito, sem prévia autorização do Juízo. Efetive a **AVALIAÇÃO** e dê ciência ao(s) executado(s) para que se manifeste(m), querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre o valor atribuído ao(s) bem(ns) penhorado(s) . Recaindo a penhora sobre imóvel , intime o(s) cônjuge(s) do(s) executado(s), quando casado(s), e intime o Oficial do Registro Imobiliário competente, a quem se fará entrega da contrafé e cópia do termo ou do auto de penhora ou arresto, para que proceda ao **REGISTRO** (arts. 7º e 14, I, da **LEF**). Recaindo a penhora em veículo também efetive o registro da referida constrição por intermédio do aplicativo RENAJUD. Recaindo, por fim, em ações, debêntures, quota ou qualquer título, crédito ou direito societário nominativo , a entrega da contrafé far-se-á à Junta Comercial, Bolsa de Valores ou na Sociedade Comercial (art. 14, III, da **LEF**). **MANDA** , ainda, que proceda a buscas nos órgãos competentes, no sentido de localizar bens em nome do(s) executado(a)(s), para fins de penhora ou arresto e, uma vez constatada a existência de veículos automotores e não sendo estes localizados, fica, desde já, autorizado a proceder ao **BLOQUEIO** acautelatório do(s) referido(s) bem(ns) por intermédio do aplicativo RENAJUD. **CIENTIFIQUE** o(a)(s) executado(a)(s) de que dispõe(m) do prazo de 30 (trinta) dias para opor Embargos à Execução, contados a partir da data da penhora , sob pena de se presumirem por ele(s) aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pelo(a) exeqüente, e de que este Juízo funciona no endereço abaixo indicado, de segunda a sexta-feira no horário das 9 às 18 horas. **ADVIRTA(M)-SE** , por fim, o(s) executado(s), de que a não indicação ou ocultação dos bens do seu patrimônio passíveis de penhora poderá caracterizar **CONDUTA ATENTATÓRIA À DIGNIDADE DA JUSTIÇA** , ensejando a imposição de multa, além da busca e apreensão dos bens eventualmente localizados, nos termos do art. 774, V e parágrafo único do NCPC.

ATENÇÃO : Em caso de parcelamento da dívida na via administrativa, tal fato deverá ser imediatamente

comunicado a este Juízo, sob pena de se prosseguir com a execução.

ENDEREÇO DO JUÍZO: Seção Judiciária da Paraíba - 5ª Vara Federal - Fórum Juiz Federal Ridalvo Costa, situado à Rua João Teixeira de Carvalho, 480 - 3º Andar - Conjunto Pedro Gondim, nesta Capital - João Pessoa/PB - CEP: 58.031-900.

CUMPRA-SE , na forma e sob as penas da lei, ficando o Oficial de Justiça autorizado a proceder na forma do art. 212, §2º, do Novo Código de Processo Civil, inclusive com emprego de força policial e arrombamento, se necessário.

Eu, Servidor(a) da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária da Paraíba, conferi e subscrevo eletronicamente o presente mandado, por ordem do(a) MM(ª) Juiz(a) Federal.

João Pessoa, (data de validação no Sistema)

(*assinado eletronicamente*)

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA e outro
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

D E S P A C H O

1) Defiro o pedido formulado pela Fazenda Nacional. Expeça-se mandado de Penhora e Avaliação dos bens indicados no id. 3789200.

João Pessoa, (data de validação no sistema)

(*assinado eletronicamente*)

Petição em anexo

EXMº(ª). SR(a). JUIZ(A) FEDERAL DA 5ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA PARAÍBA

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200

A UNIÃO (FAZENDA NACIONAL), representada nos termos do art. 12, II, da Lei Complementar nº 73/93, pelo Procurador da Fazenda Nacional *in fine* subscrito, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, expor e requerer o que segue.

Em conformidade com o termo de arrolamento de bens que segue em anexo, a RFB apurou um rol de bens imóveis pertencentes aos devedores/executados, a fim de que possam ser penhorados, levados a hasta pública e os ativos decorrentes de tais leilões destinados ao adimplemento, pelo menos em parte, das dívidas tributárias ora executadas.

Ante ao exposto, requer a Exequente a penhora, avaliação e leilão de todos os bens arrolados no mencionado termo para o adimplemento, ainda que em parte, dos créditos tributários exequendos.

N. termos, pede deferimento.

João Pessoa, data de protocolo

Genezio Fernandes Vieira
Procurador da Fazenda Nacional

Processo: **0808790-69.2018.4.05.8200**
Assinado eletronicamente por:
GENÉZIO FERNANDES VIEIRA - Procurador
Data e hora da assinatura: 21/05/2019 16:33:20
Identificador: 4058200.3789197
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
19052116324449800000003802906

Correios **SIGEP** **AVISO DE RECEBIMENTO** CONTRATO 9912295815

DESTINATÁRIO:

SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA
Rua Ozório Queiroga de Assis, 541
APT 702 EDF ÁGUAS DE MERON Bessa
58035050 João Pessoa-PB

AR995895187JR

REMETENTE: DRF/JPA - SAFIS/PF/IPI

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO:

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 1705
Ministério da Fazenda-2º and Estados
58030900 João Pessoa-PB

OBSERVAÇÃO: TERMO DE ARROLAMENTO DE BENS E DIREITOS (MANT)

TENTATIVAS DE ENTREGA:

1º ____/____/____ ____:____h
2º ____/____/____ ____:____h
3º ____/____/____ ____:____h

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO:

1 Mudou-se
2 Endereço Insuficiente
3 Não Existe o Número
4 Desconhecido
5 Recusado
6 Não Procurado
7 Ausente
8 Falecido
9 Outros_____

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

CDD BESSA
20 DEZ 2017
João Pessoa/PB

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Fernando Evangelista Pa
Mat. 8.478.51
Ca

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA: 20-12-17

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOC DE IDENTIDADE

Ministério da Fazenda **Receita Federal**

TERMO DE ARROLAMENTO DE BENS E DIREITOS

Nome/Nome Empresarial: SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA	CPF/CNPJ: 738.298.114-20
Endereço: RUA OZÓRIO QUEIROGA DE ASSIS, 541 – apto. 702 – Edf. Águas de Meron	Telefone:
Bairro: BESSA Cidade/UF: JOAO PESSOA-PB	CEP: 58.035-050

Com base no disposto nos arts. 64 e 64-A da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e no art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.565, de 11 de maio de 2015, considerando que a soma dos créditos tributários sob responsabilidade do sujeito passivo acima é superior a R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e ultrapassa trinta por cento do seu patrimônio conhecido, formaliza-se o presente TERMO DE ARROLAMENTO, em relação aos bens e direitos constantes da relação anexa.

Com base nos arts. 8º, 15 e 17 respectivamente, da Instrução Normativa RFB nº 1.565, de 11 de maio de 2015, fica o sujeito passivo cientificado de que:

- Deverá, no prazo de cinco dias, comunicar à unidade da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, a oneração, alienação ou transferência de qualquer dos bens ou direitos relacionados.

- O não cumprimento da obrigação acima poderá ensejar o requerimento de medida cautelar fiscal, conforme disposto na Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992.

- É facultado ao sujeito passivo apresentar recurso administrativo no prazo de dez dias contados da data da ciência do presente Termo de Arrolamento.

Auditor(es)-Fiscal(is) da Receita Federal do Brasil responsável(is)

Nome	Matrícula	Data	Assinatura
MARCELO ANDRE NEVES TORRES	1133526	14.12.17	

Ciência do sujeito passivo/responsável

Nome	Cargo
CPF	Data
Assinatura	

pág. 1/4

Anexo ao Termo de Arrolamento de Bens e Direitos

RELAÇÃO DE BENS E DIREITOS ARROLADOS

Sujeito Passivo

Nome/Nome empresarial (firma ou razão social):	CPF/CNPJ:
SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA	738.298.114-20

Descrição dos bens e direitos arrolados

Tipo de Bem	Descrição	Valor
TERRENO/ FRAÇÃO	Lote 07, Quadra 13, Condomínio Lagos Country & Resort, situado na BR-230, Km 84,5, Município de Gurinhém/PB.	R$ 67.151,00
TERRENO/ FRAÇÃO	Lote 14, Quadra 13, Condomínio Lagos Country & Resort, situado na BR-230, Km 84,5, Município de Gurinhém/PB.	R$ 87.147,57
APARTAMENTO	Apartamento nº 203 do Condomínio Enseada do Atlântico situado na Avenida Gov. Argemiro de Figueiredo nº 880, Jardim Oceania - João Pessoa/PB.	R$ 130.000,00
APARTAMENTO	Apartamento nº 2101 do Edf. Porto Real Residence situado na Rua Giacomo Porto, Miramar, João Pessoa/PB.	R$ 1.360.916,54
APARTAMENTO	Apartamento nº 601-A do Edf. Brisa do Mar situado na Avenida Sapé nº 434, Manaíra, João Pessoa/PB. Identificadores: Registro= R3; Matrícula= 41.249	R$ 132.000,00
VEÍCULO AUTOMOTOR TERRESTRE: CAMINHÃO, AUTOMÓVEL, MOTO, ETC	TOYOTA/ETIOS HB XLS Procedência: NACIONAL Ano Fabricação: 2013 Ano Modelo: 2013 Potência: 96 Cilindradas: 1496 Combustível: ALCOOL/GASOLINA Marca do Modelo: 114840 Município do emplacamento: CABEDELO UF de jurisdição: PB Situação: CIRCULACAO Motor: V102949 Indicador de Comunicação de Venda: False Indicador de Pendência CRV: False Indicador de Restrição Renajud: True Valor Corrigido: R$ 31743,00 Data do Valor Corrigido: 20/12/2016 Motivo do Valor Corrigido: Valores Baseados na Tabela IPVA Sefaz-MA para 2017. Identificadores: Placas= OGB3845;	R$ 31.743,00

pág 2/4

	Renavam= 00539154105; Chassi= 9BRK29BT2D0007416	
TERRENO/ FRAÇÃO	Logradouro: LOTE 24, QUADRA G Número: S/N Complemento: Bairro: RECANTO DO PO O CEP: 58310000 Município: CABEDELO UF: PB Área: 0 Classificação (Localização): Urbano Matrícula: Registro: Livro: 135 Folha: 154 Tipo de Transação: Compra e Venda Data da Alienação: 24022000 Forma de Alienação/Aquisição: À Vista Base de Cálculo (ITBI/ITCD): 0 Data de Lavratura: 24022000 Descrição do Tipo de Transação(Outros): Número de Alienantes/Adquirentes: 3 CPF/CNPJ: 08929726453; Participação: 000,00%; Alienante/Adquirente: Alienante CPF/CNPJ: 08705119472; Participação: 000,00%; Alienante/Adquirente: Alienante CPF/CNPJ: 73829811420; Participação: 000,00%; Alienante/Adquirente: Adquirente	R$ 1.500,00
TERRENO I FRAÇÃO	Logradouro: LOTE 23, QUADRA G Número: S/N Complemento: Bairro: RECANTO DO PO O CEP: 58310000 Município: CABEDELO UF: PB Área: 0 Classificação (Localização): Urbano Matrícula: Registro:	R$ 1.500,00

pág. 3/4

	Livro: 135 Folha: 168 Tipo de Transação: Compra e Venda Data da Alienação: 28022000 Forma de Alienação/Aquisição: À Vista Base de Cálculo (ITBI/ITCD): 0 Data de Lavratura: 28022000 Descrição do Tipo de Transação(Outros): Número de Alienantes/Adquirentes: 2 CPF/CNPJ: 08722308000152; Participação: 000,00%; Alienante/Adquirente: Alienante CPF/CNPJ: 73829811420; Participação: 000,00%; Alienante/Adquirente: Adquirente	
TOTAL DOS BENS E DIREITOS ARROLADOS		1.811.958,11

INSPEÇÃO 2019

DESPACHO

Visto em inspeção ordinária anual (art. 93, IX, da Constituição Federal; arts. 13, III e IV da Lei nº 5.010/66; arts. 1º a 16 do Provimento nº 1, de 25 de março de 2009, da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 5ª Região).

Ocorrência	Data Prazo
05V_CUMPRA-SE O ATO JUDICIAL/ATO ORDINATÓRIO	08/07/2019

João Pessoa, na data de validação no sistema.

Juiz(a) Federal
(assinado eletronicamente)

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA e outro
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CERTIDÃO

Certifico que em cumprimento ao mandado retro, nesta data, citei SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA, que tomou ciência de todo o teor do mandado (e) dos respectivos anexos, de tudo recebendo cópias.

Dou fé.x.x.x

João Pessoa, 30.04.2019.

Sebastião Pereira de Paiva

Oficial de Justiça Avaliador

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA e outro
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

MANDADO DE CITAÇÃO

VALOR DA DÍVIDA(*): R$ 2.808.970,52 (ATUALIZADO EM: 10/08/2018)
DEVEDOR A SER CITADO: SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA
CPF Nº: 738.298.114-20
ENDEREÇO: RUA OZORIO QUEIROGA DE ASSIS, 541, APTº 702, BESSA, JOÃO PESSOA/PB
ANEXOS: VIDE OBSERVAÇÃO AO FINAL

O Juízo Federal da 5ª Vara, na forma da lei etc, **MANDA** a qualquer Oficial de Justiça Avaliador a quem for este apresentado, passado nos autos em epígrafe que, em seu cumprimento, dirija-se ao(s) endereço(s) indicado(s) ou a outro local e, sendo aí:

CITE o(s) devedor(es) indicado(s), pessoalmente ou por intermédio de quem legalmente o(s) represente, para que, **no prazo de 05 (cinco) dias**, pague(m) a dívida no valor acima **[*a ser atualizado por ocasião do pagamento]**, com juros, multa de mora e encargos indicados na(s) Certidão(ões) da Dívida Ativa que instruem o processo, acrescida das custas judiciais, ou garanta(m) a execução (art. 9º, da Lei nº 6.830/80 - **LEF**) por intermédio de:

1. Depósito em dinheiro à ordem deste Juízo, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária (Art. 32, §1º, da Lei nº 6.830/80);
2. Oferecimento de Fiança Bancária; ou
3. Indicação de bem(ns) à penhora, que pode(em) pertencer a terceiros, com a expressa anuência destes, e, em ambos os casos, desde que aceito(s) pelo exeqüente.

ATENÇÃO: Em caso de parcelamento da dívida na via administrativa, tal fato deverá ser imediatamente comunicado a este Juízo, sob pena de se prosseguir com a execução.

ENDEREÇO DO JUÍZO: Seção Judiciária da Paraíba - 5ª Vara Federal - Fórum Juiz Federal Ridalvo Costa, situado à R. João Teixeira de Carvalho, 480 - 3º Andar - Conj. Pedro Gondim, João Pessoa/PB - CEP: 58.031-900. Telefone: (83) 2108-4040. Atendimento de segunda a sexta-feira, das 9 às 18h.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei, ficando o Oficial de Justiça autorizado a proceder na forma do art. 212, §2º, do NCPC, inclusive com emprego de força policial e arrombamento, se necessário. **Havendo suspeita de ocultação do executado, fica o Oficial de Justiça também autorizado a proceder na forma dos artigos 252 a 254 do NCPC (citação por hora certa).**

OBSERVAÇÃO: A petição inicial e demais documentos que instruem o processo podem ser obtidos através da rede mundial de computadores (*internet*), no endereço eletrônico **https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam**, com as seguintes chaves de acesso, que devem ser integralmente digitadas no campo próprio de validação:

Documento	Chave de Acesso

Sandra Valentim Melo de Oliveira

Eu, Servidor(a) da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária da Paraíba, conferi e subscrevo eletronicamente o presente mandado, por ordem do(a) MM(ª) Juiz(a) Federal.

Processo: **0808790-69.2018.4.05.8200**
Assinado eletronicamente por:
WALMIR GOMES ARAUJO - Servidor Geral
Data e hora da assinatura: 23/04/2019 16:24:35
Identificador: 4058200.3634928

19042316071840500000003648410

Para conferência da autenticidade do documento:
https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

Sandra Valentim Melo de Oliveira
30/04/19

Processo: **0808790-69.2018.4.05.8200**
Assinado eletronicamente por:
SEBASTIÃO PEREIRA DE PAIVA - Oficial de Justiça
Data e hora da assinatura: 02/05/2019 08:18:53
Identificador: 4058200.3673966
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

19050208180530200000003687491

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA e outro
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

MANDADO DE CITAÇÃO

VALOR DA DÍVIDA(*): R$ 2.808.970,52 (ATUALIZADO EM: 10/08/2018)
DEVEDOR A SER CITADO: SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA
CPF Nº: 738.298.114-20
ENDEREÇO: RUA OZORIO QUEIROGA DE ASSIS, 541, APTº 702, BESSA, JOÃO PESSOA/PB
ANEXOS: VIDE OBSERVAÇÃO AO FINAL

O Juízo Federal da 5ª Vara, na forma da lei etc, **MANDA** a qualquer Oficial de Justiça Avaliador a quem for este apresentado, passado nos autos em epígrafe que, em seu cumprimento, dirija-se ao(s) endereço(s) indicado(s) ou a outro local e, sendo aí:

CITE o(s) devedor(es) indicado(s), pessoalmente ou por intermédio de quem legalmente o(s) represente, para que, **no prazo de 05 (cinco) dias** , pague(m) a dívida no valor acima **[*a ser atualizado por ocasião do pagamento]** , com juros, multa de mora e encargos indicados na(s) Certidão(ões) da Dívida Ativa que instruem o processo, acrescida das custas judiciais, ou garanta(m) a execução (art. 9º, da Lei nº 6.830/80 - **LEF**) por intermédio de:

1. Depósito em dinheiro à ordem deste Juízo, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária (Art. 32, §1º, da Lei nº 6.830/80);
2. Oferecimento de Fiança Bancária; ou
3. Indicação de bem(ns) à penhora, que pode(em) pertencer a terceiros, com a expressa anuência destes, e, em ambos os casos, desde que aceito(s) pelo exeqüente.

ATENÇÃO : Em caso de parcelamento da dívida na via administrativa, tal fato deverá ser imediatamente comunicado a este Juízo, sob pena de se prosseguir com a execução.

ENDEREÇO DO JUÍZO: Seção Judiciária da Paraíba - 5ª Vara Federal - Fórum Juiz Federal Ridalvo Costa, situado à R. João Teixeira de Carvalho, 480 - 3º Andar - Conj. Pedro Gondim, João Pessoa/PB - CEP: 58.031-900. Telefone: (83) 2108-4040. Atendimento de segunda a sexta-feira, das 9 às 18h.

CUMPRA-SE , na forma e sob as penas da lei, ficando o Oficial de Justiça autorizado a proceder na forma do art. 212, §2º, do NCPC, inclusive com emprego de força policial e arrombamento, se necessário. **Havendo suspeita de ocultação do executado, fica o Oficial de Justiça também autorizado a proceder na forma dos artigos 252 a 254 do NCPC (citação por hora certa) .**

OBSERVAÇÃO : A petição inicial e demais documentos que instruem o processo podem ser obtidos através da rede mundial de computadores (*internet)* , no endereço eletrônico **https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam** , com as seguintes chaves de acesso, que devem ser integralmente digitadas no campo próprio de validação:

Documento	Chave de Acesso
peticaoInicial_420018900276.html	18092817352479300000002893160
inscricaoCda_42_1_18_005395.pdf	18092817352483400000002893161

inscricaoCda_42_1_18_005395.pdf	18092817352486900000002893162

Eu, Servidor(a) da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária da Paraíba, conferi e subscrevo eletronicamente o presente mandado, por ordem do(a) MM(ª) Juiz(a) Federal.

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA e outro
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

D E S P A C H O

1) Diante da informação contida no id 361316, expeça-se novamente o mandado para citação da codevedora SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA.

João Pessoa, (data de validação no sistema)

(*assinado eletronicamente*)

INFORMAÇÃO

O MANDADO COM ID. 2939313, NÃO FOI POSSÍVEL ABRIR NA CEMAN, COMO HOUVE MANDADO REPETIDO CONFORME DEVOLUÇÃO DO SR. FLÁVIO, MANDADO DESTINADO A SR JAIR FOI CUMPRIDO, CERTIDÃO ANEXA. O MANDADO NÃO SE ENCONTRA NA CEMAN.

TERÁ QUE SE FEITO OUTRO MANDADO PARA CUMPRIMENTO.

JOSÉ NINO FRAZÃO

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA e outro
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

C E R T I D Ã O

CERTIFICO que solicitei a devolução do Mandado id 2938313, expedido para citação de SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA - CPF nº 738.298.114-20, conforme cópia de e-mail que ora peço vênia para juntar aos presentes autos. Dou fé.

João Pessoa, (data de validação no sistema)

(*assinado eletronicamente*)

Walmir Gomes Araújo

De: Walmir Gomes Araújo
Enviado em: terça-feira, 16 de abril de 2019 10:54
Para: falecomaceman
Assunto: Mandado não devolvido

Senhor Supervisor da Central de Mandados (CEMAN-JP),

De ordem do Juízo Federal da 5ª Vara, solicito os bons préstimos de V. Sa. no sentido de comunicar ao(s) Oficial/Oficiais de Justiça abaixo indicado(s) que certifique no processo, **com a maior brevidade possível**, o(s) cumprimento(s) do(s) mandado(s) expedido(s) no(s) processo(s) a seguir listado(s), porquanto já expirado o prazo para o seu cumprimento:

FLÁVIO JOSÉ MIRANDA FEITOZA
1 (um) Mandado expedido em 17/10/2018 no Sistema PJe (id 4058200.2938313), no processo nº 0808790-69.2018.4.05.8200 – Execução Fiscal
Diligência: Citação da executada SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA – CPF nº 738.298.114-20.

Cordialmente,
Walmir Gomes Araujo
Supervisor do Setor de Grandes Devedores

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA e outro
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CERTIDÃO

Certifico que de acordo as formalidades legais, CITEI Jair Brandão de Oliveira, o qual pôs sua nota de ciente e recebeu a contrafé e a petição inicial em formato de endereço eletrônico no verso do próprio mandado. Dou fe´.

J. Pessoa, 08 de novembro, 2018.

Paulo Jorge de Souza

Oficial de Justiça Avaliador.

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA e outro
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

MANDADO DE CITAÇÃO

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A DÍVIDA EM COBRANÇA:

Nome do Devedor: JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA
CPF: 368.958.494-91
Endereço: OZORIO QUEIROGA DE ASSIS, 541, APT 702, BESSA, JOAO PESSOA, PB, 58035-050

A UNIÃO dá à causa o valor atualizado de **R$ 2.808.970,52 (***dois milhões e oitocentos e oito mil e novecentos e setenta reais e cinquenta e dois centavos***)**, consoante o disposto no art. 6º, §4º da Lei nº 6.830/1980, correspondente ao(s) valor(es) consolidado(s) da(s) dívida(s) nesta data.

Termos em que pede deferimento.

Joao Pessoa, 10 de agosto de 2018.

ANEXOS: VIDE OBSERVAÇÃO AO FINAL

O Juízo Federal da 5ª Vara, na forma da lei etc, **MANDA** a qualquer Oficial de Justiça Avaliador a quem for este apresentado, passado nos autos em epígrafe que, em seu cumprimento, dirija-se ao(s) endereço(s) indicado(s) ou a outro local e, sendo aí:

CITE o(s) devedor(es) indicado(s), pessoalmente ou por intermédio de quem legalmente o(s) represente, para que, **no prazo de 05 (cinco) dias**, pague(m) a dívida no valor acima **[*a ser atualizado por ocasião do pagamento]**, com juros, multa de mora e encargos indicados na(s) Certidão(ões) da Dívida Ativa que instruem o processo, acrescida das custas judiciais, ou garanta(m) a execução (art. 9º, da Lei nº 6.830/80 - **LEF**) por intermédio de:

1. Depósito em dinheiro à ordem deste Juízo, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária (Art. 32, §1º, da Lei nº 6.830/80);
2. Oferecimento de Fiança Bancária; ou
3. Indicação de bem(ns) à penhora, que pode(em) pertencer a terceiros, com a expressa anuência destes, e, em ambos os casos, desde que aceito(s) pelo exeqüente.

ATENÇÃO: Em caso de parcelamento da dívida na via administrativa, tal fato deverá ser imediatamente comunicado a este Juízo, sob pena de se prosseguir com a execução.

ENDEREÇO DO JUÍZO: Seção Judiciária da Paraíba - 5ª Vara Federal - Fórum Juiz Federal Ridalvo Costa, situado à R. João Teixeira de Carvalho, 480 - 3º Andar - Conj. Pedro Gondim, João Pessoa/PB - CEP: 58.031-900. Telefone: (83) 2108-4040. Atendimento de segunda a sexta-feira, das 9 às 18h.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei, ficando o Oficial de Justiça autorizado a proceder na forma do art. 212, §2º, do NCPC, inclusive com emprego de força policial e arrombamento, se necessário. **Havendo suspeita de ocultação do executado, fica o Oficial de Justiça também autorizado a proceder na forma dos artigos 252 a 254 do NCPC (citação por hora certa).**

OBSERVAÇÃO: A petição inicial e demais documentos que instruem o processo podem ser obtidos através da rede mundial de computadores (*internet)*, no endereço eletrônico **https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam**, com as seguintes chaves de acesso, que devem ser integralmente digitadas no campo próprio de validação:

DOCUMENTO	CÓDIGO DE ACESSO
PETIÇÃO INICIAL	18092817352479300000002893160
CDA	18092817352483400000002893161
CDA	18092817352486900000002893162

Eu, Servidor(a) da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária da Paraíba, conferi e subscrevo eletronicamente o presente mandado, por ordem do(a) MM(ª) Juiz(a) Federal.

Processo: **0808790-69.2018.4.05.8200**
Assinado eletronicamente por:
ITALO JORGE MARINHO DA NOBREGA - Servidor Geral
Data e hora da assinatura: 17/10/2018 13:33:25
Identificador: 4058200.2938334

18101514572614700000002950750

Para conferência da autenticidade do documento:
https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

repetido

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA e outro
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

MANDADO DE CITAÇÃO

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A DÍVIDA EM COBRANÇA:

Nome do Devedor: JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA
CPF: 368.958.494-91
Endereço: OZORIO QUEIROGA DE ASSIS, 541, APT 702, BESSA, JOAO PESSOA, PB, 58035-050

A UNIÃO dá à causa o valor atualizado de **R$ 2.808.970,52 (***dois milhões e oitocentos e oito mil e novecentos e setenta reais e cinquenta e dois centavos***)**, consoante o disposto no art. 6º, §4º da Lei nº 6.830/1980, correspondente ao(s) valor(es) consolidado(s) da(s) dívida(s) nesta data.

Termos em que pede deferimento.

Joao Pessoa, 10 de agosto de 2018.

ANEXOS: VIDE OBSERVAÇÃO AO FINAL

O Juízo Federal da 5ª Vara, na forma da lei etc, **MANDA** a qualquer Oficial de Justiça Avaliador a quem for este apresentado, passado nos autos em epígrafe que, em seu cumprimento, dirija-se ao(s) endereço(s) indicado(s) ou a outro local e, sendo aí:

CITE o(s) devedor(es) indicado(s), pessoalmente ou por intermédio de quem legalmente o(s) represente, para que, **no prazo de 05 (cinco) dias** , pague(m) a dívida no valor acima **[*a ser atualizado por ocasião do pagamento]** , com juros, multa de mora e encargos indicados na(s) Certidão(ões) da Dívida Ativa que instruem o processo, acrescida das custas judiciais, ou garanta(m) a execução (art. 9º, da Lei nº 6.830/80 - **LEF**) por intermédio de:

1. Depósito em dinheiro à ordem deste Juízo, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária (Art. 32, §1º, da Lei nº 6.830/80);
2. Oferecimento de Fiança Bancária; ou
3. Indicação de bem(ns) à penhora, que pode(em) pertencer a terceiros, com a expressa anuência destes, e, em ambos os casos, desde que aceito(s) pelo exeqüente.

ATENÇÃO : Em caso de parcelamento da dívida na via administrativa, tal fato deverá ser imediatamente comunicado a este Juízo, sob pena de se prosseguir com a execução.

ENDEREÇO DO JUÍZO: Seção Judiciária da Paraíba - 5ª Vara Federal - Fórum Juiz Federal Ridalvo Costa, situado à R. João Teixeira de Carvalho, 480 - 3º Andar - Conj. Pedro Gondim, João Pessoa/PB - CEP: 58.031-900. Telefone: (83) 2108-4040. Atendimento de segunda a sexta-feira, das 9 às 18h.

CUMPRA-SE , na forma e sob as penas da lei, ficando o Oficial de Justiça autorizado a proceder na forma do art. 212, §2º, do NCPC, inclusive com emprego de força policial e arrombamento, se necessário. **Havendo suspeita de ocultação do executado, fica o Oficial de Justiça também autorizado a proceder na forma dos artigos 252 a 254 do NCPC (citação por hora certa) .**

OBSERVAÇÃO : A petição inicial e demais documentos que instruem o processo podem ser obtidos através da rede

mundial de computadores (*internet)* , no endereço eletrônico **https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam** , com as seguintes chaves de acesso, que devem ser integralmente digitadas no campo próprio de validação:

DOCUMENTO	CÓDIGO DE ACESSO
PETIÇÃO INICIAL	18092817352479300000002893160
CDA	18092817352483400000002893161
CDA	18092817352486900000002893162

Eu, Servidor(a) da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária da Paraíba, conferi e subscrevo eletronicamente o presente mandado, por ordem do(a) MM(ª) Juiz(a) Federal.

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA e outro
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

MANDADO DE CITAÇÃO

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A DÍVIDA EM COBRANÇA:

Nome do Devedor: SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA
CPF: 738.298.114-20
Endereço: OZORIO QUEIROGA DE ASSIS, 541, APT 702, BESSA, JOAO PESSOA, PB, 58035-050

A UNIÃO dá à causa o valor atualizado de **R$ 2.808.970,52 (***dois milhões e oitocentos e oito mil e novecentos e setenta reais e cinquenta e dois centavos***)**, consoante o disposto no art. 6º, §4º da Lei nº 6.830/1980, correspondente ao(s) valor(es) consolidado(s) da(s) dívida(s) nesta data.

Termos em que pede deferimento.

Joao Pessoa, 10 de agosto de 2018.

ANEXOS: VIDE OBSERVAÇÃO AO FINAL

O Juízo Federal da 5ª Vara, na forma da lei etc, **MANDA** a qualquer Oficial de Justiça Avaliador a quem for este apresentado, passado nos autos em epígrafe que, em seu cumprimento, dirija-se ao(s) endereço(s) indicado(s) ou a outro local e, sendo aí:

CITE o(s) devedor(es) indicado(s), pessoalmente ou por intermédio de quem legalmente o(s) represente, para que, **no prazo de 05 (cinco) dias** , pague(m) a dívida no valor acima **[*a ser atualizado por ocasião do pagamento]** , com juros, multa de mora e encargos indicados na(s) Certidão(ões) da Dívida Ativa que instruem o processo, acrescida das custas judiciais, ou garanta(m) a execução (art. 9º, da Lei nº 6.830/80 - **LEF**) por intermédio de:

1. Depósito em dinheiro à ordem deste Juízo, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária (Art. 32, §1º, da Lei nº 6.830/80);
2. Oferecimento de Fiança Bancária; ou
3. Indicação de bem(ns) à penhora, que pode(em) pertencer a terceiros, com a expressa anuência destes, e, em ambos os casos, desde que aceito(s) pelo exeqüente.

ATENÇÃO : Em caso de parcelamento da dívida na via administrativa, tal fato deverá ser imediatamente comunicado a este Juízo, sob pena de se prosseguir com a execução.

ENDEREÇO DO JUÍZO: Seção Judiciária da Paraíba - 5ª Vara Federal - Fórum Juiz Federal Ridalvo Costa, situado à R. João Teixeira de Carvalho, 480 - 3º Andar - Conj. Pedro Gondim, João Pessoa/PB - CEP: 58.031-900. Telefone: (83) 2108-4040. Atendimento de segunda a sexta-feira, das 9 às 18h.

CUMPRA-SE , na forma e sob as penas da lei, ficando o Oficial de Justiça autorizado a proceder na forma do art. 212, §2º, do NCPC, inclusive com emprego de força policial e arrombamento, se necessário. **Havendo suspeita de ocultação do executado, fica o Oficial de Justiça também autorizado a proceder na forma dos artigos 252 a 254 do NCPC (citação por hora certa) .**

OBSERVAÇÃO : A petição inicial e demais documentos que instruem o processo podem ser obtidos através da rede

mundial de computadores (*internet)* , no endereço eletrônico **https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam** , com as seguintes chaves de acesso, que devem ser integralmente digitadas no campo próprio de validação:

DOCUMENTO	CÓDIGO DE ACESSO
PETIÇÃO INICIAL	18092817352479300000002893160
CDA	18092817352483400000002893161
CDA	18092817352486900000002893162

Eu, Servidor(a) da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária da Paraíba, conferi e subscrevo eletronicamente o presente mandado, por ordem do(a) MM(ª) Juiz(a) Federal.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
5° VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
PROCESSO: **0808790-69.2018.4.05.8200 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA	EXECUTADO
JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA	EXECUTADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO DE RETIFICAÇÃO

Certifico que, em 08/10/2018, procedi à retificação de autuação deste processo para fazer constar:

Data de alteração	Item	Operação realizada	Situação anterior	Situação atual	Usuário responsáv
08/10/2018 13:44	Assunto	Inclusão	DIREITO TRIBUTÁRIO|Dívida Ativa|	DIREITO TRIBUTÁRIO|Dívida Ativa|, DIREITO TRIBUTÁRIO|Impostos|IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física|Retido na fonte|	ITALO JORGE MARINH DA NOBREG

PROCESSO Nº: 0808790-69.2018.4.05.8200 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA e outro
5ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)

D E S P A C H O I N I C I A L

---

01) Recebo e defiro a petição inicial, nos termos do art. 7º da Lei n.º 6.830/80 (LEF).

02) CITE(M)-SE o(a)(s) réu(ré)(s) para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar(em) a dívida com os juros e multa de mora e demais encargos indicados na(s) Certidão(ões) de Dívida Ativa ou garantir(em) a execução (artigo 8º da Lei nº 6.830/80).

03) A citação será realizada por Oficial de Justiça apenas nos casos em que o(a)(s) devedor(a)(es) possua(m) domicílio no município de João Pessoa - PB, ou em municípios vizinhos, limitados a um raio de até 40 km da sede da Seção Judiciária (João Pessoa). Acaso apresente domicílio fora da região mencionada, a citação ocorrerá através de Carta com AR por via postal. Em sendo infrutífera ou impossível a citação pelo Correio, fica desde já autorizada a expedição de Carta Precatória para tal finalidade.

04) No caso de empresa, deve o Oficial de Justiça certificar sobre seu funcionamento e se há aparente faturamento. Em sendo firma individual, fica desde já autorizada a citação da pessoa física correspondente.

05) A(s) parte(s) executada(s) que foi(ram) citada(s) pessoalmente deve(m) manter atualizado(s) seu(s) endereço(s) residencial/profissional, nos termos do art. 77, V do CPC, comunicando ao juízo eventual mudança. Inexistindo tal comunicação, é presumida a intimação realizada no endereço existente, bastando a juntada do comprovante de entrega no endereço primitivo (parágrafo único do art. 274 do CPC/15). Fica dispensada, portanto, intimação por edital da penhora realizada, bem como de quaisquer atos posteriores, uma vez comprovada a primeira tentativa frustrada de intimação.

06) Não sendo encontrado(a)(s) o(a)(s) executado(a)(s) para fins de citação, a secretaria deve proceder à suspensão do processo por 1 (um) ano, nos termos do art. 40, *caput* , da Lei 6.830/80, a ser realizada mediante ato judicial eletrônico, intimando-se a parte exequente, que, a qualquer tempo, poderá indicar novo endereço no qual o(a)(s) devedor(a)(res) possa(m) ser encontrado(a)(s) ou requerer sua citação por edital (desde que esgotadas as tentativas de citação pessoal), ficando desde já indeferida a consulta de endereços por parte deste juízo, já que cabe à exequente manter os cadastros dos seus devedores sempre atualizados.

07) Havendo indicação expressa do novo endereço do(a)(s) devedor(a)(s)(res), renove-se a(s) sua(s) Citação(ões), na forma do item 4. No silêncio, o processo deverá seguir sobrestado.

08) Esgotadas as tentativas de citação pessoal, e desde que requerido pela parte exequente, cite(m)-se o(a)(s) executado(a)(s) através de Edital (art.8º, inciso III c/c Súmula nº 414 do Superior Tribunal de Justiça), que deverá ser afixado no átrio do Fórum, publicado uma só vez no Diário Oficial Eletrônico da Justiça Federal da 5ª Região, e com prazo de 30 (trinta) dias, em conformidade com o art. 8º, inciso IV, da Lei 6.830/80.

09) A(s) parte(s) executada(s) poderá(ão) ter acesso à íntegra da petição inicial e da(s) CDA'(s) diretamente junto ao ente público credor ou na Secretaria da 5ª Vara Federal, ou, ainda, através do endereço eletrônico

https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , informando o número do código de barras constante no mandado/carta de citação.

10) Ressalvadas as hipóteses previstas em lei (execuções promovidas pela Fazenda Nacional - DL nº 1.025/69; execuções promovidas pela Comissão de Valores Mobiliários - Lei nº 7.940/89; execuções para a cobrança de contribuições ao FGTS - Lei nº 8.844/94; execuções para cobrança de TCFA, pelo IBAMA - Lei nº 10.165; e execuções promovidas pelas autarquias e fundações públicas federais em que conste na Certidão de Dívida Ativa o encargo legal previsto no § 1º do artigo 37-A da Lei nº 10.522/2002, incluído pela Lei nº 11.941/2009), fixo, de plano, os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor da execução (art. 827, caput, do CPC/2015). Para o caso de pronto pagamento (no prazo de citação), a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do CPC/2015).

11) Não havendo, no quinquídio, o pagamento da dívida ou a garantia da execução (art. 10 da Lei nº 6.830/80), com vistas a assegurar a prioridade da penhora sobre dinheiro em depósito ou aplicação em instituição financeira (art. 11, I, da Lei nº 6.830/80 c/c o art. 835, I do CPC/2015), e com fulcro no art. 854, caput, do CPC, **DETERMINO** que as instituições financeiras tornem indisponíveis ativos financeiros existentes em nome da(s) parte(s) executada(s), via sistema **BACENJUD** , limitando-se a indisponibilidade ao valor total do crédito exequendo, bem como o bloqueio do(s) registro(s) de transferência de veículo(s) automotor(es) porventura existentes em seu(s) nome(s), via sistema **RENAJUD** . Fica desde já autorizado o imediato desbloqueio de eventual indisponibilidade excessiva (art. 854,§1º, do CPC).

12) Formalizada a indisponibilidade de ativos financeiros, aguarde-se eventual provocação da(s) parte(s) executada(s) **por 10 (dez) dias** , para que alegue(m) eventual impenhorabilidade. Fica autorizada a imediata liberação de numerários, independentemente de provocação da(s) parte(s) executada, lavrando-se certidão nos autos, nos seguintes casos:

1. bloqueio inferior a R$ 500,00 [1] (quinhentos reais)/R$ 100,00 (cem reais), exceto nos casos em que o valor bloqueado supere 10% (dez por cento) do valor da dívida na data do ajuizamento da presente execução;
   saldo em caderneta de poupança de até 40 (quarenta) salários-mínimos, desde que comprovada a natureza da conta nos autos;
   depósito de natureza alimentar com valor de até uma remuneração mensal, ressalvadas as quantias superiores a 50 (cinquenta) salários mínimos (CPC, art. 833, § 2º), comprovado por contracheque com indicação do número da conta em que feito o bloqueio ou extrato bancário do qual conste expressamente a natureza salarial do crédito;
   adesão a parcelamento administrativo previsto em lei, desde que não seja requerido em contrário pela parte exequente, ocasião em que o Juízo apreciará.

13) Não sendo o caso de desbloqueio, transfiram-se os valores para conta à disposição do juízo, em conta vinculada ao processo, a ser aberta na Caixa Econômica Federal - PAB da Justiça Federal, intimando-se, em seguida, a(s) parte(s) executa(s) para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, opor(em) embargos, nos termos do art. 16, inciso III, da Lei nº 6.830/80, cujo termo inicial será o dia útil seguinte ao da intimação. Caso a(s) parte(s) devedora(s) tenha(m) sido citada(s) por edital e ainda não tenha(m) comparecido pessoalmente ao processo, nomeie-se a Defensoria Pública da União (DPU), para atuar como curadora especial à lide, retificando-se, para tanto, a autuação processual para a inclusão da DPU no pólo passivo da execução.

14) Decorrido *in albis* o prazo para oposição dos embargos, convertam-se os valores penhorados em renda em favor da parte credora e/ou dê-se início à fase de expropriação dos bens penhorados, nos termos do art. 24 da Lei 6.830/80 c/c seção IV (arts. 876 a 908) do Código de Processo Civil.

15) Restando infrutíferas as tentativas de bloqueio através dos sistemas BACENJUD e RENAJUD, suspenda-se a execução, mediante o lançamento de ato judicial eletrônico, nos termos do art. 40, *caput* , da LEF. Fica autorizada a inscrição do CPF/CNPJ da(s) parte(s) executada(s) no **SERASAJUD** , caso requerido pela parte exequente.

16) Noticiada pela exequente a existência de parcelamento ativo, fica, desde já, deferida a suspensão do feito pelo prazo do acordo, mediante lançamento de ato judicial eletrônico respectivo.

17) Findo o prazo do parcelamento, a exequente será intimada, para requerer a extinção do feito, ou o prosseguimento da execução. Nada sendo requerido, ou havendo rescisão do parcelamento, SUSPENDA-SE o curso da execução por 01 (um) ano, nos termos do art. 40, caput, da Lei nº. 6.830/80, restando claro que o termo inicial do sobrestamento retroagirá à data de eventual suspensão anterior, ou da rescisão do parcelamento, caso não tenha havido medida efetiva de constrição de bens.

18) Decorrido o prazo de suspensão, ARQUIVE-SE o processo SEM BAIXA na distribuição, independentemente de nova intimação, conforme o disposto no art. 40, §2º, da Lei nº 6.830/80.

19) Transcorridos 05 (cinco) anos do arquivamento provisório, sem manifestação, a parte exequente será intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da consumação da prescrição intercorrente, na forma do art. 40, § 4º, da Lei nº 6.830/80.

20) Ocorrendo alguma hipótese não prevista neste despacho, venha concluso para decisão.

21) Cumpra-se.

João Pessoa, na data de validação no sistema.

(*documento assinado eletronicamente*)

[1] Limite maior estabelecido para execuções fiscais que tem a União/Fazenda Nacional como parte exequente, sendo o limite menor para outros exequentes.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 5ª REGIÃO
5ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
PROCESSO Nº: **0808790-69.2018.4.05.8200**
CLASSE: **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: **FAZENDA NACIONAL**
EXECUTADO: **JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA**
EXECUTADO: **SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA**

Certidão de Distribuição

Tipo da Distribuição: Sorteio.
Concorreu(ram): 5ª VARA FEDERAL.
Impedido(s): -
Distribuído para: 5ª VARA FEDERAL.

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria da Fazenda Nacional da Paraíba

EXMO(A). DR(A). JUIZ(ÍZA) DA SEÇÃO/SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JOAO PESSOA

ORIENTAÇÕES PARA REGULARIZAR O DÉBITO, AO FINAL.

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL - PGFN)** , CNPJ nº 00.394.460/0216-53, ora exequente, pelo(a) Procurador(a) da Fazenda Nacional, ao final assinado(a), nos termos da Lei nº 6.830/1980 c/c Lei nº 13.105/2015, vem propor **EXECUÇÃO FISCAL** , consubstanciada no(s) Anexo(s) da(s) Certidão(ões) de Dívida Ativa (CDA) que integra(m) esta petição inicial, contra o(s) devedor(es) e corresponsável(is) solidário(s), ora executados(s), abaixo indicado(s):

Nome do Devedor: JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA

CPF: 368.958.494-91

Endereço: OZORIO QUEIROGA DE ASSIS, 541, APT 702, BESSA, JOAO PESSOA, PB, 58035-050

Nome do Devedor: SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA

CPF: 738.298.114-20

Endereço: OZORIO QUEIROGA DE ASSIS, 541, APT 702, BESSA, JOAO PESSOA, PB, 58035-050

I – FATOS E FUNDAMENTOS

A exequente é credora da importância líquida, certa e exigível, representada pela dívida inscrita em Dívida Ativa da União (DAU) e materializada na(s) Certidão(ões) de Dívida Ativa (CDA) anexa(s), que traz(em) os fundamentos fáticos e jurídicos para a cobrança:

Processo Administrativo	Inscrição	Valor Atualizado (R$)
14751720320201758	4211800539559	R$ 2.808.970,52

Porém, até o momento, não foi paga ou parcelada, restando questionar por esta via judicial.

II – PEDIDO(S)

Para tanto, a UNIÃO requer:

1. Preliminarmente, e sem dar conhecimento prévio ao(s) executado(s), nos termos do art. 854 da Lei nº 13.105/2015, **a indisponibilidade de ativos ou de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira em nome do(s) executado(s) responsáveis pelo estabelecimento matriz e suas filiais** , se for o caso, limitada ao valor consolidado da dívida inscrita em DAU e seus acréscimos legais, indicada na presente execução fiscal, a ser efetivada por meio de sistema eletrônico gerido pelo Banco Central do Brasil – BACENJUD;

2. **A citação do(s) executado(s), por carta com aviso de recebimento** , nos termos do art. 8º da Lei nº 6.830/1980, a ser remetida ao(s) endereço(s) acima indicado(s), e, **alternativamente, caso frustrada a citação pelo correio, a citação por meio de oficial de justiça** , para que o(s) executado(s) pague(m), no prazo de

05 (cinco) dias, a dívida inscrita em DAU com os acréscimos legais definido(s) na(s) CDA(s) que integra(m) a presente petição, bem como custas e demais despesas processuais, já deduzidos os pagamentos parciais constantes do(s) Anexo(s);

3. Na hipótese de não efetivação da citação, conforme pedidos antecedentes, **a citação por edital do(s) executado(s)** , nos termos do art. 8º, III, da Lei nº 6.830/1980 c/c art. 830, §2º, da Lei nº 13.105/2015;

4. Não ocorrendo o arresto ou penhora de ativos financeiros ou não paga a dívida inscrita nem garantida a execução, **requer** , observada a ordem de preferência estabelecida no art. 11 da Lei nº 6.830/1980 c/c os arts. 835 e 837 da Lei nº 13.105/2015, **que o oficial cumpra a ordem de penhora e avaliação constante do mandado de citação** (art. 7º da Lei nº 6.830/1980), **a recair sobre tantos bens quanto bastem à integral satisfação da dívida** inscrita em DAU e seus acréscimos legais, nos termos do art. 10 da Lei nº 6.830/1980, **com ordem expressa para que o(s) executado(s) indique(m) onde se encontram os bens sujeitos à execução, exiba(m) a prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus, bem como abstenha(m)-se de qualquer atitude que dificulte ou embarace a realização da penhora** , sob pena de incorrer em ato atentatório à dignidade da justiça, ficando sujeito(s) às sanções previstas no parágrafo único do art. 774 da Lei nº 13.105/2015;

5. Na oportunidade, requer, ainda, a intimação das pessoas indicadas no art. 799 da Lei nº 13.105/2015.

Por fim, com fundamento no art. 827 da Lei nº 13.105/2015, requer a fixação de honorários advocatícios sobre o valor consolidado da(s) CDA(s) que, pela natureza do débito, não sofra(m) a incidência do encargo-legal previsto no Decreto-Lei nº 1.025/1969.

A UNIÃO dá à causa o valor atualizado de **R$ 2.808.970,52 (***dois milhões e oitocentos e oito mil e novecentos e setenta reais e cinquenta e dois centavos***)** , consoante o disposto no art. 6º, §4º da Lei nº 6.830/1980, correspondente ao(s) valor(es) consolidado(s) da(s) dívida(s) nesta data.

Termos em que pede deferimento.

Joao Pessoa, 10 de agosto de 2018.

CESAR VERZULEI LIMA SOARES DE OLIVEIRA

PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

420018900276

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria da Fazenda Nacional da Paraíba

DO PARCELAMENTO ADMINISTRATIVO DO DÉBITO OU PAGAMENTO

Prezado(s) devedor(es) e corresponsável(eis) solidário(s), ora executado(s),

Regularize(m) seu(s) débito(s) efetivando o pagamento ou parcelamento administrativo, nos termos da Lei nº 10.522/2002.

A solicitação poderá ser feita pela internet da PGFN – E-CAC no endereço eletrônico: https://www2.pgfn.fazenda.gov.br/ecac/contribuinte/login.jsf , onde será possível realizar o requerimento de parcelamento e/ou emissão da guia para pagamento.

Em caso de atendimento pessoal, compareça(m) a uma unidade da Receita Federal do Brasil de sua região fiscal para atendimento presencial na Central de Atendimento ao Contribuinte (CAC).

Antes de se dirigir(em) à unidade de atendimento presencial, verifique(m) se o serviço pode ser prestado diretamente no sítio eletrônico da PGFN e, em caso negativo, consulte(m) as orientações e documentação necessária e formulário para cada um dos serviços da PGFN na aba “Cidadão” ou “Empresa”, no mesmo sítio eletrônico da PGFN antes indicado.

Nº do agrupamento de inscrições



420018900276

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria da Fazenda Nacional da Paraíba

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob número **42 1 18 005395-59** da série 3543 desde, 29/03/2018.

Nome do Devedor: JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA

CPF: 368.958.494-91

Endereço: OZORIO QUEIROGA DE ASSIS, 541, APT 702, BESSA, JOAO PESSOA, PB, 58035-050

Nome do Devedor: SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA

CPF: 738.298.114-20

Endereço: OZORIO QUEIROGA DE ASSIS, 541, APT 702, BESSA, JOAO PESSOA, PB, 58035-050

É(São) devedor(devedores) da Fazenda Nacional da quantia abaixo discriminada, referente aos débitos especificados em anexo.

Processo Administrativo	Valor Total Inscrito em Moeda Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
14751 720320/2017-58	R$ 1.955.285,48	UFIR 1.837.501,59

Fundamentação legal da cobrança:

A dívida em apreço foi inscrita à vista dos elementos constantes de processo ou expediente protocolizado no Ministério da Fazenda sob número acima indicado, e está sujeita, até a sua efetiva liquidação, à correção monetária (DL. 2052/83, art. 1 Inciso I, DL. 2284/86, art 41, DL. 2287/86, arts. 12 e 15, modificado pelo DL. 2323/87, arts. 1 e 14, Lei n. 7799/89, alterada pela Lei n. 8383/91, art. 54), aos juros de mora (DL. 2052/83, art.1, Inciso II, DL. 2323/87, art 16, modificado pelo DL. 2331/87, art. 6, Lei n. 8177/91, art. 9, Lei n. 8218/91, art. 3 e 30, Lei n. 8383/91, art. 54 parágrafos 1 e 2, Lei n. 8981/95, art. 84, I e parágrafo 8 (redação da MP 1110/95, art. 16 e reedições); Lei n. 9065/95, art. 13 e MP 1542/96, art. 26 e reedições, excetuada, quanto aos juros, a parcela relativa à multa de mora, além do encargo de 20% (vinte por cento), previsto no DL nº 1025/69, art. 1; no DL nº 1645/78, art. 3, na Lei nº 7799/89, art. 64, par. 2 e Lei nº 8383/91, art. 57, par. 2 e multa de mora, com base no artigo 84, inciso II, parágrafo 8º, da Lei nº 8.981/95 (incluído pela MP 1.110/95, art. 17, e reedições).

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, Procurador da Fazenda Nacional.

Joao Pessoa, 10 de Agosto de 2018

CESAR VERZULEI LIMA SOARES DE OLIVEIRA
Procurador(a) da Fazenda Nacional
Siape - 1321955

Nº do agrupamento de inscrições
420018900276

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria da Fazenda Nacional da Paraíba

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Processo Administrativo	Inscrição
14751 720320/2017 - 58	42 1 18 005395 - 59

Origem
RENDIMENTOS AUFERIDOS NO ANO BASE/EXERCICIO

N° da decl./notif.
000000000000000000

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
01/2012	**IMPOSTO**	**30/04/2013**	**02/05/2013**	**02/05/2013**	**R$ 245.886,58**

Fundamentação legal
Art. 1o, inciso VI e paragrafo unico, da Lei no 11.482/07, incluido pela Lei no 12.469/11. Arts. 37, 38, 45, 55, incisos I a IV, VI, IX a XII, XIV a XIX, 56 e 83 do RIR/99 Arts. 37, 38, 43, 55, incisos I a IV, VI, IX a XII, XIV a XIX, 56 e 83 do RIR/99

Forma de constituição do débito	Notificação
AUTO INFRACAO	**CORREIO/AR em 20/12/2017**

Origem
RENDIMENTOS AUFERIDOS NO ANO BASE/EXERCICIO

N° da decl./notif.
000000000000000000

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
01/2013	**IMPOSTO**	**30/04/2014**	**02/05/2014**	**02/05/2014**	**R$ 236.973,56**

Fundamentação legal
Art. 1o, inciso VII e paragrafo unico, da Lei no 11.482/07, incluido pela Lei no 12.469/11. Arts. 37, 38, 45, 55, incisos I a IV, VI, IX a XII, XIV a XIX, 56 e 83 do RIR/99

Forma de constituição do débito	Notificação
AUTO INFRACAO	**CORREIO/AR em 20/12/2017**

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria da Fazenda Nacional da Paraíba

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Processo Administrativo	Inscrição
14751 720320/2017 - 58	42 1 18 005395 - 59

Origem
RENDIMENTOS AUFERIDOS NO ANO BASE/EXERCICIO

N° da decl./notif.
000000000000000000

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
01/2014	**IMPOSTO**	**30/04/2015**	**04/05/2015**	**04/05/2015**	**R$ 143.827,32**

Fundamentação legal
Arts. 37, 38, 45, 55, incisos I a IV, VI, IX a XII, XIV a XIX, 56 e 83 do RIR/99 Arts. 37, 38, 43, 55, incisos I a IV, VI, IX a XII, XIV a XIX, 56 e 83 do RIR/99 Art. 1o, inciso VIII e paragrafo unico, da Lei no 11.482/07, incluido pela Lei no 12.469/11.

Forma de constituição do débito	Notificação
AUTO INFRACAO	**CORREIO/AR em 20/12/2017**

Origem
RENDIMENTOS AUFERIDOS NO ANO BASE/EXERCICIO

N° da decl./notif.
000000000000000000

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
01/2015	**IMPOSTO**	**29/04/2016**	**02/05/2016**	**02/05/2016**	**R$ 155.426,73**

Fundamentação legal
Arts. 37, 38, 45, 55, incisos I a IV, VI, IX a XII, XIV a XIX, 56 e 83 do RIR/99 Arts. 37, 38, 43, 55, incisos I a IV, VI, IX a XII, XIV a XIX, 56 e 83 do RIR/99 Art. 1o, incisos VIII e IX e paragrafo unico, da Lei no 11.482/07.

Forma de constituição do débito	Notificação
AUTO INFRACAO	**CORREIO/AR em 20/12/2017**

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria da Fazenda Nacional da Paraíba

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Processo Administrativo	Inscrição
14751 720320/2017 - 58	42 1 18 005395 - 59

Origem
MULTA DO LANCAMENTO SUPLEMENTAR

N° da decl./notif.
000000000000000000

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
01/2012	**MULTA EX-OFFICIO**	**19/01/2018**	**22/01/2018**	**01/02/2018**	**R$ 368.829,87**

Fundamentação legal
Art. 44, inciso I, e p 1o, da Lei no 9.430/96 com a redacao dada pelo art. 14 da Lei no 11.488/07

Forma de constituição do débito	Notificação
AUTO INFRACAO	**CORREIO/AR em 20/12/2017**

Origem
MULTA DO LANCAMENTO SUPLEMENTAR

N° da decl./notif.
000000000000000000

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
01/2013	**MULTA EX-OFFICIO**	**19/01/2018**	**22/01/2018**	**01/02/2018**	**R$ 355.460,34**

Fundamentação legal
Art. 44, inciso I, e p 1o, da Lei no 9.430/96 com a redacao dada pelo art. 14 da Lei no 11.488/07

Forma de constituição do débito	Notificação
AUTO INFRACAO	**CORREIO/AR em 20/12/2017**

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria da Fazenda Nacional da Paraíba

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Processo Administrativo	Inscrição
14751 720320/2017 - 58	42 1 18 005395 - 59

Origem
MULTA DO LANCAMENTO SUPLEMENTAR

N° da decl./notif.
000000000000000000

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
01/2014	**MULTA EX-OFFICIO**	**19/01/2018**	**22/01/2018**	**01/02/2018**	**R$ 215.740,98**

Fundamentação legal
Art. 44, inciso I, e p 1o, da Lei no 9.430/96 com a redacao dada pelo art. 14 da Lei no 11.488/07

Forma de constituição do débito	Notificação
AUTO INFRACAO	**CORREIO/AR em 20/12/2017**

Origem
MULTA DO LANCAMENTO SUPLEMENTAR

N° da decl./notif.
000000000000000000

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
01/2015	**MULTA EX-OFFICIO**	**19/01/2018**	**22/01/2018**	**01/02/2018**	**R$ 233.140,10**

Fundamentação legal
Art. 44, inciso I, e p 1o, da Lei no 9.430/96 com a redacao dada pelo art. 14 da Lei no 11.488/07

Forma de constituição do débito	Notificação
AUTO INFRACAO	**CORREIO/AR em 20/12/2017**

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria da Fazenda Nacional da Paraíba

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 3

VALOR ORIGINÁRIO

Processo Administrativo	Inscrição
14751 720320/2017 - 58	42 1 18 005395 - 59

Natureza do Débito	Data de Vencimento	Termo Inicial		Multa Mora	Valores Originários
		Juros	Atualização Monetária		
IMPOSTO	30/04/2013	02/05/2013	02/05/2013	0%	R$ 245.886,58
IMPOSTO	30/04/2014	02/05/2014	02/05/2014	0%	R$ 236.973,56
IMPOSTO	30/04/2015	04/05/2015	04/05/2015	0%	R$ 143.827,32
IMPOSTO	29/04/2016	02/05/2016	02/05/2016	0%	R$ 155.426,73
MULTA EX-OFFICIO	19/01/2018	01/02/2018	22/01/2018	0%	R$ 368.829,87
MULTA EX-OFFICIO	19/01/2018	01/02/2018	22/01/2018	0%	R$ 355.460,34
MULTA EX-OFFICIO	19/01/2018	01/02/2018	22/01/2018	0%	R$ 215.740,98
MULTA EX-OFFICIO	19/01/2018	01/02/2018	22/01/2018	0%	R$ 233.140,10

Nº do agrupamento de inscrições
420018900276

Processo: 0808790-69.2018.4.05.8200
Assinado eletronicamente por:
MARIA LUCIANA MACIEL SAMPAIO - Procurador
Data e hora da assinatura: 26/09/2018 13:36:52
Identificador: 4058200.2880938
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
18092817352483400000002893161

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria da Fazenda Nacional da Paraíba

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob número **42 1 18 005395-59** da série 3543 desde, 29/03/2018.

Nome do Devedor: JAIR BRANDAO DE OLIVEIRA

CPF: 368.958.494-91

Endereço: OZORIO QUEIROGA DE ASSIS, 541, APT 702, BESSA, JOAO PESSOA, PB, 58035-050

Nome do Devedor: SANDRA VALENTIM MELO DE OLIVEIRA

CPF: 738.298.114-20

Endereço: OZORIO QUEIROGA DE ASSIS, 541, APT 702, BESSA, JOAO PESSOA, PB, 58035-050

É(São) devedor(devedores) da Fazenda Nacional da quantia abaixo discriminada, referente aos débitos especificados em anexo.

Processo Administrativo	Valor Total Inscrito em Moeda Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
14751 720320/2017-58	R$ 1.955.285,48	UFIR 1.837.501,59

Fundamentação legal da cobrança:

A dívida em apreço foi inscrita à vista dos elementos constantes de processo ou expediente protocolizado no Ministério da Fazenda sob número acima indicado, e está sujeita, até a sua efetiva liquidação, à correção monetária (DL. 2052/83, art. 1 Inciso I, DL. 2284/86, art 41, DL. 2287/86, arts. 12 e 15, modificado pelo DL. 2323/87, arts. 1 e 14, Lei n. 7799/89, alterada pela Lei n. 8383/91, art. 54), aos juros de mora (DL. 2052/83, art.1, Inciso II, DL. 2323/87, art 16, modificado pelo DL. 2331/87, art. 6, Lei n. 8177/91, art. 9, Lei n. 8218/91, art. 3 e 30, Lei n. 8383/91, art. 54 parágrafos 1 e 2, Lei n. 8981/95, art. 84, I e parágrafo 8 (redação da MP 1110/95, art. 16 e reedições); Lei n. 9065/95, art. 13 e MP 1542/96, art. 26 e reedições, excetuada, quanto aos juros, a parcela relativa à multa de mora, além do encargo de 20% (vinte por cento), previsto no DL nº 1025/69, art. 1; no DL nº 1645/78, art. 3, na Lei nº 7799/89, art. 64, par. 2 e Lei nº 8383/91, art. 57, par. 2 e multa de mora, com base no artigo 84, inciso II, parágrafo 8º, da Lei nº 8.981/95 (incluído pela MP 1.110/95, art. 17, e reedições).

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, Procurador da Fazenda Nacional.

Joao Pessoa, 10 de Agosto de 2018

CESAR VERZULEI LIMA SOARES DE OLIVEIRA
Procurador(a) da Fazenda Nacional
Siape - 1321955

Nº do agrupamento de inscrições
420018900276

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria da Fazenda Nacional da Paraíba

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Processo Administrativo	Inscrição
14751 720320/2017 - 58	42 1 18 005395 - 59

Origem
RENDIMENTOS AUFERIDOS NO ANO BASE/EXERCICIO

N° da decl./notif.
000000000000000000

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
01/2012	**IMPOSTO**	**30/04/2013**	**02/05/2013**	**02/05/2013**	**R$ 245.886,58**

Fundamentação legal
Art. 1o, inciso VI e paragrafo unico, da Lei no 11.482/07, incluido pela Lei no 12.469/11. Arts. 37, 38, 45, 55, incisos I a IV, VI, IX a XII, XIV a XIX, 56 e 83 do RIR/99 Arts. 37, 38, 43, 55, incisos I a IV, VI, IX a XII, XIV a XIX, 56 e 83 do RIR/99

Forma de constituição do débito	Notificação
AUTO INFRACAO	**CORREIO/AR em 20/12/2017**

Origem
RENDIMENTOS AUFERIDOS NO ANO BASE/EXERCICIO

N° da decl./notif.
000000000000000000

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
01/2013	**IMPOSTO**	**30/04/2014**	**02/05/2014**	**02/05/2014**	**R$ 236.973,56**

Fundamentação legal
Art. 1o, inciso VII e paragrafo unico, da Lei no 11.482/07, incluido pela Lei no 12.469/11. Arts. 37, 38, 45, 55, incisos I a IV, VI, IX a XII, XIV a XIX, 56 e 83 do RIR/99

Forma de constituição do débito	Notificação
AUTO INFRACAO	**CORREIO/AR em 20/12/2017**

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria da Fazenda Nacional da Paraíba

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Processo Administrativo	Inscrição
14751 720320/2017 - 58	42 1 18 005395 - 59

Origem
RENDIMENTOS AUFERIDOS NO ANO BASE/EXERCICIO

N° da decl./notif.
000000000000000000

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
01/2014	**IMPOSTO**	**30/04/2015**	**04/05/2015**	**04/05/2015**	**R$ 143.827,32**

Fundamentação legal
Arts. 37, 38, 45, 55, incisos I a IV, VI, IX a XII, XIV a XIX, 56 e 83 do RIR/99 Arts. 37, 38, 43, 55, incisos I a IV, VI, IX a XII, XIV a XIX, 56 e 83 do RIR/99 Art. 1o, inciso VIII e paragrafo unico, da Lei no 11.482/07, incluido pela Lei no 12.469/11.

Forma de constituição do débito	Notificação
AUTO INFRACAO	**CORREIO/AR em 20/12/2017**

Origem
RENDIMENTOS AUFERIDOS NO ANO BASE/EXERCICIO

N° da decl./notif.
000000000000000000

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
01/2015	**IMPOSTO**	**29/04/2016**	**02/05/2016**	**02/05/2016**	**R$ 155.426,73**

Fundamentação legal
Arts. 37, 38, 45, 55, incisos I a IV, VI, IX a XII, XIV a XIX, 56 e 83 do RIR/99 Arts. 37, 38, 43, 55, incisos I a IV, VI, IX a XII, XIV a XIX, 56 e 83 do RIR/99 Art. 1o, incisos VIII e IX e paragrafo unico, da Lei no 11.482/07.

Forma de constituição do débito	Notificação
AUTO INFRACAO	**CORREIO/AR em 20/12/2017**

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria da Fazenda Nacional da Paraíba

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Processo Administrativo	Inscrição
14751 720320/2017 - 58	42 1 18 005395 - 59

Origem
MULTA DO LANCAMENTO SUPLEMENTAR

N° da decl./notif.
000000000000000000

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
01/2012	**MULTA EX-OFFICIO**	**19/01/2018**	**22/01/2018**	**01/02/2018**	**R$ 368.829,87**

Fundamentação legal
Art. 44, inciso I, e p 1o, da Lei no 9.430/96 com a redacao dada pelo art. 14 da Lei no 11.488/07

Forma de constituição do débito	Notificação
AUTO INFRACAO	**CORREIO/AR em 20/12/2017**

Origem
MULTA DO LANCAMENTO SUPLEMENTAR

N° da decl./notif.
000000000000000000

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
01/2013	**MULTA EX-OFFICIO**	**19/01/2018**	**22/01/2018**	**01/02/2018**	**R$ 355.460,34**

Fundamentação legal
Art. 44, inciso I, e p 1o, da Lei no 9.430/96 com a redacao dada pelo art. 14 da Lei no 11.488/07

Forma de constituição do débito	Notificação
AUTO INFRACAO	**CORREIO/AR em 20/12/2017**

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria da Fazenda Nacional da Paraíba

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Processo Administrativo	Inscrição
14751 720320/2017 - 58	42 1 18 005395 - 59

Origem
MULTA DO LANCAMENTO SUPLEMENTAR

N° da decl./notif.
000000000000000000

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
01/2014	**MULTA EX-OFFICIO**	**19/01/2018**	**22/01/2018**	**01/02/2018**	**R$ 215.740,98**

Fundamentação legal
Art. 44, inciso I, e p 1o, da Lei no 9.430/96 com a redacao dada pelo art. 14 da Lei no 11.488/07

Forma de constituição do débito	Notificação
AUTO INFRACAO	**CORREIO/AR em 20/12/2017**

Origem
MULTA DO LANCAMENTO SUPLEMENTAR

N° da decl./notif.
000000000000000000

Período de apuração ano base/ exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Termo Inicial de		Valor inscrito
			Atualização Monetária	Juros de mora	
01/2015	**MULTA EX-OFFICIO**	**19/01/2018**	**22/01/2018**	**01/02/2018**	**R$ 233.140,10**

Fundamentação legal
Art. 44, inciso I, e p 1o, da Lei no 9.430/96 com a redacao dada pelo art. 14 da Lei no 11.488/07

Forma de constituição do débito	Notificação
AUTO INFRACAO	**CORREIO/AR em 20/12/2017**

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria da Fazenda Nacional da Paraíba

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 3

VALOR ORIGINÁRIO

Processo Administrativo	Inscrição
14751 720320/2017 - 58	42 1 18 005395 - 59

Natureza do Débito	Data de Vencimento	Termo Inicial		Multa Mora	Valores Originários
		Juros	Atualização Monetária		
IMPOSTO	30/04/2013	02/05/2013	02/05/2013	0%	R$ 245.886,58
IMPOSTO	30/04/2014	02/05/2014	02/05/2014	0%	R$ 236.973,56
IMPOSTO	30/04/2015	04/05/2015	04/05/2015	0%	R$ 143.827,32
IMPOSTO	29/04/2016	02/05/2016	02/05/2016	0%	R$ 155.426,73
MULTA EX-OFFICIO	19/01/2018	01/02/2018	22/01/2018	0%	R$ 368.829,87
MULTA EX-OFFICIO	19/01/2018	01/02/2018	22/01/2018	0%	R$ 355.460,34
MULTA EX-OFFICIO	19/01/2018	01/02/2018	22/01/2018	0%	R$ 215.740,98
MULTA EX-OFFICIO	19/01/2018	01/02/2018	22/01/2018	0%	R$ 233.140,10

Nº do agrupamento de inscrições
420018900276

Processo: 0808790-69.2018.4.05.8200
Assinado eletronicamente por:
MARIA LUCIANA MACIEL SAMPAIO - Procurador
Data e hora da assinatura: 26/09/2018 13:36:52
Identificador: 4058200.2880939
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
18092817352486900000002893162